

MANUELA VIEIRA BLANC
FLAVIA NICO VASCONCELOS
(ORGANIZADORAS)

REFLEXÕES SOBRE O URBANO NO ESPÍRITO SANTO

Do público ao político e algumas
representações sociais

Coleção Debate Social
Volume 5

Reflexões Sobre o Urbano no Espírito Santo



Copyright © 2018, Manuela Vieira Blanc; Flavia Nico Vasconcelos (Org.).

Copyright © 2018, Editora Milfontes.

Av. Adalberto Simão Nader, 1065/ 302, República, Vitória, ES, 29.070-053.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof^ª. Dr^ª. Aline Trigueiro (UFES)

Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES)

Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido)

Prof^ª. Dr^ª. Caterine Reginensi (UENF)

Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Bogus (PUC/SP)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES)

Prof^ª. Dr^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal)

Prof^ª. Dr^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES)

Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ)

Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR)

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (UFPR)

Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido)

Prof. Dr. Thiago Fabres de Carvalho (FDV)

MANUELA VIEIRA BLANC
FLAVIA NICO VASCONCELOS
(Organizadoras)

Reflexões Sobre o Urbano no Espírito Santo

Do PÚBLICO AO POLÍTICO E ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Coleção Debate Social
Volume 5



EDITORA MILFONTES

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Sob a responsabilidade exclusiva dos organizadores

Coordenação Técnica:

Rozimery Baptista F. Nascimento

Imagem da Capa

Rosane Zanotti

Projeto Gráfico e Editoração

Cristhian Fontana Mattiuzzi

Impressão e Acabamento

GM Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Reflexões Sobre o Urbano no Espírito Santo: do público ao político e algumas representações sociais / Manuela Vieira Blanc; Flavia Nico Vasconcelos (org.). Coleção Debate Social, volume 5. Vitória: Editora Milfontes, 2018. 256 p.: il.: 20 cm.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-94353-20-7

1. Espírito Santo 2. Espaço urbano 3. Representações sociais I. Blanc, Manuela Vieira II. Vasconcelos, Flavia Nico III. Título.

CDD 300

SUMÁRIO

- Apresentação** 7
- Bem-te-vi? De uma vida comunitária permeada de transtornos ambientais e às emoções associadas a uma vida sem público...** 11
Túlio Gava Monteiro
- Pescadores artesanais e comunidade tradicional da Ilha das Caieiras/Vitória em perspectiva histórica** 41
Felipe Ramaldes Corrêa & Flavia Nico Vasconcelos
- Relato de experiência: o papel do projeto político pedagógico no ensino para a formação da consciência reflexiva do risco – uma análise à luz da crise no abastecimento de água de colatina – ES, em função do rompimento da barragem de minério de ferro de Fundão, Mariana - MG**..... 77
Isabela de Deus Cordeiro
- Política pública e inclusão social: o caso do centro estadual de idiomas de Vitória/ES** 99
Sabrina Menezes
- A construção histórica do direito internacional dos refugiados e a sua integração subnacional: o caso do Estado do Espírito Santo**141
Viviane Mazine Rodrigues & Rafael Cláudio Simões
- Conexão África-Brasil. Reflexões exploratórias a partir de duas trajetórias de imigração africana no Estado do Espírito Santo..**181
Manuela Vieira Blanc & Bárbara Vitor de Aquino e Souza
- Entre drogas e armas: as representações acerca de um lugar violento** 211
Bruno Dias Franqueira

A narrativa da violência ou a violência da narrativa?: jornalismo e criminalidade no contexto do Espírito Santo..... 237

Raquel Dornelas

Os Autores 265

Apresentação

Esta coletânea apresenta o segundo conjunto de textos que organizamos em parceria, envolvendo um esforço coletivo e interdisciplinar de reflexão sobre questões urbanas em cidades do Espírito Santo no contexto contemporâneo. A sua organização fora motivada por experiências cooperativas vivenciadas entre os membros dos grupos de pesquisa *Cidades, Espaços Públicos e Periferias* e *Observatório Cidade e Porto* e seus parceiros diretos ou indiretos, convidados a oferecer as suas contribuições a um debate atual e diversificado sobre as realidades urbanas capixabas em suas diferentes dimensões.

O projeto de organização desta coletânea tem como produto dois livros. O primeiro deles, intitulado *Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo: desenvolvimento, expansão e experiências urbanas*, publicado no segundo volume da *Coleção Debate Social*, envolveu um conjunto de trabalhos que assumem a capital do Estado do Espírito Santo como foco, objeto de análise ou espaço privilegiado de observação. Este segundo título atravessa diferentes debates em torno de questões ambientais, políticas públicas locais e representações sociais.

Reunindo pesquisadores de Instituições de Ensino Superior capixabas, essa coletânea é parte de um projeto capitaneado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, envolvendo a criação da coleção *Debate Social* com o objetivo de promover arenas de discussão envolvendo pesquisadores e grupos de pesquisa produtores de conhecimento no Estado do Espírito Santo. Produto de uma parceria, esta se trata da segunda coletânea organizada pelas professoras coordenadoras dos grupos de pesquisa *Cidades, Espaços Públicos e Periferias* e *Observatório Cidade e Porto*, seus membros e parceiros.

Nesta edição nos foi possível reunir pesquisadores que desenvolvem pesquisas coletivas ou individuais em diferentes áreas do conhecimento, como sociologia política, comunicação social, geografia e relações internacionais, a partir de uma temática em comum: o urbano, apreendido em diferentes níveis e abordagens, como contexto de ciliação, espaço de observação ou lócus de intervenção estatal.

Abrindo esta coletânea, Túlio Gava Monteiro se debruça sobre a realidade de moradores de áreas marcadas por transtornos ambientais. Localizadas no município de Vila Velha, estas comunidades se deparam um cenário resultante de um urbanismo de risco. Dados coletados a partir de uma perspectiva etnográfica permitem ao autor estabelecer um paralelo entre sensações, sentimentos e emoções que surgem *sobre* um meio ambiente permeado de problemas como o lixo, o *valão* a os depósitos de sedimento do fundo do canal, e *entre* os moradores e o poder público, *com* a capacidade dos habitantes de tornar públicos os seus problemas.

Em seguida, Felipe Ramaldes e Flávia Nico Vasconcelos analisam os impactos trazidos pelas mudanças econômicas sobre uma das mais tradicionais regiões de pesca da capital capixaba, a Ilha das Caieiras. Conferindo destaque ao paradoxo entre tradição e preservação, as trajetórias dos pescadores tradicionais ainda ativos na região e os desafios enfrentados no desempenho das suas atividades, os autores constroem uma bela narrativa, remontando a história de ocupação da área e analisando os impactos do seu processo de urbanização para as atividades tradicionalmente realizadas na região.

Completando o primeiro conjunto de trabalhos aqui dispostos e dedicados a refletir sobre questões ambientais no Estado do Espírito Santo, Isabela de Deus Cordeiro nos traz sua importante contribuição em um trabalho que aborda os efeitos da contaminação das águas do Rio Doce logo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana – MG, implicando em impacto direto sobre municípios do Norte capixaba. Destacando as dificuldades relativas ao enfrentamento político e jurídico relacionados à adoção de medidas de precaução necessária à contenção do risco de captação dessas águas, a autora confere destaque para o potencial do papel do projeto político-

pedagógico para a formação de atores sociais mais conscientes do risco e das medidas de precaução que ele sugere na sociedade moderna.

Já mais diretamente voltada para as políticas públicas de educação locais, Sabrina Menezes faz uma rica análise do Centro Estadual de Idiomas (CEI) de Vitória, parte de um projeto do Governo de Estado junto à Secretaria de Educação. Concentrada sobre os modos como ocorrem os processos seletivos do CEI de Vitória, a autora questiona até que ponto esta política pública de educação têm sido capaz de atingir os seus objetivos, garantindo a equidade política, econômica e social de seus assistidos.

Os professores Viviane Mozine e Rafael Simões ampliam nossos olhares remontando a construção histórica do direito internacional dos refugiados. Mais do que atual, esta discussão nos permite nos situar no debate e compreender os processos de elaboração dos acordos internacionais e das políticas públicas de assistência às pessoas em situação de refúgio. Os autores elucidam deste modo de que forma a questão se coloca na realidade brasileira e, mais especificamente, do Estado do Espírito Santo.

Apresentando os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica promissora, Manuela Blanc e Bárbara Vitor de Aquino nos conferem pistas ao entendimento dos processos migratórios atuais em direção ao Estado do Espírito Santo, sobretudo aquele envolvendo a atração de imigrantes africanos em direção às cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória. A partir da reconstrução de duas trajetórias migratórias, as autoras exploram diferentes aspectos, aproximações e distanciamentos, envolvendo essas experiências que, entre outras coisas, tem em comum a inserção no ensino superior e em grupos de sociabilidade entre imigrantes africanos que se estendem em diferentes cidades da RMGV.

Debruçado sobre as representações sociais locais em torno da violência, *Bruno Dias Franqueira* analisa como os capixabas representam um “lugar violento” através de estudo de campo realizado em Vitória e Vila Velha. A partir da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, o autor identifica os elementos centrais

e periféricos das representações sobre a violência urbana entre os moradores dessas localidades. Segundo o recorte estabelecido pelo autor, ele observa que as categorias *drogas*, *tráfico de drogas e armas*, *violência* e *mortes* são constitutivas das representações de lugar violento para moradores dos bairros nobres de Vitória e Vila Velha, da mesma forma como dos moradores de bairros de periferia destes municípios, sugerindo, segundo a sua análise, o compartilhar de fontes de conhecimento sobre a temática entre grupos de distintas condições socioeconômicas.

Finalmente, Raquel Dornelas busca recuperar as narrativas sobre a violência no Estado do Espírito Santo através do noticiário policial local. Em uma crítica ao gênero “policialesco” e a sua tendência “a adotar majoritariamente a versão das forças estatais ao falar sobre ocorrências de crimes”, como nos destaca a autora, o protagonista destes discursos é, recorrentemente, o próprio policial. Ao mesmo tempo, Raquel observa que, no noticiário local, são frequentes demonstrações, por parte dos jornalistas, de discursos que sugerem o sentenciamento dos atores envolvidos nos atos narrados, marcando um fazer jornalístico parcial e reducionista, que trata o fenômeno da violência como mero sinônimo de criminalidade urbana.

Bem-te-vi? De uma vida comunitária permeada de transtornos ambientais e às emoções associadas a uma vida sem público

Túlio Gava Monteiro¹

Introdução

À margem de um bairro (Itapoã/Vila Velha) majoritariamente de classe média vive um grupo de indivíduos socialmente vulnerável que divide o espaço de uma rua com um canal. Ali o odor exalado pelo canal e o lixo se tornam parte do cotidiano daquelas pessoas. A proximidade àquela, mais conhecido por *valão*, ainda as coloca situações de risco, sobretudo pela a água que invade suas casas quase anualmente, apesar de que, desde 2014, o estado tem enfrentado uma grande estiagem. Ademais, naquele espaço quase limitador por uma só rua, há quase dois anos, os membros da Bem-te-vi, como vim a chamar a comunidade, também passaram a conviver com amontoados de sedimentos retirados do canal e depositados em frente a suas residências. Assim, a sua vulnerabilidade social acoplada aos riscos representados por esses transtornos revela uma situação de injustiça ambiental, muito atrelada ao que Rolnik chama de urbanismo de risco.²

Esses transtornos suportados pelos moradores, então, às vezes são apreendidos como problemas, outras vezes não. Quando não o são, as pessoas apresentam um movimento de recuo ou nem mesmo de aproximação à problematização. Sentimentos como o medo e a impotência se colocam como inibidores de uma postura ativa. No entanto, quando as situações suscitam emoções como a raiva, as pessoas se colocam em um processo de investigação e problematização. Nesse contexto de mistura de sentimentos e emoções que parecem

1 Mestre em Sociologia Política e Pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais da Universidade Vila Velha.

2 Cf. ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999.

se contrapor, a postura individualista escolhida para enfrentar os problemas configura-se em uma *privatização* dos mesmos, e a sua publicização, assim, não se desenvolve.

Esse é o cenário que desenvolvo neste artigo, após as considerações feitas na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. Aliás, ele tem como principal fonte a minha dissertação de mestrado, a qual desenvolvi por meio de uma pesquisa de inspiração etnográfica, aliada à aplicação de entrevistas semiestruturadas. Foi exatamente durante o desenrolar da pesquisa que pude notar uma mistura de emoções que poderiam, de alguma forma, explicar o tipo de reação daqueles moradores frente aos transtornos ambientais. Assim, o objetivo, aqui, é desenvolver como se configura a situação de vulnerabilidade socioambiental e de injustiça ambiental; e, sobretudo, quais são as emoções suscitadas por essa situação e que estariam explicando a (in)ação da comunidade perante os seus transtornos ambientais.



Figura 1: Parcela da Rua Sta. Teresinha de frente para o Canal da Costa.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Bem-te-vi: a comunidade da Rua Sta. Teresinha e seu caso de injustiça ambiental

A comunidade da Rua Sta. Teresinha, que venho a chamar de Bem-te-vi, é um grupo de pessoas que compartilham de condições socioeconômicas e ambientais similares. Ela se encontra no extremo limite sudoeste do bairro Itapoã, em Vila Velha, vivendo à margem de um canal a céu aberto, chamado Canal da Costa (Figura 1). Daqueles moradores que tive a oportunidade de conversar e entrevistar, a renda não se estende tanto para além de um salário mínimo. Aliás, muitas pessoas possuem empregos com baixa remuneração, como empregada doméstica, profissional de limpeza ou de cozinha em shopping ou restaurante ou empacotador em rede de supermercado. Além dessas ocupações formais, há pessoas que abrem pequenos negócios ou que recorrem a ocupações informais, como a de carroceiro.

Há, também, moradores que recorrem a alternativas para ter alguma renda ou para acrescentar àquela que já possuem. Quando não desfrutam de programas sociais, como o da Bolsa Família, fazer bico é uma opção que frequentemente aparece no discurso dos moradores. Juliana, por exemplo, é uma senhora que recebe para cuidar do filho de sua vizinha e, ora ou outra, vende picolé em frente à sua casa. Em conjunto, são situações que revelam, ao menos, os baixos salários e a descontinuidade nos tempos de trabalho que Sá considera como elementos característicos da precariedade do trabalho.³

Por si só, a baixa renda não revela muito, uma vez que a renda é um meio pelo qual se alcança determinados bens que cada indivíduo e coletividade consideram relevantes para seu bem-estar.⁴ Contudo, a situação de vulnerabilidade da comunidade está, ao menos em parte, no âmbito de ação permitido por seu poder aquisitivo. Em razão das inundações periódicas, os moradores a perder móveis com certa frequência e, por causa da insuficiência de renda, são obrigados a viver

3 Cf. SÁ, T. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações revista de sociologia**, v. 7, 2010.

4 Cf. SEN, A. *Capability and Well-Being*. In.: SEN, A.; NUSSBAUM, M. (eds.). **The Quality of Live**. [s. l.]: Oxford Scholarship Online, 2003.

privados de alguns bens e a continuar utilizando móveis debilitados, como algumas vezes os ouvi dizer a respeito dos guarda-roupas.

Aqueles eventos, assim, remetem a um dos transtornos enfrentados pela Bem-te-vi, que se revelam de caráter olfativo, estético ou mesmo sanitário. Afinal, doenças podem ser causadas pelo contato com a água e pela proliferação de vetores em geral. No entanto, dentre todos eles, o problema causado pelo canal mais exaltado pela Bem-te-vi corresponde às inundações. Estes processos hidrológicos de invasão da água do canal sobre a planície que o margeia se sucedem sempre que as chuvas são suficientes para ultrapassar o limite da capacidade de seu leito, imposto, inclusive, por sua estrutura.⁵ Segundo os moradores, elas são tanto visíveis, o que lhes dá tempo de reagir; quanto sorrateiras, quando os atingem durante a madrugada. Estas, mais conseqüentes, tomam as ruas e as casas antes mesmo que os moradores as percebam, situação como a que ocorreu a partir do natal de 2013 e persistiu até a primeira semana do ano seguinte.

Apesar de as inundações se configurarem em um transtorno quase anual para aqueles moradores, elas se referem somente a um dos transtornos causados por sua proximidade ao canal. O mau cheiro, que para mim não agradava, quando não se tornava insuportável, foi algo declarado por alguns moradores como um transtorno, mas parecia mais uma resposta automática que uma verdadeira reclamação ou insatisfação com a situação. O *valão*, como eles comumente se dirigem ao canal, expele um odor desagradável e isso é inegável. Enquanto eu me esforçava para não demonstrar reações nada positivas ao cheiro, os moradores não exibiam qualquer reação. O hábito de comer, dormir e se socializar sobre a influência do *valão* parece fazê-los com que se adaptem ao odor, tornando-os virtualmente *inconscientes* a ele.

Enquanto o odor se camuflava nos seus potenciais biológicos de adaptação olfativa dos moradores, ou mesmo em uma capacidade de abstrair, a preocupação de cair no *valão* também era sempre exaltada, mesmo porque é uma situação recorrente. Ora ou outra, adultos e

⁵ Cf. AMARAL, R. do; RIBEIRO, R. R. Inundação e Enchentes. In.: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. do (org.). **Desastres naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

crianças caem naquela água poluída e quase parada, acidentalmente ou devido a brincadeiras infantis.

O aspecto estético também é uma questão a ser ressaltada. Poucas foram as vezes em que o serviço de limpeza urbana desempenhou um trabalho completo sobre vegetação rasteira que cresce sobre as margens do canal. Não é à toa que as plantas, sobretudo as que nascem sobre as áreas não concretadas, cresceram de tal forma que chegam a tomar parte da superfície do canal. Segundo os moradores, a limpeza é realizada de vez em quando e o cotidiano revela que não é o suficiente. Ao perguntar a Marcos sobre o funcionamento desse serviço, ele responde:

então, não funciona. Aí quando ele vem aqui para perto, o Prefeito, não só o Rodney Miranda, mas o Neucimar, prefeitos anteriores, o que eles faziam? Eles mandavam capinar. Aí limpavam o valão, ficava tudo bonitinho, assim... aos olhos dele.

Sendo um canal a céu aberto, os transtornos que o *valão* proporciona à comunidade decorrem, entre outras razões, da ocupação de sua margem. A apropriação do que hoje é uma rua, aliás, remete ao descaso público. Somente após a informal e desordenada apropriação do espaço é que o poder público interveio, já que é uma infraestrutura que chega tardiamente e se molda ao lugar, resultando em postes e fiações rentes às residências, calçadas curtas ou inexistentes, uma rede de esgoto que, além de recente, é ineficiente. Isto é, são territórios que seguem a lógica dos loteamentos periféricos em que as melhorias advêm de obras pontuais e corretivas que se sobrepõem a um contexto que não responde a um padrão urbanístico.⁶

A rua e, sobretudo, a margem oeste do canal, encontram-se constantemente sujas com uma combinação de embalagens, restos de alimento e sacolas de lixo, apesar da existência de coleta de resíduos sólidos. São elementos, inclusive, que disputam espaço com cachorros, galinhas e ratos.

Durante os meses em que frequentei a região, a entrada para a Rua Sta. Teresinha *sempre* esteve lotada de sacolas de lixo e entulhos,

6 Cf. JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. *Revista política & trabalho*, v. 25, n. 0, 2006.

pela manhã e pela tarde. Só não me deparei com essa situação em momentos em que o caminhão de lixo havia passado à noite e ninguém havia saído de casa ainda, já que é comum a rua começar a ganhar movimento de vizinhança depois das nove horas da manhã.

Não é de se estranhar, é claro, que os moradores colocassem seu lixo naquele ponto, porque é justamente o local de retirada do lixo pelos garis que não entram na rua para fazer esse serviço. Inclusive, é um serviço que não lhes falta, já que a coleta é diária.

Adentrando-me na comunidade, a situação não era diferente. Quando não havia mutirão de limpeza promovido pela PMVV que, aliás, segue uma agenda, de acordo com as informações que consegui na SEMSU – Secretaria de Serviços Urbanos –, a margem oeste do canal e a parte do terreno à frente encontravam-se sempre repletas de sacolas de lixo.

Além disso, uma pequena no fim da Rua Sta. Teresinha foi, por anos, utilizado como um depósito de lixo e entulho (Figura 2). Moradores, sobretudo aqueles com os fundos de suas residências para o canal, costumam lançar seu lixo naquela. No entanto, a vegetação tomou aquele pequeno lixão, aproveitando a matéria orgânica dispensada pelos moradores e, assim, criando uma espécie de camuflagem. E seguindo com o descaso, nos últimos meses do primeiro semestre de 2016, ele deu lugar a um barraco de madeira.



Figura 2: Pequeno lixão formado na Rua Sta. Teresinha - setembro de 2015.

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No que tange ao lixo de uma forma geral, mesmo a PMVV sendo responsável pela limpeza, eles não a culpam, não necessariamente, porque alegam que ela faz a sua parte; isto é, que *não há* o quê reclamar. A fala de Jaqueline expressa bem o sentimento de alguns deles: “Você quer saber de uma coisa, aqui, também, os moradores aqui, são muito porcos. Aí, não tem nem como a gente culpar eles (a PMVV). Porque você tá aqui, e você viu aí agora. Então não tem nem como a gente falar alguma coisa do Prefeito”. Ela se referia ao momento em que nós e outros moradores estávamos em frente à sua casa conversando justamente sobre essa questão. Três casas a frente, uma moradora saiu de sua residência com duas sacolas de lixo e, dando um passo sobre a rua, jogou-as em direção ao terreno da frente, uma delas, inclusive, caindo no canal.

Mesmo diante dessa situação, a rua é mais que um espaço sujo e utilizado simplesmente para transitar. Ela é um espaço de representações e de usos bem característicos daquele de uso comum,

ultrapassando o seu caráter público. Algumas partes dela, por exemplo, ainda apresentam manchas de tinta, sobretudo das cores verde, amarela e azul; vestígios da Copa do Mundo e de representações de afeto daquela comunidade para com o time brasileiro. Um apreço que não é visto impresso somente naquele chão seminovo, mas, também, nas bandeiras do Brasil pintadas em postes e muros.

Rente ao canal, a rua não apresenta qualquer medida de segurança para proteger os moradores e transeuntes de caírem nele. Além disso, ela tem, logo em seu começo, quatro longas estacas de madeira dispostas rente ao leito, separadas por largos espaços e interligadas por uma fina corda. Esses varais improvisados sob a via pública revelam não só a falta de espaço hábil nas residências, mas, também, a criação de um vínculo privado com aquele espaço. A rua se torna, portanto, uma extensão das habitações dos moradores, algo que se percebe, inclusive, no comportamento deles. É comum, por exemplo, a socialização e o desenvolvimento de redes de sociabilidade entre vizinhos e familiares sobre ela. O bingo realizado todos os domingos é um exemplo disso.

Já os terrenos, em sua maioria, são completamente ocupados, com moradias localizadas, inclusive, em fundo daquelas de frente para o canal. Nesses casos, corredores são criados para dar acesso àquelas habitações camufladas pelos tijolos, ferro e cimento das habitações à frente. Mesmo com uma ou outra residência com aspecto de recentemente pintada e com telhas sobre os muros, no geral, ou elas são de alvenaria exposta, sobretudo àquelas no interior dos terrenos; ou são pintadas, mas manchadas de uma cor escura, característica da poeira que tem se fixado por anos sobre as paredes. São habitações em que suas grades e portões de ferro enferrujados compartilham espaço com vidros foscos de poeira e telas instaladas sobre uma ou outra janela. Ao manifestarem seu caráter socialmente vulnerável, as residências agravam a vulnerabilidade ambiental de seus habitantes. Quando afetadas pelas inundações, por exemplo, a umidade penetra sua estrutura e móveis, fragilizando-os e aumentando os riscos de agravamento de problemas de saúde.⁷ A deterioração dos materiais se

7 Cf. FREITAS, C. M. de; XIMENES, E. F. Enchentes e saúde pública: uma questão

revela nas fissuras e buracos que se distribuem sobre a superfície das residências. Um exemplo disso é a situação de uma moradia de fundos para o canal que, com a limpeza do valão, começou a sofrer graves rachaduras, comprometendo ainda mais sua estrutura e aumentando o risco de desabamento. Ainda, tanto na área externa quanto interna, algumas delas ainda preservam uma marca negra da última inundação que sofreram, em 2013-2014.

Associado a essa vulnerabilidade estrutural, modificações realizadas pelos moradores em suas residências impede uma vivência confortável. Isso ocorre porque algumas delas apresentam o pé direito reduzido, fazendo com que algumas pessoas quase batam a cabeça na parte superior das portas; alguns cômodos, em especial os banheiros, ficam um nível abaixo da nova altura; e ressaltos, ora ou outra, aparecem sobre as portas, não permitindo que as pessoas caminhem livremente. Nessa lógica, o desconforto estaria associado à insegurança proporcionada pela não proteção às intempéries e a ineficiência do espaço, por causa das manobras necessárias para viver nas residências.⁸

Em frente às residências, mas na outra margem do canal, existe um terreno extenso e acessível a todos, com sua superfície mesclada de um concreto degradado com o tempo e de terra, seja vinda como poeira e rejeitos de vários usos e ocupações que aquele espaço obteve, seja daquela porção que fora sufocada pelo cimento e que tem entrado novamente em contato com o ar através das fendas. Há anos esse terreno tem sido utilizado de forma pública, já que moradores transitam por ele como um espaço de livre passagem e se apropriaram dele para a prática do lúdico, uma vez que não têm acesso a uma estrutura que lhes garanta a capacidade de ter lazer. Apesar de qualquer valor que aquele espaço pudesse ter para a comunidade, desde meados de 2014, ele passou a ser utilizado pela prefeitura como área de depósito de sedimentos – *lama* – retirados do Canal da Costa (Figura 3).

na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. **Floods and Public Health**, v. 17, n. 6, 2012.

8 Cf. SILVA, H. S. da; SANTOS, M. C. de O. O significado do conforto no ambiente residencial. **Cadernos revista Proarq**, v. 18, [s. d.].



Figura 3: Sedimentos do canal (*lama*) em frente à comunidade – c/ criança brincando. **Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Como uma moradora conta,

aquilo tava muito feio. Eles tiravam lama do valão. Desse valão não, de fora. As caçambas vinham de outro valão. [...] E jogavam aí, né? E aquilo escorria e virava aquela imundície.⁹

Portanto, a frente das residências ficou repleta de sedimento escuro e úmido e, enquanto restava lá, amontoado sob o sol para que secasse e fosse transportado, o chorume se espalhava por todo canto e escorria para o *valão*.

Com o tempo, aqueles montes de lama se mostravam cada vez menos úmidos e o odor que liberavam se misturava com o do canal. Quando perguntei ao Marcos sobre essa questão, ele respondeu:

agora não, porque tá seco, mas isso, quando é jogado essa lama de valão, fede muito. O fedor é muito grande. E olha só, as crianças, e não só elas, como os outros, ficam brincando ali. Ali era espaço deles brincarem. Tá certo, já era errado? Era, mas eles ficam brincando ali. Fizemos até um campinho de futebol ali, para as crianças brincarem. Nós adultos jogávamos lá. Não tinha nada para fazer à tarde. Aí eles vieram e jogaram essa merda aqui. Literalmente, merda, de todo mundo de Vila Velha.

⁹ Camila.

A *lama*, contudo, não impediu todos esses usos. A travessia, a vista e o valor simbólico daquele espaço estão comprometidos desde então, e, durante todo esse tempo, ela passou, também, a fazer parte da paisagem e da vivência da comunidade. Ela foi suportada pela comunidade, vinculada ao cotidiano de seus habitantes e, de certa forma, apropriada por eles. Mesmo com a interferência da PMVV, ao colocar uma placa proibindo a passagem pelo terreno, os moradores continuaram a transitar pela área. E como Marcos diz: “eles colocaram, mas todo mundo passa. Vai abaixar a cabeça?”.

Basicamente, o conjunto dos transtornos ambientais sofridos pela comunidade provém, de uma forma geral, de uma infraestrutura sanitária inadequada. A conjugação de males ambientais associados à sua vulnerabilidade social leva a um processo estigmatização que deteriora sua identidade. A qualidade das residências associada ao lixo e o canal a céu aberto criam um aspecto que os próprios moradores alegam remeter à favelização. Ademais, é uma situação que reflete uma desigual distribuição de riscos ambientais entre grupos sociais de baixa renda, isto é, uma situação de injustiça ambiental.¹⁰

Sentimentos em recuo frente aos transtornos

Os transtornos¹¹ suportados pela Bem-te-vi parecem questões exclusivas de uma comunidade socialmente vulnerável, no entanto, elas se colocam no limbo da definição entre interesse geral e interesse particular. Tal como Cefaï alerta ao fazer um paralelo com o que é trazido por Lichterman, a objetivação da diferença entre esses interesses é impossível e, por isso, por mais que a injustiça ambiental sofrida por essa comunidade envolva interesses “localistas”, é a

10 Cf. ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

11 Transtorno é a tradução que utilizo para designar trouble, uma palavra em francês e em inglês que, em português também é traduzido como problema. Como há diferença conceitual entre trouble e problème, adotei as palavras transtorno e problema para me remeter àquelas palavras respectivamente.

universalização destes que permite que os transtornos ambientais se elevem ao caráter de problema público.¹²

O transtorno a que me refiro é aquilo que existe antes da constituição de um problema. Ele é o *gatilho*, uma situação inicial também compreendida como uma desordem, um distúrbio ou, simplesmente, uma situação problemática causada por um evento (de qualquer natureza) que perturba ou impacta a harmonia do convívio de indivíduos e coletividades com o seu meio ambiente. Em outras palavras, o transtorno se instala “quando os tipos de respostas, rotineiras e estandardizadas, dadas por uma coletividade a seu ambiente, tornam-se mal ajustadas, inadequadas ou insuficientes”.¹³ Assim, ele nasce quando as pessoas são acometidas por uma situação que lhes é estranha ou inconveniente e com a qual não conseguem lidar de imediato.

Na Bem-te-vi, é comum que os males ambientais sejam percebidos mais como transtornos pessoais que como problemas. Durante aquele período em que entrevistei alguns moradores e perambulei pela comunidade, observando e conversando com seus membros, percebi um desinteresse em lidar com os transtornos de uma forma geral. Uma falta de interesse que se mostrou associada a sensações, sentimentos e emoções responsáveis por um movimento de recuo frente a eles.

O medo, que aqui estou compreendo também como uma confluência de temor e preocupação, é um dos sentimentos que explica a postura passiva muito presente na comunidade. Ele está associado ao contexto de estigma e violência em que aquelas pessoas estão inseridas. Uma situação resultante da preocupação crescente com a segurança nos bairros de classe média, como o de Itapoã,

12 Cf. CEFALÍ, D. *Acción asociativa y ciudadanía común. ¿La sociedad civil como matriz de la res publica?* In.: BENEDICTO, J.; MORÁN, M. L. (org.). **Aprendiendo a ser ciudadanos**. Experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes. Madrid: INJUVE, 2003.

13 CEFALÍ, D. **Arène publique: Un concept pragmatiste de sphère publique (version française d'un article soumis à Sociological Theory)**, 2015. Disponível em: <http://cadis.ehess.fr/docannexe/file/2378/cefai_arena_publicue_concept_pragmatiste_cadis.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2015, p. 2, tradução nossa.

especialmente após a construção do Shopping Vila Velha, fazendo com que a pobreza e o tráfico de drogas que convivem naquela rua justifique um tratamento desigual e preconceituoso. O depoimento de Marcos abaixo deixa isso claro.

Às vezes eu estou aqui da janela, aqui... que nem... eu já vi. Aí, chega uns carinhas, ali, roubam ali. Tudo playboyzinho... que eu conheço, que mora lá em cima, em Itapoã. Correm... vêm, entram aqui e passam aqui correndo. Aí o que acontece? A polícia vai: «Os caras são daqui». O cara é loiro, tem o olho AZUL. Mas me fala quem é loiro aqui que tem um olho azul. «Ah, não, foi a menina que falou que foi um menino assim, assim, assado» [Como se outra pessoa tivesse dizendo]. Só que eu estava da janela aqui, eu vi. Foi um loirinho, cabelo liso, estilo surfistinha que mora lá em cima em Itapoã. Aí os meninos daqui tomam uma coça. Mas ninguém encontra nada com eles. Mas eles descem o cacete. Para eles é mais vantagem. Tem filho de policial que faz coisa errada, mas eles sempre acobertam. Então, assim, é mais fácil jogar para cima do pessoal daqui. Tudo é jogado para cá, tudo que acontece de ruim aqui em volta.

A truculência policial exposta por esse morador, que decorre de um desrespeito para com os direitos daquelas pessoas, é, então, produtora do medo. Um sentimento que passa a coexistir com elas e que gera uma sensação de insegurança, cujo responsável se revela ser o próprio poder público. É um medo atrelado à falta de segurança pessoal ou familiar, tal como Koury apresenta como categoria associada a esse sentimento que permeia os habitantes de João Pessoa.¹⁴ A instalação de um posto da guarda municipal na avenida de frente para a comunidade e de uma câmera na própria Rua Sta. Teresinha – quebrada duas vezes – ao invés de fazê-los sentir mais seguros, produz o inverso. A vigilância constante à qual são submetidas é vista como forma de controle, reproduzindo o Panóptico através da tentativa de constrangê-los a agir livremente.¹⁵ Um estado que é reprovado expressamente por alguns moradores, mas que se revela permear o discurso geral da falta de segurança.

14 Cf. KOURY, M. G. P. O que é medo? Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. *Psicologia & sociedade*, v. 21, n. 3, 2009.

15 Cf. BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Assim, tanto os temores quanto à necessidade de segurança modelam as relações sociais que se desenvolve, sobretudo, a respeito dos grupos estranhos à comunidade.¹⁶

Não é à toa que se cria uma situação de permanente desconfiança, um sentimento que ergue mediante a incerteza sobre as ações do *outro*.¹⁷ A rejeição da gravação de entrevista, tal como a resistência e a negação de me dizerem seus nomes resultam desse sentimento, já que eu era um elemento estranho naquele lugar. Mas ele se revelou mais presente no controle das palavras a serem empregadas, sobretudo no caso de uma das moradoras. Em um primeiro momento, Jaqueline, uma senhora que eu comumente via sentada no meio-fio de frente à sua residência, fumando seu cigarro, utilizava em seus discursos comigo sempre uma palavra amenizadora, quando não engrandecia o trabalho do poder público. A discrepância entre suas palavras e a realidade que eu observava era suficiente para indicar sua desconfiança em mim. No entanto, foi o seu filho que deixou essa situação mais clara, após seu envolvimento na entrevista. A indiscrição dele fazia Jaqueline reprimê-lo com toques em sua perna e movimentos negativos com a cabeça, ao mesmo tempo em que ela pedia para a entrevista acabar, dizendo “tá bom, meu filho, já tá bom”. Mas é uma das respostas dele para sua mãe que deixa mais claro o medo e sua confluência com a insegurança e a desconfiança: “Veja o lado bom, mãe, eles não vão poder mais bater nos meninos, aqui. Para e pensa”.

Apesar de essa situação não estar diretamente ligada aos transtornos ambientais, ela designa um estado de retração frente a eles por causa da posição em que a Bem-te-vi se encontra perante o poder público. Ela reflete uma típica negação de reconhecimento em razão do abuso físico, já que este os priva de disporem livremente de seus corpos.¹⁸ Nesse sentido, o medo passa a exercer uma forma de controle que, associado ao descaso do Estado, contribui para a naturalização daqueles

16 Cf. DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente, 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

17 Cf. JARAMILLO, A. M.; VILLA, M. I.; SÁNCHEZ, L. A. **Miedo y Desplazamiento: Experiencias y Percepciones**. Medellín: Corporación Región, 2004.

18 Cf. HONNETH, A. **The fragmented world of the social: essays in social and political philosophy**. Albany: State University of New York, 1995.

transtornos. Um processo de desresponsabilização da comunidade em razão de mecanismos que, mediante formas de controle e acomodação social, subordinam-na e demarcam a localização social delas.¹⁹ Assim, a Bem-te-vi passa a reconhecer os riscos que envolvem a manifestação contra as instituições públicas, distanciando-as de uma postura ativa, isto é, de definição e de combate aos seus transtornos.

No processo de naturalização, no entanto, parece existir outro fator. A incorporação daqueles transtornos ao cotidiano e à identidade da Bem-te-vi contribui que aqueles habitantes se tornem menos capazes de refletir criticamente sobre suas vidas. Por isso que, além do medo, eles muitas vezes se mostram conformados e indiferentes com a situação de injustiça na qual se encontram. Existe uma ligação entre os moradores e os transtornos que, sobretudo com aqueles representados pelo *valão*, remete a uma convivência prolongada e, até mesmo, que transcende o seu cotidiano e parece conectado à história de vida dos moradores, já que eles demonstram ter vivido, no passado, situações similares ou mais problemáticas que a atual. Aliás, há morador que se mudou para a Rua Sta. Teresinha porque sua casa estava condenada pela defesa civil, como também há morador que foi morador de rua, ou mesmo que cresceu disputando alimento com cachorro e urubu em meio a lixão. Portanto, a situação atual não representa tanto um problema porque simboliza uma vida melhor que a anterior.

O fato de, ora ou outra, exibirem expressões alegres ao se referirem sobre o canal, por exemplo, reflete, também, uma relação que não é estritamente negativa. Arlene, mãe de quatro crianças, ao discorrer sobre o fato de todas elas terem caído no canal, mostrou-se calma e, com uma voz tênue, contava como se aquilo fosse banal. Ali, de frente para o canal, um sorriso vez ou outra brotava de seu rosto, revelando que certos momentos foram até engraçados. Apesar de existir preocupação com as crianças, é uma reação comum, compartilhada, inclusive, por Marcos, que conta de forma jocosa as razões de ter caído três vezes. O empurra-empurra entre as crianças envolvendo o canal e a incorporação da *lama* em suas brincadeiras, em vista da ausência

19 Cf. KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos estudos Cebrap*, v. 63, 2002.

de um espaço para a prática do lúdico, deixam ainda mais claro o tipo de vínculo estabelecido. Trata-se de uma relação que demonstra a permanência desses elementos como transtornos, não se configurando em problemas. Essas situações desvelam uma relação de aceitação, ou mesmo de resignação, a qual, inclusive, parece retratar uma forma de adaptação àquele contexto socioambiental sem perspectivas de melhora. Assim, a segurança sendo garantida através do medo e o humor revelando a comédia dentro da própria tragédia – o que se entende por humor social – representam emoções que parecem influir sobre a capacidade adaptativa da comunidade.²⁰

De forma similar, os moradores também trazem à tona a resignação ao alegarem que as inundações são fenômenos comuns em Vila Velha e ao relevarem a deposição de sedimentos em frente a suas casas. A respeito da *lama*, Arlene diz:

porque ali, no caso, eles fizeram de... foi o lugar mais próximo do canal, para depósito. Então, eles precisavam de um... no caso, de um lugar para ser jogado, esse negócio. Mais perto, entendeu? Eles alugaram ali, para poder jogar.

Enquanto que Enrique diz, contradizendo a sua companheira no que tange à *podridão* do canal: “Não é muito não... é porque ela está esquentando a cabeça demais. Você está esquentando a cabeça demais”. São falas de moradores que justificam a imposição forçada da *lama* e a inação do Estado frente aos problemas representados pelo canal, como se não houvesse alternativa para o poder público. A legitimidade que a ação/inação da prefeitura ganha reprime o ativismo da reação da comunidade, como também contribui para *legitimar* o apoderamento do controle de seus corpos contra a sua vontade, sendo ele permitido pela exposição aos males ambientais.²¹

Por outro lado, a indiferença se mostra no fato de muitos

20 Cf. OJEDA, E. N. S. Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. In.: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (org.). **Resiliência**: descobrimos as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

21 A conexão que Schlosberg faz entre exposição a riscos ambientais e danos a integridade física das pessoas parte da perspectiva de Axel Honneth sobre o reconhecimento e formas de maus tratos. Cf. SCHLOSBERG, D. **Defining Environmental Justice: theories, Movements, and Nature**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

moradores não se importarem com o lixo, já que eles próprios costumam jogar as sacolas pelas janelas de suas residências. Aqueles que não o fazem tratam, de forma geral, do mesmo modo que os responsáveis, fazendo vista grossa. Segundo Kropp e Connor, é o comportamento dos moradores isento de emoção ou de ligação à causa suscitada por esse transtorno que dá luz a esse sentimento.²²

Ainda sobre o caso do lixo, a necessidade de preservar as boas relações com os vizinhos ou, pelo menos, de evitar conflitos surge como outra questão que se sobressai e parece contribuir para justificar a inação frente aquele transtorno pelo qual os próprios moradores são responsáveis. Os moradores comumente alegavam que, caso intervissem, chamando atenção, por exemplo, dos responsáveis, criariam confusão. É um discurso que pode ser visto, ainda, acompanhado de outro, em que eles alegam que aquela comunidade é um lugar bom para se viver porque “ninguém mexe com ninguém aqui, graças a deus”.²³ O fato de evitarem lidar com os transtornos parece demonstrar que os moradores não costumam buscar investigar essas situações, o que tende a dificultar a definição daqueles transtornos como problemas.²⁴

Todo esse conjunto de sentimentos, apesar de alguns terem se mostrado mais generalizados que outros, mostra-se associado à impotência, sobretudo quando nos remetemos ao medo e à resignação. Aquele sentimento fica evidente em falas ligadas à máxima “não vai dar em nada mesmo”, quando os moradores se remetiam às demandas ao poder público. Trazendo para o caso das inundações, em que as autoridades e instituições públicas e a própria Associação de Moradores de Itapoã (AMI) pouco ou nada fazem, vez ou outra a comunidade as procura, mas de forma pontual, individual e desorganizada, facilitando para que o Estado se esquive de suas responsabilidades ao ponto da população abrir mão do seu possível poder de pressão. “A

22 Cf. KROPP, E.; CONNOR, J. *Indifferent feelings and emotional shifts, from loyalty to what? The Australian Sociological Association - TASA*, 2013.

23 Jaqueline.

24 Cf. LANÇA, I. B. A construção dos problemas públicos: Elementos para uma análise do caso Timor. *Antropológicas*, n. 4, 2000.

gente não tem retorno. Chegou uma hora que largamos de mão”, diz Arlene, conformada, sobre pedido de auxílio ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; ou “Se a gente falar, eles vão fazer o quê?”, diz Marcos. Ambas as pessoas deixam claro o descaso para com a comunidade e, ao mesmo tempo, justificam seu distanciamento da política e de suas feições no âmbito civil.

A impotência, assim, manifesta-se em apatia, sentimento esse que vem a inibir a tomada de ação em alguns moradores, sobretudo aqueles conformados com as situações; mas que, ao mesmo tempo, parece se colocar como uma prática política própria, uma vez que se apresenta como uma forma consciente de rejeição da política convencional, tal como ressaltado por alguns moradores a sua incapacidade de alcançar melhorias através do contato com o poder público.²⁵

Em outros momentos, a impotência se mostrou, também, ligada a motivos pessoais. A impossibilidade de adquirir renda de Camila, por exemplo, representa uma falta de controle sobre a sua situação, deixando-a insegura sobre seu futuro e triste/descontente a respeito do presente. Uma senhora que, em razão de um problema de vista, ficou impossibilitada de realizar o trabalho artesanal responsável por sustentá-la. São sentimentos desvelados em seu semblante tristonho ao dizer que sua vida ali estava pior que antigamente, já que, segundo ela, está “sem trabalho, sem nada. Pagando aluguel, sem aposentar...”.

O descontentamento, no entanto, é um sentimento que se revela além da relação a questões pessoais, em meio àquelas pessoas. Ele, também, está atrelado ao convívio com o canal, especialmente em razão das inundações. O risco desses eventos e o histórico de perdas e dificuldades causados por eles levam ao desaparego às áreas ocupadas, já que é comum o desejo de se mudarem. Tal como a Camila, outra integrante da comunidade, cita uma vizinha sua: “Ai que benção de Jesus se alguém comparasse esses *trem* aqui para poder mudar

25 Cf. GAVENTA, J. **Power and powerlessness. Quiescence and rebellion in an Appalachian Valley.** Doctoral dissertation, Oxford: University of Oxford, 1975; GREENBERG, J. “There’s Nothing Anyone Can Do About It”: Participation, Apathy, and “Successful” Democratic Transition in Postsocialist Serbia. **Slavic Review**, v. 69, n. 1, 2010.

daqui.” No entanto, sobretudo em razão da renda, os moradores não conseguem se mudar para um lugar com os “mesmos acessos” que Itapoã proporciona. Eles se sentem presos àquele local e, fazendo um paralelo à situação de prisão apresentada por Bauman, a proibição de “mover-se é um símbolo poderosíssimo de impotência, de incapacidade e de dor”.²⁶ Esse sentimento de fraco pertencimento ao local influi diretamente em sua participação política, trazendo à tona mais um motivo a sua inação frente aos transtornos ambientais com os quais convivem.²⁷

Todos os sentimentos evidenciados acima, apesar de nem sempre generalizáveis, revela a tendência dos moradores de não tomar iniciativa para fazer sentido das situações. São sentimentos que parecem se individualizar e, por isso, não permitem que as pessoas se restabeleçam ou confrontem as causas de seus transtornos. De uma forma geral, o sofrimento coletivo, portanto, não nutre um processo de investigação e problematização.²⁸

Uma postura ativa esvanecente e um público inexistente

É possível que o conjunto dessas razões demonstradas anteriormente fundamente a falta de uma postura ativa frente aos transtornos. Contudo, seja por causa desse conjunto, seja somente por causa de um daqueles motivos, as situações desvelam sentimentos comuns entre os moradores em relação aos transtornos ambientais. É um *sentir em conjunto* que, mesmo muitas vezes se traduzindo em passividade, em outros momentos, ele é acompanhado de ações em prol da definição e da resolução de certas situações. Assim, sentimentos que possam parecer contraditórios, entrelaçam-se e se misturam, não só revelando a complexidade endógena do indivíduo, mas também

26 BAUMAN, Z. **Globalização...** *Op. cit.*, p. 116.

27 Cf. VIDAL, D. **Décentralisation infra-municipale, associations d'habitants et pouvoir local: dépasser l'opposition entre clientélisme et participation politique: l'exemple de Recife (Brésil)**. Paris: ORSTOM, 1996.

28 Cf. STAVO-DEBAUGE, J. **Des “événements” difficiles à encaisser: un pragmatisme pessimiste**. In.: CEFAÏ, D.; TERZI, C. (eds.). **L'expérience des problèmes publics**. [s. l.]: UCL - SSH/IACS, 2012.

daquela de um plano externo a ele caracterizado pela submissão.

Os primeiros contatos da comunidade com a *lama*, por exemplo, parecem ter provocado uma pequena onda de sentimentos e sensações, onde o descontentamento com o que perderam – o espaço que haviam se apropriado para a prática do lúdico –, o temor pelas doenças e a aversão ao odor e a feiura pipocaram em alguns moradores. É nesse contexto que um morador de uma rua de esquina com a Rua Sta. Teresinha foi à AMI buscar informações sobre a situação e solicitar alguma providência, como alegou a Presidente da associação. Em um movimento similar, Marcos também agiu, tal como ele alega:

[Q]uando eles [a prefeitura] começaram a colocar aqui, eu cheguei até a falar com o pessoal ‘vamos fazer um protesto para tirar’. Aí mandaram eu ir na prefeitura primeiro. Eu fui na prefeitura; a prefeitura mandou eu ir lá na Ouvidoria. Cheguei na ouvidoria, simplesmente mandaram eu ir lá na Prefeitura.

Típico do serviço público, esse vai-e-volta, que o morador alega ter dado, desvela um não reconhecimento da legitimidade do morador enquanto representante da comunidade e, ainda, coloca suas ações frente à máquina pública em situação de fragilidade. No entanto, foi justamente esse morador o responsável por se expressar de forma mais calorosa. Suas falas comumente eram permeadas de palavras enfatizadas, com a pele de sua testa muitas vezes se contraindo e frases por vezes acompanhadas de xingamento. Ele toma uma postura que flerta com a agressividade, demonstrando, portanto, raiva, uma emoção comum em pessoas com uma postura ativa frente aos problemas.²⁹

Apesar de ter havido reações práticas, em especial de Marcos, elas foram temporalmente localizadas, mais baseadas na ausência de clareza da situação devido à falta de informação do que uma reação paulatina e perene, comprometida com a resolução do transtorno. Assim, as justificativas e a permissão do IEMA, associadas ao desestímulo produzido por aquele descaso e por um envolvimento isolado, contribuíram para que uma reação coletiva incipiente se desfizesse antes mesmo de tomar forma. Aliás, além da prefeitura,

29 Cf. WRIGHT, S. C.; TAYLOR, D. M.; MOGHADDAM, F. M. *The relationship of perceptions and emotions to behavior in the face of collective inequality*. **Social justice research**, v. 4, n. 3, 1990.

a própria AMI não encontrou motivo suficiente para assistir a comunidade, já que, segundo a Presidenta da associação, “como que as pessoas vão reclamar de um serviço em um local que é, literalmente, dela [da prefeitura]?”. Sendo assim, a *lama* permanece com um transtorno, porque o discurso formal e dotado de legalidade se coloca a frente, legitimando a submissão da comunidade e a sua impotência. Aquela problematização suscitada, portanto, dissipa-se e dá lugar à aceitação daquela condição que lhes fora imposta.

Já o caso do canal traz à tona uma gama de especificidades. Notei que, em razão das inundações, os moradores se utilizam de medidas que podem ser entendidas como estratégias de *coping*, um processo de interação entre as pessoas e o ambiente de adaptação a situações de *stress*.³⁰ Com o intuito de minimizarem os danos causados por aqueles fenômenos, nos últimos anos, mas, sobretudo, após a última inundação, alguns moradores elevaram suas residências, acrescentando terra e entulho sobre o piso e, assim, reduzindo o pé direito. Quando entrei na casa de Karina, que me convidou para mostrar os móveis que perdera e que estão apodrecidos, eu observei que as passagens eram mais baixas que o normal, às vezes me fazendo declinar levemente a cabeça com medo de colidi-la contra a parte superior das portas. Ademais, relatando sobre o caso da última inundação, ela diz:

tive que gastar mais de vinte mil para subir essa casa e ainda não terminei o serviço todo. Sem poder, né? Fazendo empréstimo. [...] Depois que eu levantei, olha tamanho da porta que ficou: lá em cima. Esse armário aqui... Isso aqui perdeu tudo, encheu de água tudinho. Eu tive que jogar tudo fora.

Com o mesmo objetivo da adaptação a esse tipo de circunstância, outros moradores construíram pequenas barreiras de lajota e cimento, de uns vinte a trinta centímetros, na entrada de suas casas, tentando evitar que a água proveniente do canal entrasse. Embora ambas as estratégias adaptativas espontâneas tenham surtido algum efeito, as inundações continuam a provocar danos e a deixar os moradores apreensivos e preocupados, se não temerosos, nos períodos de chuva. Isso porque a água também irrompe pelos ralos e, em alguns

30 Cf. ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R. O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de psicologia*, v. 3, n. 2, 1998.

casos, já ultrapassou as elevações e barreiras. A chuva de junho 2015, por exemplo, que deixou a água do *valão* no topo de seu leito, foi o suficiente para que os moradores se preocupassem e se preparassem para o pior.

Essas respostas de cunho privativo dadas por *si* e para *si* – criação de barreiras e a elevação do nível das residências – designam, portanto, uma problematização colocada em curso pela comunidade. Um processo que tem como, ao menos, um dos gatilhos, o próprio medo/temor que as inundações provocam. O medo, inclusive, encontra-se no discurso de um ou outro morador, como quando Camila alega:

à água do valão, né? Toma conta dessas casas de baixo tudo. Aí... eu lá em cima não desço para baixo. Fico presa, né? [...] Agora, menino, uma vez eu desci porque eu tinha que ir no médico. Eu desci, tava tão cheio que deu aqui, oh, no joelho, aqui. Nem por aqui eu passei. Tinha que ir por aquelas ruas de lá para sair lá na frente, para ir na casa da minha irmã. Foi um dia que tava cheio de água e fiquei com *medo* de cair dentro da lama. Não tinha como ver. Tudo tapado disso aí, oh, da lama.

O transtorno causado pelas inundações, portanto, ganha o status de problema porque aqueles indivíduos se empenham a encontrar soluções. Essas atitudes de combate ao problema, no entanto, consistem em um conjunto de ações particulares que se desenrolam graças a um conhecimento comum compartilhado pelos moradores daqueles espaços. São estratégias copiadas entre os moradores, agregando-se ao capital social de como lidar com o transtorno. Elas foram reproduzidas, pois se mostraram eficientes até certo ponto, visto que não solucionam o problema em si. Portanto, elas não se constituem em ações coletivas porque não exibem um trabalho em prol de um benefício coletivo, em que as pessoas tendem a se beneficiar mesmo quando não participam ativamente.³¹ Isto é, o benefício da elevação das residências, por exemplo, é usufruído somente pelos seus proprietários/usuários e não pela coletividade como um todo.

O canal, então, revela-se um problema privado que não

31 Cf. OLSEN, M. **The logic of collective action**. 20 ed. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2002.

se torna público porque as pessoas tendem a agir isoladamente para solucioná-lo. Ao adotarem uma postura individualista frente aos transtornos/problemas, elas acabam por enfraquecê-los e não resolvê-los.³² No entanto, o enfraquecimento dos problemas pode tanto passar por certa proatividade, tal como é o caso do aumento do nível dos domicílios; bem como pelo fato de se contar com o elemento natural jogando a seu favor, uma vez que alguns habitantes de ambas as *comunidades* diziam esperar que continuasse sem chover, como tem ocorrido nos últimos dois anos por conta da forte estiagem no estado.

Seja na permanência do estado do transtorno, seja na problematização privada, o que fica claro é a *inexistência* de um campo de experiência coletiva. A comunidade, portanto, não se mostra capaz de mobilizar-se e engajar-se em um processo público de argumentação, denúncia e reivindicação, pois seus membros não parecem compartilhar um sistema interpretativo, argumentativo e de ação. Assim, é a cultura pública, aquela que providencia esse conjunto de ferramentas essenciais para desenrolar ações públicas, que não vem à superfície. Sendo ela capaz de influir sobre as capacidades individuais e coletivas que permitem a elaboração de estratégias de ação, sua *inexistência*, dificulta a publicização dos problemas.³³

A ausência de uma associação própria (*entre e para os* moradores), inclusive, põe em relevância a atividade da AMI frente aos transtornos que lhes acometem, sobretudo por possuir um caráter representativo. No entanto, em especial no que tange aos transtornos ambientais sofridos pela Bem-te-vi, a associação se coloca como um ator frágil, de baixa eficácia, senão ineficaz.

Uma das razões que justifica esse argumento é a baixa participação política dos habitantes do bairro, aqui se remetendo, sobretudo à participação popular na entidade. Durante o período em que realizei o campo na AMI, observei que os próprios diretores

32 Cf. CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. Introduction. In.: **Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques.** [s. l.]: Presses Universitaires de France, 2003.

33 SWIDLER, A. *Culture in Action: Symbols and Strategies.* **American sociological review**, v. 51, n. 2, 1986.

dificilmente comparecem à entidade, o que, inclusive, se reflete na ausência de reuniões semanais – e, portanto, de pautas. Apesar de toda terça-feira a presidenta se disponibilizar para atender aos habitantes do bairro de forma mais profícua, segundo ela, o contato entre as lideranças comunitárias tende a ser realizado mais por telefonemas ou pessoalmente (na maioria das vezes por ela), fora do horário de atendimento público. Durante todos os meses em que participei da associação, poucas foram as reuniões desenroladas no espaço da entidade, sendo que boa parte delas se processou a respeito de um problema comum entre os moradores de uma outra rua, denominada Ameixeira. Ademais, outro motivo para a baixa participação é desconhecimento da associação, uma vez que os membros da comunidade, muitas vezes alegavam desconhecer a AMI. Um desconhecimento que resulta, pelo menos, de um canal de comunicação ineficiente ou recente – menos de dois anos de existência de seu site e de sua página no *Facebook* – estabelecido pela associação para os habitantes do bairro.

Um segundo fator de ineficácia da AMI é a ilegitimidade que ela possui perante os habitantes do bairro (com relevância para a Bem-te-vi). Esta é um elemento que apresenta laços íntimos com a participação baixa, já que uma pode influir sobre a outra.³⁴ A dita ilegitimidade, aliás, parece decorrer da desconfiança dos moradores nas ações da AMI, já que, um ou outro morador alegava ou deixava a entender uma cooptação/confluência de interesses entre a AMI e o poder público.

A fragilidade do canal de comunicação entre os representantes (AMI) e a Bem-te-vi, inclusive, pode ser apontado como uma causa para a baixa capacidade de organização e engajamento comunitário, pela quase inexistência de ações coletivas e, portanto, pela baixa eficácia de suas estratégias. Por sua vez, associada a outras dificuldades de enfrentamento, advindas, por exemplo, da naturalização dos problemas, a baixa eficácia nutre um sentimento de inutilidade por parte das pessoas em relação à deliberação pública e a valorização maior de

34 Cf. RENNÓ, L. R. [et. al.]. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania.** São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

ações práticas.³⁵ Uma desorganização que tem se mostrado associada à pobreza, assim, contribuindo para uma vida pública mais efêmera, e intensificando ainda mais sua vulnerabilidade.³⁶

Discorrendo sobre os transtornos, Emerson e Messinger trazem à tona as potencialidades do envolvimento de outras pessoas, sobretudo de terceiras, no combate aos problemas. Segundo eles, a intervenção de indivíduos “de fora” afeta diretamente as circunstâncias de solução dos transtornos e a definição dos mesmos, podendo, assim “levar para progressiva clarificação e especificação da natureza e seriedade do transtorno”.³⁷ Dessa forma, no caso dos transtornos ambientais enfrentados pela Bem-te-vi, quando AMI não estabelece um canal de comunicação com a comunidade, deixando de mostrar possíveis causas e soluções para os problemas e as potencialidades das ações coletivas, aquele *público em potencial* (a Bem-te-vi ou a própria AMI em conjunto os membros daquela comunidade) perde a chance de enxergar a publicização como um remédio para seus problemas. E, de uma forma geral, quando se engajam individualmente, suas ações são limitadas pela sua vulnerabilidade social e, assim, sua capacidade de pressionar o poder público é diminuída, motivos pelos quais elas enfraquecem ou padecem antes mesmo de obterem resultados. Portanto, a capacidade de publicizar o transtorno não se desenvolve.

Considerações finais

Este trabalho traz à tona uma comunidade socialmente vulnerável, sobretudo, em razão da baixa renda e das residências inacabadas e com estruturas fragilizadas que acomoda em seu território

35 Cf. ELIASOPH, N. *Publics fragiles: une ethnographie de la citoyenneté dans la vie associative*. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (eds.). **Le sens du public**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

36 Cf. FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, 1998.

37 EMERSON, R. M.; MESSINGER, S. L. *The micro-politics of trouble*. **Social problems**, v. 25, n. 2, p. 128, 1977, tradução nossa.

uma conjunção de transtornos ambientais, como o lixo, o canal a céu aberto e o depósito de sedimentos do canal. Uma confluência que dá origem a uma situação de injustiça ambiental, por mais que ela não seja percebida como tal pelos seus membros.

A ausência de uma percepção de injustiça ambiental, contudo, não a exclui, mas revela uma não problematização da situação. O que podemos notar, é que, diante dos transtornos ambientais, a Bem-te-vi reage de duas formas que convivem entre si, mesmo que pareçam se chocar. Uma delas designa um recuo quanto à problematização e, portanto, a permanência das situações problemáticas. É uma postura passiva que se fundamenta no medo generalizado, decorrente, sobretudo, da truculência policial e negligência estatal. Esse sentimento, juntamente com a resignação, se une ao sentimento de impotência e, por consequência, a comunidade se volta para a apatia.

A segunda reação perpassa a anterior e está atrelada à raiva, a indignação e, até mesmo, ao medo/temor, sentimentos que contribuíram para uma postura ativa. Esta, por sua vez, se vê muito mais presente no individualismo da ação das pessoas, situação associada à ausência de uma cultura pública. São atitudes que levam à constituição de um problema privado, contribuindo para minimizar a situação, mas não solucionando o problema. Em meio a isso, nem mesmo a associação do bairro possibilita que aqueles transtornos ganhem um status público, desvelando uma capacidade de publicização fragilizada, se não inexistente.

Referências:

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMARAL, R. do; RIBEIRO, R. R. Inundação e Enchentes. *In.*: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. do (org.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir.** São Paulo: Instituto Geológico, 2009, p. 39–52.

ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estudos de psicologia**, v. 3, n. 2, p. 273–294, 1998.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CEFAÏ, D. *Acción asociativa y ciudadanía común. ¿La sociedad civil como matriz de la res publica?* In.: BENEDICTO, J.; MORÁN, M. L. (org.). **Aprendiendo a ser ciudadanos**. Experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes. Madrid: INJUVE, 2003, p. 91–115.

CEFAÏ, D. **Arène publique: Un concept pragmatiste de sphère publique (version française d'un article soumis à Sociological Theory)**, 2015. Disponível em: <http://cadis.ehess.fr/docannexe/file/2378/cefai_arena_publicue_concept_pragmatiste_cadis.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2015.

CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. Introduction. In.: **Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques**. [s. l.]: Presses Universitaires de France, 2003.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIASOPH, N. *Publics fragiles: une ethnographie de la citoyenneté dans la vie associative*. In.: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (eds.). **Le sens du public**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 225–268.

EMERSON, R. M.; MESSINGER, S. L. *The micro-politics of trouble*. **Social problems**, v. 25, n. 2, p. 121–134, 1977.

FREITAS, C. M. de; XIMENES, E. F. Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. **Floods and Public Health**, v. 17, n. 6, 2012.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, 1998.

GAVENTA, J. **Power and powerlessness. Quiescence and rebellion in an Appalachian Valley.** Doctoral dissertation, Oxford: University of Oxford, 1975.

GREENBERG, J. “*There’s Nothing Anyone Can Do About It*”: *Participation, Apathy, and “Successful” Democratic Transition in Postsocialist Serbia.* **Slavic Review**, v. 69, n. 1, p. 41–64, 2010.

HONNETH, A. **The fragmented world of the social: essays in social and political philosophy.** Albany: State University of New York, 1995.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Revista política & trabalho**, v. 25, n. 0, 2006.

JARAMILLO, A. M.; VILLA, M. I.; SÁNCHEZ, L. A. **Miedo y Desplazamiento: Experiencias y Percepciones.** Medellín: Corporación Región, 2004.

KOURY, M. G. P. O que é medo? Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. **Psicologia & sociedade**, v. 21, n. 3, p. 402–410, 2009.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos estudos Cebrap**, v. 63, p. 9–30, 2002.

KROPP, E.; CONNOR, J. *Indifferent feelings and emotional shifts, from loyalty to what?* **The Australian Sociological Association - TASA**, 2013.

LANÇA, I. B. A construção dos problemas públicos: Elementos para uma análise do caso Timor. **Antropológicas**, n. 4, p. 113–130, 2000.

OJEDA, E. N. S. Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. *In.*: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (org.). **Resiliência: descobrimo as próprias fortalezas.** Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 47–57.

OLSEN, M. *The logic of collective action.* 20 ed. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 2002.

- RENNÓ, L. R. [et. al.]. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.
- ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 100–111, 1999.
- SÁ, T. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações revista de sociologia**, v. 7, p. 91–105, 2010.
- SCHLOSBERG, D. **Defining Environmental Justice: theories, Movements, and Nature**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SEN, A. *Capability and Well-Being*. In.: SEN, A.; NUSSBAUM, M. (eds.). **The Quality of Live**. [s. l.]: Oxford Scholarship Online, 2003.
- SILVA, H. S. da; SANTOS, M. C. de O. O significado do conforto no ambiente residencial. **Cadernos revista Proarq**, v. 18, p. 138–151, [s. d.].
- STAVO-DEBAUGE, J. Des “événements” difficiles à encaisser: un pragmatisme pessimiste. In.: CEFAÏ, D.; TERZI, C. (eds.). **L’expérience des problèmes publics**. [s. l.]: UCL - SSH/IACS, 2012, p. 191–223.
- SWIDLER, A. *Culture in Action: Symbols and Strategies*. **American sociological review**, v. 51, n. 2, p. 273–286, 1986.
- VIDAL, D. **Décentralisation infra-municipale, associations d’habitants et pouvoir local: dépasser l’opposition entre clientélisme et participation politique: l’exemple de Recife (Brésil)**. Paris: ORSTOM, 1996, p. 131-146.
- WRIGHT, S. C.; TAYLOR, D. M.; MOGHADDAM, F. M. *The relationship of perceptions and emotions to behavior in the face of collective inequality*. **Social justice research**, v. 4, n. 3, p. 229–250, 1990.

Pescadores artesanais e comunidade tradicional da Ilha das Caieiras/Vitória em perspectiva histórica

Felipe Ramaldes Corrêa¹

Flavia Nico Vasconcelos²

Apresentação

Entre os dez bairros que compreendem a região da Grande São Pedro, a Ilha das Caieiras pode ser considerada uma verdadeira pérola. O histórico de formação do bairro é adverso ao dos bairros vizinhos da região e fundamenta as características que o alçaram ao status atual de atrativo turístico.

Os visitantes são atraídos pelo polo gastronômico voltado para a culinária típica capixaba que se formou no bairro, complementado pela paisagem natural do manguezal visto à beira da maré. São onze restaurantes que possuem como destaque no cardápio a moqueca capixaba, a torta capixaba e o siri desfiado, cujos ingredientes compreendem peixes e mariscos que são extraídos por pescadores do bairro que atuam no manguezal do Lameirão.

O conceito turístico contemporâneo da Ilha das Caieiras se forma historicamente a partir dos atributos do povoado que começa a se formar ainda no século XIX, influenciado diretamente por sua proximidade geográfica com o manguezal, pela abundância de pescado e a tradição da pesca artesanal. A pesca artesanal faz parte do modo de vida da maior parte das tradicionais famílias que vivem nas principais ruas, as que ficam próximas à maré, onde estão ancorados os barcos e canoas que se incorporam à paisagem urbana do bairro que já foi uma pequena ilha. A pesca artesanal e o manguezal são dois componentes centrais na formação sociocultural da Ilha das Caieiras.

1 Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha (UVV-ES) – feliperamaldes@gmail.com.

2 Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP), Professora do Mestrado em Sociologia Política e do Mestrado em Arquitetura e Cidades, Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Vila Velha (UVV – ES) – flavia.nico@uvv.br.

Por adotarem um modelo produtivo diferente, com base em outra forma de manifestação do conhecimento que não interessa ao modelo de desenvolvimento hegemônico, os povos tradicionais são considerados invisíveis perante as instituições modernas.³ A questão da invisibilidade tornou-se ponto de análise e a abordagem escolhida para tal foi a sociologia das ausências, que estabelece categorias específicas de produção da não-existência.⁴

Entendendo que as características do bairro são herança histórica, começamos o trabalho por apresentar os primeiros povos que fizeram uso do ecossistema de manguezal até chegarmos aos primeiros registros de surgimento do povoado residente. Neste momento, em paralelo à contribuição dos primeiros povos, buscamos destacar a influência geográfica do isolamento físico da Ilha das Caieiras e as sementes das tradições gastronômicas vinculada ao manguezal, aos pescados, ao uso de canoas e à prática da pesca.

Num segundo momento, verificamos os impactos trazidos pela mudança econômica – nacional e local – de uma sociedade agrícola para outra industrial, processo que é acompanhado pela urbanização desordenada na região noroeste da ilha de Vitória e que tem impactos significativos em termos espaciais, sociais e culturais na Ilha das Caieiras.

Este artigo é parte de um estudo mais amplo, apresentado como dissertação de mestrado no programa de Sociologia Política da Universidade Vila Velha UVV-ES, em 2015. Com escopo muito mais amplo, este estudo qualitativo contou com referencial secundário e primário, abordagem histórica, analítica e investigativa, e realização de trabalho de campo utilizando metodologia etnográfica e observação participativa junto aos pescadores que compõe a comunidade tradicional da Ilha das Caieiras. Apresentamos aqui parte dos resultados dessa pesquisa de campo, mas nosso objetivo principal é destacar a

3 Cf. FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002; BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003; SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum social mundial**: manual de uso. Madison: [s. n.], 2004.

4 Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum social mundial...** *Op. cit.*

formação e mutação histórica da Ilha das Caieiras, destacando os traços que a caracterizam como uma comunidade tradicional sobretudo a partir dos pescadores artesanais.

Tradição x Preservação pela comunidade tradicional e pescadores artesanais na Ilha das Caieiras

O modelo de desenvolvimento do capitalismo moderno desconsidera a forma de desenvolvimento adotado pelos povos e comunidades tradicionais. Por adotarem um modo produtivo alternativo, com base em outra forma de manifestação do conhecimento não interessante ao modelo de desenvolvimento hegemônico, os povos tradicionais são considerados invisíveis perante às instituições modernas.⁵ A questão da invisibilidade pode ser abordada pela ótica da sociologia das ausências, que estabelece categorias específicas de produção da não-existência.

A sociologia das ausências é uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis, objetos ausentes em presentes.⁶

Em estudo etnográfico realizado na Ilha das Caieiras, em 2015, acompanhando três pescadores durante o período de um mês, que praticaram diferentes artes de pesca adequadas às condições do ambiente, articulamos as observações realizadas em campo com os pressupostos da sociologia das ausências sem que estes fossem colocadas como “hipóteses iniciais da pesquisa uma vez que estas emergem na medida em que a investigação avança com a aproximação ao universo a ser pesquisado”.⁷

5 Cf. FRASER, Nancy. A justiça social na globalização... *Op. cit.*; BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade...** *Op. cit.*; SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum social mundial...** *Op. cit.*

6 SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum social mundial...** *Op. cit.*, p. 14.

7 ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Etnografia: saberes e práticas.*

Os pescadores da Ilha das Caieiras formam uma comunidade tradicional e se inserem em um processo de produção da não-existência circunscrito no que pretende a análise da sociologia das ausências. A pesca artesanal cultivada entre gerações e o domínio e conhecimento do manguezal e da natureza circundante são características da comunidade tradicional que habita esta região.

Mas, qual é a relevância desse conhecimento oral mediante o conhecimento técnico-científico? Do que vale o comportamento aprendido por gerações e adotado pelo pescador no manguezal frente a predominância tecnológica do mundo moderno? Pode-se atribuir um valor diferenciado a um pescador que utiliza canoas em um mundo que conta com as mais avançadas tecnologias de navegação? Como equilibrar a opção por trabalhar com algo prazeroso, como a pesca, se a limitada capacidade econômica da atividade não permite crescimento econômico do pescador? Como aliar a noção de conservação do pescador com a noção de preservação dos técnicos e cientistas ambientais? Estas não são perguntas de partida a serem observadas no estudo de campo. Ao contrário, são questões que surgem após o estudo etnográfico na Ilha das Caieiras. Refletem, vale destacar, um conjunto de ausências, respostas que não foram encontradas porque as perguntas ainda não foram feitas.

E quem seriam os pescadores artesanais? Os pescadores artesanais são um grupo social com características peculiares formadas a partir da vivência em um ambiente cultural que associa o cotidiano na maré como principal atividade econômica das famílias. A pesca é prática de subsistência milenar; com os avanços tecnológicos,⁸ e em meio aos seus aspectos tradicionais, ganha contornos de trabalho e prática econômica. A pesca artesanal é aquela realizada com práticas de captura em pequena escala,

In.: PINTO, C. R. Jardim; GUAZZELLI, C. A. Barcelos. **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008, p. 2.

8 O impulso da tecnologia gerou também as condições necessárias para aumentar o tamanho e a segurança da navegação dos barcos. Uma das consequências foi o surgimento da pesca industrial e o advento das traineiras, embarcações preparadas para a captura de toneladas de pescado por dia.

utilizando apetrechos seletivos na captura do pescado e navegação em embarcações rudimentares e não maiores que 15 metros.⁹

Vale ressaltar a possibilidade de um debate mais abrangente sobre a classificação da pesca artesanal. O termo artesanal faz referência a utilização de artefatos feitos manualmente pelo homem e do seu conhecimento de todas as etapas do processo de produção. Nesta lógica, a pesca está muito além do cumprimento de uma função e mais próxima a um dom artístico:

de fato, o termo artesanal vincula-se à ideia de artesão [...]. Desse modo, sua habilidade e talento circunscrevem-se em seu conhecimento e na utilização que este permite dos instrumentos de trabalho (redes, mudanças de rota de navegação), em momentos precisos. [...] Fazer-se pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.¹⁰

Neste caso, mesmo pescadores que utilizam embarcações menores que 15 metros, mas que praticam técnicas de captura que utilizam a força do motor da embarcação – pesca de balão¹¹ – podem vir a ter sua classificação como pescador artesanal questionada já que a arte de pesca é, na verdade, uma tecnologia de pesca produto da mecânica.

Porém, os componentes de classificação do pescador como artesanal não podem ser vistos dentro de uma estrutura demarcada, pois existem várias características interpostas que torna complexa uma classificação rígida. Por exemplo, ao utilizar a técnica do balão sem a utilização de sondas para identificar os cardumes, o pescador une a utilização de aparatos mecânicos produzidos industrialmente

9 Cf. ANDRIGUETTO *apud* KONX, Winni; TRIGUEIRO, Aline. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal**. Vitória: EdUFES, 2015.

10 RAMALHO, Cristiano W. N. **A arte de fazer-se pescador artesanal**. São Paulo: ANPPAS, 2004, p. 4.

11 O balão é uma técnica de pesca que consiste num lance de rede cujas pontas ficam presas à embarcação que, com a força da navegação do motor, se abre ao fundo do mar na forma de um balão arrastando tudo o que encontra no fundo marinho.

com o conhecimento empírico adquirido em anos de vivência no ambiente marinho. Como imputar em casos como este uma estrutura de classificação?

Por tal motivo utilizamos a referência de Andrigueto de pesca artesanal – captura em baixa escala – como um fator de diferenciação da pesca industrial – captura em larga escala –, complementada por outras características como a utilização de embarcações menores que 15 metros e o uso de apetrechos de pesca produzidos manualmente no todo ou em parte. Neste sentido o conceito de pesca artesanal é posto como tipo ideal e não segue estruturas rígidas de classificação.¹²

O mesmo raciocínio é aplicado ao conceito de povos e comunidades tradicionais, que aparece constantemente associado aos pescadores artesanais.¹³ Da mesma forma que artesanal é um termo de aplicação relativa e, por conseguinte, difícil de se estabelecer a partir de uma estrutura de classificação, o conceito de povos e comunidades tradicionais passa pela mesma situação.

A noção de comunidade tradicional (ou culturas e sociedades tradicionais) passa por: (a) dependência ou simbiose com a natureza, a partir do que se constrói um modo de vida, (b) conhecimento profundo da natureza passado oralmente entre gerações, (c) uso e manejo dos recursos naturais locais para atividades de subsistência e reduzida acumulação de capital (d) noção do espaço onde o grupo social se reproduz socioeconomicamente e ocupação desse espaço por várias gerações, (d) importância da família e das relações de parentesco no exercício de atividades econômicas, sociais e culturais, (e) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, (f) pouco uso de tecnologias avançadas e predomínio de atividades tradicionais, (g) fraco poder político.¹⁴

12 Cf. ANDRIGUETTO *apud* KONX, Winni; TRIGUEIRO, Aline. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal...** *Op. cit.*

13 Cf. ALLUT, Antônio Garcia. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. *In.*: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

14 Cf. DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

No estudo de campo realizado com os pescadores da Ilha das Caieiras identificamos muitos dos traços de uma comunidade tradicional. A pesca artesanal é prática tradicional, geralmente passada de geração a geração, mais comumente de pai para filho, com uso de instrumentos rudimentares como redes, Jererel e Puçá¹⁵. Os habitantes do local dominam o manguezal do Lameirão e conhecem os melhores pesqueiros conforme espécie alvo. As relações sociais de parentesco estão presentes no território central à formação do bairro, nas quais grupos familiares se formam nas duas principais ruas próximas à maré, que não por coincidência carregam o mesmo sobrenome: a Rua Felicidade Correia dos Santos e Amadeu Muniz Correa.

O Decreto Presidencial 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, onde define:

art 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural,

15 O Jererel e o Puçá são dois instrumentos utilizados para a pesca do Siri, que exprimem técnicas diferentes. O primeiro instrumento é utilizado na pesca que ocorre durante o dia, com luz do sol, quando o siri está “enterrado” de baixo da areia, e consiste em um arame redondo de aproximadamente 20 centímetros de circunferência, com fios de nylon presos em sua base, formando uma rede, com uma linha presa ao centro e com um isopor na outra ponta. Sua utilização se dá através da amarra de uma isca – normalmente pedaços de peixes – no centro da rede e no lançamento do instrumento no mar, que submerge até o fundo e atrai o siri vivo para o seu centro. Após lançar alguns destes artefatos em sequência por linha reta, o que varia de 8 a 15 artefatos deste, o pescador volta ao primeiro e recolhe para a superfície, capturando em média 2 siris por vez, mas podendo chegar a até 5 ou mais em ocasiões raras. Já o Puçá é utilizado na pesca de lampião, que acontece à noite, quando o siri sai debaixo da terra (segundo alguns pescadores para se alimentar), e consiste em um bastão de madeira com um arame ou ferro em formato circular de aproximadamente 7 centímetros preso à ponta, com fios de nylon presos em sua circunferência formando uma rede. A pesca se dá através do conhecimento do pescador em identificar os principais pesqueiros (lugares com grande número de espécies alvo da pesca) que sofrem influência da maré baixa ou os que já são permanentemente rasos, aonde eles conseguem olhar o siri andando no fundo e utilizando “a Puçá” eles catam o siri no fundo.

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária;¹⁶

No entanto, a legislação moderna que prega o preservacionismo do manguezal do Lameirão – onde se desenvolve a pesca artesanal pelos pescadores da Ilha das Caieiras - ignora o conhecimento tradicional compartilhado no seio desta comunidade. O visitante ou turista que não interage no círculo de relações dos pescadores, ao observar da Ilha das Caieiras os barcos e canoas atuando em vários pontos da maré, beirando o manguezal, não imagina estar observando uma situação paradoxal entre a tradição (leia-se, comunidade tradicional e pesca artesanal) e preservação ambiental.

Apesar de se constituir como uma atividade praticada há mais de três mil anos no Lameirão, a pesca artesanal é proibida em grande parte de sua área pela Lei n. 3.377 de 12 de Setembro de 1986 que criou a Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL) e a transformou em área protegida pelo Estado. A justificativa da lei são os excepcionais atributos ecológicos essenciais para a vida biológica e marinha presentes no manguezal, que em grande parcela situa-se dentro dos limites do município de Vitória.¹⁷

O paradoxo se estabelece a partir da interposição de uma atividade essencial para a vida de toda uma comunidade tradicional, legitimada através de várias gerações, e presente em seu dia-a-dia, mas que se torna proibida por uma lei que visa preservar o manguezal para que suas funções ecológicas sejam usufruídas pelas atuais e futuras gerações de forma indireta.

16 Cf. BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Brasília: Poder Executivo, 2007.

17 Cf. VITÓRIA. **Lei n. 3.377 de 12 de setembro de 1986**. Transforma a reserva biológica municipal Ilha do Lameirão, criada pela Lei 3326/86, em Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão. Vitória: Poder Executivo, 1986.

Após vinte nove anos de criação da EEMIL, os pescadores continuam pescando no manguezal. A análise do paradoxo da pesca e do preservacionismo na EEMIL, a partir da ótica dos pescadores da Ilha das Caieiras, nos permitiu acessar o universo particular das interrelações estabelecidas no ambiente natural do Lameirão e a revelar os discursos dos pescadores sobre sua própria atividade com ênfase na questão da conservação do manguezal. Duas constatações são centrais no contexto da análise: o paradoxo não só realmente existe, mas está estabelecido para além do território especialmente protegido pela lei da EEMIL.

O paradoxo se manifesta com a confirmação de que a pesca é uma atividade praticada há milênios naquela região e sempre foi considerada uma atividade legítima de sustento dos que necessitam de seus recursos; e a partir do momento que a legislação de preservação do ecossistema de manguezal é criada, impondo limites aos pescadores e afetando sua prática tradicional, sem que eles pudessem atuar ativamente nestas definições em conjunto com os órgãos responsáveis.

A segunda constatação é que o território da Estação Ecológica não abarca toda a área de atuação dos pescadores e demais usuários que atuam na extração de recursos do Lameirão, ela cobre apenas o manguezal dentro da área do município de Vitória, excluindo do contexto das áreas protegidas toda a extensão do manguezal nos municípios de Serra e Cariacica.

O que poderia ser um alívio para a atuação dos pescadores e demais usuários que, a princípio, poderiam manter sua atividade profissional na área do Lameirão fora dos limites da EEMIL, revelou um conjunto ainda mais amplo de leis que limitam a pesca em um berçário natural, atuando principalmente sob as artes de pesca que utilizam como apetrechos alguns tipos específicos de rede.

O debate que envolve o uso e a extração de recursos naturais em áreas de conservação ou preservação ambiental é em uma temática que se reproduz em várias realidades locais, guardadas suas peculiaridades. E isto se dá não só no Brasil, mas também em outros países, influenciado pelo *preservacionismo*, ideologia surgida nos

Estados Unidos a partir de 1890, após a criação do Parque Nacional de Yellowstone.

Após a criação do parque, em 1872, o movimento ecologista, que era um só, passou a se distinguir e os *conservacionistas*, que entendiam a base da ecologia dos recursos naturais estava no tripé do uso racional pela geração presente; no controle do desperdício e no uso dos recursos naturais em prol da população. Essa visão foi superada pelo *preservacionismo* fundeada no princípio estético, que entende a paisagem como um bem intocável. Diegues descreve ambas ideologias:

se a essência da “conservação dos recursos” é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.¹⁸

Neste contexto a política de criação de parques nacionais de base preservacionista passou a se difundir pelo mundo após a criação de Yellowstone, primeiro no Canadá, em 1885; em sequência na Nova Zelândia, em 1894; seguido por África do Sul e Austrália, em 1898; México, em 1894; Argentina, em 1903; Chile, em 1926, e Brasil, em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia.¹⁹

A expansão da política de criação de parques nacionais mundo afora seguiu restritamente o modelo americano e não envolveu a questão das populações que viviam nestes ambientes antes da instituição destas áreas enquanto parques nacionais.

A comparação entre diferentes estudos de caso como, por exemplo, de comunidades de pescadores com realidades semelhantes a da Ilha das Caieiras, fortalece o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos grupos sociais invisíveis.

Um exemplo é a pesca artesanal que ocorre nas regiões marinhas da Área de Preservação Ambiental (APA) de Setiba - Unidade de Conservação localizada no município de Guarapari, que

18 DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada...** *Op. cit.*, p. 30.

19 Cf. BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

abrange também uma área terrestre. Assim como na Ilha das Caieiras, a criação da APA de Setiba pelo órgão ambiental estadual proibiu toda a prática tradicional da pesca de várias comunidades, que utilizavam os pesqueiros muito antes da referida lei.

Após anos de conflitos entre pescadores artesanais e a fiscalização, em 2013, sob a tutela de especialistas da sociedade civil organizada e do órgão ambiental estadual que observaram as necessidades das comunidades, foi realizado um trabalho de análise do fundo marinho a partir do “mapa mental” dos próprios pescadores. O estudo foi realizado para dar subsídios às alterações do zoneamento ambiental da área marinha da APA de Setiba e como resultado foi publicado em 2016 uma Instrução Normativa com novas definições que observaram a prática da pesca artesanal no contexto da Unidade de Conservação.²⁰

O modelo teórico racionalmente preparado para analisar diferentes realidades locais não deve ser rígido, mas pelo contrário, deve ser maleável para ser reaplicado de forma a captar, em cada uma, a sua própria “hierarquia estratificada de estruturas significantes”.²¹ Estas estruturas determinam o sistema simbólico peculiar às ações e atividades desempenhadas pelas comunidades locais postas como objeto, mesmo quando o modelo estruturado para a pesquisa apresenta uma grande semelhança com outra comunidade, é importante que os elementos que formam as estruturas significantes de cada comunidade sejam bem desenhados.²²

A base social dos pescadores da Ilha das Caieiras é determinada por códigos estabelecidos por atos simbólicos que formam suas estruturas de significação. Com o uso de estudo etnográfico, interpretou-se que os conflitos vivenciados pelos pescadores da Ilha das Caieiras se assemelham entre as diversas comunidades pesqueiras do Brasil, porém, existem diferenças fundamentais que tornam

20 GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. APA Setiba. IEMA. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/APA_Setiba>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

21 Cf. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989, p. 5.

22 *Ibidem*.

peculiares os casos em cada região. Isso porque a estrutura simbólica de cada comunidade pesqueira se desenvolve a partir da relação com o ambiente natural.

A forma que a pesca se desenvolve na Ilha das Caieiras está intimamente ligada à relação com o manguezal, enquanto na área marinha da APA de Setiba trata-se de pesqueiros próximos à costa, em mar aberto, no entorno de ilhas costeiras, bem como em fundos de pedra, lama e cascalhos.

Dessa forma, o panorama de semelhança se baseia na proibição da pesca a partir da criação de uma Unidade de Conservação marinha e as peculiaridades da análise se baseiam no desenvolvimento da cultura pesqueira em cada ambiente, que se configuram principalmente em técnicas de navegação e artes de pesca próprias de cada realidade.

Enquanto na Ilha das Caieiras a pesca com barcos à motor utiliza a rede de arrasto e se caracteriza como pesca predatória, em Guarapari, na comunidade de Perocão, o uso de barco à motor é comum para a arte de pesca conhecida como “boneca”, onde uma linha com isca é lançada ao mar com o barco em movimento, atraindo peixes que caçam alimento na superfície, técnica considerada não predatória.

Tais análises apontam para as mudanças que alteraram significativamente a sociedade, baseadas principalmente no desenvolvimento tecnológico, nas redes de comunicações e na aproximação de comunidades internacionais, trazendo uma tendência de homogeneização cultural, sobretudo nos centros urbanos. Em contraponto, fez aflorar uma nova proeminência da cultura local de comunidades tradicionais cuja identidade não foi automaticamente absorvida, mas tornou-se ora contestadora, ora marginalizada, e de alguma forma, presente na contracorrente. Nesses casos, a etnicidade e o pluralismo dos grupos sociais passam a reivindicar o reconhecimento de direito de suas identidades coletivas.²³

23 Cf. FRASER, Nancy. A justiça social na globalização... *Op. cit.*

Para contribuir com a análise das *reivindicações pelo pluralismo cultural*, apresentamos abaixo a formação histórico-cultural da Ilha das Caieiras e suas tradições e o ponto de vista dos pescadores sobre sua própria realidade para, então, discutirmos como no processo de urbanização e modernização de Vitória este grupo se torna ao mesmo tempo presente, mas ausente.

Primeiros registros, herança histórica e isolamento territorial na formação da comunidade da Ilha das Caieiras

Os primeiros registros históricos da ocupação humana no manguezal da região norte da Baía de Vitória foram identificados através de estudos arqueológicos que remetem a 4 mil anos atrás, período denominado Idade do Bronze.²⁴ Estes registros são provenientes das primeiras populações sambaquieiras, assim denominadas por fazerem uso de conchas, quase sempre encontradas amontoadas para demarcação de cemitérios, moradias, alimentação, e, principalmente, com objetivo de monumentalidade simbólica e religiosa. As populações sambaquieiras viviam da pesca, da coleta de vegetais, sementes e frutos e, em menor grau, da caça. Normalmente viviam em áreas de manguezais, como na área de manguezal de Vitória²⁵, conhecido como Lameirão.²⁶

Era comum às comunidades sambaquieiras usarem uma área ampla e serem adeptas à navegação.²⁷ Acredita-se que

24 Cf. COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Estudo de arqueologia no sambaqui da Margarida**. Vitória: ICE, 2013.

25 Segundo Costa, o maior sambaqui encontrado no manguezal de Vitória tinha 10 metros de altura. O maior sambaqui encontrado no Brasil tinha 30 metros e estava no Rio Grande do Sul. COSTA, Henrique Antônio Valadares. **História arqueológica da Ilha das Caieiras**. Entrevista concedida a Felipe Ramaldes Corrêa, Vitória, 12 de julho de 2015.

26 Cf. SCHEEL-YBERT, Rita. Relação dos habitantes de sambaquis com o meio ambiente: evidências de manejo de vegetais na costa sul-sudeste do Brasil durante o holoceno superior. *In.*: **Atas do Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**, v. 9, 2003; COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Estudo de arqueologia no sambaqui da Margarida...** *Op. cit.*

27 Cf. SCHEEL-YBERT, Rita. Relação dos habitantes de sambaquis com o meio

exploraram o território da região da Grande São Pedro e a Ilha das Caieiras, tendo em vista que eram áreas abundantes de manguezal antes do processo de invasão populacional e urbanização ocorrida entre 1960 e 1980.

Tal hipótese é reforçada pelo registro do sítio arqueológico pré-colonial Sambaqui Serafim Derenze, identificado nas proximidades da avenida que leva este nome e atravessa toda a região da Grande São Pedro²⁸. Para Costa, a Ilha das Caieiras concentrava um amplo sítio de sambaquis que provavelmente foi destruído no processo de extração extensiva e, posteriormente, pelo processo de urbanização.²⁹

O significado de monumentalidade simbólica dos montes de conchas é encontrado na Ilha das Margaridas, terreno insular na área do manguezal entre a região da Ilha das Caieiras e Goiabeiras Velha. Para o arqueólogo Costa, estas conchas não eram de descarte

ambiente... *Op. cit.*; CALIPPO, Flávio Rizzi. O surgimento da navegação entre os povos dos sambaquis: argumentos, hipóteses e evidências. **R. Museu de Arq. Etn.**, São Paulo, n. 21, 2011.

28 Oficialmente definida como Região Administrativa 7, a Região da Grande São Pedro é um complexo formado por 10 bairros, com uma população de 33.746 habitantes, segundo censo de 2010. Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória “a Região Administrativa 7 - São Pedro fica localizada na baía noroeste de Vitória, próximo a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria da Vitória. É a Região mais carente de Vitória, e seu adensamento e ocupação iniciou-se a partir do final da década de 1970 em função do depósito de lixo existente na área. Com o lançamento do lixo no manguezal a área foi gradativamente sendo aterrada e se tornou alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa renda. Como forma de resolver os problemas a Administração Municipal, em 1989, lançou o Projeto São Pedro, uma ação integrada de urbanização e preservação ambiental.

29 A degradação dos sítios de sambaquis em áreas indígenas é fato antigo. Ainda no período colonial tributos ao rei eram pagos através de material coletado de sambaquis. Cf. COSTA, Henrique Antônio Valadares. **História arqueológica da Ilha das Caieiras...** *Op. cit.* A construção das principais edificações religiosas de Vitória – como a Capela de Santa Luzia, a Igreja de São Gonçalo, o Convento São Francisco e a edificação atualmente denominada como Palácio Anchieta - necessitaram de grande quantidade de conchas. Além disto, o porto de Vitória foi considerado um dos maiores exportadores de conchas de ostra do Brasil. Cf. PRADO Jr., Caio. **Formação econômica do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

de alimentação ou para moradias, por não ser uma área de fácil acesso ou terem sido identificadas ossadas nesta região. Ou seja, presume-se que estes sambaquis eram monumentos de demarcação de territórios religiosos.³⁰

É relevante ressaltar a importância da navegação para as comunidades sambaqueiras e a referência do surgimento das canoas com base na exploração de ambientes marinhos costeiros.

As comunidades sambaqueiras passaram a especializar-se na exploração dos ambientes costeiros e marinhos abertos, para os quais seria fundamental a utilização de canoas mais rápidas e manobráveis, que fossem capazes não só de transportar pessoas, conchas e pescado, mas, principalmente, todos os conjuntos de materiais provenientes de terra. Nas ilhas, além da água (que muitas vezes não existe nas ilhas), deve-se considerar também a questão do culto aos mortos, os quais deveriam também ser transportados através das canoas para serem enterrados nos sítios insulares.³¹

A tradição de navegação é reforçada pelos três grupos indígenas pré-coloniais que se sucederam na região: a tradição Itaipu, com forte vínculo com a pesca; a tradição Aratu, falantes da língua macro-jê, ceramistas que conheciam a prática agrícola; e a tradição tupi-guarani, vinculada aos tupinambás e que expularam as tradições anteriores.³²

A tradição tupi-guarani desenvolvia o plantio do milho e da mandioca e foram os povos encontrados pelos portugueses quando aportaram na Ilha de Vitória, em 1534. Eram navegadores e praticantes da pesca. A forte tradição cultural de alimentação ligada ao consumo de peixes e frutos do mar formou-se a partir da assimilação da cultura local à gastronomia portuguesa.³³

30 Cf. COSTA, Henrique Antônio Valadares. **História arqueológica da Ilha das Caieiras...** *Op. cit.*; COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Estudo de arqueologia no sambaqui da Margarida...** *Op. cit.*

31 CALIPPO, Flávio Rizzi. O surgimento da navegação entre os povos dos sambaquis... *Op. cit.*, p. 46.

32 Cf. COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Estudo de arqueologia no sambaqui da Margarida...** *Op. cit.*

33 Cf. *Idem*. **História arqueológica da Ilha das Caieiras...** *Op. cit.*

De 1534 até o final do século XIX, os registros sobre a ocupação da Ilha das Caieiras são escassos, mas as referências que tratam sobre as populações sambaquieiras e indígenas e seu modo de vida possibilitam fazer alusão à prática da pesca e da navegação por canoa. Pesca e canoagem são duas tradições culturais históricas preservadas e ainda praticadas pela comunidade que nos dias atuais reside na Ilha das Caieiras.

A existência da Ilha das Caieiras é reconhecida territorialmente como parte do então distrito de Vitória desde 1848, citado em documento que define os limites dos distritos policiais da Província do Espírito Santo em resolução do presidente Lima e Castro.³⁴ Ainda que não tenhamos confirmação, tal resolução é um indício de que a Ilha já era povoada naquela época.

Os primeiros registros da ocupação da Ilha das Caieiras são do final do século XIX. Uma plantada província do Espírito Santo de 1878 (Figura 1) aponta a existência de “Caieiras” e a possibilidade de moradias representada pelo ponto preto no mapa, próximo à região do Lameirão. O mapa ressalta também o Canal de Maria Assu - chamado atualmente pelos pescadores de Canal Mariosul.³⁵ Em 1882, mensagem da Assembleia Legislativa publicada em jornal informa que já havia um povoado formado por casas de palha na Ilha das Caieiras.³⁶

Estudiosos da região apontam que a comunidade da Ilha das Caieiras foi, após os índios e sambaquieiros, inicialmente formada por pescadores que, antes de ali aportarem para viver, trabalhavam como canoeiros no transporte de café e de outras mercadorias vindas de Santa Leopoldina para exportação através do Porto de Vitória. Devido à abundância da pesca e da tranquilidade do lugar, estes mercadores passaram a viver na Ilha.³⁷ Nesta época, a pesca para esses

34 Cf. MEC. **Ofícios da ALES**. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1861.

35 Cf. CORRÊA, Felipe Ramaldes. **O paradoxo da pesca e do preservacionismo**: um estudo sobre os pescadores artesanais da Ilha das Caieiras. Vila Velha: UVV, 2015.

36 Cf. FREIRE, Muniz; NUNES, Cleto. Sessão oficial Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 40ª Sessão ordinária em 18 de maio de 1882. **A província do Espírito-Santo**, Vitória, p. 2-4, 1882.

37 Cf. DIAS, Tavares. **São Pedro**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001; FEU

novos moradores era uma prática voltada para subsistência e apenas complementarmente comercial.



Figura 1: Planta da província do Espírito Santo de 1878. **Fonte:** Arquivo Público Estadual, 2015.

O registro do comércio por via marítima foi feito pela princesa da Baviera/Alemanha, pesquisadora naturalista que passou pela região do Lameirão, em subida ao Rio Santa Maria da Vitória, em direção ao Porto de Santa Leopoldina, em 1888. Uma ilustração mostra a sua passagem pelo Lameirão, provavelmente a vista é do Porto da Pedra, em Cariacica, com o Mestre Álvaro ao fundo (Figura 2).

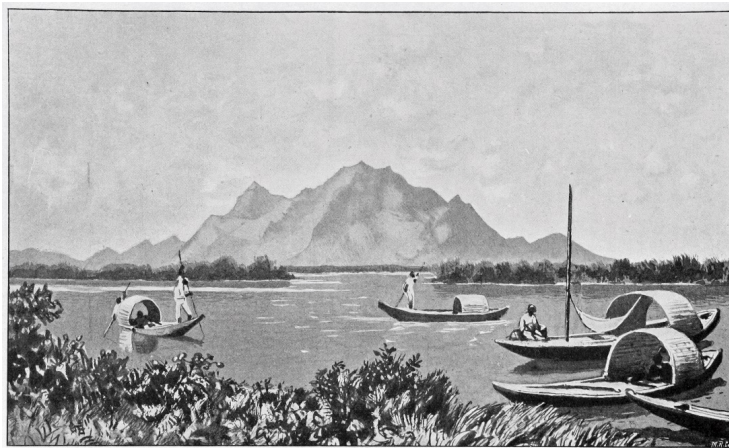


Figura 2: Ilustração do Lameirão feita pela princesa da Bavieira. **Fonte:** Arquivo Público Estadual, 2015.

Segundo consta em seu diário:

de tempos em tempos, uma piroga igual à nossa vinha navegando silenciosamente rio abaixo. Era ocupada ou com mulheres de cor escura e crianças, ou com fazendeiros que transportavam sacos de café até a costa. Assemelhavam-se a uma aparição essas canoas pitorescas, remadas por índios e mais frequentemente por negros,³⁸ passando por nós e desaparecendo logo em seguida aos nossos olhos na primeira curva do rio.³⁹

Na descida de rio desde Santa Leopoldina, os remadores utilizavam como ponto de descanso o Porto da Pedra, em Cariacica, e a Ilha das Caieiras, ponto de terra firme mais próximo à desembocadura do Rio Santa Maria da Vitória. A Ilha das Caieiras servia também como ponto de espera nos dias de navegação irregular, quando o mar estava mais agitado na área que se abre para a costa.⁴⁰

38 Os documentos apresentados na pesquisa não relatam a origem dos primeiros moradores, se negros, brancos, índios ou qualquer outra raça.

39 BAVIEIRA, Princesa Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo 1888:** viagem pelos trópicos brasileiros. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013, p. 47.

40 Cf. NEVES, Luís Guilherme Santos; PACHECO, Renato da Costa. **Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras.** Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

Nesta época a região se encontrava isolada do restante da cidade, entrecortada por pequenos canais que levaram à caracterização do povoado como “ilha”. Detalhe do Esboço da Planta da Ilha de Victoria apresentado para o projeto do Novo Arrabalde, feita por Saturnino de Brito, em 1896, que mostra a Ilha das Caieiras como um pequeno povoado, margeado pelo canal do Lameirão, por um rio que desce do Maciço Central de Vitória e por uma extensa área de manguezal (Figura 3).

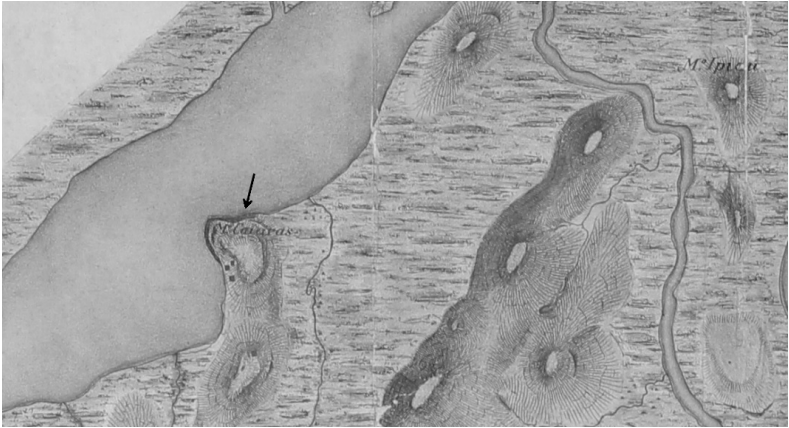


Figura 3: Esboço da Planta da Ilha de Victoria de 1896, por Saturnino de Brito.

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo, 2015.

A não ser pelos canoeiros e pescadores, a Ilha das Caieiras ficava fora do eixo de fluxos comerciais e das ligações territoriais da cidade de Vitória. Manteve seu aspecto de lugarejo inóspito e quase não habitado até as primeiras décadas do século XX (Fotografia 2). Foi somente no início do século XX que o avanço do comércio local e projetos, como a construção da estrada do contorno a ilha de Vitoria, provocou o aumento populacional do povoado.



Fotografia 1: Prédio onde foi a antiga loja de secos e molhados. **Fonte:** Prefeitura Municipal de Vitória, 2009.

Marca relevante da Ilha das Caieiras foi a Fábrica de Cal, que passou existir ali por volta de 1898 ou 1917.⁴¹ A Fábrica de Cal era a única fonte de emprego formal na Ilha das Caieiras. Neves e Pacheco remetem à existência da Fábrica de Cal como uma das razões porque o bairro leva o nome Caieiras, isto é, devido à grande presença de cal.⁴²

Outro estabelecimento que dinamizou a vida do povoado foi o primeiro comércio aberto em 1937: a loja de secos e molhados de Manoel dos Passos Lyrio, o “seu Duca”. Morador da Ilha das Caieiras, nascido em Santa Leopoldina, mudou-se para a ilha em 1927 usando

41 Cf. **Estado do Espírito Santo:** órgão do partido constructor autonomista, Vitória, n. 295, 20 de dezembro de 1898. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015; **Diário da manhã:** órgão do partido republicano espírito-santense, Vitória, n. 46, 14 de outubro de 1917. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

42 Cf. NEVES, Luís Guilherme Santos; PACHECO, Renato da Costa. **Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras...** *Op. cit.*

uma pequena canoa.⁴³ Sua loja era um comércio de gerenciamento familiar que facilitou o acesso dos moradores locais à diversos produtos. A casa de estuque da década de trinta que alugou para transformar no comércio (Fotografia 1) é hoje o Museu Manoel Passos Lyrio, também conhecido como Museu do Pescador.

A fábrica e o crescente comércio da região são indicativos da necessidade de ligação da Ilha das Caieiras com o outro lado da cidade. Os deputados da Assembléia Legislativa do Espírito Santo (ALES), em 1919, apresentam proposta para a construção da estrada, que se transforma em lei com autorização para o crédito necessário em 1920.⁴⁴ Segundo parecer dos deputados à época:

a construção da estrada muito beneficiará, não só a capital, pela afluência dos productos da lavoura dos logares servidos pela estrada, concorrendo assim para o barateamento de vida, como também a Ilha das Caieiras pela facilidade com que se comunicará com a capital.⁴⁵

A estrada de contorno passaria por uma zona rural inabitada.⁴⁶ Mas apesar da aprovação na ALES, sua construção acabou não sendo levada adiante até o executivo. Só voltou a ser ponto de pauta na agenda da ALES apenas em 1936, culminando o início da construção da estrada no ano de 1940, durante o mandato do prefeito Américo Monjardim (Fotografia 3), com a intenção de também explorar a área natural daquele lado da cidade como estância turística.⁴⁷

43 SCHMILDT, Clícia. **História do Museu do Pescador**. Entrevista concedida a Felipe Ramaldes Corrêa, Vitória, 20 de julho de 2015.

44 Cf. **Diário da manhã**: órgão do partido republicano espírito-santense, Vitória, n. 118, 3 de janeiro de 1920a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015; **Diário da manhã**: órgão do partido republicano espírito-santense, Vitória, n. 46, 30 de janeiro de 1920b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

45 **Diário da manhã**... *Op. cit.*, n. 46, p. 1, 30 de janeiro de 1920b.

46 Cf. DIAS, Tavares. **São Pedro**... *Op. cit.*; DINIZ, Janete Aparecida de S. **Da lama ao caos, do caos à lama**: estudo antropológico dos impactos da chegada da doença do caranguejo letárgico ao litoral capixaba. Rio de Janeiro: Centro de Ciências do Homem da Universidade Norte Fluminense, 2006.

47 Cf. ESPÍRITO SANTO. Poder Municipal Câmara Municipal de Vitoria, Sessão Ordinária em 10 de Agosto de 1936. **Diario Oficial**, Vitória, p. 4-5, 19 de setembro de 1936.

A estrada representou o elo conclusivo de ligação da área inóspita “do outro lado da ilha” com as demais áreas urbanas da cidade de Vitória, bem como o fim da insularidade do povoado da Ilha das Caieiras – processo que se consolida com a realização de aterros.⁴⁸



Fotografias 2 e 3: Foto tirada da rodovia do contorno com vista para a área da Ilha das Caieiras, entre 1920 e 1930, e foto da estrada do contorno à Ilha de Vitória, em 1940, atual Rodovia Serafim Derenzi. **Fonte:** Arquivo Público Municipal de Vitória, 2015.

Mesmo com a construção da rodovia do contorno, a Ilha das Caieiras manteve-se fora da zona de passagem de moradores da cidade a caminho de outras regiões e, conseqüentemente, fora dos principais circuitos econômicos da cidade. Conforme pontua Neves e Pacheco “Não sendo a ilha ponto de passagem para qualquer outro lugar, na ilha só vai quem praticamente na ilha vive ou quem quer comprar mariscos e siri desfiado”.⁴⁹ Ou seja, a estrada não foi um grande fator de alteração da estrutura sociocultural da Ilha das Caieiras.

Interessante notar que, apesar do processo de invasão que formou os bairros do entorno e mesmo com a proximidade geográfica, a Ilha das Caieiras em si manteve sua dinâmica sociocultural, caracterizado pelo bucolismo e isolamento, conforme descreve Gabriel sobre sua juventude no bairro, entre o final da década de 60 e início de 70:

48 Cf. ALVES, André. **Os argonautas do mangue**. Campinas: UNICAMP, 2004.

49 NEVES, Luís Guilherme Santos; PACHECO, Renato da Costa. **Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras...** *Op. cit.*, p. 12.

esse terreno aqui era tudo mangueira e coqueiro do meu avô, ai antes dele morrer, antes dele morrer, ele pegou cada terreno dele aqui e deu pros filho e pros neto, vários neto vendeu ai, só quem ficou com o terreno foi mãe e minha tia Luci, o resto tudo vendeu. [...] Ai a casa era de estuque e barro naquela época, depois foi feito de talba, ai depois foi feita essa daí, ai quando essa casa tava quase pronta meu pai faleceu. [...] E a Fábrica de Cal ficava dali ó [aponta para a casa de esquina com a Rua Amadeu Muniz], pegava daquela arvei dali ó, daquela arvei ali até lá na cooperativa.[...] Ela é reta pra lá, a Fábrica de Cal [...] não tinha rua, o terreno aqui era só do meu avô, pa cê passa aqui uma hora dessa assim meu avô não deixava ninguém passa mais. Aqui era tudo sítio, ele botava três pau, ninguém passava mais.

A construção da estrada, porém, é marco do período de transição dos investimentos que passam a propiciar a melhoria da infraestrutura de Vitória com intuito de diversificar a economia em outras áreas. As décadas de 1920 e 1950 marcaram um período transitório da economia capixaba, no qual a produção e exportação de café perdia sua centralidade para investimentos do governo estadual que priorizavam a diversificação econômica a infraestrutura da capital.⁵⁰

Os programas de incentivo à industrialização trouxeram grandes projetos para a região da Grande Vitória, marco inicial definitivo da transformação das características da Ilha das Caieiras de um pequeno lugarejo para o que se vê hoje: um bairro urbanizado, não mais isolado e populoso.

Ilha das Caieiras: integração territorial, marginalização social e desafios à tradição local

A dinâmica urbana está intimamente ligada à dinâmica econômica que predomina historicamente em períodos ou ciclos econômicos. Um exemplo comum é a passagem das sociedades tradicionais para sociedades modernas, marcada pela alteração da base econômica feudalista para a economia com base na industrialização,

50 Cf. JUNIOR, Carlos Teixeira de Campos. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria municipal de cultura e turismo, 1996.

que levou à passagem das cidades em sua organização medieval para outra, a cidade industrial.⁵¹

Com a cidade de Vitória não foi diferente, os ciclos econômicos – café, minério e siderurgia, petróleo e serviços - ajudam a explicar a dinâmica urbana em cada época.⁵² Seguindo essa mesma lógica, a transformação da Ilha das Caieiras de uma área rural com um pequeno povoado isolado em um bairro agregado ao contexto urbano da cidade, envolto de pobreza e violência, aconteceu de forma associada ao período de transição das bases econômicas do Estado do Espírito Santo.

Segundo Berman a industrialização é a motriz da economia moderna, que tem como consequência direta a impulsão do desenvolvimento dos centros urbanos em todo o mundo.⁵³ No Brasil, o processo de desenvolvimento do setor industrial também possui demarcações claras, inicia-se na década de 1930 e estabelece suas bases até a década de 1950, quando passa a ter grande impulso.⁵⁴

Ponto marcante na industrialização brasileira foi a 2ª Guerra Mundial, que desestabilizou o mercado internacional de café e dificultou o comércio exterior, gerando um ambiente positivo para o fortalecimento da indústria e economia internas brasileiras em associação à consolidação da burguesia urbana comercial.

A crise do café, marcada pela Grande Depressão de 1929, além de comprovar a vulnerabilidade e a inviabilidade da monocultura exportadora como sustentáculo da economia, contribuiu,

51 Cf. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cortez, 1986; WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006; GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In.: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo: EdUNESP, 1997.

52 CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação. **Documentos técnicos científicos**, v. 40, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1144>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

53 Cf. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar...** *Op. cit.*

54 Cf. SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória 1950 – 1980. 2 ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

juntamente com a Revolução de 1930, para fortalecer as classes urbanas, levando assim ao declínio gradual do poder a classe agrária, principalmente os produtores de café. A revolução de 30, ao traduzir o declínio do latifúndio, marca a ascensão da burguesia ao poder.⁵⁵

Mas, enquanto em 1950, após superar oscilações provocadas pela guerra, as relações de produção capitalistas estão assentadas e em pleno desenvolvimento na região centro-sul do país, o Espírito Santo, mesmo fazendo parte geograficamente desta região, ficou de fora dos programas de desenvolvimento regional. “As principais mudanças na estrutura produtiva que ocorreram no país após 1930 não alteraram a estrutura produtiva do Espírito Santo”.⁵⁶

Em seu isolamento geográfico e fora do eixo econômico, produtivo e logístico, a Ilha das Caieiras não recebeu influências das alterações que se iniciam, pelo contrário, o desenvolvimento da logística e a crise do café fizeram com que o elo de origem do bairro, que era a navegação para o transporte de produtos até o porto, fosse substituído por novas modalidades de transportes mais eficientes e baratas.

É somente a partir da segunda metade da década de 60 que o governo do Espírito Santo assume as rédeas do processo de industrialização local como fornecedor de capital de investimento. Os resultados aparecem apenas a partir da década de 70, quando “o Espírito Santo é, finalmente, incluído como área de atenção, alocando-se recursos para dinamização econômica do Estado”.⁵⁷

A integração do Espírito Santo ao processo de industrialização nacional iniciou-se entre 1972-74 com o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento. O Espírito Santo consolidou-se como corredor logístico, com modernização das estradas, ferrovias e ampliação da estrutura portuária e, assim, reforçando e beneficiando o setor de comércio exterior. Apesar de já terem iniciado sua instalação no início

55 SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **Industrialização e empobrecimento urbano...** *Op. cit.*, p. 24.

56 *Ibidem*, p. 35.

57 *Ibidem*, p. 42.

da década de 60, a estrutura industrial dos setores siderúrgicos e para químicos tiveram destaque apenas no 2º Plano de Desenvolvimento (1975-79).

Se a revolução industrial na Europa foi um dos marcos do rompimento com o período feudal, no Espírito Santo a industrialização foi o marco de destituição da política econômica com base na produção agrícola familiar e centrada na monocultura do café. A industrialização no Espírito Santo foi concentrada no que hoje é a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), composto pelos municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana, Guarapari e, como eixo central, Vitória. Seguindo a lógica da melhor rentabilidade possível, as indústrias se constituem aglomeradas nas “regiões com grandes viabilidades entre produção/comercialização”.⁵⁸

A decadência da produção agrícola cafeeira provocou um êxodo rural, processo que se repetiu em escala nacional. A RMGV concentrou 80% dos investimentos e empregos gerados pela indústria na época, provocando um aumento no fluxo. Em 1960 a população da Grande Vitória era de 209.172 habitantes e em 1991 já estava em 1.126.638 de habitantes.⁵⁹

Esta população migrante, vinda de áreas pobres e em sua maioria sem qualificação profissional, foi absorvida temporariamente na construção das plantas industriais da Companhia Siderúrgica de Tubarão, Companhia Vale do Rio Doce e Aracruz Celulose – atuais Arcelor Mittal, Vale e Fibria, respectivamente. Uma vez concluída esta etapa, foram excluídos da dinâmica econômica que agora exigia alto nível de formação profissional.

Em síntese, a economia urbana, embora se tenha expandido, não conseguiu amparar o êxodo rural, que se intensificou com as modificações ocorridas na estrutura agrária, colocando em evidência o problema da miséria e do desemprego rural. Esse processo, apoiado na expansão industrial, transmutou-se na miséria e no desemprego urbano, ampliando ainda mais o

58 SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano...** *Op. cit.*, p. 84.

59 Cf. MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória.** Vitória: EdUFES, 2011.

chamado “caos urbano” verificado na Grande Vitória, a partir da década de 70.⁶⁰

Ou seja, Vitória sofre com os problemas sociais advindos de um processo de modernização econômica que fomentou o adensamento populacional sem contar com a infraestrutura necessária para amparar o fluxo migratório. Com o menor território dentre os municípios da RMGV e geografia física marcada pela presença de ilhas, morros e manguezal, a cidade encontra no plano higienista de Saturnino de Brito a base para expansão da ocupação urbana em seu território. Não se prepara, contudo, para prover as condições mínimas de vida para os mais carentes, que acabam ocupando os morros e formando as primeiras favelas da capital.

É essa mesma população que passará a ocupar o lado norte da ilha de Vitória, nas proximidades da Ilha das Caieiras:

em meados dos anos 70, Vitória já era um centro altamente congestionado, e com considerável expansão da população favelada. É a partir de 1977 que tem início os processos de invasão da região do contorno da ilha (lado norte/noroeste), formada por manguezais e morros, local onde a prefeitura despejava todo o lixo da cidade. Nos anos seguintes, a invasão, que teve início no mangue, dando origem à favela de São Pedro, estendeu-se por quase cinco quilômetros, subdividindo-se em São Pedro I, II, III, IV, sendo que a última ocupação, ocorrida em 1980, representava, em extensão, um espaço mais de três vezes maior que a área da primeira, ocorrida na região por volta de 1977. São Pedro, em 1980, congregavam em média, 15 mil favelados.⁶¹

Todo este desenvolvimento que se dá a partir da década de 60 até finais de 80 modifica a dinâmica e vida na Ilha das Caieiras. Revelam-se mudanças nos ambientes espacial, social e cultural da comunidade e seus pescadores. A Ilha das Caieiras deixou para trás as características bucólicas do lugar, *tornou-se* integrada fisicamente à cidade e encontrou-se inserida na área mais pobre e violenta do município. A expansão urbana desordenada é acompanhada por um processo de segregação em Vitória, onde a parte leste representa a ilha

60 SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **Industrialização e empobrecimento urbano...** *Op. cit.*, p. 86.

61 *Ibidem*, p. 91.

da riqueza e a porção oeste o lugar de toda a pobreza e onde incidem as mais graves questões de violência.⁶²

A expansão das favelas transformou a paisagem do entorno da Ilha das Caieiras e o que se seguiu foi um processo de urbanização do bairro - infraestrutura de esgoto, pavimentação de ruas e implantação de equipamentos públicos. O governo local aumenta os investimentos em urbanização do bairro visando amenizar as péssimas condições de vida dos moradores que moravam em palafitas e os danos causados no meio ambiente local (Fotografia 4).



Fotografia 4: Palafitas construídas sem autorização no manguezal da região da Grande São Pedro, em 1984. **Fonte:** Estação Capixaba.

A urbanização desordenada e o fluxo de imigrantes que chegaram à região impactaram negativamente no ambiente natural. Os manguezais que garantiam a fartura na pesca foram altamente impactados:

grande parte da população que migrava do campo para a cidade foi morar sobre as florestas de mangue, muitas vezes em condições subumanas: catando lixo, morando em palafitas construídas sobre a lama do mangue e o esgoto das próprias casas. De 1970 a 1995, foi cortada e aterrada, em Vitória, uma área de aproximadamente

62 Cf. MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência...** *Op. cit.*

760 hectares de manguezais, quase metade da área que existe atualmente: 1.800 hectares. Grande parte dessa população que veio do interior pouco ou nada sabia a respeito do ecossistema sobre o qual estava morando.⁶³

Considerando que as populações dos bairros de entorno chegaram à região a partir da década de 80 e foram responsáveis pelo desmatamento de grande área de manguezal próxima a costa; considerando que as invasões ocorreram em virtude das grandes plantas industriais construídas na Região Metropolitana; considerando que a urbanização e a industrialização são marcos de qualquer processo de modernização; será que podemos afirmar que a modernização colocou em risco o modo de vida e o principal sustento dos pescadores da Ilha das Caieiras?

Citado em registros históricos como uma vila que até o final da década de 80 ainda apresentava ares bucólicos, a invasão fez surgir o processo de criação de favelas e transformou a parte alta do bairro, onde antes haviam morros desprovidos de construções, em morros com favelas. Na parte baixa a urbanização deu nova configuração ao espaço, de forma a descaracterizar a geografia insular, bem como a ocultar a essência bucólica de pequeno lugarejo. Os investimentos públicos em infraestrutura, contudo, não tiveram efeitos significativos no quadro de exclusão e desigualdade social marcados por altos índices de pobreza e violência.

É possível perceber a influência do tráfico na formação cultural dos jovens do bairro da Ilha das Caieiras, influencia presente ainda hoje. A observação participativa no estudo de campo revelou que alguns pescadores são usuários de drogas, principalmente cocaína; os relatos de associação ao tráfico ou situações de violência associada ao tráfico também foram constantes.⁶⁴ Tais relatos revelaram um elemento comportamental interessante: ser traficante, ou “mulher de traficante” é uma questão de status, que não se resume aos ganhos financeiros da atividade, mas estão relacionados ao poder que estes agentes do tráfico

63 ALVES, André. **Os argonautas do mangue...** *Op. cit.*, p. 83.

64 Cf. CORRÊA, Felipe Ramaldes. **O paradoxo da pesca e do preservacionismo...** *Op. cit.*

possuem no controle de territórios e de pessoas, sejam estes usuários ou “funcionários do tráfico”.

Apesar das questões relacionadas à influência do tráfico e os índices de violência, a iniciativa de alguns moradores, na década de 90, em abrir bares e restaurantes de culinária associada aos produtos da pesca – dentre os quais os moradores relatam o Lilico como pioneiro – chamou a atenção de atores políticos que passaram a fomentar, através do poder público, a Ilha das Caieiras como ponto turístico da cidade. Essa tendência foi favorecida pelos elementos paisagísticos – com o manguezal como paisagem natural preservada – bem como pelo Patrimônio Imaterial que carregam os pescadores e suas famílias, dentre os quais se destaca a arte de desfiar siri,⁶⁵ reproduzida pelas Desfiadeiras de Siri que atuam à porta de suas casas, sendo a grande maioria mulheres ou filhas de pescadores.

Um importante fator relacionado à pesca artesanal foi a chegada, nos anos 80, dos primeiros barcos à motor, que mudaram a característica da pesca no Lameirão gerando uma dualidade entre os atores, levando parte do grupo que se mantiveram na pesca de canoa a serem resistentes à entrada deste meio de navegação, enquanto outros atores a incorporaram.

Isto porque a única técnica possível de ser empregada em barcos a motor no Lameirão, devido às características do ecossistema, é predatória – fato que não se repete necessariamente em alto mar, onde é possível a aplicação de outras técnicas de pesca – gerando incomodo por parte dos pescadores que navegam em canoas e praticam pescas seletivas.

Apesar de tal fato, bem como dos diversos outros fatores que limitam ou geram conflitos que dificultam sua prática, como as legislações ambientais e a fiscalização considerada abusiva – relações contemporâneas desta atividade que atravessa séculos – a pesca artesanal se mantém como a principal atividade econômica de muitas

65 Existe uma tendência de atores externos a fazerem a correlação direta do surgimento dos restaurantes com as Desfiadeiras de Siri, o que carece de mais estudos e pesquisas para se confirmar.

famílias e ainda é possível observar a transferência de conhecimento entre as gerações.

Ainda assim é importante ressaltar que existe uma tendência entre às novas gerações de não desejarem continuar com a pesca, um exemplo claro é a família de Gabriel, um de nossos interlocutores na pesquisa: com oito filhos, dentre os quais cinco atuando na pesca e uma filha desfiadeira de siri, percebe-se entre sua família que não há o estímulo para que seus netos continuem na atividade, principalmente por parte das mães, que têm expectativa de que seus filhos estudem e busquem outras profissões. É uma relação dual, já que, apesar de tal desejo das mães, os filhos assistem de perto cotidianamente a relação de seus pais com a pesca. Só o tempo poderá dizer se novas gerações de pescadores artesanais da Ilha das Caieiras serão formadas ou não.

Considerações finais

No contexto do processo histórico, o que se manteve praticamente inalterado e intocado, resistindo ao processo de desenvolvimento urbano até os dias de hoje foi a área do manguezal dentro dos limites da EEMIL. Colocado neste contexto, a UC cumpriu um importante papel ao garantir a preservação do manguezal que poderia vir a ser alvo da expansão das invasões de terra ou de especulação imobiliária. Além disso, garantiu a manutenção da pesca artesanal.

Na dualidade entre pesca e preservação, o processo de modernização ainda é um fator recorrente, que muito diz sobre as significativas alterações que podem se aplicar sobre o modo de vida dos pescadores.

Hoje a Ilha das Caieiras é um bairro inserido no meio de um complexo de bairros periféricos à cidade, que concentra ainda altos índices de violência e a população de renda mais baixa, mas que apresenta singularidades que estão relacionadas à relação histórica com o manguezal e com a pesca, que tiveram significativa influência na formação cultural dos moradores do bairro e até mesmo nos bairros de entorno imediato.

Esta formação cultural, por muito tempo preservada pelo isolamento geográfico, influenciou a formação do bairro como um lugar turístico, a partir de um conjunto de atrativos que geram um fluxo diferenciado de pessoas no bairro: moradores dos outros bairros e turistas que visitam a Ilha das Caieiras, principalmente para experimentar a culinária local.

É perceptível a amálgama cultural na confluência entre os códigos culturais históricos, os tradicionais e os contemporâneos, perceptíveis no comportamento dos atores participantes da pesquisa. As mudanças espaciais, influenciadas principalmente pelo contexto econômico, impactaram na idiosincrasia dos pescadores e dos moradores, além de impactar a paisagem urbana.

Podemos destacar nesse contexto a nova relação de comércio do pescado e do siri, no qual pescadores abastecem diretamente ou por meio de atravessadores restaurantes e outros estabelecimentos voltados para alimentação; os conflitos recentes com o desenvolvimento das embarcações e o surgimento da pesca predatória; a criação de um Museu voltado para valorizar a história dos pescadores; a formação de favelas em um bairro que antes era composto por poucas casas e paisagem urbana bucólico; questões sociais contemporâneas relacionadas ao tráfico e o consumo de drogas; as novas religiões que influencia o modo de vida das famílias. A análise que busca relacionar a história e o contexto contemporâneo torna perceptível o quão dinâmico é a relação cultura e espaço.

A dinâmica do processo histórico de formação cultural da comunidade de pescadores da Ilha das Caieiras demonstra que as questões sociais merecem atenção constante do olhar científico, pois os problemas e desafios que a sociedade atravessa são mutantes, as questões emergem a cada novo fenômeno.

A tradição da pesca artesanal na Ilha das Caieiras, que desde seus primórdios foi uma atividade essencial para o sustento de muitas famílias e que desperta um sentimento de liberdade e autonomia daqueles atores enquanto cidadãos, hoje passa por uma série de questões que merecem atenção, principalmente de instituições

públicas que atualmente regulam a atividade. O que os resultados da observação participante tornam explícito é que eles, os pescadores, se sentem à margem de todo o debate que trata sobre a pesca, o que nos revela uma situação de ausência deste grupo de atores frente ao pensamento dominante.

Referências:

ALLUT, Antônio Garcia. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. *In.*: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

ALVES, André. **Os argonautas do mangue**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAVIEIRA, Princesa Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo 1888: viagem pelos trópicos brasileiros**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Brasília: Poder Executivo, 2007.

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação. **Documentos técnicos científicos**, v. 40, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1144>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

CALIPPO, Flávio Rizzi. O surgimento da navegação entre os povos dos sambaquis: argumentos, hipóteses e evidências. **R. Museu de Arq. Etn.**, São Paulo, n. 21, p. 31-49, 2011.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In.*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo: EdUNESP, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. APA Setiba. IEMA. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/APA_Setiba>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

CORRÊA, Felipe Ramaldes. **O paradoxo da pesca e do preservacionismo**: um estudo sobre os pescadores artesanais da Ilha das Caieiras. Vila Velha: UVV, 2015.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Estudo de arqueologia no sambaqui da Margarida**. Vitória: ICE, 2013.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **História arqueológica da Ilha das Caieiras**. Entrevista concedida a Felipe Ramaldes Corrêa, Vitória, 12 de julho de 2015.

Diário da manhã: órgão do partido republicano espírito-santense, Vitória, n. 46, 14 de outubro de 1917. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

Diário da manhã: órgão do partido republicano espírito-santense, Vitória, n. 118, 3 de janeiro de 1920a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

Diário da manhã: órgão do partido republicano espírito-santense, Vitória, n. 46, 30 de janeiro de 1920b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

DIAS, Tavares. **São Pedro**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

DINIZ, Janete Aparecida de S. **Da lama ao caos, do caos à lama**: estudo antropológico dos impactos da chegada da doença do caranguejo letárgico ao litoral capixaba. Rio de Janeiro: Centro de Ciências do Homem da Universidade Norte Fluminense, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. *In.*: PINTO, C. R. Jardim; GUAZZELLI, C. A. Barcelos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

Estado do Espírito Santo: órgão do partido constructor autonomista, Vitória, n. 295, 20 de dezembro de 1898. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

ESPÍRITO SANTO. Poder Municipal Câmara Municipal de Vitoria, Sessão Ordinária em 10 de Agosto de 1936. **Diário Oficial**, Vitória, p. 4-5, 19 de setembro de 1936.

FEU ROSA, Francisco C. A baía de Vitória na histórica econômica do Brasil. *In.*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, n. 17. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1957.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002.

FREIRE, Muniz; NUNES, Cleto. Sessão oficial Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 40ª Sessão ordinária em 18 de maio de 1882. **A província do Espírito-Santo**, Vitória, p. 2-4, 1882.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

JUNIOR, Carlos Teixeira de Campos. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria municipal de cultura e turismo, 1996.

KONX, Winni; TRIGUEIRO, Aline. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal**. Vitória: EdUFES, 2015.

MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EdUFES, 2011.

MEC. **Ofícios da ALES**. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1861.

NEVES, Luís Guilherme Santos; PACHECO, Renato da Costa. **Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

PRADO Jr., Caio. **Formação econômica do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMALHO, Cristiano W. N. **A arte de fazer-se pescador artesanal**. São Paulo: ANPPAS, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum social mundial: manual de uso**. Madison: [s. n.], 2004.

SCHEEL-YBERT, Rita. Relação dos habitantes de sambaquis com o meio ambiente: evidências de manejo de vegetais na costa sul-sudeste do Brasil durante o holoceno superior. *In.*: **Atas do Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**, v. 9, 2003.

SCHMILDT, Clícia. **História do Museu do Pescador**. Entrevista concedida a Felipe Ramaldes Corrêa, Vitória, 20 de julho de 2015.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950 – 1980**. 2 ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

VITÓRIA. **Lei n. 3.377 de 12 de setembro de 1986**. Transforma a reserva biológica municipal Ilha do Lameirão, criada pela Lei 3326/86, em Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão. Vitória: Poder Executivo, 1986.

WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

Relato de experiência: o papel do projeto político pedagógico no ensino para a formação da consciência reflexiva do risco – uma análise à luz da crise no abastecimento de água de colatina – ES, em função do rompimento da barragem de minério de ferro de Fundão, Mariana - MG

Isabela de Deus Cordeiro¹

Introdução

Trata-se de um relato de experiência que tem como objetivo crucial realizar uma análise da importância, no processo de ensinagem, da construção de atores sociais mais conscientes do “risco” que caracteriza a sociedade moderna. O risco, senão se encaixa totalmente na compreensão da sociedade moderna, pode parcialmente explicá-la, colocando na agenda nacional e internacional a incorporação de novos padrões de comportamento, de normas, de ações e medidas que o elimine ou, ao menos, minimize suas consequências.

A importância de que os agentes políticos, jurídicos e a própria sociedade civil orientem suas ações pelo reconhecimento do risco está diretamente relacionada à capacidade de resposta e mobilização social na adoção de medidas de precaução que deve orientar a sociedade moderna.

Nessa toada, o projeto político pedagógico, sendo um documento que orienta as concepções, ideias e valores relativos ao processo de ensinagem, é o instrumento vocacionado a orientar a formação e disseminação em torno do risco e de sua precaução.

A aproximação que se teve com o documento e seu papel,

¹ Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais, pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV; Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Espírito Santo; Especialista em Direito Urbanístico pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

fruto das aulas ministradas durante o Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais (mestrado), da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), na disciplina “Metodologia do ensino superior”, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Juliana Ferrari de Oliveira, põe o desafio de incorporar à sua vocação (de orientar os compromissos institucionais que alicerçarão as ações, as opções pedagógicas, as intervenções no contexto, enfim, sua vinculação à práticas e procedimentos que denotem a concepção de homem e sociedade modernos), a incorporação de aspectos intrínsecos da modernidade, em especial as condições de risco que lhe são inerentes e a necessidade de precaução em face deles.

Visando exemplificar o desafio que isso pode representar, trago as dificuldades enfrentadas a partir da interrupção do abastecimento público de água de Colatina, depois da contaminação das águas superficiais do Rio Doce pela lama de rejeitos de minério de ferro oriundas do rompimento da barragem de Santarém e galgamento de seus efluentes sobre a barragem de Fundão, Mariana- MG, fato que comprometeu a qualidade hídrica do leito do rio utilizado para a captação, tratamento e distribuição de água à população.

No relato trabalho com a experiência desse caso específico que, embora seja apenas exemplificativo, traduz o que é sentido em diversas outras ocasiões, e parece evidenciar o total despreparo da sociedade civil em torno de situações de ameaça e crise.

É nesse ponto que o projeto político pedagógico, a partir daquilo que é sua vocação, e a despeito de sua efetiva aplicação prática, parece sinalizar uma alternativa à incorporação social de aspectos atuais que orientam a sociedade de risco, mencionada por Ulrich Beck, visando a formação de sujeitos mais capacitados a enfrentar situações adversas como a que se apresentou.

Do exemplo atual de risco e ameaça que orienta a modernidade reflexiva: uma visão a partir do desastre de rompimento da barragem de Fundão, Mariana, MG que aponta para necessidade de incorporação da consciência do risco

Em cinco de novembro de 2015 o Brasil assistiu ao maior desastre ecológico da nação, e, provavelmente, a um dos maiores do mundo. O rompimento da barragem de Fundão e galgamento dos efluentes sobre a barragem de Santarém, localizadas no distrito de Bento Rodrigues, “Complexo Industrial de Germano”, município de Mariana-MG, operadas pela empresa Samarco Mineração S.A, causou ondas de rejeitos de minério de ferro e sílica, entre outros particulados, ocasionando impactos ambientais e sociais imensuráveis nos municípios mineiros e capixabas.

Em Colatina, município mais afetado no Espírito Santo, a população, estimada em cento e trinta e cinco mil habitantes, viu-se, repentinamente, desabastecida de água. Tendo como fonte de captação o rio Doce, a concessionária viu-se obrigada a suspendê-la em função da onda de rejeitos que transformou a água em lama.

O Ministério Público Brasileiro, deve-se registrar, por meio do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, assinou “Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar” que, dentre outras obrigações, previu a garantia do abastecimento público de água, por meio da disponibilização, a cargo da Samarco S. A, empresa responsável pelos danos, de pontos de distribuição de água mineral, além do fornecimento de água para abastecimento humano, por meio de fontes alternativas de captação (lagos, lagoas, perfuração de poços subterrâneos etc.). O cumprimento das mencionadas obrigações, contudo, não surtiu o efeito esperado, conforme vou demonstrar.

Constou da obrigação do abastecimento público de água:

1.1 - A COMPROMISSÁRIA SAMARCO MINERAÇÃO S. A. garantirá, diariamente, o abastecimento público de água em percentual, no mínimo, de 40 litros por habitante, elevando-o progressivamente até a normalização do serviço, contemplando a forma de distribuição que deverá considerar, especialmente, a

urgência de serviços essenciais como hospitais, escolas, abrigos e presídios entre outros.

Parágrafo primeiro: a quantidade mínima será elevada para 54 litros por dia e por habitante a partir do dia 20.11.2015.

Parágrafo segundo: os parâmetros fixados serão reavaliados visando a sua elevação, na data de 20.11.2015, sem prejuízo de outros limites mais elevados fixados pelos órgãos públicos competentes que sejam técnica e logisticamente viáveis.

Parágrafo terceiro: deverá ser assegurado o atendimento prioritário e imediato aos centros de hemodiálise.

1.2 - O Plano de Emergência contemplará alternativas de aquisição e de transporte, em todos os modais (por trem, avião, ou outro veículo) e em todo o mercado, de modo a elevar a eficiência na prestação do serviço.

Prazo: 48 horas.

1.3 - A COMPROMISSÁRIA SAMARCO MINERAÇÃO S. A compromete-se a fornecer, diariamente, para a população dos Municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares, 2 (dois) litros diários de água potável por habitante, para consumo humano.

Prazo: imediatamente, a partir da ciência da SAMARCO MINERAÇÃO S. A da suspensão da captação de água. A COMPROMISSÁRIA será informada por email. O endereço eletrônico deverá ser fornecido no prazo de 24 horas, sem prejuízo de outra forma de comunicação.

Parágrafo primeiro: A concessionária de serviço de saneamento comunicará imediatamente à COMPROMISSÁRIA SAMARCO MINERAÇÃO S. A, na pessoa a ser indicada em 24 horas, por telefone ou qualquer outro meio, a suspensão da captação de água, conforme requisição do Ministério Público, sem prejuízo de outros canais de comunicação indicados pela empresa.

Parágrafo segundo: Os pontos de distribuição serão indicados pelas autoridades municipais.

Parágrafo terceiro: A gestão (aquisição, fornecimento e o controle) e o custeio da distribuição da água potável são de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA SAMARCO MINERAÇÃO S. A, inclusive em relação às instalações e estruturas físicas necessárias.

Parágrafo quarto: os técnicos municipais da Secretaria de Assistência Social, da Defesa Civil municipal ou representantes

das comunidades nas quais sejam fixados os pontos de distribuição fiscalizarão a prestação do serviço de fornecimento.

Apesar de, aparentemente, o documento ter pretendido a minimização dos impactos esperados com a chegada da lama, nem o poder público, nem a sociedade civil, tiveram condições mínimas de responder adequadamente ao evento. As situações que dependeram do poder público municipal ou estadual, como indicação dos pontos de distribuição de água mineral e policiamento preventivo, não foram minimamente atendidas, impactando, sobremaneira, o resultado do compromisso.

O poder público municipal, sem qualquer preparo ou plano de atuação em situações de emergência, não conseguiu cumprir sua única obrigação constante do termo de compromisso, a de indicar a localização dos pontos de distribuição de água, cujo fornecimento deveria ser levado a cabo pela empresa. A sociedade civil, em função da inexistência de treinamentos anteriores, deu ocasião a cenas tristes de lutas corporais em busca dos galões que deveriam ser distribuídos; uso da força e esbulhos dos caminhões que continham a água a ser distribuída, dentre outros incidentes. Atribuo o comportamento verificado ao receio em relação à escassez do bem.

Tampouco a empresa, a quem competia apresentar um plano de emergência no âmbito do licenciamento ambiental, apresentou-o de forma adequada, estrito ao raio de 120 km da localização da barragem. Mesmo o documento (plano de emergência) apresentado não contemplou qualquer treinamento para a hipótese de uma real situação de desastre. O documento pactuado com o Ministério Público previu que, com a chegada da lama, a empresa deveria contratar comunicação social informando a localização dos pontos de distribuição, horários, pontos de atendimento à população, dentre outros. Todas obrigações que visavam trazer um nível mínimo de informação e organização na gestão do risco. Apesar disso, as mídias utilizadas visando à transmissão da informação de que a água seria permanentemente distribuída não foram suficientes e capazes de surtir os efeitos esperados.

O Estado, cuja referência no documento não se fez constar (até por já se pressupor sua responsabilidade no efetivo policiamento em número suficiente à manutenção da ordem pública), seja por haver disponibilizado contingente pífio (64 policiais) seja por contar com membros da defesa civil em número insuficiente, tampouco foi capaz de dar a devida resposta à crise estabelecida em função do rompimento da barragem.

Dito isso, restou evidente que, do ponto de vista institucional, os poderes constituídos não tiveram qualquer condição de resposta ao evento do desastre, contrariando, frontalmente, todas as obrigações constantes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Mas não foi só isso, ainda que a sociedade esteja entre um importante ator social previsto na PNPDEC, tanto que o artigo 4º prevê como diretriz da política a sua participação, ela, embora tenha reconhecido a situação de risco e desastre, também não foi treinada a responder com o protagonismo que à luz da política pudesse ser esperado.²

A crise no abastecimento público de água foi fruto de que as águas superficiais do leito do Rio Doce evidenciaram níveis de concentração de metais pesados nunca antes verificados. Contudo, se num primeiro momento levaram a que o poder público e a concessionária do serviço a suspenderem o abastecimento, já em outra oportunidade fizeram-lhes retornar com a distribuição, a despeito das análises clínicas, realizadas por laboratórios credenciados do Inmetro, que acusaram a presença de metais pesados como chumbo, arsênio, mercúrio, manganês, entre outros identificados nas águas superficiais do curso hídrico.

Sobre isso, o Ministério Público decidiu ajuizar ação civil pública visando à interrupção na captação da água do leito do rio Doce, visando a que o poder público municipal apresentasse fonte alternativa

² Cf. BRASIL. **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2012.

de captação ou comprovasse a qualidade da água distribuída por meio de parâmetros diversos dos então previstos na Portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde.

Vale ressaltar, que havia fundadas dúvidas sobre a qualidade da água, seja das águas superficiais, seja em relação à água distribuída pela concessionária, cuja água bruta havia sido captada no leito do rio Doce.³

Independentemente do acerto ou erro das decisões em relação ao retorno do abastecimento público de água (circunstância que não se constitui como objeto do presente relato), as intempéries verificadas trazem à tona a incapacidade de resposta dos atores sociais: poderes públicos, órgãos de fiscalização e controle e da própria sociedade civil, na adoção de medidas de precaução e prevenção que reduzam as situações de risco. Riscos, esses, que podem assumir potencialidade lesivas quer em relação ao meio biótico, abiótico ou socioeconômico.

A modernidade que se apresenta – da distribuição da riqueza para a distribuição dos riscos: uma perspectiva em Ulrich Beck

Sempre que se fala da modernidade, ou mesmo, da pós-modernidade não se ignora a circunstância das alterações sofridas em sua dinâmica, motivadas por mudanças significativas da relação tempo-espaco, bem como, das conformações dos fenômenos sociais, especialmente em função da ampliação dos modos de produção capitalista e do consumo massificado.

³ A seguir destacamos parte de um dos laudos técnicos que confirmam os níveis de incerteza sobre a qualidade da água superficial ou potável distribuída: “Destaca-se que antes da poluição das águas do Rio Doce estes parâmetros atendiam a classificação II de corpo hídrico conforme a Resolução CONAMA 357/2005. Logo, mesmo que ocorra uma alteração no tratamento da água com a mudança do coagulante (uso do tanino de acácia negra), os altos índices de turbidez requer adição de maior concentração de produtos químicos na água para alcançar os padrões de potabilidade da Portaria 2.914/2011. O que ainda não assegura de forma definitiva a eficiência do tratamento considerando as oscilações na qualidade do corpo hídrico onde ocorre a captação de água, ou seja, o Rio Doce”.

Com efeito as últimas décadas assistiram a eventos catastróficos, ambientais e urbanísticos, que apontam para a existência de uma crise ecológica planetária fundada especialmente na escassez de recursos naturais e alimentos, perda de biodiversidade, ausência de espaços adequados à destinação de resíduos e ocupações urbanas desordenadas, que intensificam os processos de pobreza e marginalização. Outra característica que marca esse acirramento nos níveis de desigualdade social, são os riscos, cuja maior consequência é o processo de desterritorialização, e cuja tendência é o agravamento, segundo relatório da Organização das Nações Unidas.⁴

Beck, acerca da sociedade de risco, sinaliza a alteração da condição de “autêntica carência material”, que orientava o advento do processo de industrialização, e sua substituição, com o avanço das forças produtivas exponenciais, por riscos e potenciais de autoameaça, em medida nunca antes imaginada.⁵ Os riscos, nesse sentido, assumem a condição de uma perda generalizada de confiança e de antecipação de danos atualmente previsíveis.⁶

Tais riscos tornam-se, mais evidente, quando assumem a forma de desastres.

De acordo com Ribeiro:

numa perspectiva sociológica, um desastre é entendido como um acontecimento não rotineiro que provoca uma disrupção social, cujo seu grau de impacto reflete em grande parte, o tipo e o grau de preparação de uma determinada comunidade para lidar com os riscos naturais e tecnológicos.⁷

4 ONU. **Global estimates 2015**. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201507-globalEstimates-2015/20150713-global-estimates-2015-en-v1.pdf>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2015, p. 11.

5 BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 23.

6 *Ibidem*, p. 39.

7 Ribeiro *apud* SILVA, D. S. Os desastres não são fatalidades incontornáveis, considerações sobre planejamento e gestão de crises em vales à jusante de barragens. In.: SANTOS, M. A.; Silva, D. S. (org.). **Risco e gestão de crises em vales à jusante de barragens**. Lisboa: LNEC/ITS, 1998.

De acordo com o “*Informe Regional del Estado de la Vulnerabilidad y Riesgos de Desastres en Centroamerica*”, Marcelino,⁸ a partir de dados de desastres do banco global EM-Dat (*Emergency Events Database*), no período entre 1900 e 2006, constatou que o continente que apresentou o maior número de registros foi o asiático (3699 eventos). O segundo foi o americano (2416). Observou também que, a nível mundial, os tipos de desastres que mais ocorreram foram as inundações (35%) e as tempestades (31%).

O relatório constata também que mais de 70% dos desastres ocorreram em países em desenvolvimento. Isto pode ser observado em função da expressiva parcela de população absoluta nestes países, superiores em relação aos chamados países desenvolvidos, e a vulnerabilidade que grande parte da população apresenta em relação a desastres de vários tipos, dentre eles os naturais. Nesta categoria de países em desenvolvimento, com território extenso e populoso, encontra-se o Brasil.

É possível dizer, assim, que a vulnerabilidade social das pessoas que compõe os países em desenvolvimento é fato que contribui, significativamente, para a capacidade de resposta adequada às situações de risco ou desastre, e isso independe do desastre ter causas naturais ou não.

Giddens, ao analisar as características da modernidade, destaca e concentra parte substancial de sua discussão em temas como segurança x perigo x risco, e como o desenvolvimento das “forças de produção” teriam um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material.⁹

É, pois, a lógica da distribuição dos riscos que, na análise desse sociólogo, vai orientar a modernidade, fixando como seu desafio o dilema acerca de:

8 MARCELINO, E. V. **Desastres atuais e geotecnologias: conceitos básicos**. Santa Maria: INPE, 2007. Disponível em: <<http://www.inpe.br/crs/geodesastres/imagens/publicacoes/conceitosbasicos.pdf>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2015.

9 GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EdUNESP, 1991, p. 12.

como é possível que as ameaças e riscos sistematicamente coproduzidos no processo tardio de modernização sejam evitados, minimizados, dramatizados, canalizados e, quando vindos à luz sob a forma de ‘efeitos colaterais latentes’, isolados e redistribuídos de modo tal que não comprometam o processo de modernização e nem as fronteiras do que é (ecológica, medicinal, psicológica ou socialmente) ‘aceitável?’¹⁰

O porquê o desafio situa-se, antes, relacionado à minimização, contenção e canalização, ao invés de relacionado aos processos de eliminação, prevenção ou precaução, consiste, fundamentalmente, em que a lógica da distribuição dos riscos que marca a modernidade não é capaz de superar o modelo capitalista.

Por isso, Beck constata que à solidariedade social que, em certa medida, reúne as pessoas quando do advento de eventos catastróficos, não se segue uma ordem econômica menos gananciosa, mas uma que “por meio de definições cambiantes de riscos” pode gerar “necessidades inteiramente novas, e por decorrência, mercados inteiramente novos”.¹¹

Contudo, um compromisso ético sugere um novo rearranjo no trato das ameaças e riscos que se propõe na modernidade, não mais subordinando as decisões àquilo que possa exclusivamente atender a interesse de natureza mercadológica, mas antes, estabelecendo-se a decisão em favor da virtude, como propõe Freire:

não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Nesse sentido, a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade mas não é uma virtude.¹²

Apesar disso, as legislações criam mecanismos de legitimação de situações de risco, a exemplo dos limites de tolerância e da ausência de análise dos aspectos sinérgicos que se podem verificar a partir deles. Beck:

10 BECK, Ulrich. **Sociedade de risco...** *Op. cit.*, p. 24.

11 *Ibidem*, p. 67.

12 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 19.

quem quiser realmente determinar tetos de tolerância, terá de contemplar esse acúmulo. Quem contudo fixa limites de tolerância com base em substâncias tóxicas isoladas, ou parte da suposição completamente equivocada de que a pessoa ingere apenas essa substância, ou então afasta da abordagem de seu raciocínio e de sua investigação a possibilidade de considerar limites de tolerância para os seres humanos. Quanto mais substâncias tóxicas forem postas em circulação, quanto mais limites de tolerância forem fixados em relação a substâncias isoladas e quanto mais complacentes forem as fixações esses valores, tanto mais absurdo se torna o feito todo do limite de tolerância, pois a ameaça tóxica global a que se submete a população se amplia, com a condição de que seja válida a equação simples segundo a qual o volume total de diferentes substâncias isoladamente venenosas signifique também um nível mais alto de envenenamento total.¹³

Isso tem uma razão de ser bem evidente e relacionada à expansão do sistema capitalista. Giddens destaca que o permanente fluxo de expansão do sistema

é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para [...] se expandir.¹⁴

Por estarem atrelados à superprodução industrial, os riscos, embora possam ser produzidos localmente, apresentam potencialidade de danos regionais, ou mesmo, globais, ameaçando todas as formas de vida e não apenas a humana. Nesse sentido, são democráticos, atingindo pobres e ricos, muito embora intensifiquem as sociedades de classes na medida em que as consequências mais gravosas são sentidas pela população mais vulnerável.¹⁵ A dimensão e o caráter dos desafios levam Yvette Veyre, citada por Lopes a identificar a necessidade de uma governança de riscos, assentada em três elementos: a precaução, a prevenção e a indenização.¹⁶

13 BECK, Ulrich. **Sociedade de risco...** *Op. cit.*, p. 81.

14 GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade...** *Op. cit.*, p. 17.

15 BECK, Ulrich. **Sociedade de risco...** *Op. cit.*, p. 41-48.

16 Yvette Veyre *apud* LOPEZ, Tereza Ancona. **Princípio de precaução e evolução da responsabilidade civil.** São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 40.

Para o objetivo que pretendo os dois primeiros elementos assumem maior relevância, ou seja, minha intenção é caminhar para um empoderamento dos atores sociais naquilo que lhes cabe, a fim de que adotem posturas ativas em direção a esta governança, destacando o papel da ensinagem e do projeto político pedagógico como mecanismos que podem tornar mais eficiente esse processo.

O primeiro passo a essa postura ativa é a consciência do risco haja vista que, conforme diz Michel Prieur, citado por Patrick Ayala:

os fenômenos que afetam ao meio ambiente natural se caracterizam muito por grande complexidade. Mas é preciso, sobretudo, colocar em relevo os seguintes elementos que raramente se encontram nos danos não ecológicos: as consequências danosas de uma lesão ao meio ambiente são irreversíveis (não se reconstitui um biótipo ou uma espécie em extinção), estando vinculadas ao progresso tecnológico; a poluição tem efeitos cumulativos e sinérgicos, que fazem com que estas se somem e se acumulem, entre si; a acumulação de danos ao longo de uma cadeia alimentaria, pode ter consequências catastróficas (enfermidade de Minamata no Japão); os efeitos dos danos ecológicos podem manifestar-se muito além das proximidades vizinhas (efeitos comprovados pela contaminação das águas, pelas chuvas ácidas, devidas ao transporte atmosférico a longa distância do SO₂); são danos coletivos por suas próprias causas (pluralidade de autores, desenvolvimento industrial, concentração urbana) e seus efeitos (custos sociais); são danos difusos em sua manifestação (ar, radioatividade, poluição das águas) e no estabelecimento do nexo causalidade; tem repercussão na medida em que implicam agressões principalmente a um elemento natural e, por rebote ou ricochete, aos direitos individuais.¹⁷

A partir da consciência de risco posso vislumbrar dois caminhos que contribuem para uma governança socioambiental de riscos: o primeiro, consistente na ampliação da consciência crítica em relação ao modelo de desenvolvimento capitalista posto, o qual reputo apresente menor eficiência dado o habitus instalado e a forma globalizada por ele assumida. O segundo, esse sim com maiores chances de êxito, consiste na maior antecipação dos riscos e na adoção de medidas específicas, onde destaco a capacidade de

17 Michel Prieur *apud* AYALA, Patryck de A.; LEITE, José R. M. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática.** 4 ed. rev., atual., amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 98.

resposta social adequada, na linha de valores como precaução e prevenção.

Do ponto de vista de uma previsão normativa, a Declaração do Rio, emitida por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, em 1992, e cujo Brasil é país signatário, consagrou o valor de precaução, ao estabelecer no princípio 15 que:

com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Contudo, a mera previsão normativa tem se mostrado insuficiente, tanto que durante a XXXV reunião ordinária de chefes de Estado e de governo do Sistema de Integração centroamericana (SICA), celebrada na cidade do Panamá, em julho de 2010, foi aprovada a Política Centroamericana de Gestão Integral de Riscos de Desastres (PCGIR) orientando a que esses países se orientem progressivamente por sua implementação.

Sua aplicação, não obstante se dirija a países que compõem a centro-américa, são totalmente válidas para países como o Brasil, cuja vulnerabilidade é sentida nos aspectos nele relacionados. Assim, destaca-se a vulnerabilidade econômica, institucional, das condições de meio ambiente e recursos naturais, tendência a eventos climáticos extremos e vulnerabilidade social são aspectos relacionados como desafios a serem superados.¹⁸

Uma das sugestões do documento visando superar tais desafios é a participação social, comunitária e territorial.

18 ONU. *Guía para la Aplicación de Criterios en la Identificación de Acciones Claves para la Planificación de la Reducción del Riesgo de Desastres (RRD) en América Latina y el Caribe*. América do Sul, 2014, p. 29. Disponível em: <https://www.unisdr.org/files/36555_36538guacriteriosparaaccionesdeplan.pdf>.

A PNPDEC evidencia a abrangência e o caráter multidisciplinar das consequências das situações de risco e, por isso, determina a sua integração às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.¹⁹

Seja, portanto, apontado nos documentos internacionais, seja na própria legislação brasileira, para além do caráter multidisciplinar exigido na gestão do risco, é preciso que seja ampliada a consciência reflexiva em torno do risco.

Nessa linha, todas as formações, seja a do nível básico, seja a do nível superior, contribuem para a formação da consciência pública e reflexiva do risco, residindo aqui, a importância dos aspectos abordados em sala de aula relativos ao papel a ser cumprido pelo projeto político-pedagógico na medida em que estabelece o compromisso da instituição com a formação da própria cidadania.

Seu compromisso ético abre horizontes mais promissores a uma cidadania que se oriente pela precaução e deixa de lado a ideia reducionista de que talvez ela pudesse estar atrelada apenas aos interesses das ciências naturais.

Bittar entende que uma das marcas da modernidade ou pós modernidade consiste exatamente nos abalos em torno da compreensão e visão de mundo que sustentavam suas crenças, que substitui a ideologia do desenvolvimento a todo custo por uma sustentável e responsável. Apesar disso, o habitus ainda sinaliza a manutenção das coisas e, por isso, a transformação das coisas pode assumir um caráter mais desafiador.²⁰

Não tenho dúvida, contudo, que a ensinagem, como formação cultural dialogal, baseada na

19 Cf. BRASIL. **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012...** *Op. cit.*

20 BITTAR, Eduardo C. B. **Estudos sobre o ensino jurídico.** Pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania. 2 ed. rev., amp. São Paulo: Atlas, 2006, p. 3.

autoconsciência do povo sobre sua realidade enquanto tal [...] uma dimensão de compreensão dos próprios problemas, dos próprios desafios e metas que se elegem para serem enfrentados e almeçados,²¹

é processo fundamental para essa transformação, abrindo ao indivíduo a possibilidade de construir novos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados à ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.²²

Essa responsabilidade social e política exige o que Freire denomina de transitividade crítica, caracterizada

pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os 'achados' e se dispor sempre a revisões [...] Por negar a transferência da responsabilidade.²³

Este o espaço que acredito deva ser preenchido pelo conteúdo do projeto político-pedagógico. Sua vocação voltada à formação de consciências reflexivas deve ser capaz de prever em sua estrutura, organização e efetividade, compromissos que traduzam a formação dessa nova consciência que marca de modo tão contundente a sociedade moderna, admitindo que os níveis de incerteza, dúvida e insegurança alcançados ensejam a que valores como precaução e mitigação façam parte da nova cidadania.

O ensino, à luz dessa nova consciência e o papel do projeto político pedagógico

O dinamismo que orienta essa modernidade reclama a adaptação e vincula o processo educacional, fazendo-o assumir novos contornos, compromissos e bases de atuação que fomentam a que o sujeito educando seja conquistado a perceber distintamente a realidade, desenvolver novas habilidades e capacidades que permitam um melhor posicionamento no mundo no qual está inserido.

21 BITTAR, Eduardo C. B. *Estudos sobre o ensino jurídico...* *Op. cit.*, p. 40.

22 BRASIL. **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012...** *Op. cit.*, art. 3°.

23 FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 69-70.

Nessa linha, se do ponto de vista social a nova modernidade se orienta pela distribuição dos riscos, de outro ela também reclama uma atualização do ensino que deve incorporar essa transformação atuando na multiplicação das chances de manutenção da vida do homem e dos seres vivos.

É dentro dessa perspectiva que a pós modernidade propõe desafios que devem ser incorporados ao processo de ensinagem. Não é de hoje que o ensino, de um modo geral, “não vem estruturado a partir de práticas pedagógicas direcionadas, mas sim a partir de algumas tradições imbricadas às próprias práticas do poder”.²⁴

Por isso Adorno, se bem que comentando o ensino jurídico, afirma a natureza essencialmente conservadora do ensino na sociedade brasileira, considerando-a mecanismo de manutenção da ideologia jurídico-política do Estado Nacional, ou melhor dizer, do próprio liberalismo.²⁵

Essa função de manutenção das práticas liberais serviram, antes, ao avanço do capitalismo que, independentemente de seu ideológico, afirmou as bases de uma sociedade muito desigual, a exemplo da brasileira e em detrimento do compromisso constitucional, consagrado no art. 3º, que objetiva a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.²⁶

Anastasiou, reagindo a essas práticas, propõe “uma matriz integrada”, a partir da construção de uma proposta pedagógica coletivamente elaborada e que seja permanentemente revisitada à luz das metas pretendidas, da adoção de novas metas, “conforme as necessidades, num movimento que acompanha a mudança da realidade e as situações centradas no homem, em constante vir-a-ser”.²⁷

24 BITTAR, Eduardo C. B. **Estudos sobre o ensino jurídico...** *Op. cit.*, p. 6.

25 ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 92.

26 Cf. BRASIL. Constituição (1988). Artigo 3º. *In.*: **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

27 ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Processo de ensinagem na universidade:** Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5 ed. Joinville: Univille, 2007, p. 44.

Se o exemplo trazido no início do relato traduz uma sociedade ainda insuficientemente capaz de lidar com o risco, mal preparada ante o advento dos danos, e, em certa medida, descompromissada com a implementação da política pública que se propõe a realizar a gestão dos riscos, de outro, o processo de ensinagem, e, nesse sentido, as propostas encampadas no projeto político-pedagógico, podem se apresentar como importante instrumento de percepção desse risco.

Nesse viés, Bittar afirma que o sentido da consciência política

é sinônimo de preocupação com o social, com as carestias reais que envolvem certa comunidade e suas demandas, com o momento histórico vivido [...] e as grandes e pequenas questões que incomodam uma sociedade em dado contexto.²⁸

O exemplo do rompimento da barragem de Santarém, em Bento Rodrigues, Mariana – MG tem o condão de trazer permanentemente à memória a fragilidade do enfrentamento de situações de risco verificado pelo corpo social, e pode servir de marco à adoção de posturas mais comprometidas com a sociedade de risco, mencionada por Beck.

A compreensão de que a ensinagem está intimamente relacionada ao projeto de instituição social que se deseja e, conseqüentemente, deve ser acompanhada de um projeto que guarde pertinência com o compromisso ético, é fruto da compreensão de que o projeto pedagógico, como sinaliza Anastasiou compõe:

parte essencial de um compromisso social [...] tem como cerne da instituição, na graduação, o ensinar e o aprender, visando à formação de profissionais que atuarão na realidade, construindo-a e transformando-a. A universidade estabelece como foco essa parte da sociedade que a constitui, que ela representa e que ela altera, a partir do projeto explicitado, assumido e efetivado.²⁹

Mas não é só no ensino superior, esse compromisso ético traduzido no projeto político-pedagógico faz parte de todo o processo de educação, como parte integrante de um contexto maior que sinaliza o compromisso institucional com as transformações

28 BITTAR, Eduardo C. B. **Estudos sobre o ensino jurídico...** *Op. cit.*, p. 46.

29 ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Processo de ensinagem na universidade...** *Op. cit.*, p. 45.

sociais reclamadas pela sociedade moderna. Daí que a partir da mais tenra idade, e progressivamente, são introduzidos novos conceitos e novas habilidades, que poderão colaborar num processo coletivo de ampliação das bases de sustentação da vida.

Sendo vocacionado como uma direção institucional a orientar ações e práticas sociais, o projeto político pedagógico, na lição de Anastasiou:

define as formas de organização do conhecimento referente à herança social, produzido e/ou atualizado na pesquisa e extensão, devendo-se considerar as necessidades sociais do país, da região e sua situações histórica. Sendo institucional, deve ser construído com base nas necessidades e nos problemas postos pelo colegiado que constitui a instituição.³⁰

Apesar disso, tradicionalmente, sempre estive orientado à distribuição de disciplinas justapostas que formam a grade curricular do seu programa de ensino e que “deixou de acompanhar o movimento de realidade”.³¹

A necessidade de uma articulação entre teoria e prática, como forma importante de aprendizagem é bem ressaltada por Anastasiou que aponta o advento da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, lei n. 9.394/96, como marco normativo propositor de novos elementos que perpassem as diferentes áreas ou cursos de graduação.

As diretrizes constantes do projeto político pedagógico serão, nesse sentido, responsáveis por alinhar os diversos cursos ou áreas da graduação e promoverão, a partir do conjunto das disciplinas, a “construção integrativa do conhecimento”.³²

É somente nessa perspectiva, que acredito seja possível alcançar-se a integração proposta pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, qual seja a de que seja considerada pelas políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia,

30 ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Processo de ensinagem na universidade...** *Op. cit.*, p. 46.

31 *Ibidem.*

32 *Ibidem.*

infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, contando com a própria sociedade civil, protagonista fundamental a quem caberá colocar em prática as ações voltadas à precaução do risco.

Considerações finais

Ao final dessas digressões espero ter sido capaz de situar um aspecto bem presente na sociedade moderna ou pós-moderna, qual seja, o risco. Esse, fruto de um processo de uma exploração desenfreada e levada a cabo por um modelo de desenvolvimento, o capitalismo, que transforma recursos ambientais em bens e acaba por estabelecer uma relação quase perniciosa dos seres humanos com a mãe Terra.

Contudo, é bom que registre que, independentemente de a quem se atribua o amplo processo de produção, consumo, desgaste a que se tenha chegado, não há como ignorar a circunstância de que, mais do nunca, temos todos assistido a inúmeros processos de catástrofes, tenham ele origem natural, tenham ele origem direta na ação do homem, e isso, leva-nos ao ponto central que penso ter deixado claro, sendo ele a necessidade de se estabelecer uma consciência reflexiva do risco a fim de que, socialmente, tenhamos condições de responder mais adequada e eficientemente a ele.

Nessa toada, dois aspectos parecem fundamental: o primeiro que recai sobre as instituições e reclama delas um maior compromisso com as políticas que estão diretamente relacionadas à prevenção e precaução do risco, das quais destaco a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. E, de outro, a necessidade de que, enquanto corpo social, tenhamos melhores condições de responder a esta política, haja vista que ela tem na sociedade um protagonista fundamental.

Dito isso, oportunamente registrei que a educação moderna não pode ignorar ou pôr de lado os desafios que a sociedade complexa tem a enfrentar. O compromisso ético-institucional do ensino com esse desafio, constante do projeto político-pedagógico das instituições representa um espaço fundamental, cujas diretrizes deverão estar atentas à exigência dessa nova consciência. Somente por meio dessa

incorporação e transversalidade é que o conhecimento, inicialmente fragmentado, opera sua integração, colocando o conhecimento a serviço da humanidade, em toda a sua complexidade.

Referências:

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AYALA, Patryck de A.; LEITE, José R. M. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática**. 4 ed. rev., atual., amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Processo de ensinagem na universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 5 ed. Joinville: Univille, 2007.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. **Estudos sobre o ensino jurídico**. Pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania. 2 ed. rev., amp. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 3º. *In.*: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EdUNESP, 1991.

LOPEZ, Tereza Ancona. **Princípio de precaução e evolução da responsabilidade civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MARCELINO, E. V. **Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos**. Santa Maria: INPE, 2007. Disponível em: <<http://www.inpe.br/crs/geodesastres/imagens/publicacoes/conceitosbasicos.pdf>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2015.

ONU. **Guía para la Aplicación de Criterios en la Identificación de Acciones Claves para la Planificación de la Reducción del Riesgo de Desastres (RRD) en América Latina y el Caribe**. América do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.unisdr.org/files/36555_36538guacriteriosparaaccionesdeplan.pdf>.

ONU. **Global estimates 2015**. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201507-globalEstimates-2015/20150713-global-estimates-2015-en-v1.pdf>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2015.

SILVA, D. S. Os desastres não são fatalidades incontornáveis, considerações sobre planejamento e gestão de crises em vales à jusante de barragens. *In.*: SANTOS, M. A.; Silva, D. S. (org.). **Risco e gestão de crises em vales à jusante de barragens**. Lisboa: LNEC/ITS, 1998.

Política pública e inclusão social: o caso do centro estadual de idiomas de Vitória/ES

Sabrina Menezes¹

Introdução

Parte expressiva da literatura que discute a juventude quase sempre confere um caráter marcadamente transitório a essa fase da vida. Exaltam as transformações, a sexualidade, a escola, trabalho e as relações familiares como delineadoras do futuro. Colocamos nos ombros da juventude que discutimos hoje a responsabilidade dos dias de amanhã, mas nem sempre estamos dispostos a ouvir o que pensam esses jovens. Sob esse aspecto, há uma intenção de perceber a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser, negando o presente vivido.²

Essa concepção parece estar muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro.

Nesse sentido são pensadas algumas políticas destinadas à juventude, principalmente as Políticas de educação. Desse modo, esse trabalho toma então como base os estudos sobre as políticas públicas de juventude nas últimas décadas, as percepções de juventude, ajuntamentos sobre os saberes e práticas de educação para compreender o entrelaçamento entre a realidade dos sujeitos pesquisados e as indagações da pesquisa estabelecendo, primordialmente, “um diálogo entre a teoria e o problema a ser investigado”.³ Assim, a política de

1 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em Sociologia Política pela Universidade de Vila Velha.

2 Cf. SALEM, Tânia. Filhos do milagre. **Ciência hoje**, SBPC, v. 5, n. 25, 1986.

3 DESLANDES, Seuly Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In.*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 40.

educação para juventude aqui investigada está baseada no curso de inglês Centro Estadual de Idiomas do município de Vitória, Espírito Santo.

Os Centros Estaduais de Idiomas foram criados em 2009, por meio de decreto pelo governo Paulo Hartung (2003-2006, 2007-2010, 2015-atual). Esses Centros objetivam oferecer curso de língua estrangeira para alunos da rede pública estadual. De acordo com a diretrizes do Projeto Básico,⁴ é intenção do programa promover a melhoria da qualidade da escola pública, traduzida na equalização das oportunidades educacionais e melhoria do padrão de desempenho dos educandos. Nos CEIs são oferecidos cursos de inglês e espanhol, além de bolsas de intercâmbio para os alunos que obtiverem o melhor rendimento ao longo do curso. Os CEIs funcionam nos municípios da Grande Vitória⁵ e nos municípios de Colatina e Cachoeiro do Itapemirim e atendem 5310⁶ alunos.⁷

Nesse sentido, à primeira vista, o ensino de uma língua estrangeira aliado ao programa de intercâmbio para jovens alunos da rede pública, pode ser entendido como um programa de inclusão social, uma vez que oferece a alunos de baixa renda familiar a oportunidade de estudar fora do país. A Política Pública pretende agenciar a admissão de alunos da rede pública a espaços e oportunidades de qualificação laboral que antes não tinham acesso, democratizando assim não só a educação, mas a diversificação de suas experiências, além da ampliação das possibilidades de ação do jovem acolhido pelo programa⁸.

4 Documento produzido pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo que explica e regulamenta o programa.

5 Exceto o município de Viana.

6 Os municípios da Grande Vitória (Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória) oferecem 1050 vagas por município. Os municípios do interior (Colatina e Cachoeiro do Itapemirim), oferecem, portanto, um número menor de vagas – 1100 vagas distribuídas entre os dois municípios.

7 Esse número é atualizado. Em 2009 eram 4.560 vagas e oferecidas apenas nos quatro municípios da Grande Vitória.

8 Segundo o documento “Projeto Básico: Curso de Língua Estrangeira para Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual” que regulamenta o Centro Estadual de Idiomas.

De acordo com um estudo realizado no Espírito Santo pelo Instituto Jones dos Santos Neves, a economia estadual é, em média, cerca de duas vezes mais aberta ao comércio exterior quando comparada à economia nacional.⁹ Para o desenvolvimento regional, o Governo do Estado do Espírito Santo criou ações para garantir condições de infraestrutura que materializem uma economia de maior valor agregado, sustentada por um capital humano qualificado, para fazer frente aos “desafios da competitividade por emprego”.¹⁰ Assim, de acordo com o Governo do Estado, corrobora-se a necessidade do conhecimento de Línguas Estrangeiras, especialmente Inglês e Espanhol, para que sejam mediadas as atividades econômicas no estado em várias frentes. Essa justificativa, entre outras, servirá de base para a política pública oriunda da Secretaria de Educação (SEDU) que será executada pelos Centros Estaduais de Idiomas (CEI).

É importante destacar que todas as vagas são direcionadas apenas aos alunos da rede pública estadual. Nesse sentido, o compromisso do Governo do Estado é que alunos oriundos da rede pública que, frequentemente pertencem às camadas menos abastadas da população, tenham acesso a esse tipo de qualificação profissional. Assim, poderão competir profissionalmente de forma mais justa com pessoas que tiveram meios de estudar idiomas em cursos particulares. Dessa forma, esta política oferece a possibilidade de que os alunos das escolas públicas tenham também acesso ao ensino de idiomas em cursos particulares, como fazem os alunos oriundo de escolas privadas.

Os Centros Estaduais de Idiomas são gerenciados por empresas privadas que conquistam esse direito através de um processo público de licitação, que seleciona a Escola de Idiomas que será responsável pelos CEIs. Na primeira Licitação, em 2009, a escola vencedora foi a Yesk,¹¹ responsáveis pelas Unidades de Vitória, Serra,

9 MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. **Estimativas de grau de abertura para a economia do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2009. Disponível em: <<http://www.ijns.es.gov.br/component/attachments/download/592>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

10 ESPÍRITO SANTO. **Projeto Básico**: Curso de língua estrangeira para estudantes do ensino médio da rede pública estadual. Vitória: Secretaria de Educação, 2012, p. 3.

11 Pertence ao Grupo Multi, que também controla as redes Wizard, Yázigi, Skill e

Vila Velha, Cariacica, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. A concessão, válida por três anos, terminaria em 2012, quando seria aberta outra chamada pública para licitação de mais três anos. Neste ano, 2012, foi incluída no programa a disciplina de Espanhol. No segundo processo, a escola InCompany Corporate English ficou responsável pelo CEI da Capital, enquanto a Yeski permanecia gerenciando os outros CEIs do Estado. No processo de 2015, a multinacional Yeski ficou, mais uma vez, responsável por todos os centros de idiomas do Estado de Espírito Santo.

A seleção dos alunos para a participação do programa é agenciada pela própria Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. O processo seletivo acontece anualmente, classificando os aprovados e suplentes que poderão ingressar em cada semestre letivo. Para se candidatar aos cursos oferecidos, o aluno deve ter o seguinte perfil:¹²

- a) Estar regularmente matriculado no Ensino Médio regular da rede pública estadual
- b) Ter sido aprovado em todas as disciplinas no ano letivo anterior;
- c) Ter obtido média final igual ou superior a 7, 0 pontos em Língua; Portuguesa e Língua Estrangeira, registradas no histórico escolar da série anterior àquela que estiver matriculado;
- d) Apresentar, no ano letivo imediatamente anterior, frequência escolar igual ou superior a 80% da carga horária anual, registrada no histórico escolar;
- e) Submeter-se a avaliação escrita de Língua Portuguesa;¹³
- f) Assinatura do responsável ao termo de compromisso;

Cada candidato deve escolher qual idioma desejaria cursar – Inglês ou Espanhol – antes do processo seletivo. Se para participar do processo seletivo os alunos precisam provar bom desempenho escolar,

Alps em cursos de idiomas, além da SOS Computadores e da Microlins no ensino profissionalizante. O grupo foi comprado pela multinacional britânica Pearson em 2013. A Pearson, também é dona da editora Penguin Books e do jornal “Financial Times”, e já controla o sistema COC de ensino no Brasil.

12 Cf. ESPÍRITO SANTO. **Projeto Básico...** *Op. cit.*

13 As provas de língua portuguesa duraram até 2012. A partir de 2013 a prova não fazia mais parte do processo seletivo.

quer dizer que os alunos que não obtiverem notas 7,0 nas disciplinas exigidas, não terão a chance participar do programa. Se aceitarmos que o público – alunos do ensino médio da rede pública estadual – competem em certa posição de igualdade, pois eles supostamente pertenceriam a mesma classe social¹⁴ e estariam todos frequentando escolas que possuem a mesma qualidade,¹⁵ podemos dizer esse processo é minimamente justo?

Se concordarmos com Rawls, concluiremos que essa política pública não é adequada de garantir justiça social e equidade de oportunidades porque ela agencia os alunos por meio de uma seleção meritocrática, que é, para o autor, sempre moralmente injusta.¹⁶ Mas se partirmos desse pressuposto, como consideraríamos a escola uma instituição que garantisse aos alunos liberdade, cidadania e justiça social, se a própria escola se constrói a partir de critérios baseados no mérito? Porque se o aluno não tiver a ‘sorte’ de ter os atributos naturais para atender aos quesitos de nota, dentro dos padrões estabelecidos, ele jamais terá as mesmas oportunidades que os alunos que possuem tais atributos. Assim, cairemos no argumento bourdieiano de que a escola executaria uma violência simbólica sobre seus assistidos, pois segundo a teoria da reprodução proposta por Bourdieu, os valores dominantes da escola estariam em consonância com os valores legitimados pela sociedade e esta, por sua vez, exerceria a função de reprodutora, inclusive das desigualdades.¹⁷

Se para Rawls e Bourdieu escola não é capaz de dar conta de superar as desigualdades sociais, as políticas públicas de educação são de grande importância para a promoção da cidadania e a democratização de oportunidades. Política Pública é um conceito muito utilizado no discurso dos gestores e das lideranças da sociedade civil, como medidas usadas para mitigar problemas sociais. Mas é importante aqui investigar

14 Esta é uma suposição genérica que serve de alegoria para a construção do argumento. No próximo capítulo essa alegoria será refutada por dados do IDEB acerca da qualidade da educação Capixaba

15 *Ibidem*.

16 Cf. RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

17 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7-16.

como as políticas são pensadas e de que modo elas democratizarão, de fato, as oportunidades.

Muitos autores dirão que a educação é a condição necessária para a fruição dos direitos humanos.¹⁸ Isso porque se parte de pressuposto de que cidadãos que têm acesso à educação e à informação podem estar bem mais habilitados à participação na esfera pública, uma vez que suas escolhas se ampliam. Marshall há tempos já dizia que a educação é o “pré-requisito” para se atingir o status de cidadania e o elemento fundamental para se atingir uma paridade mínima com qualquer tipo de participação nas democracias modernas.¹⁹ O mesmo foi dito por Habermas e Arendt.²⁰

A ideia a ser considerada necessita conceber a educação com qualidade social fundamentada por uma relação de elementos variantes, intra e extraescolares, os quais envolvem componentes abrangentes da realidade histórica e social, como as condições de vida dos alunos e de suas famílias, assim como as particularidades do universo escolar: projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional, ambiente, etc. Para isso, a educação deve ser um projeto que atenda as classes mais baixas, valorizando os conhecimentos disponíveis e produzidos por ela, e assim a escola garantiria além da real possibilidade de ascensão: a possibilidade de aprender a tirar proveito do conhecimento ou competências específicas aos atores ou grupos sociais. E os setores economicamente privilegiados aprenderiam e tirariam proveito de um tipo de conhecimento que são produzidos pelas camadas menos enriquecidas.

Entretendo, existem saberes que são mais valorizados que outros dentro do espaço escolar. Nesse sentido, o saber que é

18 Cf. GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação. São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 2, 2000; MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967; ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; FREIRE, Paulo. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: UNESP, 1998.

19 Cf. MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status...* *Op. cit.*

20 Cf. ARENDT, H. *A condição humana...* *Op. cit.*; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* *Op. cit.*

transmitido nas escolas não apenas está relacionado com a divisão técnica do trabalho existente na sociedade, mas também com a divisão social correspondente, como nos aponta Forquin, Sandel e Bourdieu.²¹ Apenas a partir desse entendimento é possível analisar os impactos que os insumos educacionais, o contexto socioeconômico e cultural e as práticas escolares têm em função da aprendizagem dos alunos.

Oriunda de escolas particulares, durante minha trajetória ouvi repedidas vezes que a escola pública era ruim. Por causa disso, é comum que muitos pais empenhem parte relevante de seus ganhos em escolas particulares para que seus filhos tenham acesso a uma educação “de qualidade”.²² Mas o que significa “qualidade”, afinal?

É verdade que vivemos num mesmo país, num mesmo tempo histórico, então é provável que compartilhem muitas noções gerais sobre o que é uma escola de qualidade. Podemos dizer, com razoável segurança, que a maioria das pessoas concordaria com o fato de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo.²³

Mas isso é tudo? Toda escola que consiga socializar os seus alunos e transmitir conhecimentos básicos essenciais para suas vidas será considerada uma boa escola? Uma escola boa para uma população que vive no interior da floresta amazônica também é boa para quem mora num centro urbano? Pode-se dizer que não exista um padrão ou uma receita única para uma escola de qualidade.²⁴ Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Ora, uma escola que

21 Cf. FORQUIN, Jean C. **Sociologia da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995; SANDEL, Michael. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012; BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...** *Op. cit.*

22 Cf. PIANA, M. C. As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização. *In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: EdUNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

23 Cf. Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (org.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

24 GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.cmjhb.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2019.

mantenha hoje a pedagogia e o conteúdo que usava há cem anos, talvez não corresponda aos critérios modernos de uma escola de “qualidade”.

Existem, no entanto, indicadores de qualidade. Esses indicadores, como mostrarei em breve, tendem a confirmar a tese que a escola pública estadual (de ensino médio) tem qualidade inferior às escolas de ensino privado. Este talvez seja o argumento mais convincente para justificar algumas políticas públicas estaduais de educação, como é o caso dos CEIs, que são administradas por escolas privadas - mas com recursos públicos- dado o pressuposto de que essas escolas são mais eficientes, segundo os indicadores de qualidade. Isso não explicará, no entanto, se essa é uma ação resignada, conformada com a baixa qualidade da educação que o próprio Estado oferece, ou um afã desesperado em oferecer aos alunos da rede pública acesso a um ensino de qualidade com baixos custos.²⁵

A Qualidade da Educação, entendida como fenômeno complexo, deve ser abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns. Segundo Boletim da Unesco, a OCDE e a Unesco utilizam como paradigma, para aproximação da Qualidade da Educação, a relação insumos, processos e resultados. Desse modo, a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula; ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.²⁶

25 De acordo com os dados do programa no documento de inscrição no INOVES, o custo de cada aluno é de aproximadamente R\$ 50,00 por mês. Cf. Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (org.). **Indicadores da qualidade na educação...** *Op. cit.* Os governos devem gastar no mínimo R\$ 2.243,71 por aluno da educação básica pública no ano de 2013. O valor foi definido pelo MEC (Ministério da Educação). Em 2013 o Espírito Santo gastou R\$ 3.454,48 por aluno, o que daria R\$ 287,87 por mês. O segundo gasto mais alto no Brasil.

26 Cf. UNESCO. **Policy guidelines for mobile learning**. 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219641e.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

As pesquisas sobre Qualidade da Educação,²⁷ escolas eficazes²⁸ ou escolas com resultados destacáveis e,²⁹ ainda, demais estudos desenvolvidos pelo Laboratório Latino-americano de avaliação da qualidade de educação³⁰ ressaltam, por um lado, a discussão de elementos objetivos no entendimento do que vem a ser uma escola eficaz ou uma escola de qualidade, procurando compreender os custos básicos de manutenção e desenvolvimento, assim como, por outro lado, as condições objetivas e subjetivas da organização escolar e da avaliação de Qualidade da Educação por meio do aproveitamento ou rendimento escolar dos alunos da região. Tais elementos podem, em parte, ser tratados como aspectos objetivos para a construção de condições de qualidade numa escola considerada eficaz ou que produz resultados positivos.

O Inep, órgão ligado ao MEC, e as Secretarias de Educação produzem estatísticas sobre o sistema de ensino por meio de levantamentos de aspectos da realidade educacional que servem como parâmetros para identificar problemas, o que está melhorando ou piorando. Alguns desses levantamentos são feitos por amostragem e apresentam uma visão geral da situação num Estado, numa região ou numa determinada rede de ensino³¹. Em outros casos, o levantamento é feito em cada escola, sendo possível para a comunidade comparar

27 Cf. INEP. **Qualidade da educação**: uma nova leitura do desempenho dos estudantes de 3ª série do ensino médio. 2004.

28 Cf. NÓVOA, António (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

29 Cf. *Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). Estudio cualitativo de escuelas con resultados destacables en siete países latinoamericanos*. Santiago: UNESCO, 2002.

30 O laboratório latinoamericano de avaliação da qualidade da educação é uma rede de sistemas nacionais de avaliação da qualidade de educação nos países latinoamericanos que foi constituída em 1994 e é coordenada pela Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe da Unesco. Cf. *Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). Primer estudio internacional comparativo*. Santiago: UNESCO, 1998; *Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). Primer estudio internacional comparativo, segundo informe*. Santiago: UNESCO, 2000; *Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). Informe técnico*. Santiago: UNESCO, 2001.

31 Painel educacional e InepData, por exemplo.

seus resultados com os das outras escolas³². Por exemplo, se uma escola tem uma taxa de aprovação muito maior que outras escolas da região, esse dado é, com frequência, usado para a avaliação de qualidade.

Com dados baseados no INEP, a taxa de aprovação, nota no SAEB³³ e média no IDEB das escolas brasileiras de ensino médio estaduais, públicas e privadas são, com frequência, usados para a avaliação de qualidade, e média no IDEB das escolas brasileiras de ensino médio estaduais, públicas e privadas são as seguintes:

Tabela 1: Taxa média do IDEB no Brasil

Rede	Taxa de Aprovação	Nota SAEB	IDEB
Estadual	0,81	4,19	3,4
Pública	0,81	4,20	3,4
Privada	0,93	5,79	5,4
Total	0,82	4,44	3,7

Fonte: Inep.³⁴

É possível ver uma diferença sensível entre os índices de desempenho escolar entre as escolas públicas e privadas no Brasil. Se considerarmos justos os índices de qualidade usados pelo Inep, comprovamos que a melhor performance é dos alunos das instituições privadas. Pode-se dizer então que o sistema educacional brasileiro reafirma a marca da nossa desigualdade estrutural, uma vez que as piores notas são dos alunos de escolas públicas, que acolhem, em geral, alunos oriundos das camadas mais baixas da pirâmide sócio econômica no país.

Em um estudo divulgado pelo INEP, que avalia o desempenho de estudantes do ensino médio por meio de indicadores disponibilizados pelo SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, 42% dos alunos foram qualificados em estado “muito

32 Microdados e data Escola Brasil.

33 Sistema de Avaliação da Educação Básica.

34 Cf. INEP. PISA 2010. **Relatório nacional 2013**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 2 de junho de 2015.

crítico” e “crítico” no desenvolvimento de habilidades e competências em língua portuguesa. Os qualificados em “adequados” somam apenas 5%. Ao traçar o perfil dos estudantes qualificados com desempenho muito crítico, 76% estão matriculados no ensino noturno, 48% conciliam trabalho e estudo, 84% estão acima da idade considerada ideal e, mais importante, 96% estudam em escolas públicas. Para o desempenho dos estudantes em língua portuguesa, o setor privado superou o setor público em 50 pontos. Para matemática, a diferença foi ainda maior, chegando a 81 pontos na região Sudeste.³⁵ De certa forma, o déficit na educação pode ser pensado como símbolo da latente desigualdade econômica. No que concerne à educação pública, não houve políticas públicas expressivas de investimento em educação ao longo do século XX.³⁶ Se no século XX a taxa de analfabetismo era alta, como mostra José Murilo de Carvalho,³⁷ a república brasileira não estimulou no surgimento de uma escola republicana, mas ao contrário; políticas foram pensadas de forma intermitente, e a tarefa da educação foi transferida para os colégios da rede privada de ensino.³⁸ Assim, partindo da premissa de que a educação é fundamental para garantir o mínimo de igualdade, é interessante destacar como esses padrões se confirmarão também no Espírito Santo.

Tabela 2: Taxa média das escolas de ensino médio: IDEB no Espírito Santo e no Suldeste

Rede	Aprovação		Nota SAEB		IDEB	
	ES	Sudeste	ES	Sudeste	ES	Sudeste
Pública	0,79	0,82	4,29	4,47	3,4	3,6
Privada	0,94	0,91	6,08	5,92	5,7	5,4
Total	0,82	0,83	4,59	4,72	3,8	3,9

Fonte: Inep.³⁹

35 Cf. INEP. PISA 2000. **Relatório nacional 2002.**

36 Cf. CARVALHO, J. Murilo. **Os bestializados:** o rio de janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

37 *Ibidem.*

38 CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** da Colônia à Era Vargas. 2 ed. rev., amp. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

39 Cf. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,

Ao considerar a tabela acima, fica nítido que os índices de desempenho das escolas públicas estaduais no estado do Espírito Santo são inferiores se comparados às taxas de desempenho em colégios privados, bem como se as compararmos com os índices apresentados em toda a região sudeste, mesmo com outras escolas públicas. O contrário acontece com as escolas privadas. Elas mostraram um desempenho acima da média se comparadas com escolas públicas do estado, com colégios privados da região sudeste e até mesmo se comparadas com as escolas privadas do Brasil. Prova disso é que no Enem a lista de melhores colocados é dominada pelas escolas Privadas. Entretanto é importante lembrar que o 1º lugar, com a maior média das provas objetivas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 entre as escolas públicas do Brasil é capixaba.⁴⁰

Confira o ranking geral com as melhores notas objetivas no Estado

	ESCOLA	CIDADE	MÉDIA
1º	IFES Vitória - Federal	Vitória	700,30
2º	CE LEONARDO DA VINCI - Particular	Vitória	683,44
3º	ESCOLA SÃO DOMINGOS - Particular	Vitória	660,09
4º	SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA - Particular	Vitória	655,04
5º	IFES Colatina - Federal	Colatina	653,39
6º	ESCOLA MÚLTIPLA - Particular	Serra	652,49
7º	SALESIANO JARDIM CAMBURI - Particular	Vitória	647,70
8º	IFES Cachoeiro - Federal	Cachoeiro	646,18
9º	MARISTA N. S. DA PENHA - Particular	Vila Velha	646,12
10º	IFES Cariacica - Federal	Cariacica	645,59

GAZETAONLINE
Fonte: INEP

Figura 1: Escolas capixabas com as melhores notas no ENEM. **Fonte:** Gazeta Online.⁴¹

PISA 2010. **Relatório nacional 2013...** *Op. cit.*

40 De acordo com dados do Enem por escola (MEC/Inep). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/enem-por-escola>>. Acesso em: 7 de novembro de 2015.

41 Cf. VERILLI, Caique. Confira o ranking com as notas das melhores escolas do Espírito Santo no Enem. **Gazeta Online**, 2015. Disponível em: <<http://agazeta.redgazeta.com.br/conteudo/2015/08/noticias/cidades/3904941-confira-o-ranking-com-as-notas-das-melhores-escolas-do-espírito-santo-no-enem.html>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) - Campus Vitória - apresentou o melhor resultado. O Instituto teve média de 700,30 pontos, desempenho superior ao do ano anterior (2013), quando ocupou o 5º lugar no ranking nacional o primeiro lugar entre as escolas do estado. Outros dois campiuses do Ifes, em Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, também integram a lista entre os dez melhores desempenhos no Estado. O campus de Colatina, Cachoeiro e outras sete unidades do Ifes capixaba estão entre as 100 melhores escolas públicas do Brasil. Em contrapartida, a melhor escola estadual do Espírito Santo não está nem entre as 50 maiores médias no Estado: a Escola Estadual Teófilo Paulino, de Domingos Martins, o primeiro lugar entre as públicas estaduais, ficou em 91º com 542 pontos. Considerando os diferentes desempenhos entre os Institutos Federais de Educação instalados no Estado e as Escolas Estaduais capixabas, observa-se ainda um desnível na qualidade da educação apresentada entre instituições administradas pelos governos federais e estaduais.

O desempenho no ENEM das escolas públicas estaduais do município de Vitória foi bastante baixo se comparado ao desempenho das escolas particulares do mesmo município. Mas apontar as diferenças dos índices de desempenho entre a educação pública estadual e a educação privada pode parecer uma constatação do óbvio, pois essas diferenças já são amplamente conhecidas e problematizadas. Não apenas em Vitória, não apenas no Espírito Santo, mas no país como o todo.⁴²

Então se a diferença de qualidade escolar se refere à diferença entre escola pública e escola privada, é possível dizer que as escolas públicas estaduais serão, de modo geral, de baixa qualidade? Para buscar essa resposta, foquei nas escolas públicas estaduais de Vitória, e é possível notar que das 13 escolas de ensino médio públicas estaduais do município, entre as 20 primeiras colocadas,⁴³ 6 são escolas da capital.

42 Cf. SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, 2009; GOMES, Nilma Lino. *A juventude no Brasil... Op. cit.*; GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação... Op. cit.*

43 O ranking aqui referido é entre as escolas públicas estaduais do Espírito Santo.

Interessante também observar o nível socioeconômico das populações que ocupam esses seis primeiros lugares.

Tabela 3: Desempenho das escolas públicas estaduais de ensino médio de município de Vitória no ENEM

Escola Estadual de Ensino Médio (Vitória)	Nota ENEM	Posição no ES	Nível Sócio econômico
EEEM - Prof Renato José da Costa Pacheco	537,47	3	Alto
EEEM - Irma Maria Horta	532,85	6	Médio Alto
EEEM – Prof. Fernando Duarte Rabelo	527,35	10	Médio Alto
EEEFM - Maria Ortiz	525,30	11	Médio Alto
EEEM - Colégio Estadual do Espírito Santo	522,62	13	Médio Alto
EEEFM - Almirante Barroso	522,29	16	Médio
EEEFM - Des Carlos Xavier Paes Barreto	496,27	97	Médio
EEEFM - Major Alfredo Pedro Rabaioli	486,04	146	Médio
EEEM - Gomes Cardim	482,11	170	Médio
EEEFM - Aflordizio Carvalho da Silva	481,67	173	Médio
EEEFM - Hildebrando Lucas	479,44	184	Médio
EEEM - Elza Lemos Andreatta	477,7	191	Médio
EEEM - Arnulpho Mattos*	-	-	-

Fonte: Inep/Enem 2015.⁴⁴

Como podemos observar na tabela acima, das seis primeiras colocadas, cinco escolas possuem alunos cujos níveis

44 INEP. **Planilhas do Boletim de desempenho 2015**. 2015. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 2 de junho de 2015. * Nenhuma informação sobre essa escola estava disponível nos dados do INEP sobre o ENEM.

socioeconômicos são ou médio alto. Esses sete níveis⁴⁵ são definidos com base no universo de referência que inclui somente os dados dos estudantes dessas bases que responderam, ao preencher o questionário contextual, cinco ou mais questões, referentes a: Posse de bens no domicílio: televisão em cores, tv por assinatura, telefone fixo, telefone celular, acesso à internet, aspirador de pó, rádio, videocassete ou DVD, geladeira, freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex), máquina de lavar roupa, carro, computador, quantidade de banheiros e quartos para dormir; Contratação de serviços: contratação de serviços de mensalista ou diarista; Renda: renda familiar mensal, em salários mínimos; Escolaridade: escolaridade do pai e escolaridade da mãe.

Então para pensar a qualidade da educação, não basta dizer que os colégios privados, que abrigam as classes mais abastadas, são mais bem avaliados e os colégios públicos, que acolhem as populações mais pobres, têm pior desempenho escolar. É preciso entender as desigualdades no interior das escolas públicas, e para isso chamo a atenção também para a diferença entre o sexto e o sétimo colocado. Se a sexta melhor escola estadual da Capital está entre as vinte primeiras, o sétimo colocado está 81 posições abaixo, ocupando a 97ª posição. Por que essa diferença? Vitória tem uma população relativamente pequena⁴⁶ e todos os professores que atuam nas escolas públicas estaduais passam pelos mesmos processos seletivos.⁴⁷ Em uma Capital tão pequena e tão cheia de recursos,⁴⁸

45 Muito baixo, baixo, médio baixo, médio, médio alto, alto e muito alto.

46 A estimativa populacional de 2014 foi de 352.104 habitantes no município segundo IBGE.

47 Existem dois processos seletivos diferentes. O concurso para magistério, e a seleção para designação temporária (DT). O que quis dizer é que os professores da rede sempre passarão por um desses processos para que possam dar aulas nas escolas estaduais.

48 Entre as capitais brasileiras, Vitória possui o 2º melhor índice de desenvolvimento humano (depois de Florianópolis) de acordo com as pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, foi considerada a 4ª melhor cidade para se viver no Brasil pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2013 (atrás de São Caetano do Sul, Águas de São Pedro e Florianópolis) e o maior produto interno bruto per capita. Cf. IBGE. **Contas Nacionais número 22**: Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/doc/pibmunic.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

não seriam apresentados dados mais coesos em relação à educação? Porque as escolas do município ocupam as primeiras e últimas posições do ranking?⁴⁹

A partir da quinta posição as demais escolas apresentam, na composição de seus alunos, nível socioeconômico médio, ao contrário do observado nas instituições compostas por um corpo discente de estrato alto ou médio alto, que ocupam as melhores posições. É possível então concluir que o desempenho escolar possui uma relação bastante objetiva com a condição socioeconômica dos alunos que as frequentam. Para justificar porque isso ocorre, Bourdieu diria que o sistema escolar acaba reproduzindo e legitimando, predominantemente, os privilégios sociais, limitando as possibilidades de reversão das desigualdades sociais por meio da escola. Bourdieu pode ser um pessimista, pois se o desempenho escolar possui esse tipo de relação com as condições materiais dos educandos, as políticas públicas de educação deveriam estar a serviço da redução dessas diferenças.⁵⁰

Então pensando na diminuição das desigualdades de oportunidades e acesso à educação de qualidade e, conseqüentemente, ampliação da possibilidade de ascensão social para alunos de camadas mais empobrecidas, foi desenvolvida a política pública de educação que cria o CEI⁵¹ – Centro Estadual de Idiomas. Se for objetivo dessa política oferecer tais oportunidades, será certa a conclusão de que essa política dará preferência no atendimento às escolas cujos alunos possuem níveis socioeconômicos mais baixos. Para verificar essa hipótese, é interessante saber de quais escolas vem a maioria dos alunos que são contemplados pelo CEI de Vitória.

49 Das 251 escolas estaduais do estado do Espírito Santo, a Escola Elza Lemos ocupa a 191ª colocação.

50 Cf. BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. *In.*: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

51 De acordo com o Projeto Básico SEDU.

Tabela 4: Seleção dos alunos do Centro Estadual de idiomas de Vitória (inglês) em 2014

Escola Estadual de Ensino Médio (Vitória)	Aprovados	Suplentes
EEEM - Prof Renato Jose Da Costa Pacheco	37	195
EEEM – Prof. Fernando Duarte Rabelo	30	85
EEEM - Arnulpho Mattos	28	67
EEEFM - Maria Ortiz	26	67
EEEM - Colégio Estadual do Espírito Santo	59	62
EEEM - Irma Maria Horta	44	54
EEEM - Elza Lemos Andreatta	20	28
EEEFM - Almirante Barroso	9	24
EEEFM - Major Alfredo Pedro Rabaioli	6	21
EEEFM - Hildebrando Lucas	-	14
EEEFM - Aflordizio Carvalho da Silva	3	13
EEEFM - Des Carlos Xavier Paes Barreto	3	13
EEEM - Gomes Cardim	14	-
Total	279	643

Fonte: Sedu.⁵²

De acordo com a tabela apresentada, as seis primeiras escolas cujos alunos estão mais presentes no CEI de Vitória são justamente as escolas em que os alunos possuem os níveis socioeconômicos mais altos.⁵³ Se a Política Pública que originou os Centros Estaduais de Idiomas foi elaborada com o objetivo de promover a equalização de oportunidades educacionais e laborais para os alunos do Estado, é verdade que os melhores alunos das melhores escolas consigam

52 Cf. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Centro Estadual de idiomas:** Ampliando Oportunidades. Secretaria de Educação, 2014.

53 Com a exceção da escola Arnulpho Mattos, cujos dados não estão presentes na avaliação feita pelo Inep, através do ENEM.

competir de forma mais justa com os alunos da rede privada. Entretanto, vale considerar a possibilidade de que essa Política Pública, parece não dar conta de oferecer igualdade de oportunidade de ascensão social, através da escola, aos alunos que possuem o nível socioeconômico mais baixo. Mas antes de tais conclusões, talvez seja necessária uma conceituação mais clara de política pública, sobretudo sobre política pública de educação.

Souza em um balaço em que comenta o estudo de políticas públicas no Brasil, afirma que já existe uma quantidade relevante de estudos sobre políticas públicas nacionais e sobre políticas locais, mas sabe-se muito pouco sobre questões mais específicas na esfera estadual, como, por exemplo, as diferenças tão marcantes nas políticas formuladas e/ou implantadas pelos governos estaduais.⁵⁴

Ainda com relação às pesquisas brasileiras, Souza diz que urge superar a atual geração de estudos, muitas vezes despreocupada com as questões políticas e, com frequência, restrita ao pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são procedimentos tão-somente coerentes e lineares, desvinculados dos processos políticos.⁵⁵

Entretanto, de acordo com a autora, não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.⁵⁶ Entre algumas concepções mais relevantes, L. M. Mead a qualifica como um campo específico – dentro do estudo da política – que objetiva analisar o governo à luz de grandes questões públicas,⁵⁷ e Lynn, que a entende como uma coleção de atuações do governo que acarretarão em efeitos específicos.⁵⁸ Peters seguirá o mesmo caminho: política pública é a

54 Cf. SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

55 *Ibidem*, p. 17.

56 Cf. *Idem*. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

57 Cf. MEAD, L. M. “*Public Policy: Vision, Potential, Limits*”. **Policy Currents**, p. 1-4, 1995.

58 Cf. LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica: Goodyear, 1980.

somatória das atividades dos governos, que influenciam diretamente ou não a vida dos cidadãos.⁵⁹ Dye sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.⁶⁰ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.⁶¹

Em termos analíticos, esse campo do conhecimento busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.⁶²

Já Theodor Lowi construiu a talvez mais famosa tipologia sobre política pública, elaborada através da concepção de que política pública faz a política. Com essa máxima, Lowi sugere que cada tipo de política pública vai localizar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir, basicamente, quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões. Exemplos deste tipo de política é revitalização de áreas urbanas, subsídios fiscais a certas empresas, ou benefícios de prestação continuada. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. Estas políticas são, em geral, imperativas e geralmente não privilegiam ou oneram grupos específicos.

59 Cf. PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

60 Cf. DYE, Thomas D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1984.

61 Cf. LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books, 1936/1958.

62 SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 13, 2003.

Exemplos destas políticas são a criação de um código de trânsito ou de leis trabalhistas. O terceiro modelo é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe ganhos ou perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais; são, em geral, as políticas sociais universais, como o sistema tributário, o sistema previdenciário, reforma agrária, e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos gerais e códigos de conduta e procedimentos que orientam a formulação das políticas públicas, como a constituição federal, por exemplo.⁶³

Entretanto, Wilson, em oposição a Lowi, constrói a classificação de políticas cujo critério é o padrão de distribuição de benefícios e dos custos da policy. Assim, as modalidades de políticas públicas para Wilson se constituem em outros quatro formatos: O primeiro seriam as políticas clientelistas⁶⁴, que possuem benefícios concentrados e custos dispersos, ou seja, toda a sociedade arca com seus custos para que alguns grupos tenham benefícios. O segundo são as políticas majoritárias, que tantos os custos quanto os benefícios são distribuídos pela coletividade. O terceiro são as políticas empreendedoras, na quais os benefícios são coletivos e os custos ficam concentrados sobre certas categorias. Estas implicam em mudanças que oneram alguns, mas beneficiam todos. O quarto seriam referentes às políticas de grupos de interesses, onde os custos e os benefícios estariam mais ou menos concentrados em certas categorias. Isso quer dizer que uns grupos arcariam com todo o custo e outros grupos receberiam todo o benefício.⁶⁵

O modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que certa circunstância ou evento se

63 Cf. LOWI, Theodor. *American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory*. **World Politics**, v. 16, n. 4, 1964; *Idem*. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

64 Clientelismo aqui não significa intermediação de interesses no qual há uma apropriação privada de bens públicos e sua troca por ganhos privados. O termo aqui se refere apenas às políticas orientadas a determinadas clientelas, os beneficiários da política.

65 Cf. WILSON, James Q. **Political organizations**. New York: Basic Books, 1973.

transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito.⁶⁶ É quando os *policy makers* do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras. Existiriam três principais mecanismos para chamar a atenção dos “decisores” e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. Esses empreendedores constituem a *policy community*, comunidade de especialistas, pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública.⁶⁷

Diante dos variados conceitos de política pública, podemos dizer que estamos aqui falando de uma política distributiva clientelista,⁶⁸ e sua necessidade advém dos indicadores sociais que apontam para a baixa qualidade da educação pública estadual.⁶⁹ Com base nos dados apresentados, podemos então afirmar que está política não oferece capacitação linguística a todos os alunos matriculados na rede pública estadual, mas apenas àqueles que demonstrem bom desempenho escolar dentro dos critérios estabelecidos. Desse modo, se o programa agencia oportunidades apenas aos alunos com características específicas, não é possível concluir que ela é universal ou redistributiva. Tampouco poderia ser regulatória ou constitutiva, pois se manifesta como um programa, e não como código ou regulamento. Se o programa atende a um seletor público – sem onerar diretamente nenhum outro setor da sociedade – me parece razoável concluir que essa política é distributiva.

66 Cf. MARQUES, Eduardo C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan, 2000.

67 Cf. LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: EdUNB, 1981.

68 Rua e Romanini articulam os conceitos de Lowi. Wilson e Salisbury de forma a classificá-los de forma similares. Assim, política distributiva e clientelista serão aqui, equivalentes.

69 O projeto Básico afirma que o Governo do estado assume um compromisso para melhorar a qualidade da educação Capixaba

No Brasil, sobretudo na última década, a expressão Políticas Públicas auferiu alguma de notoriedade em vários outros campos do conhecimento, fala-se de Políticas Públicas nas áreas de esporte, educação, saúde, cultura, justiça e etc. No entanto, estas políticas podem não trazer consigo os resultados anunciados, pois assegurar apenas o acesso a todos estes serviços públicos, não garante a qualidade de tais serviços, bem como não significa que todos os usuários terão seus direitos respeitados.⁷⁰

As Políticas Públicas “*determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais*”, dentre eles o direito a educação.⁷¹ Para que este direito seja garantido com qualidade e de forma universal é implementada a Política Educacional. Diante destes aspectos, é possível dizer que as Políticas Públicas se voltam para o combate das problemáticas vivenciadas no cotidiano das escolas, que restringem a possibilidade de qualidade na educação. Quando se fala em Políticas Públicas na educação a abordagem mais frequente quase sempre se refere a articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela promoção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, que prese pela a construção da cidadania.⁷² Pode-se assim dizer que o sistema educativo adotado e as Políticas Públicas voltada para a educação são elementos que comprovariam a preocupação do país com o seu futuro, pois somente o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não sejam tão díspares.⁷³

De acordo com o Projeto Básico que regulamenta o “Curso de Língua Estrangeira para Alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual”, o programa surge do

70 SETUBAL, Maria Alice. Com a palavra... **Consulex**, ano XVI, n. 382, 2012.

71 INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. v. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 165.

72 Cf. GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, 2008.

73 Cf. FREIRE, Paulo [et. al.]. **Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação**. Porto Alegre: ArTmed, 1998.

compromisso do Governo do Estado com a sociedade capixaba, no sentido de promover a melhoria da qualidade da escola pública, traduzida na equalização das oportunidades educacionais e na melhoria do padrão de desempenho dos alunos, tem impulsionado o poder público a aprimorar as políticas educacionais, a fim de dar resposta mais efetivas à demandas e expectativas da sociedade.⁷⁴

Parece então que os objetivos dos CEIs vão ao encontro dos objetivos gerais que orientam a demanda para a elaboração e implementação de Políticas Públicas de educação. Se a política pública tem tal vocação para a equalização de oportunidades, é necessário avaliar se, apesar da diferença numérica de oportunidades entre os alunos, já que a maioria pertence às escolas de maior ‘qualidade’ e também maior nível socioeconômico, os alunos das escolas de menor desempenho irão transcender essas condições – desafiando inclusive as probabilidades estatísticas – através do projeto e conquistar as melhores colocações e disputar as bolsas de intercâmbio com os alunos do grupo dos “seis primeiros”.

74 ESPÍRITO SANTO. **Projeto Básico...** *Op. cit.*, p. 2.

Tabela 5: Alunos do CEI Vitória selecionados para o Programa de Intercâmbio 2013 e 2014

Escola Estadual de Ensino Médio (Vitória)	Aprovados 2013	Aprovados 2014
EEEM - Prof Renato Jose Da Costa Pacheco	2	3
EEEM – Prof. Fernando Duarte Rabelo	2	3
EEEM - Arnulpho Mattos	-	3
EEEFM - Maria Ortiz	2	2
EEEM - Colégio Estadual do Espirito Santo	2	-
EEEM - Irma Maria Horta	-	6
EEEM - Elza Lemos Andreatta	-	-
EEEFM - Almirante Barroso	-	-
EEEFM - Major Alfredo Pedro Rabaioli	-	-
EEEFM - Hildebrando Lucas	-	-
EEEFM - Aflordizio Carvalho da Silva	-	-
EEEFM - Des Carlos Xavier Paes Barreto	-	-
EEEM - Gomes Cardim	-	-
Total	8*	17**

Fonte: Espírito Santo 2014.⁷⁵

Novamente, as seis primeiras escolas no ranking de desempenho no ENEM foram as que mais obtiveram vagas para o curso de idiomas, e serão também os seus alunos aqueles que conquistarão a bolsa de intercâmbio. Quais as reais possibilidades de “sucesso” escolar destinadas aos alunos que não estão matriculados nas “escolas modelo”? E é importante também se perguntar: escolas ‘modelo’ de que? Talvez os indicadores de qualidade estejam viciados na avaliação de um centro

75 * Em números absolutos são 11 alunos. No entanto não estão sendo contabilizadas escolas de outros municípios cujos alunos frequentam o CEI de Vitória; ** Em números absolutos são 21 alunos. No entanto não estão sendo contabilizadas escolas de outros municípios.

tipo de qualidade, de desconsidera as experiências significativas desses jovens. Bourdieu talvez nos explique melhor o que acontece:

o sistema de ensino contribui amplamente para a unificação do mercado de bens simbólicos e para a imposição generalizada da legitimação da cultura dominante, não somente legitimando os bens de classe dominante consome, mas também desvalorizando os bens que as classes dominadas transmitem [para não falar das tradições regionais] e tecendo, por essa via, a impedir a construção de contralegitimidades culturais.⁷⁶

O autor estabelece uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares e acredita que por mais que o acesso ao ensino por meio de uma escola pública e gratuita se democratize e se consolide, ainda continuará forte a correlação entre as desigualdades sociais ou hierarquias internas ao sistema de ensino. Prova disso é que as posições mais elevadas dentro dos sistemas de ensino, mesmo público, acabam sendo geralmente ocupadas por pessoas que pertencem a grupos sociais dominantes. Mais do que isso, a instituição escolar acaba valorizando um modo de relação com o saber e com a cultura que apenas os filhos das classes dominantes, dado seu processo de socialização familiar, conseguem ostentar. Para Bourdieu a ação pedagógica “é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”.⁷⁷

Dessa forma, se faz necessária a reflexão acerca dos processos de educação que objetivam incluir, mas por falta de sensibilidade ao considerar as carências mais específicas do público o qual pretendem atender, são capazes de reproduzir algumas desigualdades sociais. Mesmo ambicionando equalizar as oportunidades que qualificação laboral, muitas políticas em educação continuam a deixar à margem grande parcela da população estudantil da rede pública. É importante também que se considere a escola como agente múltiplo de relações e não só como processo pedagógico/sala de aula e relação professor/aluno, assim como pensar a escola como polo dinâmico em suas relações de externalidade.

76 BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. *In.*: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 42.

77 BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos... *Op. cit.*, p. 62.

Para uma investigação mais minuciosa, foram aplicados 66⁷⁸ questionários nos alunos do CEI de Vitória. O critério utilizado foi de aplicar o questionário em todos os alunos das turmas do nível intermediário e avançado em todos os turnos. A ideia era atingir os alunos que tinham chegado até o último nível do curso de Idiomas, para avaliar os efeitos do acesso a esta política pública para o público atendido por ela por mais tempo. Assim os questionários foram aplicados entre os dias 20 e 25 de abril de 2015. Responderam ao questionário todos os alunos dos últimos níveis que estiveram presentes às aulas naquela semana.⁷⁹

Esses jovens moram, em geral, com o pai a mãe e a/o irmã/o, família nuclear com quatro pessoas. Essa composição corresponde a 44% dos jovens que responderam o questionário. 21% moravam em cinco pessoas (incluindo o aluno) e a mesma porcentagem (21%) para jovens cuja família consistia em três pessoas. Aqui a composição familiar alternava entre arranjos monoparentais e ser o único filho (a) do casal. Apenas seis pessoas (9%) moravam sozinhas com o responsável (aqui, geralmente a mãe). Somente um aluno morava sozinho, um aluno morava com seis (incluindo o jovem) familiares, e um jovem morava com 8 pessoas.

Sobre a escolaridade dos pais, é possível perceber que parte significativa dos pais, mães e/ou responsáveis legais desses jovens têm o ensino médio completo. Mais de 40% dos pais dos alunos do CEI concluíram o ensino médio. Outros 10% concluíram o ensino superior, e 4% são pós-graduados. Isso quer dizer que mais da metade dos pais dos alunos do CEI são casados, possuem ensino médio completo ou maiores qualificações. Assim, podemos

78 O Número original da amostra era de 81 alunos. A prioridade foi dada aos alunos do intermediário e avançado, e os restantes foram respondidos por alunos de outros níveis. Devido a um erro no cálculo da amostra, não pude usar todos os 81 questionários. A solução foi me ater apenas aos questionários cujos alunos que estavam concluindo o curso.

79 O Número de alunos matriculados no nível intermediário era de 104 alunos. A turma de intermediário contava com cinco alunos, totalizando 109 alunos matriculados nestes dois níveis

dizer que parte relevantes desses alunos possuem um núcleo familiar organizado⁸⁰. Segue a tabela:

Tabela 6: Escolaridade dos pais

Escolaridade	Pai*	Mãe**
Ensino Médio completo	28	30
Ensino Médio incompleto	4	4
Ensino Fundamental completo	9	8
Ensino Fundamental incompleto	3	4
Ensino Superior completo	7	7
Ensino Superior incompleto	2	2
Pós-Graduação	1	3
N/A***	3	3

Fonte: Elaborada pela autora.⁸¹

De acordo com Jessé Souza, não adianta pensar nas heranças culturais como baluartes das desigualdades sociais, mas é preciso também atentar para o peso das origens familiares, do capital cultural acumulado ao longo de gerações presentes em qualquer país capitalista.⁸² O que interessa aqui destacar é que estes problemas não nascem de supostas deficiências culturais que o Brasil tenha frente aos países desenvolvidos, mas da incapacidade do sistema para integrar um vasto contingente de excluídos, a quem faltam não apenas recursos materiais, mas equipamentos básicos de educação, autoestima e cidadania. Assim, para pensar o perfil desses alunos é importante considerar não apenas a condição material, mas a influências familiares que agregarão também maior acervo e capital cultural para esses jovens.

80 Esta categoria pode ser entendida como famílias com mais de um responsável legal e cujos responsáveis completaram pelo menos o ciclo da educação básica.

81 * Vale aqui lembrar que padrastos entendidos como responsáveis legais formam contabilizados como pai; ** Madrastras consideradas responsáveis legais pelos alunos, foram contabilizadas como mãe; *** Três alunos não responderam. Nem sobre o pai nem sobre a mãe. Os alunos que só mencionaram um dos pais, não entraram como N/A.

82 Cf. SOUZA, Jessé. **A tolice da Inteligência Brasileira**. São Paulo: Ed. Leya, 2015.

A maioria dos alunos do CEI de Vitória não exerce qualquer tipo de atividade remunerada. Dos 66 pesquisados, a maioria com mais de 18 anos, quase 76% dizem que não trabalham. De acordo com a pesquisa “Juventude na escola – por que frequentam?”, que foi feita pelo Ministério da Educação (MEC), Organização dos Estados Interamericanos (OEI) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), aponta que apenas 41,3% dos jovens brasileiros se dedicam exclusivamente aos estudos. Outros 32,2% o conciliam com o trabalho e 10,1% fazem bicos regulares. Ainda de acordo com o MEC, entre os que atualmente só estudam, 10,1% já se dedicou às duas atividades em algum momento da sua trajetória escolar.

Entretanto, na realidade do CEI, os alunos que trabalham (formal ou informal), estagiam, ou participam de algum programa de incentivo como o Jovem Aprendiz, são apenas 24%. Então se no Brasil, a maioria dos alunos trabalha, no CEI, essa é a realidade da minoria. E entre os alunos que trabalham, 16 em números absolutos, 5 estagiam, 3 são aprendizes, 4 são trabalhadores formais, e outros 4 trabalham sem vínculo formal.

Como já foi dito, os alunos entrevistados estavam nos últimos níveis do curso, e assim, grande parte terminando os estudos no CEI. É importante também lembrar que o ano letivo de 2014 foi estendido no CEI, e durou até maio de 2015. Isso quer dizer que os alunos que estavam cursando o terceiro ano do Ensino Médio em 2014, junto com o nível intermediário no CEI, terminaram o Ensino médio em dezembro de 2014, mas continuaram os estudos do CEI até maio. Assim, a maioria dos entrevistados, no momento da pesquisa, já havia terminado do ensino médio regular (68,1%). Entre os alunos que ainda não haviam terminado o EM (31,8%), a maior parte estava cursando o ensino técnico integrado, que é mais longo, e tem a duração de quatro anos. Assim, os alunos que concluíram o EM nas escolas:

Tabela 7: Escolas em que os alunos do CEI concluíram o Ensino Médio

Escola	Município	Alunos
EEEM – Colégio Estadual do Espírito Santo	Vitória	13
EEEM – Irmã Maria Horta	Vitória	8
EEEFM – Maria Ortiz	Vitória	7
EEEM – Prof. Renato José da Costa Pacheco	Vitória	3
EEEFM – Almirante Barroso	Vitória	3
EEEFM – Des. Carlos Xavier Paes Barreto	Vitória	2
EEEM – Prof. Fernando Duarte Rabelo	Vitória	1
EEEFM – Elza Lemos Andreatta	Vitória	1
EEEFM – Hildebrando Lucas	Vitória	1
EEEFM – Major Alfredo Pedro Rabaioli	Vitória	1
EEEM – Agenor Roris	Vila Velha	1
EEEFM – Coronel Olímpio Cunha	Cariacica	1
EEEFM – Prof. João Antunes das Dores	Serra	1
EEEFM – Nova Carapina	Serra	1
Colégio Adventistas (particular)	Vitória	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Os 21 alunos que ainda não concluíram o ensino médio, estudam:

Tabela 8: Escolas em que os alunos estudam

Escola	Município	Alunos
EEEFM – Almirante Barroso*	Vitória	6
EEEM – Arnulpho Mattos*	Vitória	6
EEEM – Colégio Estadual do Espírito Santo	Vitória	4
EEEM – Prof. José Renato as Costa Pacheco	Vitória	2
EEEFM – Elza Lemos Andreatta	Vitória	2
EEEM – Prof. Fernando Duarte Rabelo	Vitória	1

Fonte: Elaborada pela autora.⁸³

83 * Ensino Técnico integrado.

Entre os alunos que concluíram o ensino médio, apenas 16,6% (11 alunos) interromperam os estudos. A maior parte dos alunos concluintes dos CEI de Vitória mantiveram os estudos, sendo que a maior parte seguiu para o ensino superior. Os 34 alunos que concluíram o EM, estudam:

Tabela 9: Cursos dos alunos concluintes do Ensino Médio

Curso	Instituição	Alunos
Ciência Biológicas	UFES	2
Farmácia	UFES	1
Engenharia Elétrica	UFES	1
Letras Português	UFES	1
Fisioterapia	UFES	1
Matemática	UFES	1
Artes Plásticas	UFES	1
Terapia Ocupacional	UFES	1
Arquitetura	UFES	1
Física	UFES	1
Química	IFES	1
Tec. Automação Industrial	IFES	1
Técnico em Mecânica	IFES	1
Farmácia	Salesiano	1
Arquitetura	Salesiano	1
Engenharia Civil	Multivix	1
Arquitetura	Multivix	1
Letras Português/Inglês	Saberes	1
Direito	São Geraldo	1
Direito	Doctum	1
Moda	Faesa	1
Engenharia Mecânica	UCL	1
Pedagogia	FAVI	1
Técnico em Mecânica	Senai	2

Técnico em Automação Industrial	Senai	2
Curso Comissária de Bordo	First Class	1
Curso Autocad	Prepara	1
Tec. Serviço Jurídico	Francisco Freitas Lima	1
Pré-vestibular	-	2

Fonte: Elaborada pela autora.

É possível então perceber que a maioria expressiva dos alunos do CEI de Vitória tem, de fato, acesso ao ensino superior. E não apenas ao ensino superior, mas acesso a boas universidades. Essa realidade não é a mesma para o restante dos jovens brasileiros. No Brasil, a oferta da educação alterou-se significativamente a partir dos anos 90. Houve a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e também do ensino superior, cujas matrículas triplicaram. Apesar desse intenso crescimento observado no ensino superior, o percentual de acesso dos jovens é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos.⁸⁴ Assim, é possível verificar que 81% dos jovens nessa faixa etária não tem acesso à educação superior. Uma pesquisa realizada por Andrade aponta para uma correlação aproximada entre a falta de acesso à universidade com variável relacionada a cor, renda e trajetória escolar desses jovens. Assim, o estudo conclui que os alunos cujo acesso à universidade é facilitado são geralmente oriundos do ensino privado, brancos de nível socioeconômico médio ou alto.⁸⁵ Desse modo, os alunos do CEI pertencem à uma elite que não enfrenta necessariamente os mesmos obstáculos que impedem o acesso à educação superior, que os seus colegas do ensino público poderão enfrentar. As hipóteses que vem se confirmando há alguns capítulos é

84 Cf. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2009. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

85 Cf. ANDRADE, Cibele Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, 31 julho de 2012. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>>. Acesso em: 20 junho de 2016.

que essa política pública simplesmente não acolhe os alunos que terão dificuldade de acessar a universidade, isso é, a maioria dos alunos da rede pública.

Ainda na investigação sobre o perfil desses alunos, foi possível verificar que parte expressiva da população do CEI é também advinda de escolas particulares. Quando perguntados se eles já estudaram em escolas particulares, 53% disseram que não. Mas 47% afirmaram já terem estudado em instituições privadas. Isso quer dizer que quase metade dos alunos concluintes do programa tiveram acesso a escolas que, de acordo com o Inep, conseguem garantir a qualidade da educação dos alunos de maneira que as escolas públicas não conseguem. Assim, os alunos que conseguem, não apenas entrar, mas também concluir os estudos no Idiomas, são alunos cujo perfil é bastante particular. Em números menos expressivos é possível saber que 16,6% dos alunos frequentam cursos de idiomas além do curso oferecido pelo CEI e 10,6% deles já viajaram para o exterior.

Apesar das evidências de que os jovens com o nível socioeconômico mais baixo, alunos das escolas de menor qualidade (quase sempre em bairros periféricos) são menos atendidos pelo CEI – e, portanto, a política pública não consegue equalizar oportunidades – não seria prudente concluir a ineficácia dessa política com base apenas nesses critérios. Afinal, avaliar uma política pública sem considerar a experiência do público que é atendido por ela poderia tornar a avaliação estéril. Assim, a descrição da realidade investigada torna-se um procedimento rico, dado que sua realização é partilhada com os agentes e beneficiários envolvidos na política, permitindo uma apropriação reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento.

Para pensar as características do programa, é aqui relevante considerar com mais cuidado as implicações práticas da definição do modo o qual as políticas distributivas se constituem. Como apresentado previamente, as políticas distributivas podem ser pensadas em relação à alocação de recursos destinadas a elas. Além das características apresentadas, elas são caracterizadas pela forma com que podem ser dissociadas e seus dotes desprezados de forma isoladas, não estando

sujeita a normas gerais e universalista.⁸⁶ Assim, são políticas quase independentes, em que há a pluralidade de interesses, o que favorece a diminuição das possibilidades de embate. Elas abrangem deliberações adotadas pelos governos que não irão se preocupar com a questão dos recursos limitados. Souza,⁸⁷ apropriando-se de Lowi, também nos mostra que, além disso, são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que essas políticas só parecem disseminar benefícios, e não provocam ônus (diretamente perceptíveis) para outros grupos ou setores da sociedade. Natural assim, que a política seja vista como uma espécie de “favor” concedido pelo Estado, o que desmobilizaria qualquer forma de reivindicação política por direitos. Ora, não se reivindica uma benesse, sobretudo, quando o acesso é determinado pelo mérito. Ou seja, os alunos que não são acolhidos pelo CEI, não fizeram “por onde”. Se política não provoca ônus àqueles não atingidos por ela, os motivos para se opor a elas são escassos.

Uma política que tivesse caráter universal, por exemplo, privilegiaria a insurgência de pessoas não contempladas ou oneradas por ela. Isso ocorre porque políticas redistributivas são quase sempre percebidas como direito adquirido. Podemos aqui exemplificar usando o caso do bolsa-família, que é uma política redistributiva. Uma mãe, cuja renda familiar per captar seja abaixo de R\$77,00, com os filhos regularmente matriculados em escolas municipais, possivelmente reivindicaria acesso ao programa. Ora, se ela atende aos critérios estabelecidos, por que ela não seria “ajudada” pelo Estado, como tantos outros são? A política distributiva, no entanto, terá o efeito contrário. Assim, uma aluna cuja média é 7,0 em português e inglês, e não é acolhida pelo programa - pois existem alunos com notas mais altas que a dela - provavelmente não reivindicará uma vaga. É provável que essa aluna passivelmente entenda que, apesar de atender aos critérios estabelecidos, ela não será “ajudada” pelo Estado, como tantos outros são.

86 SOUZA, Lincon Moraes. Comentando as classificações de políticas públicas. *Cronos*, Natal, v. 11, n. 3, 2012.

87 Cf. Lowi *apud* SOUZA, Lincon Moraes. Comentando as classificações de políticas públicas... *Op. cit.*

Assim, para além da questão do mérito, não é possível conceber essa política considerando um caráter inclusivo ou “justo”. Ora, se a própria definição desse tipo de política prevê um benefício setorizado, ou seja, ela não redistribui benfeitorias, mas elege um grupo para receber benesses específicas, não é possível que ela se proponha inclusiva. Pois ela é, na verdade, exclusiva: para poucos.

A unidade primária seria desse tipo de política individual e o governo trabalharia em curto prazo e a coalizão seria uma ferramenta estratégica. Os diferentes interesses se relacionariam sem interferir neste tipo de projeto pois os ganhos políticos seriam compartilhados. Desse modo, privilegia-se então a associação e a *patronage* (ou proteção e não o conflito) e o acordo, uma vez que os chefes políticos procuram desviar-se do conflito e, assim, não o enfrentamento entre ganhadores e fracassados seria evitado.⁸⁸ Assim, as relações entre participantes e não-participantes do CEI são, aparentemente, bem resolvidas. De forma geral, a política se propõe a atender àqueles que se adequam ao critério de seleção. Aqueles que não se adequam não questionariam o critério nem o mote da política.

De acordo com Souza, o padrão determinado para as políticas redistributivas geralmente é o de “soma-zero”, isto é, para que uma das partes ganhe, o alguém terá que perder.⁸⁹ Dessa forma, a qualidade fundamental deste modelo de política são o embate e a polarização gerada por ela. Isso é absolutamente natural, uma vez que seu objetivo são o desvio e o deslocamento conscientes de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade. Dessa forma, é prevista a rejeição ao programa bolsa-família, por exemplo.

A política distributiva privilegiaria uma estrutura mais estável também nas disputas travadas no interior das esferas de poder como o Congresso ou quaisquer outras agências de governos, como secretarias responsáveis pela articulação, implementação e gerência desse tipo de política. A ausência de confronto e disputa nessas esferas, sugere que

88 Cf. SOUZA, Lincon Moraes. Comentando as classificações de políticas públicas... *Op. cit.*

89 *Ibidem.*

“o conflito seria individualizado e associado, em casos específicos, com a privatização do público”.⁹⁰ Assim, se o único desconforto que esse tipo de política pode gerar, ao público é a sua privatização, é possível concluir que o seu caráter pacífico favorece certa vocação de ser submetida ao controle privado.

Como já dissemos, nas políticas distributivas, é comum que exista consenso nas suas formulações que são quase sempre marcadas por uma “indiferença amigável”. Dessa forma, os atores que participam diretamente ou indiretamente do processo, não irão interferir no modus da política, pois seria moralmente adequado que cada um procure benefícios ou favorecimento para si próprio, mas é inadequado e injusto opor-se aos favorecimentos ou benefícios buscados por outros. Desse modo, as políticas distributivas se configuram em atividades governamentais nas quais os beneficiários e os não beneficiados, jamais entrariam em confrontos ou disputas, pois não há um grupo que sofra perdas diretas como consequência da política. Nesses casos, os desfavorecidos não são identificados ou se identificarão como parte deste grupo. Um agrupamento repousado nessas condições não propiciaria o confronto. Ao contrário, compõe-se de membros que não têm nada em comum.

As relações estabelecidas envolvem trocas de benefícios políticos, como votos ou arrimo eleitoral, que produzem alicerces estáveis baseados em apoio mútuo entre os líderes políticos.⁹¹ Assim, essas políticas são valorizadas pelos governantes e pela população, garantindo ao governante um capital político impassível de represália.

Tais políticas particularizam e esvaziam as possibilidades de conflito, apresentando facilitando a composição de coalizões bastante estáveis. As ações distributivas, portanto, quase sempre estão abrigadas em contextos pluralistas em que, a princípio, os membros da coalizão são todos igualmente ouvidos para que tenham as mesmas chances de apoiar o resultado que os favoreça mais.

90 SOUZA, Lincon Moraes. Comentando as classificações de políticas públicas... *Op. cit.*, p. 167.

91 *Ibidem*.

Desse modo, apesar da política ser pouco comprometida com a mobilidade e inclusão social dos educandos e, ao invés de possibilitar a diversificação da possibilidade de ação dos jovens, reafirma as desigualdades sociais – admitindo em seu interior justamente os jovens pertencentes aos estratos médios e altos – ela não será motivo de desacordo ou disputas políticas. As desigualdades reafirmadas pela lógica meritocrática, será legitimada como critérios justos para o processo seletivo. Assim, é possível perceber que as escolas Capixabas do município de Vitória que possuem os melhores índices de qualidade são também as escolas cujos alunos apresentam níveis socioeconômicos “alto”, e “médio-alto”. E esses alunos estão numericamente mais presentes entre o contingente de estudantes atendidos por essa política pública. E são os estes alunos que conseguirão também as bolsas de intercâmbios oferecidas pela SEDU através do projeto. Os alunos que conseguem chegar aos níveis Intermediário e Avançado e terminar o curso serão também, majoritariamente oriundos destas mesmas escolas e continuarão seus estudos em boas universidades. Parte significativa destes jovens frequentam a Universidade Federal do Espírito Santo em diferentes cursos, posteriormente. Quase metade os alunos que chegaram ao intermediário/avançado no CEI de Vitória estudaram em algum momento da vida em escolas particulares, o que reafirma a conclusão que eles não são jovens que dependem desta política para terem acesso a oportunidades de qualificação diferenciadas.

Referências:

ANDRADE, Cibele Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, 31 julho de 2012. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>>. Acesso em: 20 junho de 2016.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (org.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. *In.: A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. *In.: Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7-16.

CARVALHO, J. Murilo. **Os bestializados**: o rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: da Colônia à Era Vargas. 2 ed. rev., amp. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

DESLANDES, Seuly Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31-50.

DYE, Thomas D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1984.

ESPÍRITO SANTO. **Projeto Básico**: Curso de língua estrangeira para estudantes do ensino médio da rede pública estadual. Vitória: Secretaria de Educação, 2012.

FORQUIN, Jean C. **Sociologia da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo [*et. al.*]. **Paulo Freire**: poder, desejo e memórias da libertação. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 1998.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.cmjhb.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Centro Estadual de idiomas**: Ampliando Oportunidades. Secretaria de Educação, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBGE. **Contas Nacionais número 22**: Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/doc/pibmunic.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2009. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

INEP. PISA 2000. **Relatório nacional 2002**.

INEP. PISA 2010. **Relatório nacional 2013**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 2 de junho de 2015.

INEP. **Planilhas do Boletim de desempenho 2015**. 2015. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 2 de junho de 2015.

INEP. **Qualidade da educação**: uma nova leitura do desempenho dos estudantes de 3ª série do ensino médio. 2004.

INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. v. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). **Primer estudio intenacional comparativo**. Santiago: UNESCO, 1998.

Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). **Primer estudio internacional comparativo, segundo informe**. Santiago: UNESCO, 2000.

Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). **Informe técnico**. Santiago: UNESCO, 2001.

Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). **Estudio cualitativo de escuelas con resultados destacables en siete países latinoamericanos**. Santiago: UNESCO, 2002.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books, 1936/1958.

LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: EdUNB, 1981.

LOWI, Theodor. *American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory*. **World Politics**, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, Theodor. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. **Estimativas de grau de abertura para a economia do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2009. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/592>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARQUES, Eduardo C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MEAD, L. M. “*Public Policy: Vision, Potential, Limits*”. **Policy Currents**, p. 1-4, 1995.

NÓVOA, Antônio. (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

PIANA, M. C. As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização. *In.: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: EdUNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SALEM, Tânia. Filhos do milagre. **Ciência hoje**, SBPC, v. 5, n. 25, p. 30-36, 1986.

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, 2009.

SANDEL, Michael. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SETUBAL, Maria Alice. Com a palavra... **Consulex**, ano XVI, n. 382, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, 2003.

SOUZA, Lincon Moraes. Comentando as classificações de políticas públicas. **Cronos**, Natal, v. 11, n. 3, p. 161-197, 2012.

SOUZA, Jessé. **A tolice da Inteligência Brasileira**. São Paulo: Ed. Leya, 2015.

UNESCO. **Policy guidelines for mobile learning**. 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219641e.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

VERILL, Caique. Confira o ranking com as notas das melhores escolas do Espírito Santo no Enem. **Gazeta Online**, 2015. Disponível em: <<http://agazeta.redegazeta.com.br/conteudo/2015/08/noticias/cidades/3904941-confira-o-ranking-com-as-notas-das-melhores-escolas-do-espírito-santo-no-enem.html>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

WILSON, James Q. **Political organizations**. New York: Basic Books, 1973.

A construção histórica do direito internacional dos refugiados e a sua integração subnacional: o caso do Estado do Espírito Santo

Viviane Mozine Rodrigues¹

Rafael Cláudio Simões²

Introdução

Como afirmou Marc Bloch “A ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente, comprometendo, no presente, a própria ação”.³

A centralidade da questão dos refugiados na agenda internacional é evidente. Desde o acirramento da situação na Síria, e o agravamento da situação de outros países no Oriente Médio e arredores, com um fluxo crescente para países vizinhos e também europeus, a questão volta a ser centro de debates.

Com o intuito de iluminar um pouco a discussão, marcada muitas vezes, por um reducionismo utilitarista ou por uma “politização” da questão do fundamentalismo, procuramos aqui, por meio de uma breve revisão bibliográfica, apontar aqueles que foram os elementos centrais no processo de construção dos direitos dos refugiados, tanto no que se refere ao seu ordenamento jurídico mais geral, quanto da base teórica que lhe dá sustentação.

1 Viviane Mozine Rodrigues é doutora em Ciências Sociais (PUC-SP). Coordenadora do NUARES – Núcleo de apoio aos refugiados no Espírito Santo. Professora dos programas de mestrado em Sociologia Política e do mestrado em Segurança Pública da UVV.

2 Rafael Cláudio Simões é aluno do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Doutorado), Mestre em História. Colaborador do NUARES e Professor da UVV.

3 BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 25.

Assim, pois, analisaremos, num primeiro momento, o impacto das duas guerras mundiais, ou totais, do século XX (1914 – 1918 e 1939 – 1945), depois uma retrospectiva da construção dos direitos humanos, tomando como ponto de partida a questão dos direitos individuais em fins do século XVII e a posterior construção dos direitos humanos a partir de fins do século XVIII, para, enfim, discutirmos a política de refúgio numa perspectiva histórica até o seu alvorecer no pós-Segunda Guerra Mundial. Fazemos algumas considerações iniciais sobre a questão da integração dos refugiados nos Estados receptores, e destacamos de modo breve o papel dos entes subnacionais nesse processo. Por fim, traçamos apontamentos na forma de comentários finais, que abordam, ainda, alguns elementos das definições e ações de políticas públicas direcionadas aos refugiados e os seus impactos na vida local, especialmente no que tange à questão da hospitalidade, seguindo-se das referências.

Um mundo em guerra

No dia 29 de julho de 1914 Belgrado, a capital da Sérvia, era bombardeada pelas tropas do Império Austro-Húngaro. Nascia ali, depois de um mês repleto de tensões e alguns anos de incerteza, o século XX.⁴

Depois de um período de mais de duas décadas de crescimento econômico e de mais de quarenta anos de expansionismo territorial europeu, estava agora se concretizando aquilo que para alguns era oportunidade, fosse para assentar sua dominação, fosse para remodelar o cenário internacional, mais que para milhões se constituiu como um cenário de dor, morte, fome, doenças, perda de casas, e, entre tantas coisas mais, de refúgio.

⁴ Nos utilizaremos aqui da proposição do historiador inglês Eric J. Hobsbawm que no seu livro *Era dos Extremos*, que denomina o século XX como breve, datando-o de 1914 até 1991, ou seja, do início da Primeira Guerra Mundial até a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Tinha início naquele momento aquilo que o historiador Eric J. Hobsbawm denominou de “a guerra mundial de 31 anos”,⁵ ou que outro historiador inglês, Niall Ferguson, localizando o período de conflito global entre 1904 e 1953, denominou de “a guerra do mundo [...], ou Guerra de Cinquenta anos”, um período marcado pela denominada Guerra Total.⁶

Como destaca Le Naour

não é unicamente por sua extensão nem pelo advento do combate ideológico que a Primeira Guerra Mundial é original. Primeiro conflito da era industrial e democrática, inaugura também a era das guerras totais. [...]. Toda a sociedade está em guerra, as *fronts* estão em toda parte, e o combate se desenvolve tanto nas trincheiras, quanto na retaguarda, nas fábricas de guerra. [...] - o *'home front'* como dizem os britânicos. [...] Além disso, o combate se desenvolve também na frente financeira [...], existe uma frente psicológica [...]. Diferentemente dos conflitos precedentes não é mais possível viver fora da guerra.⁷

A Primeira Guerra Mundial termina em novembro de 1918.

Segundo Le Naour

o Kaiser abdica em 9 de novembro [...], a Alemanha desliza no caos. [...]. Em 11 de novembro de, às 5h12, os mandatários alemães assinam o texto do armistício, com lágrimas nos olhos. Acabou-se enfim a grande matança.⁸

Mas a destruição foi significativa demais para não ser levada em conta e seus efeitos seriam mesmo de longo prazo.

Como destaca Le Naour

10 milhões de desaparecidos – serão 15 se incluirmos os mortos da guerra civil russa -, a Europa estava devastada. [...]. Vinte milhões de feridos e amputados, 4 milhões de viúvas, 6 a 8 milhões de órfãos [...], A Europa também estava arruinada. Outrora

5 HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30.

6 FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo**: a era do ódio na história. São Paulo: Planeta, 2015, p. 72.

7 LE NAOUR, Jean-Yves. A Primeira Guerra Mundial: o batismo do século (1914 – 1918). In.: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. **O século de sangue**: 1914 – 2014 – as vinte guerras que mudaram o mundo. São Paulo: Contexto, 2015, p. 14.

8 *Ibidem*, p. 18.

banqueira do mundo, ei-la devedora [...] e o padrão-ouro, que assegurava a estabilidade monetária, deu lugar a uma economia de inflação – e mesmo de hiperinflação no caso alemão.⁹

Como destaca Mazzucchelli

a tragédia e a relevância histórica da Primeira Guerra só podem ser avaliadas quando se considera a interpenetração de suas dimensões humanas, políticas e econômicas. Nos campos de combate morreram entre 8 e 9 milhões de pessoas. Se a essas perdas forem acrescentadas as mortes por privações e enfermidades ter-se-á mais cerca de 5 milhões de óbitos na Europa, sem considerar a Rússia. Neste caso a devastação foi monstruosa, já que incluiu a guerra civil que se prolongou até 1921: 16 milhões de mortos. A guerra deixou ademais 7 milhões de incapacitados permanentes e 15 milhões de feridos. [...]. A humanidade nunca houvera conhecido tamanho massacre até então.¹⁰

A situação econômica dos países europeus era difícil – complexa – no imediato pós-guerra. Na Inglaterra, por exemplo, em 1920 a inflação chegou a cerca de 22%, em 1921 o desemprego estava em 11,3% da população economicamente ativa. Na Alemanha, em dezembro de 1923, um dólar chegou ao valor de 11,7 trilhões de marcos e uma fatia de pão a 428 bilhões de marcos. Na Polônia os preços subiram 1,8 milhão de vezes. Além de um crescimento de quase 1.000% na dívida da Inglaterra e de cerca de 430% na dívida da França no período entre 1914 e 1922.¹¹

Os números referentes às populações expulsas dos territórios que habitavam antes da Primeira Guerra Mundial estão também na ordem dos milhões: 1,2 milhão de gregos e 500 mil turcos “repatriados” para seus países, 770 mil alemães retirados de territórios perdidos pelo país, 2 milhões de refugiados na Guerra Civil Russa, muitos dos quais judeus, considerados “apátridas”.¹²

9 LE NAOUR, Jean-Yves. *A Primeira Guerra Mundial... Op. cit.*, p. 20.

10 MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: EdUNESP; Campinas: FACAMP, 2009, p. 53-54.

11 Cf. FERGUSON, Niall. **O horror da guerra**: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Planeta, 2014.

12 *Ibidem*.

A esperança de que a guerra levasse à paz, rapidamente esfumou. A guerra irá continuar, de forma intermitente, mas, seguirá matando e obrigando as pessoas a se refugiarem. Como afirma Niall Ferguson “a paz que se seguiu à Primeira Guerra Mundial foi a continuação da guerra por outros meios”.¹³ Como destaca Le Naour

ganhar a guerra é uma coisa, ganhar a paz é outra. Na realidade, esta última começou mal, pois as armas continuaram a falar mesmo depois de 11 de novembro de 1918: na Rússia [...]; a Polónia [...]. E em toda parte, as frustrações, o ódio, a desilusão.¹⁴

Ocupar-se dos que estavam vivos era outra questão fundamental. Na França, na década de 1930, o governo pagava 1,1 milhão de pensões aos que haviam sofrido algum tipo de consequência da guerra. Na Grã-Bretanha eram cerca 640 mil pensionistas da Primeira Guerra Mundial em fins da década de 1930. Nos Estados Unidos eram cerca de 35 mil veteranos da Primeira Guerra recebendo tratamento psiquiátrico no ano de 1942.¹⁵

A paz também não contenta a muitos. Os alemães estão “descontentes” por terem que assumir a culpa exclusiva pela guerra¹⁶, enquanto grupos nacionalistas franceses consideraram-na muito branda para com a Alemanha.¹⁷

13 FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo...** *Op. cit.*, p. 222.

14 LE NAOUR, Jean-Yves. *A Primeira Guerra Mundial...* *Op. cit.*, p. 20.

15 Cf. STEVENSON, David. **1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial.** Barueri: Novo Século Editora, 2016.

16 O artigo 231 do Tratado de Versalhes estipulava que a Alemanha era a responsável exclusiva pela Guerra e, assim, deveria arcar com seus custos, pagando uma série de reparações aos vencedores. O valor foi estipulado em 132 bilhões de marcos-ouro. Efetivamente a Alemanha pagou entre 4% e 8,3% da renda nacional no período entre 1920 e 1923. Posteriormente o Plano Dawes, que ficou em vigor de 1924 a 1929, reduziu esse patamar a cerca de 3%. Em 1930 esse foi substituído pelo Plano Young que reduzia ainda mais os pagamentos devidos pela Alemanha. Cf. FERGUSON, Niall. **O horror da guerra...** *Op. cit.*

17 Cf. LE NAOUR, Jean-Yves. *A Primeira Guerra Mundial: o batismo do século (1914 – 1918).* In.: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. **O século de sangue...** *Op. cit.*

Aquela que tinha sido denominada pelo Presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson (1913 – 1921) como “a guerra para acabar com todas as guerras” não era assim que se apresentava. Logo as agitações e crises recomeçaram, fosse em conflitos internos nos países, fosse como consequência da grave crise econômica mundial e, ainda, pelo ressurgimento de conflitos militares de escala regional até termos o início da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

A partir do início da década de 1930, a situação econômica, que havia de modo geral se estabilizado a partir de 1924, volta a apresentar inúmeros problemas como resultado da crise que se tornara evidente com o *crash* da Bolsa de Nova York em outubro de 1929. Até 1933/1934 o desemprego e a queda de renda voltam a assolar o mundo.

Entre 1929 e 1931 a produção industrial dos Estados Unidos da América (EUA) e da Alemanha caíram cerca de 33%. Em 1932-1933 o desemprego atingia cerca de 22% dos trabalhadores britânicos e belgas, 24% dos suecos, 27% dos norte-americanos, 29% dos austríacos, 31% dos noruegueses, 32% dos dinamarqueses e 44% dos alemães. O valor dos produtos primários de exportação de países como Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Egito, México, Paraguai, Peru e Venezuela, entre tantos outros despencou.¹⁸

Também no campo militar a situação volta a se agravar. A invasão da Manchúria¹⁹ pelo Japão, em 1931, os ataques italianos à Etiópia, em 1935, e à Albânia, em 1939, o continuado descumprimento, por parte da Alemanha, das condições impostas pelo Tratado de Versalhes, como por exemplo: o retorno do alistamento militar obrigatório e ampliação do número de membros do exército, a partir de 1935, a reocupação militar da Renânia²⁰, em

18 Cf. HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos...** *Op. cit.*

19 Região do nordeste da China, ocupada pelo Japão de 1931 até 1945.

20 A Renânia é uma região do oeste da Alemanha que faz fronteira com a França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda e foi desmilitarizada por determinação do Tratado de Versalhes.

1936, a anexação da Áustria e a ocupação dos Sudetos²¹, em 1938, além da irrupção da Guerra Civil Espanhola²², em 1936 que duraria até 1939.²³

As falsas esperanças de Neville Chamberlain, primeiro-ministro britânico de 1937 a 1940, que ao retornar da Conferência de Munique²⁴ afirmara que aquele encontro, que selara a entrega da região dos Sudetos para a Alemanha, significava a “paz em nossa época”, se mostraram um caminho fatídico para a guerra.²⁵

Em 1º de setembro a Alemanha ataca a Polônia, depois de criar, como nas situações anteriores com a Áustria e a Tchecoslováquia, pretextos para algum tipo de ação, e contando, mais uma vez com a condescendência de Grã-Bretanha e França, Hitler não esperava que desse ataque resultasse a guerra. Acreditava que

Inglaterra e França assumiram obrigações que nenhuma das duas está em posição de cumprir. [...]. Assim, não haveria guerra geral se ele invadissem a Polônia.²⁶

Além disso, contava agora, com a benevolência da União Soviética, com sua grande fronteira no lado leste da Polônia, conquistada no dia 24 de agosto de 1939, devido a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop²⁷. Em 17 de setembro as forças soviéticas

21 Região de fronteira entre a Alemanha e a então Tchecoslováquia.

22 Conflito entre os defensores do governo republicano espanhol, que reunia grupos anarquistas, comunistas, socialistas e de liberais, e os falangistas, de tendência nacionalista de direita e fascista, liderados pelo general Francisco Franco. Os falangistas tiveram apoio da Alemanha nazista e da Itália fascista e os republicanos o apoio da União Soviética liderada por Joseph Stálin.

23 Cf. HOBBSBAMM, Eric. *Era dos extremos...* *Op. cit.*

24 Conferência realizada na cidade de Munique (Alemanha), em 29 de setembro de 1939, e que reuniu os chefes de governo da Alemanha, Adolf Hitler, Itália, Benito Mussolini, Grã-Bretanha, Neville Chamberlain, e França, Édouard Daladier.

25 FERGUSON, Niall. *A guerra do mundo...* *Op. cit.*, p. 454.

26 Cf. EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

27 O Pacto Molotov-Ribbentrop foi assinado em Moscou pelos então ministros das relações exteriores da União Soviética, Vyacheslav Molotov, e da Alemanha, Joachim von Ribbentrop, era um acordo de não-agressão e de cooperação comercial entre os países, mas continha cláusulas secretas que estabeleciam a divisão da Polônia entre

invadiram o leste da Polônia. Logo toda a Polônia estaria subjugada. No início de outubro as últimas unidades militares polonesas ativas se renderam aos alemães. Havia começado a Segunda Guerra Mundial.²⁸

Em que pese alguns confrontos aéreos e escaramuças um pouco mais intensas no mar, o período que vai de outubro de 1939 até abril de 1940, quando ocorreu a invasão da Dinamarca e Noruega, ficou conhecido como a Guerra de Mentira, *La drôle de guerre* na expressão francesa que a imortalizou.²⁹

A partir dali até agosto de 1945 o mundo conheceria de forma ainda mais intensa mais um episódio de guerra total.

A expansão japonesa pelo Pacífico e o leste e sudeste da Ásia³⁰, as conquistas alemãs na Europa,³¹ a entrada da União Soviética³² e dos Estados Unidos³³ na guerra, entre outras, construíram as condições

eles, e que Estônia e Lituânia, bem como partes da Romênia e Bulgária, passariam para a URSS, a Lituânia, originalmente, ficaria sob controle alemão, mas depois esse aspecto foi modificado e transferido para a alçada soviética.

28 Cf. BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

29 *Ibidem*.

30 No início de 1942 os japoneses já dominavam a península coreana, controlada desde 1910, boa parte da China, que começou a ser ocupada em 1931, mas também a maior parte das ilhas do Pacífico, além da Indochina francesa (Vietnã, Laos e Camboja) e de possessões inglesas (Birmânia, Malásia e Cingapura) e holandesas (Sumatra e Bornéu). Cf. FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo...** *Op. cit.*

31 Além da Áustria, anexada em 1939, Tchecoslováquia, parcialmente anexada em 1939, Polónia, ocupada em 1939, e da Dinamarca e Noruega, em 1940, a Alemanha também ocupou Holanda, Luxemburgo, Bélgica e França, em 1940, e a Iugoslávia e a Grécia, em 1941, bem como grande extensão de território soviético nesse mesmo ano. Contava ainda com regimes aliados na Romênia, Bulgária, Hungria, Eslováquia e Itália. Além de relações amigáveis com os regimes autoritários de Portugal e Espanha, em que pese esses se manterem formalmente neutros no conflito mundial. Cf. HOBBSBAMW, Eric. **Era dos extremos...** *Op. cit.*

32 A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entrou na Segunda Guerra Mundial a partir de 22 de junho de 1941 quando a Alemanha atacou aquele país na Operação Barbarossa.

33 Os Estados Unidos da América entraram na Segunda Guerra Mundial a partir de 7 de dezembro de 1941 com o ataque do Japão à base militar de Pearl Harbor, situada na ilha de O'ahu – Havaí.

para que esse se tornasse o evento militar que causaria uma destruição até e desde então inigualada.

Como destaca Tony Judt

o impacto da guerra não foi aferido em termos de lucros e perdas da indústria ou valor líquido do patrimônio nacional em 1945 em comparação com o de 1938, mas em termos dos prejuízos visíveis ao meio ambiente e às comunidades.³⁴

Nesse quesito, destruição, os números são mais do que nunca aterradores e inigualáveis. Apenas para aquilatar a escala de destruição podemos apontar os 25 milhões de sem-teto na URSS e 20 milhões na Alemanha. Na União Soviética foram destruídos cerca de 70 mil vilarejos e 1.700 cidades de pequeno porte, 32 mil fábricas e 64 mil quilômetros de ferrovias. Os franceses perderam 500 mil residências, apenas em 1944 e 1945, além de quase 10 mil das 12 mil locomotivas que existiam no país. O mais grave, no entanto, é a destruição de vidas humanas. Só na Europa foram 36,5 milhões de pessoas que perderam suas vidas por causas relacionadas à guerra, 19 milhões dos quais eram civis.³⁵

O número total de mortos da guerra, como destaca Antony Beevor, “sejam elas 60 ou 70 milhões – vão muito além da nossa compreensão”.³⁶

Já Eric Hobsbawm, depois de elencar as cifras de mortos, feridos, aleijados e de tantas outras destruições, afirma que

as mortes diretamente causadas por essa guerra foram estimadas entre três e quatro vezes o número (estimado) da Primeira Guerra Mundial [...], e, em outros termos, entre 10% e 20% da população total da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China, [...]. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? [...]. Os prédios podiam ser mais facilmente reconstruídos após essa guerra do que as vidas dos sobreviventes.³⁷

34 JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 30.

35 *Ibidem*.

36 BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial...** *Op. cit.*, p. 854.

37 Cf. HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos...** *Op. cit.*, p. 50-51.

Especialmente de difícil reconstrução, mesmo com a ação das agências e governos foi a vida dos sobreviventes que se encontravam, também, na condição de refugiados.

Construindo os direitos dos cidadãos

Na mesma Europa que será o centro nevrálgico dessa guerra total que varreu o mundo durante a primeira metade do século XX irão se desenvolver, no que aqui nos diz respeito, um conjunto de ideias e práticas a respeito dos direitos e deveres dos cidadãos. Aquilo que Thomas Humphrey Marshall denominou de cidadania, e que, ao longo do tempo, nos levarão aos direitos humanos de modo geral, e aos direitos dos refugiados de modo específico.

Como afirma José Murilo de Carvalho

o autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania, T. H. Marshall, sugeriu também que ela, a cidadania, se desenvolveu na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo ele, não se trata de sequência apenas cronológica: ela é também lógica. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais.³⁸

Vale destacar, para deixar mais evidente o conceito de cidadania aqui apontado, que os direitos civis são aqueles fundamentais à vida. Entre esses direitos podemos apontar o direito à liberdade de expressão e manifestação, o direito de ir e vir, a garantia de igualdade perante a lei, e, talvez principalmente, o direito à vida. Já os direitos políticos são aqueles que garantem a participação do cidadão no governo de sua sociedade, aqui estão o direito de votar e ser votado, de participar de conselhos e de deliberar sobre políticas públicas. Os direitos sociais, por sua vez, são aqueles que permitem a participação na

38 CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 10.

riqueza da sociedade, na qualidade de vida. Direito à saúde, à educação, ao trabalho, à aposentadoria, entre tantos outros.³⁹

É com a passagem da sociedade medieval para a moderna, acompanhada de secularização, racionalização e individualização, que, como destaca Mondaini

deu-se justamente com o desenvolvimento de uma consciência histórica da desigualdade. A diferenciação natural existente entre os homens não implica a existência da desigualdade natural entre eles. Esta última tem origens – e isso nos leva a pensar num tempo passado em que ela não existia e num futuro possível em que não mais existirá. Essa historização da desigualdade servirá de pano de fundo para uma das mais importantes transformações levadas a cabo na trajetória da humanidade: a de cidadão/súdito para o cidadão/cidadão.⁴⁰

Na sua concepção moderna, é a partir de 1688 – 1689, com a Revolução Gloriosa⁴¹ e o seu resultado mais conhecido, a *Bill of Rights*⁴² que começa o processo de construção da cidadania moderna.

Certo está que a Lei de Direitos por um lado coloca a questão das liberdades individuais de forma a serem vistas como algo fundamental a todas as pessoas. Está posto, a partir dali, o debate público sobre as várias facetas da liberdade civil: liberdade de expressão e pensamento, de ir e vir, religiosa, e outras mais. Por outro lado, no entanto, a lei ainda limita aqueles direitos estabelecidos à condição de proprietário. Eis, pois, os limites desse momento, lança a questão, mas não a resolve na prática.

39 Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil...** *Op. cit.*

40 MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. *In.*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 116.

41 Foi a deposição do rei católico Jaime II e sua substituição por sua filha protestante Maria e seu marido Guilherme de Orange. Levou ao fim do absolutismo e a divisão de poderes entre o rei e o Parlamento.

42 A Bill of Rights, ou Lei de Direitos, de 1689, garantia a limitação do poder do rei, garantia diversos poderes ao Parlamento, como o de aprovar a criação, aumento, redução ou extinção de impostos, a convocação de eleições livres e a liberdade de manifestação no Parlamento, e, também, essencial, o primado da lei.

Como destaca Lynn Hunt

a *Bill of Rights* inglesa de 1689 não declarava a igualdade, a universalidade ou o caráter natural dos direitos. Em contraste a Declaração da Independência [dos EUA - 1776] insistia que ‘todos os homens são criados iguais’ e que todos possuem ‘direitos inalienáveis’. Da mesma forma a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão [França - 1789] proclamava que ‘Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos’. [...]. Em outras palavras, em algum momento entre 1689 e 1776 direitos que tinham sido considerados muito frequentemente como sendo de determinado povo [...] foram transformados em direitos humanos, direitos naturais universais, o que os franceses chamavam *les droits de l'homme*, ou ‘os direitos do homem’.⁴³

Robert A. Dahl destaca o papel da afirmação do Estado nacional como fator importante para a afirmação das liberdades civis. Segundo ele “Dentro da circunscrição bem maior do Estado Nacional, as novas concepções de direitos pessoais, liberdade individual e autonomia pessoal puderam florescer”.⁴⁴

Novo momento significativo, portanto, ocorrerá em fins do século XVIII com as revoluções Americana⁴⁵ (1776) e Francesa⁴⁶ (1789). Começava-se, então, a se colocar a questão da universalidade dos direitos.

43 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 19-20.

44 DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 45.

45 Revolução Americana é como é conhecido o processo de independência das 13 colônias que levou a formação dos Estados Unidos da América. O principal documento político desta Revolução é a Declaração de Independência. A Constituição americana seria aprovada somente no ano de 1787.

46 Ocorre em 1789 e seu período clássico vai até 1799. A data oficial para marcar o seu início é o dia 14 de julho de 1789, quando ocorreu a Tomada da Bastilha. Nesse período de cerca de 10 anos divide-se entre o período girondino (1789 - 1792), quando a França mantém uma monarquia constitucional e proclamava a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a sua primeira Constituição, o período da Convenção (1792 - 1795), quando a França proclama a República, e o período do Diretório (1795 - 1799), quando ocorreu uma reação conservadora às decisões do período anterior, especialmente ao período de governo jacobino.

Como destaca Hunt

a igualdade, a universalidade e o caráter natural dos direitos ganharam uma expressão política direta pela primeira vez na Declaração de Independência americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.⁴⁷

Hannah Arendt reconhece “dificuldades intrínsecas ao próprio conceito de direitos humanos”,⁴⁸ mas destaca especificamente o papel dos acontecimentos na França para a sua promoção. Segundo ela

a proclamação dos direitos humanos durante a Revolução Francesa, pelo contrário, significava muito literalmente que todos os homens, em virtude do nascimento, se tornavam detentores de determinados direitos. As consequências dessa mudança na ênfase são enormes, tanto na teoria quanto na prática.⁴⁹

A Revolução Francesa procurou transformar esses direitos de um princípio em algo efetivo. Como destaca Hunt

em 1791, o governo revolucionário francês concedeu direitos iguais aos judeus; em 1792, até os homens sem propriedade foram emancipados; e em 1794, o governo francês aboliu oficialmente a escravidão.⁵⁰

O século XIX será marcado pela crescente afirmação de práticas políticas liberais, pela afirmação do primado da lei, pela limitação do poder do governante – tenha ele o título que tiver – por um sistema de pesos e contrapesos, mas também por uma afirmação da luta dos trabalhadores por seus direitos civis, políticos e sociais.

Segundo Hobsbawm

tratava-se de uma civilização [ocidental do século XIX] capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das

47 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos...** *Op. cit.*, p. 19.

48 ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 197.

49 *Ibidem.*

50 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos...** *Op. cit.*, p. 27.

artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado [...]; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial.⁵¹

Já René Rémond, enfatizando aspectos políticos, caracteriza o século XIX como um século de revoluções. Segundo ele

essas revoluções têm como pontos comuns o fato de quase todas serem dirigidas contra a ordem estabelecida (regime político, ordem social, às vezes domínio estrangeiro), quase todas feitas em favor da liberdade, da democracia política ou social, da independência ou unidade nacionais. É esse o sentido profundo da efervescência que se manifesta continuamente na superfície da Europa, a que não ficou imune nenhuma parte do continente.⁵²

Adiante Rémond segue apresentando uma breve tipologia dessas revoluções. Segundo ele são quatro os principais movimentos revolucionários que podem ser identificados

uma primeira vaga é composta dos movimentos liberais que se produzem em nome da liberdade, contra as sobrevivências ou os retornos ofensivos do Antigo Regime. [...]. Uma segunda vaga é constituída pelas revoluções propriamente democráticas. [...]. Uma terceira vaga de movimentos reivindica uma inspiração diferente: estes são movimentos sociais que proporcionam às escolas socialistas seu programa e sua justificação. [...]. Enfim, o movimento das nacionalidades, que não se segue cronologicamente aos três precedentes, mas corre por todo o século XIX.⁵³

Analisando a nova presença da classe operária e a construção de alguns direitos e as conquistas por eles operacionalizadas Michel Beaud destaca que

efeito de massa e peso eleitoral; manifestações de rua, greves, sangue derramado, organizações sindicais, bolsas do trabalho, cooperativas, associações, partidos e movimentos, o conjunto faz, no movimento específico de cada país, que se modifique a relação de forças. A classe operária tem peso a partir de então, mesmo que ela ainda esteja incluída em inúmeros aspectos, na vida local e nacional. E é essa nova relação de forças, e apenas ela, que explica

51 HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos...** *Op. cit.*, p. 16.

52 RÉMOND, René. **O século XIX: 1815 -1914.** 9 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004, p. 13.

53 *Ibidem*, p. 14-15.

as conquistas, as novas vantagens do mundo do trabalho nesse fim do século XIX e início do século XX.⁵⁴

É pois, um processo contraditório, com seus avanços e recuos, com conquistas e dificuldades. Como aponta Hunt

a linguagem universalista dos direitos retornou essencialmente ao seu lar na Europa depois de 1776. [...]. Mas os artigos da Confederação de 1777 [dos EUA] não incluíam nenhuma declaração de direitos, e a Constituição de 1787 foi aprovada sem nenhuma declaração desse tipo. A Bill of Rights americana só passou a existir com a ratificação das primeiras dez emendas da Constituição, em 1791, e era um documento profundamente particularista que protegia os cidadãos americanos contra abusos cometidos pelo seu governo federal. [...]. Apesar do afastamento americano do universalismo na década de 1780, os “direitos do homem” receberam um grande empurrão do exemplo americano.⁵⁵

Quando chegamos ao início do século XX ainda havia inúmeros óbices àquilo que chamamos de democracia. Diferenças de direitos e deveres marcavam sociedades amplamente desiguais, os órgãos de representação – em inúmeros países – ainda careciam de força diante do poder dos monarcas, os supostos representantes do povo ainda representavam parcela pequena do total de cidadãos adultos, na maioria dos países, por exemplo, as mulheres serem totalmente excluídas do direito de voto até pelo menos em 1918, e em inúmeros até 1930, e, por fim, ideias e convicções democráticas eram pouco compreendidas e compartilhadas.⁵⁶

Já Ferguson destaca o fato de que os japoneses, que haviam participado da coligação vencedora da Primeira Guerra Mundial, solicitou – acreditando no idealismo dos 14 pontos do Presidente Wilson⁵⁷ que o pacto que criou a Liga das Nações, a denominada

54 BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 213.

55 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos...** *Op. cit.*, p. 126.

56 Cf. DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: EdUNB, 2001.

57 Em discurso ao Congresso americano, no dia 8 de janeiro de 1918, o presidente Thomas Woodrow Wilson apresentou o plano que levou esse nome. Para além de questões específicas como a restauração da independência da Bélgica e a criação de uma Polônia independente, afirmava a necessidade do fim da diplomacia secreta, da

Covenant, que fez parte de todos os tratados pós-guerra⁵⁸, estabelecesse a igualdade de raças no mundo.⁵⁹ Foram derrotados.

No entanto, por outro lado, o processo de avanços ganhará outro ritmo após a Primeira Guerra Mundial. Se por um lado a participação percentual dos eleitores na população com mais de 20 anos de idade era apenas de 4,4% em 1831 e de cerca de 30% em 1914 na Inglaterra, em 1921 a participação já havia alcançado 74% dessa população e em 1931 eram 97% dos adultos do país.⁶⁰

O Tratado de criação da Liga das Nações (LDN) estabelecia entre as funções básicas da entidade a segurança, o acompanhamento do cumprimento dos tratados de paz e a cooperação econômica, social e humanitária. No âmbito do que aqui se apresenta como aspecto central de análise, é que a Liga criou, em 1921, o Alto Comissariado para Refugiados Russos (ACRR).

A questão dos refugiados: construção de políticas e instituições

A questão do refúgio, portanto, não é um problema novo. Ao longo da história do mundo várias questões políticas e econômicas, sociais e religiosas, causaram conflitos internos e/ou externos, envolvendo mais ou menos nações, que ocasionaram o surgimento de milhares, milhões, de refugiados. Especialmente marcantes, no que aqui nos importa destacar, foram os dois conflitos mundiais do século

liberdade de navegação dos mares, em tempos de paz ou guerra, e a criação de uma Sociedade ou Liga das Nações. Cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. *A Primeira Grande Guerra*. In.: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O século XX: o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

58 Via de regra fala-se no Tratado de Versalhes como o tratado pós-Primeira Guerra Mundial. Esse foi assinado pelos países vencedores apenas com a Alemanha. Outros quatro tratados foram assinados: Saint-Germain com a Áustria, Trianon com a Hungria, Sèvres com a Turquia e Neuilly com a Bulgária. Por certo o de Versalhes foi o mais duro, nele a Alemanha teve que assumir a culpa pela guerra, perdas territoriais, limitação das forças armadas e o pagamento de vultosas reparações. Cf. HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos...** *Op. cit.*

59 Cf. FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo...** *Op. cit.*

60 Cf. DAHL, Robert A. **Sobre a democracia...** *Op. cit.*

XX, mas também alguns conflitos posteriores. São eles, em conjunto com o avanço dos valores políticos ligados aos direitos humanos, que ocasionarão a definição de refugiado, a criação de um estatuto jurídico de seus direitos e deveres e estruturas para a implementação desses. Surgirá, assim, em meados do século o refugiado, não mais como um personagem apenas de fato, mas também de direito.

A palavra refúgio é originada do Latim *refugium* e significa “lugar seguro onde alguém se refugia; asilo para quem foge ou se sente perseguido”.⁶¹

O refugiado, conforme da Convenção de Genebra de 1951, posteriormente complementada, pelo Protocolo de 1967,⁶² e de acordo com a ACNUR é

qualquer pessoa que possua temor bem fundado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e se encontra fora do país de sua nacionalidade e, no caso do apátrida, fora do país onde possuía residência habitual, e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer se valer da proteção desse país.⁶³

É a Convenção de Genebra, portanto, que, do ponto de vista do direito internacional, marca o início da existência do Direito do Refugiado.

Já na Grécia Antiga o asilo era praticado. Tinha, então, um aspecto de proteção religiosa, sendo os templos os locais onde

61 Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa.

62 O Protocolo de 1967 retira qualquer critério geográfico ou temporal específico para a definição de refugiado. Tal assertiva já está afirmada no Parágrafo 2 do Artigo 1º, das Disposições Gerais, do Protocolo que afirma: “§2. Para os fins do presente Protocolo, o termo “refugiado”, salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras “em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e...” e as palavras “...como consequência de tais acontecimentos” não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. O presente Protocolo será aplicado pelos Estados Membros sem nenhuma limitação geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea “a” do §1 da seção B do artigo 1 da Convenção aplicar-se-ão, também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliadas de conformidade com o §2 da seção B do artigo 1 da Convenção”.

63 Cf. ACNUR. **Refugiados**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>.

os estrangeiros conseguiam abrigo mas um sentido bastante amplo. Como destaca Andrade “a palavra ‘asilo’ deriva do grego: [...] o asilo foi objeto de grande valia e de extenso uso, tendo sempre sido concedido como uma noção de ‘inviolabilidade’ ou de ‘refúgio inviolável’”.⁶⁴

Em Roma, o asilo muda sua característica, ganhando contornos jurídicos, garantindo proteção àqueles perseguidos que não fossem considerados culpados perante as leis da época, defendendo, assim, o indivíduo de perseguições do poder público ou de indivíduos poderosos e/ou influentes.⁶⁵

No século XVII, passada a fase de conjugação exclusiva entre asilo e Igreja, será o pensador Hugo Grotius (1583 – 1645) que colocará novamente a questão do asilo como um direito daqueles que foram expulsos de suas residências. Segundo Andrade “Grotius vislumbrava o asilo como um direito natural e uma obrigação do Estado, sustentando que, em obediência a um dever humanitário internacional”.⁶⁶

Em fins do século XVII, com a perseguição aos huguenotes franceses, após Luís XIV repudiar o Édito de Nantes, houve verdadeiro surto de asilo desses protestantes em Brandenburgo e na Prússia, algo entre 400 e 500 mil receberam permissão de refúgio em inúmeros países da Europa e nos Estados Unidos.⁶⁷

Somente no século XVIII o asilo aparece, pela primeira vez, regulamentado na Constituição de um Estado nacional. Foi na França, após a Revolução, com a Constituição de 1793. A partir de então, no entanto, com a crescente afirmação dos Estados, o direito de asilo deixa de ser do indivíduo e passa a ser do próprio ente

64 ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados**: evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 9.

65 ANDRADE, J. H. F. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. *In.*: ARAUJO, N.; ALMEIDA, G. A. (org.). **O direito internacional dos refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 105.

66 ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados...** *Op. cit.*, p. 15.

67 *Ibidem*.

estatal. Os refugiados podem solicitar asilo, mas cabe ao Estado o direito de concedê-lo ou não.⁶⁸

No âmbito internacional a primeira regulamentação sobre o direito de asilo ocorreu com o Tratado sobre Direito Penal Internacional, assinado no continente americano em 23 de janeiro de 1889. Neste ficava estabelecido, em seus artigos 15 a 19, a possibilidade de asilo, bem como questões concernentes à extradição e crimes políticos, ligado que estava à luta pela independência ou da afirmação da democracia em inúmeros países da região.⁶⁹

Como resultado da Primeira Guerra Mundial tivemos a movimentação de milhões de pessoas. Segundo Andrade

250.000 búlgaros da Romênia, Sérvia e Grécia, 50.000 gregos da Bulgária e 1.200.000 da Turquia [...], as ditas transferências perduraram até os primeiros anos da década de 1920.⁷⁰

Diante dessas movimentações de milhões de deslocados, provocadas pela Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações (LDN) criou em 1921 o Alto Comissariado para Refugiados Russos, dirigido pelo cientista, político e diplomata norueguês Fridtjof Wedel-Jarlsberg Nansen (1861 - 1930).

A partir de 1923 a LDN se torna responsável por assegurar, também, a proteção dos refugiados armênios e, no ano seguinte, para outros povos, tais como: gregos e turcos.

O Alto Comissariado para Refugiados Russos, no entanto, não tinha a previsão de ser uma organização permanente, sendo extinto em 31 de março de 1931. Já em fins de 1930, tendo em vista a futura extinção do ACRR, a Assembleia da Liga das Nações aprovou a criação do Escritório Internacional Nansen para Refugiados (EINR), que inicia suas ações em 1931, já com data de extinção marcada para 31 de dezembro de 1939.

68 Cf. CAVARZERE, T. T. A Circulação dos Refugiados. *In.*: CAVARZERE, T. T. **Direito Internacional da Pessoa Humana**: a circulação internacional de pessoas. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

69 Cf. ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados...** *Op. cit.*

70 *Ibidem*, p. 21.

Em agosto de 1933 foi proposta a Convenção Relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados. Entre os seus dispositivos podemos destacar os artigos que estabeleciam obrigações dos Estados no que se refere às condições de trabalho (artigo 7º), do bem-estar e da assistência (artigos 9º ao 11º) e da educação (artigo 12º). De especial importância temos o artigo 3º que institui o princípio de *nonrefoulement*, onde os Estados nacionais não podem recusar a admissão de refugiados, bem como os impede de expulsar de um território os refugiados que foram autorizados a nele residir.⁷¹ A Convenção, no entanto, será objeto de críticas por restringir a condição de refugiados a alguns grupos pré-existentis: russos, armênios, turcos e sírios. Em que pese poderemos destacar o fato de que a mesma garantiu efetiva proteção àqueles refugiados que se encontravam sobre a responsabilidade do EINR e, ainda, ter lançado as bases para a criação de outros instrumentos de proteção aos refugiados.⁷²

Mesmo diante das críticas que se fazem à Convenção, não podemos deixar de apontar, que nela já estão colocadas algumas questões bastante objetivas para garantir aos refugiados as condições de hospitalidade. Aqui, nos valendo de Benhabib, podemos destacar que o direito dos refugiados começa a ser percebido como um direito de pertencimento àquela comunidade a qual o refugiado se integra, dentro do reconhecimento do mesmo como portador de direitos civis e políticos, reconhecidos, assim, como direitos humanos.⁷³ Isto está diretamente ligado as formas de acolhimento do refugiado na sociedade em que está sendo recebido. Assim, coloca-se, desde já, a questão da integração do global com o local, numa relação dialética e, que este é um elemento central na operacionalização de vários dos direitos do refugiado numa perspectiva prática.

Ainda em 1933, diante da ascensão dos nazistas ao poder e o início das hostilidades aos judeus e outros grupos étnicos, culturais,

71 ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados...** *Op. cit.*, p. 75-78.

72 Cf. CAVARZERE, T. T. A Circulação dos Refugiados. *In.*: CAVARZERE, T. T. **Direito Internacional da Pessoa Humana...** *Op. cit.*

73 Cf. BENHABIB, Seyla. **The right of others: aliens, residents and citizens.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

políticos e religiosos, foi criado o Alto Comissariado para Refugiados (Judeus e outros) da Alemanha (ACRA). Em 1938 foi instituída a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados Provenientes da Alemanha. Esse documento marca o início da transição de entre um processo de definição coletiva e restrita à alguns grupos específicos para o estabelecimento individual da condição de refugiado que irá vigorar após 1945. A partir de então o requerente à condição de refugiado deverá comprovar a sua situação, não mais numa perspectiva de interesse individual. Tal como outras instituições, entretanto, o ACRA tinha tempo determinado de duração e foi extinto no fim do ano de 1938.⁷⁴

Em 1938 ficou estabelecida a criação do Alto Comissariado da Liga das Nações para os Refugiados, tendo o mesmo iniciado suas ações no ano seguinte. Esse organismo, mais uma vez, tinha previsão de duração temporária e ficava responsável apenas pelas questões jurídicas e políticas concernentes aos refugiados. A ajuda de campo continuaria sendo feita por organizações humanitárias já existentes.

Ainda em 1938, na Conferência de Evian (França), que reuniu representantes de 32 países e diversas organizações humanitárias, foi criado o Comitê Intergovernamental para os Refugiados (CIGR).

Nesse período que vai de 1921 até 1938 – um primeiro momento daquela que podemos, seguindo Andrade denominar de fase histórica de proteção aos refugiados

a proteção vislumbrada ser mormente concedida a grupos inteiros de refugiados, que tinham algo em comum: a falta, muitas vezes absoluta de proteção jurídica, posto muitos terem sido desnacionalizados, em especial os russos.⁷⁵

Por certo, para além das dificuldades jurídicas, esses refugiados enfrentavam dificuldades materiais concretas diante da situação de deslocamento forçado por esses eventos políticos ou sociais.⁷⁶

74 Cf. ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados...** *Op. cit.*

75 *Ibidem*, p. 26.

76 *Ibidem*.

No entanto, em setembro de 1939, depois de período de intensificação das tensões internacionais, tem início à Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) que irá, colocar progressivamente a questão das pessoas deslocadas e dos refugiados no topo da agenda internacional.

Em 1942, buscando enfrentar as situações já colocadas pelo conflito mundial, no qual se envolvera diretamente desde dezembro de 1941, após o ataque japonês à base de Pearl Harbour, o governo dos Estados Unidos da América cria o Escritório de Auxílio e Reabilitação Estrangeiros (EARE). Em 1943 os países Aliados criaram a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA, na sigla em inglês). Em 1944 os EUA criaram o Diretório de Refugiados de Guerra (DRG). Todas, podemos assim colocar, tentativas de fazer frente ao crescente problema dos deslocados e refugiados.

O trabalho da UNRRA envolveu cuidados com milhões de refugiados de guerra, com gastos de “10 bilhões de dólares entre julho de 1945 e junho de 1947, sendo os recursos, quase em sua totalidade, concedidos pelos governos de EUA, Canadá e Reino Unido”.⁷⁷

Judt prossegue apresentando dados que demonstram a amplitude do problema. Segundo ele, em fins de 1945 a UNRRA

administrava 227 acampamentos e centros assistenciais para deslocados e refugiados na Alemanha, com mais 25 acampamentos localizados na Áustria e outros instalados na França e nos países do Benelux. Em junho de 1947, a agência contava com 762 unidades na Europa Ocidental, a grande maioria situada na Zona Ocidental da Alemanha. Em seu ponto máximo, observado em setembro de 1945, o número de civis libertados das Nações Unidas [...] sob os cuidados [...] era de 6.795.000 – aos quais devem ser somados outros 7 milhões sob a guarda da autoridade soviética.⁷⁸

No ano de 1947 a UNRRA, por decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), foi substituída pela Organização Internacional de Refugiados (OIR), que se tornou operacional a partir do ano seguinte.

⁷⁷ JUDT, Tony. **Pós-guerra...** *Op. cit.*, p. 42.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 42-43.

Também essa organização foi financiada, principalmente, pelos países ocidentais. Do seu primeiro orçamento, de 1947, EUA, Reino Unido e França contribuíam, respectivamente, com 46%, 15% e 4%. A contribuição americana cresceu para 60% em 1949.⁷⁹

Na medida em que o trabalho com essas pessoas deslocadas pela guerra se organizava, ganhava vulto e compreensão de suas causas e das dificuldades para o retorno de muitas delas começa a ocorrer uma diferenciação entre “deslocados (que, supostamente, tinham um lar para onde retornar) e refugiados (classificados como desabrigados)”⁸⁰

Por fim, em 14 de dezembro de 1950 foi criado, pela Assembleia Geral da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e no ano de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, que entrou em vigor em 22 de abril de 1954.

Judt destaca o trabalho positivo dos governos e agências para resolver a questão dos refugiados. Segundo ele

é preciso enfatizar a escala dessa façanha. [...] Mas durante cerca de meia década, operando num continente marcado, amargurado e empobrecido, que emergia de seis anos de uma guerra terrível, e já prevendo as divisões acarretadas pela Guerra Fria, os governos militares aliados e as agências civis da ONU conseguiram repatriar, integrar e reassentar um número sem precedentes – muitos milhões – de pessoas desesperadas, egressas de todo o continente e de dezenas de nações e comunidades distintas. Em fins de 1951, quando a ANUAR [UNRRA, na sigla aqui usada por nós] e a OIR foram substituídas pelo recém-criado Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) restavam apenas 177 mil pessoas em acampamentos de deslocados de guerra na Europa – em sua maioria, idosos e doentes, porque ninguém queria aceitá-los. O último acampamento de deslocados de guerra na Alemanha, em Föhrenwald, na Bavária, foi fechado em 1957.⁸¹

Aqui, podemos destacar, coloca-se, pela primeira vez na arena internacional, a questão dos refugiados não numa perspectiva específica de algumas nacionalidades e de condição temporária,

79 Cf. JUDT, Tony. *Pós-guerra... Op. cit.*

80 *Ibidem*, p. 43.

81 *Ibidem*, p. 46.

mas como uma questão mundial de caráter permanente. Passo fundamental que desembocará, no pós-Segunda Guerra Mundial, no estabelecimento de políticas e instrumentos para o enfrentamento continuado da situação.

Como destaca Andrade

o segundo período (1938 - 1952) [da chamada fase histórica] não é marcado tanto pela qualificação coletiva da definição de refugiado, mas sim pela perspectiva individualista com que foi cunhado: os refugiados não eram mais definidos em função da origem ou da participação em determinado grupo político, étnico, racial ou religioso: o que passava a contar, a partir dos instrumentos concluídos [...], eram as convicções pessoais dos refugiados. Essa característica influenciou sobremaneira o início da fase contemporânea da proteção dos refugiados.⁸²

Ben Shepard analisa as mudanças que se operaram naquele momento e enfatiza que

podemos ver esse período [do pós-Segunda Guerra Mundial] sob uma nova luz e avaliar a marca permanente que deixou no mundo moderno. O Estado de Israel, a transformação da política de imigração norte-americana, o fim das sociedades anglo-saxãs homogêneas da Grã-Bretanha, do Canadá e da Austrália e a criação de um novo arcabouço de direito internacional, sob o qual os indivíduos e as nações têm direitos, todos são legados dessa época. Além disso, a crise de refugiados do pós-guerra foi um ensaio para muitas questões que ainda nos confrontam atualmente: como é possível fazer funcionar mecanismos para a ajuda humanitária internacional? Que níveis de imigração nossas sociedades podem absorver?⁸³

É nesse sentido que destaca-se a importância de acontecimentos centrais para o encaminhamento da questão dos refugiados para além do que foi aqui destacado: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Não podem deixar de ser apontadas a Declaração Americana de Direitos Humanos, de 1948, a Convenção de 1961 para a Redução dos Casos de Apatridia, a

82 ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados...** *Op. cit.*, p. 26-27.

83 SHEPHARD, Ben. **A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra.** São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 14.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África, aprovada em 1969 e que entrou em vigor em 1974, a Declaração de Cartagena, de 1984, sobre refugiados, a Declaração de São José, de 1994, sobre refugiados e pessoas deslocadas, os dois Protocolos à Convenção das Nações Unidas contra a delinquência organizada transnacional, o que se refere a tráficos de migrantes por terra, mar e ar, e o que trata da Prevenção, Supressão e Criminalização do Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres e Crianças, ambos de 2000, a Declaração de Assunção sobre o Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes, do MERCOSUL, de 2001.

É com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que irá se estabelecer progressivamente, mesmo que, por certo, de forma incompleta, a criação de parâmetros de proteção à pessoa e à condição humana.⁸⁴ Diversos Estados nacionais irão, a partir de então, estabelecer legislações e criar instituições de definição e implementação de políticas públicas consentâneas com os postulados da Declaração.⁸⁵ No artigo 14 da DUDH está expresso o direito de asilo e a sua relação com o refúgio.

A Declaração assegura que, sendo um direito fundamental da pessoa de não sofrer nenhum tipo de perseguição, garante a todos os perseguidos o direito de buscar asilo.⁸⁶

A ligação conceitual entre a DUDH e a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951 e o Protocolo de 1967 são evidentes. Conforme destaca Piovesan

três anos após a adoção da Declaração Universal, é aprovada a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, que constitui a carta magna que define em caráter universal a condição de refugiado, dispondo seus direitos e deveres. [...]. Com a finalidade de ampliar

84 Cf. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

85 Cf. TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. 2 ed. Brasília: Edições Humanidades, 2000.

86 Cf. PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

o alcance da definição de refugiados, em 31 de janeiro de 1967 é elaborado o Protocolo.⁸⁷

Piovesan insiste na ligação entre as temáticas e afirma que

quando se relaciona refugiados e direitos humanos, imediatamente percebe-se uma conexão fundamental: os refugiados tornam-se refugiados porque um ou mais direitos fundamentais são ameaçados. [...]. Há assim uma relação estreita entre a Convenção de 1951 e a Declaração Universal de 1948 [...]. A proteção internacional dos refugiados tem como fundamento a universalidade dos direitos humanos, que afirma que a dignidade é inerente à pessoa e dessa condição decorrem direitos, independentemente de qualquer outro elemento.⁸⁸

Pita segue no mesmo diapasão ao apontar que

O Direito Internacional dos Refugiados não pode ser concebido fora do marco do Direito Internacional dos Direitos Humanos. É na violação dos direitos humanos que se radica a causa fundamental pela qual as pessoas se veem coagidas a abandonar seu país de origem e solicitar asilo. O respeito e vigência dos direitos humanos nos países de origem é a melhor maneira de prevenir os deslocamentos forçados de pessoas. No mesmo sentido, o respeito aos direitos humanos é crucial para garantir a admissão e proteção eficaz dos refugiados nos países de asilo.⁸⁹

Hunt destaca elementos centrais dos direitos humanos que, ao nosso juízo, estão presentes nos vários documentos anteriormente citados, tais como: a Declaração da ONU, de 1948, a Declaração Americana, de 1948, a Convenção, de 1951 e o Protocolo, de 1967 e a Convenção da OUA, de 1969. Segundo ela

os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte). Para que os direitos sejam direitos humanos, todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente e apenas por causa de seu status como seres humanos.⁹⁰

87 PIOVESAN, Flávia. Temas de **Direitos humanos...** *Op. cit.*, p. 96-97.

88 *Ibidem*, p. 102-103.

89 PITA, Agni Castro. Direitos humanos e direitos internacional dos refugiados. *In.*: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016, p. 7.

90 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos...** *Op. cit.*, p. 19.

Ela prossegue destacando os desafios que os direitos humanos colocam para as sociedades. Segundo Hunt

acabou sendo mais fácil aceitar a qualidade natural dos direitos do que a sua igualdade ou universalidade. De muitas maneiras, ainda estamos aprendendo a lidar com as implicações da demanda por igualdade e universalidade de direitos. [...]. Entretanto, nem o caráter natural, a igualdade e a universalidade são suficientes. Os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são os direitos de humanos em sociedade. [...]. São, portanto, direitos garantidos no mundo político secular [...], e são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que os detêm.⁹¹

Para termos uma dimensão da situação atual é importante destacar que dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), divulgados em 2017, com dados referentes ao final de 2015, nos informam que o mundo tem cerca de 65,6 milhões de pessoas deslocadas, desses 22,5 milhões são refugiados, 2,8 milhões solicitantes de refúgio e 40,3 milhões de deslocados internos e uma estimativa de pelo menos 10 milhões são ou estão em risco de se tornarem apátridas.⁹² Hoje, portanto, segundo o ACNUR uma em cada 113 pessoas do planeta é de refugiados, solicitante de refúgio ou deslocado interno.

O Brasil e os refugiados: Notas iniciais sobre o caso do Estado do Espírito Santo

O Brasil, nesse contexto de crescimento da necessidade de abrigo de solicitantes de refúgio, refugiados e outras categorias de pessoas que enfrentam dificuldades inauditas para a manutenção de sua existência em seus países de origem tem, nos últimos anos, se destacado na comunidade internacional como um país de apoio à ACNUR e suas políticas. Segundo dados da ACNUR o Brasil

91 HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos...* *Op. cit.*, p. 19.

92 Cf. ACNUR. **Guerra, violência e perseguição elevam deslocamentos forçados a um nível sem precedentes**. 19 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/guerra-violencia-e-perseguiacao-elevam-deslocamentos-forcados-a-um-nivel-sem-precedentes/>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

tinha, em fins de 2016, 9.689 refugiados e 35.464 solicitantes de refúgio.⁹³

Por certo, o Brasil, bem como os demais países da América Latina e do Caribe, não estão livres do agravamento de tensões na situação internacional e as suas consequências para o deslocamento forçado de pessoas. Situações graves que ocorrerem na Síria, na República Democrática do Congo, no Afeganistão, ou na Líbia, entre tantos outros casos, acabam por repercutir nesses crescentes números de deslocados e na demanda por apoio por parte do ACNUR e de outras organizações.⁹⁴

Alguns Estados têm procurado desenvolver políticas relativas à questão dos refugiados/solicitantes de refúgio que contem com maior envolvimento das organizações civis. Como destacam Annoni e Carpio

existem políticas migratórias cujo objetivo é envolver a sociedade e, dessa forma, sensibilizá-la em relação às crises humanitárias. Assim, consegue-se a participação ativa tanto do governo quanto da sociedade civil.⁹⁵

Como destaca Jubilita a chamada Lei dos Refugiados cumpriu papel importante.

A Lei 9.474/97 apresenta, além da mencionada definição ampliada, alguns pontos essenciais para a proteção dos refugiados, entre os quais se destacam: (1) o estabelecimento do CONARE [Comitê Nacional para os Refugiados] como órgão multifacetado e encarregado das decisões em primeira instância sobre a concessão do refúgio e das políticas públicas para os refugiados, [...]; (2) o estabelecimento de um procedimento específico para a concessão do refúgio; (3) o fato de ser um diploma específico sobre

93 Cf. UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2016**. Disponível em: <http://www.unhcr.org/5943e8a34#_ga=2.189006703.55459992.1497987851-1397569280.1472391495>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

94 Cf. WALDELY, Aryadne Bittencourt [et. al.]. Cartagena + 30: pelo fortalecimento do direito de refúgio. *In.*: Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de debate**, Brasília, v. 9, n. 9, 2014.

95 ANNONI, Danielle; CARPIO, David Fernando Santiago Villena D. O patrocínio privado de refugiados e o Brasil: o papel da sociedade civil. *In.*: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016, p. 167.

refugiados não misturando a proteção a esses com temas gerais de migração; (4) a permissão para obtenção de documentos pelos solicitantes de refúgio, e (5) o fato de elencar soluções duráveis para os refugiados.⁹⁶

Isso, muitas vezes, se choca com políticas que têm sido adotadas pelos Estados mais desenvolvidos que buscam reduzir o acesso dos refugiados ao seu país, o que se tornou, especialmente, significativo depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.⁹⁷

Como destacam esses autores

assim, a fim de acolher os solicitantes de refúgio de forma mais solidária e de acordo com a definição regional, é imprescindível repensar a concepção atual. No caso brasileiro, o critério subjetivo ainda se encontra de forma determinante na análise das solicitações de refúgio. Retomar o espírito de Cartagena implica, então, reconhecer a necessidade de proteção para os casos de maciça violação de direitos fundamentais, violência genérica, e demais causas que arrisquem a possibilidade de vida digna no país de origem.⁹⁸

No entanto, como destacam Fernandes, Castro e Milesi

ainda é difícil uma avaliação concreta das medidas adotadas pelas autoridades brasileiras em relação aos fluxos migratórios recentes para o Brasil, que devem ser interpretados para além da simples concessão de vistos. Aspectos atrelados à inserção destes imigrantes na sociedade brasileira, a garantia de seus direitos, a atenção às várias dimensões da integração – política, social, econômica e cultural – e questões futuras de ordem legal relacionadas à prorrogação dos documentos concedidos referentes a vistos ou residência permanente deveriam fazer parte de uma agenda de governo para a devida atenção aos imigrantes e refugiados que de maneira crescente procuram o Brasil como país de destino e residência.⁹⁹

96 JUBILUT, Líliliana Lyra. A acolhida da população refugiada em São Paulo: a sociedade civil e a proteção aos refugiados. *In.*: SILVA, César Augusto S. da; RODRIGUES, Viviane Mozzine. **Refugiados**. Vila Velha: Centro Universitário Espírito Santo, 2005, p. 106-107.

97 Cf. ANNONI, Danielle; CARPIO, David Fernando Santiago Villena D. O patrocínio privado de refugiados e o Brasil... *Op. cit.*

98 Cf. WALDELY, Aryadne Bittencourt [*et. al.*]. Cartagena + 30... *Op. cit.*

99 FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; MILESI, Rosita. O fluxo de imigração recente para o Brasil e a política governamental: os sinais de ambigüidade. Notas preliminares. *In.*: Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de**

O caso que ocorreu entre os estados do Acre e de São Paulo, em meados de 2014, com a decisão do governo acreano de auxiliar a viagem de imigrantes haitianos para a capital paulista colocou, mais uma vez, em evidência essas dificuldades. São não tivemos uma crise humanitária de proporções apreciáveis, no maior estado do país, por conta da iniciativa de organizações da sociedade civil que, rapidamente, se mobilizaram para apoiar os haitianos e resolver a situação.¹⁰⁰

Como destaca o Plano de Ação do Brasil – Cartagena + 30, assinado por países latino americanos e do Carine, em 3 de dezembro de 2014, os países receptores devem

promover a adoção de políticas públicas integrais e sua inclusão nos planos nacionais de desenvolvimento que atendam às necessidades das pessoas refugiadas, deslocadas ou apátridas, contando com sua participação e a das comunidades de acolhida, e multiplicar esforços para garantir o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo os laborais, levando em consideração as necessidades diferenciadas dos grupos e populações em situação de vulnerabilidade, a fim de promover sua integração local.¹⁰¹

No que se refere, especificamente, a questão da Integração Local, o Plano é muito firme em apontar alguns elementos básicos de atuação. Entre eles podemos destacar: que as políticas públicas elaboradas pelos Estados receptores devem – na sua formulação – contar com processos de inclusão; trabalhar a coordenação de ações entre as instituições governamentais e as organizações não-governamentais; construir marcos de regulação para o nível regional planos de ação locais.¹⁰²

Isso, no entanto, não é o que efetivamente acontece no cotidiano das pessoas deslocadas que chegam ao país. Como apontam Annoni e Carpio

debate, Brasília, v. 9, n. 9, p. 100, 2014.

100 Cf. FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; MILESI, Rosita. O fluxo de imigração recente para o Brasil e a política governamental... *Op. cit.*

101 CARTAGENA + 30. Declaração e Plano de Ação do Brasil. *In.*: Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de debate**, Brasília, v. 10, n. 10, p. 99, 2015.

102 *Ibidem*.

na prática, após cruzarem as fronteiras do país, os refugiados e migrantes humanitários no Brasil estão à mercê da ajuda solidária, do trabalho realizado pela Cáritas e outras instituições missionárias e religiosas, pelos serviços prestados pelas poucas ONGs que atuam no Brasil voltadas a ações de acolhida e integração local e pelos projetos de apoio e extensão desenvolvidos por algumas universidades.¹⁰³

Como afirma Moreira ao discutir nossas dificuldades de recepção e integração

nos dispositivos jurídicos, apenas foram tratadas questões sobre documentação, incluindo documentos relativos à educação. Não foram especificados, portanto, os termos para concretizar a integração, em seus mais diversos aspectos (psicológicos, sociais, culturais, econômicos, políticos), bem como as condições de vida a serem proporcionadas aos refugiados após o ingresso no país.¹⁰⁴

Pacífico caminha no mesmo diapasão ao afirmar que

vê-se, [...], que a ausência, na lei 9474/97, da promoção e da proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais dos refugiados, além da falta de políticas públicas adequadas e específicas para essas pessoas [...], culminam em dificuldades de integração.¹⁰⁵

Destaca, ainda, Pacífico que os órgãos federais e estaduais, em ação conjunta, com as ONGs e o ACNUR devem ser os responsáveis pela realização do apoio aos refugiados.¹⁰⁶ Aponta, também, como fazem outros autores como Jubilut, Annoni e Carpio, que encontramos algumas ações por partes de governos estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Acre.¹⁰⁷

103 ANNONI, Danielle; CARPIO, David Fernando Santiago Villena D. O patrocínio privado de refugiados e o Brasil... *Op. cit.*, p. 178.

104 MOREIRA, Júlia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. *In.: Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 93, 2014.

105 PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural e políticas públicas**. Maceió: EdUFAL, 2010, p. 127.

106 *Ibidem*.

107 Cf. JUBILUT, Liliana Lyra. A acolhida da população refugiada em São Paulo... *Op. cit.*; ANNONI, Danielle; CARPIO, David Fernando Santiago Villena D. O patrocínio privado de refugiados e o Brasil... *Op. cit.*

No que diz respeito ao Espírito Santo, Lacerda aponta para o fato de que o tema do refúgio e dos refugiados é algo recente, pois o estado não se coloca como um tradicional receptor de refugiados ou solicitantes de refúgio em quantidades significativas. Além disso, não possuímos uma estrutura governamental destinada à questão, como acontece com outros estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.¹⁰⁸

Como afirma Lacerda

A MAIS [Missão em Apoio à Igreja Sofredora] e o NUARES [Núcleo de Apoio aos Refugiados no Espírito Santo] são as duas entidades da sociedade civil envolvidas direta e ativamente, com a temática do refúgio no ES. Na esfera da sociedade política, não há nenhuma secretaria que apresente uma política pública específica aos refugiados (ou até mesmo aos migrantes de forma mais geral). Apesar disso, a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID) do município de Vitória vem, ao longo dos anos, apresentando uma atuação indireta nessa temática, inclusive formando algumas parcerias com o NUARES.¹⁰⁹

Falta, portanto, no Espírito Santo, a construção de uma estrutura de apoio efetivo ao processo de integração dos refugiados em terras capixabas por parte dos poderes públicos. A ação da sociedade civil organizada, para além dos citados acima, NUARES e MAIS, conta com a iniciativa pontual de algumas outras entidades, tais como a Cáritas Arquidiocesana, mas mesmo esse conjunto de atores da sociedade civil organizada tem encontrado, por uma série de razões, dificuldades para a estruturação de iniciativas conjuntas.

Neste momento em que, mais uma vez na história da humanidade a questão dos refugiados assume proporções inauditas, requer-se um esforço no sentido de construirmos não somente os aspectos da naturalidade dos direitos desses seres humanos, mas, também, e principalmente, a sua igualdade e universalidade. Para tal temos instrumentos político-jurídicos e os instrumentos institucionais, fruto dessa combinação que construímos da percepção dos resultados

108 Cf. LACERDA, Moara Ferreira. **Governança e refúgio no Brasil**: um processo democrático em construção. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2015.

109 *Ibidem*, p. 102.

nefandos da guerra com os direitos humanos. Falta-nos, mais uma vez, dar a eles uma voz política, a sua construção prática, portanto. Seremos capazes?

Considerações finais

O direito dos refugiados, embasados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que toma forma jurídica nas relações internacionais com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, é de *per se* uma conquista da civilização.

Por certo, para que possa ser apropriado pelos cidadãos que dele necessitam, é preciso que seja operacionalizado em políticas concretas tanto da comunidade internacional, por intermédio da Organização das Nações Unidas, e mais especificamente do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, mas, também e principalmente, por parte dos Estados nacionais, implementando políticas públicas efetivas de recebimento, acolhimento e pertencimento dessas pessoas que, por fatores externos a sua vontade, estão sofrendo algum grau de desrespeito aos direitos humanos.

Um dos debates centrais na questão dos refugiados na atualidade é a questão da integração local. Inúmeros autores, tais como Moreira, têm destacado uma concepção integradora entre refugiado e sociedade acolhedora.¹¹⁰

Conforme aponta Moreira

tal abordagem concebe a integração como via de mão dupla, a qual supõe adaptação não apenas do recém-chegado como também da sociedade receptora. Isso implica mudança em termos de valores, normas, comportamentos tanto para os refugiados quanto para os membros da comunidade local. Ao mesmo tempo, faz-se necessário propiciar o acesso a serviços e oportunidades de empregos, assim como a aceitação dos refugiados em termos de interação social, e aquisição de direitos, inclusive políticos.¹¹¹

110 Cf. MOREIRA, Júlia Bertino. Refugiados no Brasil... *Op. cit.*

111 *Ibidem*, p. 89.

Nessa perspectiva, por mais que, muitas das questões relativas aos refugiados sejam do âmbito de decisão dos Estados nacionais, são os governos locais e a comunidade receptora que devem se articular de modo a garantir um efetivo processo de recepção, acolhimento e hospitalidade aos refugiados.

Mais uma vez na história, a questão dos refugiados tornar-se preocupação central da sociedade internacional, especialmente diante do grande fluxo de refugiados da Guerra da Síria, que já se estende, complementado por refugiados afegãos e líbios, países também em situação de convulsão interna, é preciso reafirmar a importância dessas conquistas humanitárias.

A história, que não se pretende um tribunal do júri, mas que como destacam os historiadores, tem entre suas funções lembrar aquilo que esquecemos, é, nesse caso, um bom guia para apresentar o processo de construção dos direitos dos refugiados.

No que aqui nos interessou destacar desse processo, ele foi uma confluência de dois outros ocorridos, especial e principalmente, na chamada civilização ocidental.

Não buscamos aqui, dentro de uma visão etnocêntrica, afirmar que as preocupações com os direitos humanos são exclusivas dessas civilizações, seja no âmbito das ideias, seja no das práticas. As sociedades orientais e africanas, também sofreram impactos de guerras, locais ou internacionais, ocasionando o deslocamento involuntário de milhares, milhões de pessoas, mas, é nosso juízo, que, por força de sua importância nas relações internacionais, foram as sociedades ocidentais as propulsoras centrais na criação dos direitos dos refugiados.

Essa realidade, conforme procuramos demonstrar, foi fruto, entre tantas outras questões, de dois desenvolvimentos fundamentais das sociedades ocidentais, por um lado, o desenvolvimento teórico e prático dos direitos humanos, que têm, origens remotas, mas que procuramos localizar fundamentalmente como um fruto da modernidade, com – primeiro – a questão dos direitos individuais, por isso a menção à Revolução Gloriosa (1688) e a *Bill of Rights* (1689) – e na sequência dos direitos humanos, compreendidos como

naturais, iguais e universais, que foram sendo construídos, desde as revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), e progressivamente operacionalizados com as lutas civis, políticas e sociais dos séculos XIX e XX. Por outro lado, foi o horror da guerra, e especialmente das duas guerras totais do século XX, a Primeira e a Segunda guerras mundiais, que produziram a evidência incontestável e incontornável de que a questão dos refugiados, como outras de aspecto social, político e técnico, precisava ser enfrentada pela comunidade internacional.

Essas duas guerras, sempre importante enfatizar, se foram mundiais na sua denominação, tem seu centro de gravidade no Ocidente de modo geral e na Europa de modo específico. Por certo, Japão e China, entre outros, participaram e sofreram consequências das atividades bélicas da Primeira Guerra Mundial. É fato, também, que para australianos e neozelandeses é a batalha de Galípoli, ocorrida na Turquia asiática, no Oriente Médio, que marca a sua consciência nacional, mas parece incontestável que foi a Europa o epicentro da guerra e da destruição de 1914 a 1918. Assim também o foi na Segunda Guerra Mundial. Nunca poderemos esquecer as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, da ocupação japonesa da Manchúria e do Sudeste asiático, das batalhas do deserto no Norte da África ou do bombardeio da base naval americana de Pearl Harbor, bem como dos afundamentos de navios pelos oceanos de todo o mundo, mas, mais uma vez, foi da França à Rússia que a destruição se consumou de forma inigualável.

Não pode, pois, a sociedade ocidental esquecer o seu papel, seja por criação das perspectivas teóricas e conceituais para o estabelecimento dos direitos dos refugiados, seja pela necessidade fática de enfrentar o problema concreto dos milhões de refugiados dos pós-guerras totais para a criação dos instrumentos jurídico-institucionais para atacar de frente a questão.

No Brasil e no Espírito Santo, em que pese o aparato legal disponível, mesmo com as suas já destacadas incompletudes, ainda estamos distantes na construção de uma política pública que permita uma efetiva integração dos refugiados em nossa sociedade.

Quando enfrentamos crise de refugiados de milhões, mais uma vez em nossa história, e vemos países e instituições ocidentais oporem obstáculos ao encaminhamento de soluções efetivas para a questão, verificamos com e na história que temos as condições teóricas, jurídicas e institucionais para operacionalizar a solução dos problemas pungentes que temos nesse campo.

Como destaca Judt

como cidadãos de uma sociedade livre, temos o dever de analisar criticamente nosso mundo. Mas se acreditamos saber o que está errado, devemos agir a partir desse conhecimento. Os filósofos, como notoriamente já observado, até agora apenas interpretaram o mundo de várias maneiras; a questão é mudá-lo.¹¹²

Assim coloca-se, de frente, a necessidade de enfrentarmos as situações de vida desses seres humanos, portadores de direitos que são, e que se encontram na situação de refugiados. Transformando os diplomas legais internacionais em efetivas políticas públicas, a história mostra que em momentos de extrema dificuldade e complexidade fomos capazes de fazer isso. A nossa aposta é que também agora temos essas condições de formulação e ação para enfrentamento da questão.

Referências:

ACNUR. **Guerra, violência e perseguição elevam deslocamentos forçados a um nível sem precedentes**. 19 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/guerra-violencia-e-perseguiacao-elevam-deslocamentos-forcados-a-um-nivel-sem-precedentes/>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

ACNUR. **Refugiados**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>

ANDRADE, J. H. F. **Direito internacional dos refugiados**: evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

112 JUDT, Tony. **O mal ronda a terra**: um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 212.

ANDRADE, J. H. F. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. *In.*: ARAUJO, N.; ALMEIDA, G. A. (org.). **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 99-126.

ANNONI, Danielle; CARPIO, David Fernando Santiago Villena D. O patrocínio privado de refugiados e o Brasil: o papel da sociedade civil. *In.*: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016, p. 165-186.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BENHABIB, Seyla. **The right of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARTAGENA + 30. Declaração e Plano de Ação do Brasil. *In.*: Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de debate**, Brasília, v. 10, n. 10, p. 91-123, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVARZERE, T. T. A Circulação dos Refugiados. *In.*: CAVARZERE, T. T. **Direito Internacional da Pessoa Humana: a circulação internacional de pessoas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995, p. 89-121.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: EdUNB, 2001.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FERGUSON, Niall. **O horror da guerra**: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Planeta, 2014.

FERGUSON, Niall. **A guerra do mundo**: a era do ódio na história. São Paulo: Planeta, 2015.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; MILESI, Rosita. O fluxo de imigração recente para o Brasil e a política governamental: os sinais de ambiguidade. Notas preliminares. *In.*: Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de debate**, Brasília, v. 9, n. 9, p. 93-102, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUBILUT, Liliana Lyra. A acolhida da população refugiada em São Paulo: a sociedade civil e a proteção aos refugiados. *In.*: SILVA, César Augusto S. da; RODRIGUES, Viviane Mozine. **Refugiados**. Vila Velha: Centro Universitário Espírito Santo, 2005.

JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUDT, Tony. **O mal ronda a terra**: um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LACERDA, Moara Ferreira. **Governança e refúgio no Brasil**: um processo democrático em construção. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2015.

LE NAOUR, Jean-Yves. A Primeira Guerra Mundial: o batismo do século (1914 – 1918). *In.*: HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre. **O século de sangue**: 1914 – 2014 – as vinte guerras que mudaram o mundo. São Paulo: Contexto, 2015, p. 7-22.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: EdUNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. *In.*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 115-133.

MOREIRA, Júlia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. *In.*: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, 2014.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Primeira Grande Guerra. *In.*: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O século XX: o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 231-251.

PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco. **O capital social dos refugiados: bagagem cultural e políticas públicas**. Maceió: EdUFAL, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PITA, Agni Castro. Direitos humanos e direitos internacional dos refugiados. *In.*: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016, p. 5-16.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815 -1914**. 9 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

SHEPHARD, Ben. **A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

STEVENSON, David. **1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial**. Barueri: Novo Século Editora, 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. 2 ed. Brasília: Edições Humanidades, 2000.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2016.** Disponível em: <http://www.unhcr.org/5943e8a34#ga=2.189006703.55459992.1497987851-1397569280.1472391495>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

WALDELY, Aryadne Bittencourt [*et. al.*]. Cartagena + 30: pelo fortalecimento do direito de refúgio. *In.:* Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de debate**, Brasília, v. 9, n. 9, p. 93-102, 2014.

Conexão África-Brasil. Reflexões exploratórias a partir de duas trajetórias de imigração africana no Estado do Espírito Santo

Manuela Vieira Blanc¹

Bárbara Vitor de Aquino e Souza²

Introdução

A formação do Estado do Espírito Santo é marcada por fluxos migratórios de grupos provenientes de diferentes origens e ocorridos em diferentes momentos históricos, que incidiram diretamente sobre a construção da identidade regional, ou as representações vigentes sobre esse *ser capixaba* e refletem processos transcorridos a nível nacional, por mais que apresentem efeitos locais particulares. Mais recentemente, a presença de estudantes imigrantes nas universidades capixabas têm se destacado sensivelmente, sobretudo entre jovens de origem africana, mais uma vez em consonância com movimentos migratórios observados em outras áreas do Brasil.

Fonseca avaliou os efeitos do convênio assinado, no ano de 2004, entre a Unesp (Vunesp) e a Fundação Eduardo dos Santos (Fesa), primeira e, até então, única experiência de um processo seletivo vinculado a uma universidade brasileira, porém realizado em outro país, a fim de captar estudantes estrangeiros. Deste modo, o autor analisou as trajetórias de estudantes migrantes provenientes da Angola e instalados na cidade de São Paulo, seus percursos acadêmicos, seus imaginários e os conflitos vivenciados.³ Subuhana acompanhou em sua tese de doutorado os percursos de 30 estudantes moçambicanos na época instalados na cidade do Rio de Janeiro, imigrantes temporários

1 Doutora em Sociologia Política (UENF), com estágio sanduíche na Université de Paris X – Nanterre La Defense. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha UVV-ES (manu_uenf@yahoo.com.br).

2 Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Vila Velha.

3 Cf. FONSECA, D. J. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. **Pró-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, 2009.

cujos estudos eram financiados por seus próprios pais e parentes, por organizações não governamentais (ONGs), pelo Governo de Moçambique (via ministérios) ou pelo Governo Brasileiro (CAPES/MEC, CNPQ e Itamaraty).⁴

Este artigo objetiva articular algumas das questões levantadas por esses autores com as trajetórias dos interlocutores de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida entre imigrantes africanos lusófonos instalados no Estado do Espírito Santo. A princípio, a pesquisa objetivava apreender os processos de chegada e adaptação, mapear as redes às quais se conectam, anteriormente ou posteriormente ao processo migratório, seus modos de vida e circulação no novo contexto de habitação, bem como os recursos de permanência no ES ou expectativas de retorno que apresentam quanto ao seu país de origem.

Objetivávamos inicialmente acessar esses grupos de imigrantes, previamente selecionados, porque elucidativos para a compreensão das diversas experiências urbanas vivenciadas entre moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), não apenas no que se refere ao caráter com que se inserem no novo contexto como estrangeiros, e os processos de ajustamento vivenciados durante esse processo, como também quanto às suas percepções quanto ao novo espaço de moradia. Destacamos assim que o que eles dizem sobre a cidade para a qual se direcionam confere sentido a aspectos desses contextos que são naturalizados aos seus moradores nativos, ou sequer problematizados por esses, contribuindo para uma apreensão “de fora” da vida “de dentro”, foco analítico ao projeto de pesquisa ao qual este trabalho integra.

O percurso de pesquisa nos levou a nos concentrarmos em dois interlocutores, privilegiados dado o tempo de permanência em seu novo espaço de moradia e sua ampla circulação entre grupos de imigrantes e nativos instalados nas cidades de Vila Velha e Vitória. Eles têm como elemento comum trajetórias atravessadas pela experiência de migração e de inserção no ensino superior. Se, em um dos casos,

4 Cf. SUBUHANA, C. Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: Sociabilidade e redes sociais. *Imaginário*, São Paulo, v. 13, n. 14, 2007.

a vinda para o Brasil fora motivada, ou mesmo possibilitada, pelo projeto de inserção no ensino superior, no outro, a experiência migratória se apresentou como uma ampliação das oportunidades de acesso à universidade. Neste artigo, pretendemos apresentar algumas reflexões iniciais sobre os dados obtidos, refletir sobre a relação entre a experiência migratória e a experiência estudantil dos nossos interlocutores e como estas se conjugam na construção das condições de adaptação e acesso ao novo espaço, a grande Vitória, no Estado do Espírito Santo, bem como nos ajudam a pensar neste perfil específico de imigrantes de origem africana em direção às cidades capixabas compreendidas na RMGV, em sentido exploratório.

Os dados aqui analisados foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com dois imigrantes atualmente residentes na Grande Vitória. Ambos os entrevistados são de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), sendo um de Guiné Bissau e o outro da Angola. Atualmente, moram em uma mesma região na cidade de Vila Velha. O contato inicial estabelecido com os mesmos aconteceu dentro da instituição de ensino onde estudam – a Universidade Vila Velha, um instituição de Ensino Superior privada, na qual cada um deles cursava, então, a graduação. A estrutura da entrevista permaneceu a mesma com as duas pessoas, porém os assuntos tratados favoreceram o desenvolvimento de narrativas diferenciadas, decorrência do instrumento de coleta de dados utilizado, caracterizado por favorecer o desenvolvimento de respostas espontâneas dos entrevistados, garantindo-lhes uma maior liberdade para tratar de questões não previstas pelo entrevistador e que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.⁵

A entrevista teve três momentos: iniciamos com questões que nos permitiram traçar suas trajetórias de vida em seu país de origem, remontando as trajetórias individuais e familiares, bem como as conjunturas sociais e políticas em que viviam; remontamos ao processo de imigração, desde a motivação, a escolha do país de destino,

5 Cf. BONI V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Santa Catarina, v. 2, n. 1, 2005.

até as expectativas quanto a esse novo contexto, em comparação com o contexto de origem; e solicitamos que nos narrassem a sua chegada ao Brasil, envolvendo possíveis trânsitos entre destinos iniciais e atuais, a inserção na universidade (experiência comum, porém vivenciada de modos diferentes entre os entrevistados), conferindo destaque ao restabelecimento de suas redes de relações (entre imigrantes e/ou com os nativos), às suas condições materiais de sobrevivência no novo contexto e as suas práticas de sociabilidade no local de destino. Estes interlocutores apresentam especificidades em suas trajetórias quanto a motivação inicial da vinda, ao apoio financeiro com o qual puderam contar nesse processo e quanto aos seus projetos futuros, mas se aproximam quanto aos aspectos relacionados à experiência de migração, de inserção no ensino superior e de adaptação ao novo contexto de moradia.

Reconstituindo um velho destino

De acordo com o Gov. do Espírito Santo a história do processo de imigração no estado se passa num contexto onde se faziam necessários braços para movimentar as riquezas brasileiras, uma vez que a produção escravista começava a cair, e que a iminente escassez de mão de obra poderia prejudicar a economia Nacional.⁶ Enquanto isso, na Europa a população em excesso se transforma em problema para diversos países, representando a dificuldade na procura de espaço para trabalhar e manter a vida. Neste período, o governo capixaba, através de contratos, lançou medidas de incentivo à migração, envolvendo a promessa de contrapartidas aos interessados, como transporte, hospedagem provisória, o incentivo ao lote de terras, cessão de instrumentos de trabalho, entre outros, a fim de atrair esses estrangeiros.

Formado por portugueses, africanos, principalmente de Açores, alemães, suíços, luxemburgueses, tirolese, austríacos, belgas,

⁶ Cf. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Colonização. **Governo ES**. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/historia/colonizacao>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

italianos, holandeses, gregos, espanhóis, sírios e libaneses⁷, esse fluxo populacional tivera significativas consequências para a ocupação do solo espírito santense. Junto com os índios aqui residentes, tais imigrantes deram os traços principais da cultura capixaba. Igrejas, casarios e calçamentos guardam ainda marcas das influências destes povos.⁸

Dadalto pontua três fases imigratórias em direção ao Espírito Santo. Entre os anos de 1847 a 1881, chegaram ao estado 13.828 imigrantes, que foram localizados na colônia de Santa Isabel e receberam do Governo Imperial um lote de pouco mais de 50 hectares, sustento por seis meses, medicamento, gado e instrumento para a lavoura. A segunda fase da imigração europeia em direção ao Espírito Santo, que se concentra entre os anos de 1882 a 1887, é marcada pela reduzida quantidade de imigrantes – um total de 1.375; Já entre os anos de 1888 a 1896, a imigração ganha nova expressão. Agora também com um novo caráter, uma vez que a proposta era fornecer mão-de-obra para as lavouras. Período de crescimento da receita econômica do Espírito Santo que possibilitou a criação de um serviço de imigração no Estado. Assim, em quatro anos (1892/1896) 10.566 imigrantes italianos vieram para o estado.⁹

Embora a identidade capixaba seja caracterizada, segundo Dadalto, pelo processo de formação e colonização sociocultural tardia do estado, constituída por representantes de etnias diversas e até mesmo brasileiros de outros estados, o número de estudos sobre tal fenômeno ainda é baixo.¹⁰ Os poucos trabalhos produzidos sobre o tema em sua maioria referem-se ou mantem o foco sobre os imigrantes europeus. As informações disponibilizadas sobre a imigração africana é praticamente limitada à colonização do estado e a períodos escravocratas.

7 Destaca-se que estes esses dois últimos não foram para a lavoura, fixaram-se nas cidades, principalmente no litoral, e dedicaram-se ao comércio.

8 Cf. SCHAYDER, José P. **História do Espírito Santo**: uma abordagem didática e atualizada: 1535-2002. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

9 Cf. DADALTO, M. C. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação ‘nós’ e os ‘outros’. **Dimensões**, Vitória, v. 26, 2011.

10 *Ibidem*.

Além de mapear, mesmo que em nível ainda exploratório, esses fluxos de imigração mais recentemente direcionados ao Estado, este trabalho objetiva dar destaque a este perfil particular de migrante estrangeiro, negligenciado nos trabalhos acadêmicos até então desenvolvidos e que igualmente remete a processos mais amplos, que vem afetando todo o Brasil. Apesar da comunidade de imigrantes africanos instalados nas cidades de Vila Velha e Vitória ser internamente diversificada, e dos nossos objetivos iniciais não preverem a seleção de interlocutores entre universitários, nos deparamos com dois casos que se aproximam, nesse sentido. Se em um desses casos a vinda para o Brasil fora motivada pelo acesso ao ensino superior, no outro, a entrada na universidade fora possibilitada pela experiência de migração. Assim nos deparamos com um fenômeno que vem recebendo destaque entre estudos sobre migração africana em direção ao Brasil nos últimos anos: a migração estudantil.

O processo de imigração e sua relação com o Ensino Superior

Fonseca em seu estudo sobre a vinda, permanência e retorno de estudantes angolanos no Brasil identifica que, ao longo dos primeiros anos do século XXI, os países africanos com maior número absoluto de estudantes universitários matriculados em IESs no Brasil são as nações integrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tendência que responde às expectativas quanto às facilidades de adaptação dadas pelo compartilhar do idioma, de laços culturais étnico-raciais, bem como pelas trajetórias próximas, em termos do processo de conquista colonial lusitano.¹¹ Outro fator relevante que faz que as nações PALOP enviem seus alunos para o Brasil se vincula ao papel político desempenhado pelo país durante o reconhecimento da independência da Angola, em 1975. Subuhana soma a esses fatores de atração o baixo custo de vida no Brasil se comparado às outras opções, como Estados Unidos, Inglaterra e Portugal.¹² Através do apoio do governo federal,

11 Cf. FONSECA, D. J. A tripla perspectiva... *Op. cit.*

12 Cf. SUBUHANA, C. Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil... *Op. cit.*; *Idem.* A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 103-126, 2009.

as universidades brasileiras iniciaram ainda, nas últimas décadas, uma ação concorrencial com as tradicionais instituições de Ensino Superior de Portugal, buscando atrair esses estudantes.¹³

Gusmão explica que, se as migrações especiais com finalidade de estudo visam formar situações onde os sujeitos retornem aos países de origem, não podem ser pensadas nos moldes das teorias tradicionais dos estudos dos fenômenos migratórios, posto que, por sua natureza e objetivo, devem ser temporárias.¹⁴ A autora encontra nos trabalhos de Silva uma afirmação de José de Souza Martins, que, ao pensar as migrações internas de trabalhadores brasileiros, aponta que

é temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”; “fora de lugar”, ausente, mesmo quando em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. [...] Se a *ausência* é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: a *dessocialização* nas relações sociais de origem e a *ressocialização* nas relações sociais de “adoção”. Ele se mantém, pois, na duplicidade de suas socializações [...]. É sempre outro, o objeto e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. A demora desse reencontro define o migrante temporário.¹⁵

Por tal, a migração internacional de estudantes africanos dos Palop que buscam ou encontram oportunidades para sua formação no Brasil é a princípio passível de ser classificada como “migração temporária”. Entende-se que, nestes casos, o sujeito que migra não é movido apenas por questões econômicas, típicas da migração tradicional, mas, também, por fatores objetivos e subjetivos relacionados com a experiência migratória e com a realidade com que se deparam nos países de acolhimento. Tal fato envolve um estar aqui, no Brasil e, um ser de lá, África. Envolve ser africano, estrangeiro e negro “fora de

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000100007>>.

13 Cf. FONSECA, D. J. A tripla perspectiva... *Op. cit.*

14 Cf. GUSMÃO, N. M. M. Africanos no Brasil, hoje: Imigrantes, refugiados e estudantes. **Tomo**, Sergipe, n. 21, p. 13-36, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21669/tomo.v0i21.895>>.

15 SILVA, Maria A. de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. *In.*: DEMARTINI, Zeila de B. F.; TRUZZI, Oswaldo (org.). **Estudos migratórios, perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005, p. 61.

lugar” – reflexos das relações em processo, estabelecidas no contexto social de acolhida e que possui uma dimensão contraditória e conflitiva que, como aponta Silva, exige ser compreendida, posto que se associa a perdas e separações, mas também, a reencontros, voltas, reconstruções culturais, etc.¹⁶

Mas também é válido pontuar que a experiência migratória temporária também pode estar vinculada a um processo de migração econômica, desde que percebido pelo migrante como uma experiência temporalmente demarcada, que envolve a realização de objetivos ou metas que possibilitem um retorno em melhores condições. Assim como as categorias de migração temporária, estudantil ou econômica estão mais para tipos-ideais, no sentido weberiano do termo, não se tratando de experiências mutuamente excludentes, necessariamente, é necessário mapear os demais caminhos que favorecem uma ampliação do horizonte de oportunidades daqueles que imigram.

Fonseca destaca como a atração de imigrantes temporários para ocupar vagas em universidades no Brasil fora ampliada através do Programa de Convênio de Graduação (PEC-G), bem como por convênios entre a Fundação Eduardo dos Santos (Fesa) e as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Esses estudantes estão centrados em diversos cursos, em sua maior parte, em faculdades privadas e públicas fluminenses, paulistas e paranaenses. Em 2005, foi realizado um convênio entre UNESP e a fundação para o Vestibular da Unesp, com intuito de realizar o primeiro vestibular de universidades brasileiras fora do país. Ainda segundo o autor, o presidente da Fesa – organização não governamental de explícito apoio logístico e técnico ao povo angolano – se pronunciou quanto à iniciativa, no sentido de possibilitar que mais jovens angolanos pudessem se preparar no Brasil e, com seu retorno, ajudar os seus países de origem.¹⁷

Esse compromisso do retorno é estabelecido claramente em algumas bolsas de intercâmbio, como o projeto da Sonangol, uma empresa de ramo petrolífero da Angola que através de um processo

16 SILVA, Maria A. de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações... *Op. cit.*, p. 61.

17 Cf. FONSECA, D. J. A tripla perspectiva... *Op. cit.*

de seleção, contempla estudantes angolanos com bolsas externas. Os objetivos gerais, segundo a empresa, são a atração e retenção dos melhores estudantes para a aquisição de conhecimentos e tecnologias no mercado e instituições externas, para apoiar no ajustamento gradual da dinâmica da mobilidade dos recursos humanos da Sonangol.¹⁸ Porém, uma vez que os alunos são contemplados com a bolsa, é necessário que eles retornem ao seu país de origem após a graduação.

Uma vez no Brasil, é necessário discutir sobre o processo de adaptação desses imigrantes. Atualmente, encontra-se um número maior de estudos que avaliam o impacto da vivência universitária entre jovens brasileiros, porém, quanto aos estudantes estrangeiros, são poucos os estudos já realizados. É certo que tanto os alunos brasileiros quanto os estrangeiros compartilham de dificuldades, porém o processo para os alunos estrangeiros, é cheio de peculiaridades, que vão para além das dificuldades e estresses considerados normais para a situação. Os autores destacam que esse estudante precisa aprender uma grande variedade de papéis culturalmente definidos, valores sociais, bem como adaptar-se ao modelo educacional brasileiro, lidar com possíveis formas de discriminação, a saudade de casa, entre outros fatores.

Andrade e Teixeira discorrem sobre uma série de fatores que estão relacionados ao processo de adaptação e aos resultados obtidos pelos indivíduos nessa transição. Entre esses fatores, destacam-se os aspectos relacionados às características da transição, como o suporte recebido anterior e posteriormente à transição e o tempo de inserção na nova cultura, às características do novo ambiente (envolvendo a percepção de aceitação na nova cultura, o grau de diferença entre a cultura de origem do estudante e a cultura em que ele está inserido, o suporte social disponível e a influência dos pares; aos aspectos demográficos e sociais - como idade, gênero, recursos financeiros, escolaridade e vivências interculturais anteriores). Os autores mapeiam ainda os fatores de personalidade e comportamentos pessoais, como estratégias de enfrentamento, disposição a enfrentar riscos, abertura à exploração e à busca de rede de apoio, expectativas do aluno,

18 Cf. SONANGOL. Disponível em: <http://academia.sonangol.co.ao/pt/bolsas-externas_63/>. Acesso em: 10 de outubro 2016.

envolvimento acadêmico, habilidade com o idioma, aquisição de comportamentos sociais e senso de identidade étnica.¹⁹

Sarriera e cols. buscaram identificar alguns aspectos da experiência aculturativa de estudantes oriundos de países africanos de língua portuguesa. Foram selecionadas 12 variáveis (idioma, moradia/habitação, alimentação, família, amizades, vida acadêmica, atividades produtivas, lazer, religião, tradição/costumes, saúde/assistência e cidadania) para avaliação e, a partir dos resultados, foram identificados nas questões de moradia/habitação e família/cidadania os maiores níveis de dificuldade enfrentados por estes. Quanto aos menores níveis de dificuldade identificados, estão os pontos referentes ao idioma, alimentação, religião e saúde/assistência. Ainda referente ao estudo, foram identificados como principais fatores de risco no grupo de estudantes o distanciamento da família de origem, a constituição de uma rede de relações sociais precária e a discriminação sofrida pelos estudantes pela dupla condição de estrangeiros e africanos.²⁰ Já os resultados de Subuhana com alunos de Moçambique, no programa PEC-G no Rio de Janeiro, indicam que a língua portuguesa é um dos atrativos para esses estudantes.²¹

Entre os nossos interlocutores de pesquisa, a experiência imigratória se apresentou como uma ampliação das oportunidades de acesso à universidade, o idioma foi um dos fatores atrativos principais na escolha pelo Brasil e o processo de adaptação envolveu a formação de uma rede de apoio entre conterrâneos, mas também o estabelecimento novas relações, entre brasileiros. Neste artigo pretendemos apresentar as reflexões iniciais sobre os dados obtidos, refletir sobre a relação entre a experiência migratória e a experiência estudantil dos nossos interlocutores, e como estas se conjugam na construção das condições de adaptação, criação de novas redes e acesso ao novo espaço, a Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo.

19 Cf. ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convênio. **Revista brasileira de orientação profissional**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2009.

20 Cf. SARRIERA, J. C. [et. al.] Experiência multicultural em um grupo de conveniados africanos do programa PEC-G. **Psico**, n. 33, 2002.

21 Cf. SUBUHANA, C. Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil... *Op. cit.*

Uma primeira trajetória: a migração como via de inserção universitária

Vagner possui 29 anos, é proveniente da cidade de Bolama, em Guiné Bissau. O primeiro contato estabelecido com o jovem ocorreu através de uma das autoras deste artigo quando o mesmo cursava o último período do curso de Graduação em Relações Internacionais, pela Universidade Vila Velha (Vila Velha – ES). Até a conclusão desta pesquisa, Vagner, já formado, trabalhava como auxiliar de inspeção em um supermercado local. Trabalhava em seu país de origem com transporte urbano. Segundo seus relatos, seus irmãos, que moram na Espanha, compravam e mandavam carros/vans/caminhões para a sua cidade de origem e ele os utilizava para transporte, sobretudo de pessoas, entre a cidade e o campo: “lá eu trabalhava mais com transporte urbano, meus irmãos mandavam carro pra lá e eu fazia transporte urbano”.

Em se tratando Guiné-Bissau de um país em constante instabilidade política, palco de guerras civis e golpes militares, a cidade de origem de Vagner é retratada por um jornal local que confere destaque à precariedade do sistema de transporte local:

para lá chegar é preciso paciência, destreza de espírito e não ter compromissos agendados. Quando é dia de barco pode não haver, hora anunciada é geralmente atrasada. Ou adiantada. Tudo depende das marés, das greves de trabalhadores, da disponibilidade de o barco ser destinado à travessia Bissau-Bolama, que não gera afluência turística nem prioridade política.²²

Desde a sua chegada ao Brasil, Vagner trabalhou na construção civil, em restaurantes e em uma loja de entrega de água mineral e gás. As atividades laborais realizadas em seu país de origem e no Brasil não mostram continuidade direta, mas seguem uma regularidade dada por postos que exigem baixa qualificação, mesmo após a conclusão do ensino superior.

22 Cf. MONTENEGRO, Carlota. Bolama: um museu ao vivo. **Jornal Público**, 2013. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2013/12/23/p3/cronica/bolama-um-museu-ao-vivo-1818822>>.

Vagner remonta uma trajetória familiar conturbada, que reflete a instabilidade política e econômica de seu país de origem. O primeiro marido de sua mãe havia sido preso e posteriormente executado pelo regime militar, obrigando-a a criar sozinha seis filhos. Os seus irmãos saíram de casa antes dele, todos em função da continuidade dos estudos e contando com bolsas de estudo ou algum suporte. O mais velho conseguiu apoio religioso, entre para um seminário, a convite de um padre e, através desse contato conseguiu uma bolsa de estudos em Portugal. Outros dois dos seus teriam sido beneficiados por uma política pública de atendimento aos filhos de vítimas de presos políticos e puderam cursar economia em Cuba.²³

O acesso a educação é um problema crítico no país, reflexo da política colonial portuguesa, que investira pouco na Guiné-Bissau, desde o ensino fundamental. Os esforços para a implantação de uma instituição de ensino superior em Guiné-Bissau remontam à década de 80, mas o projeto só foi concretizado em 1999, com a criação da primeira universidade guineense, em parceria com a Universidade Lusófona, instituição privada com a sede em Lisboa. Apesar desta primeira experiência de implantação de uma IES pública no país ter incitado o surgimento de uma profusão de outras instituições de ensino superior em Guiné, voltadas não apenas ao público local, mas a interessados provenientes de demais países de língua portuguesa, até o início da última década o acesso ao ensino superior ainda era consideravelmente limitado no país. Segundo Ministério da Educação, em recenseamento realizado entre os anos de 2007 e 2008, as instituições do ensino superior locais compreendiam 11 estabelecimentos, dos quais 05 Universidades, permitindo uma taxa de acesso ao ensino superior de apenas 4,8%, 351 estudantes para cada 100.000 habitantes.²⁴

Ao terminar o ensino médio, Vagner decidiu imigrar para o Brasil. O prolongamento dos estudos é relatado como um dos seus

23 Não conseguimos identificar maiores informações sobre essa política pública com base nos dados fornecidos por Vagner.

24 Cf. SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

objetivos, mas o rapaz aqui chegou por sua conta e risco, em busca de emprego e moradia. Chegou sozinho, em 2008, e aportou na cidade de São Paulo com um visto de turista. Permaneceu aqui de forma ilegal até que, em meados de 2009, o Governo Lula concedeu anistia a imigrantes ilegais residentes no país.²⁵ Gusmão aponta que este governo se destacou especialmente nos esforços pela regularização da situação dos imigrantes africanos em condição irregular no Brasil.²⁶

O Brasil demonstrou seus atrativos, em primeiro lugar, dado o idioma, em segundo, devido às redes de relações que estabelecera com migrantes vindos para cá. Assim chegara a São Paulo. Na capital paulista, cursou até o quarto período de Administração, com suporte financeiro dos irmãos, até que eles foram impactados pela crise financeira que atingiu Portugal e Espanha. Assim como a vinda para o Brasil e a escolha de seu destino inicial foi influenciada por conhecidos já instalados no país, Vagner conheceu Vila Velha em um passeio com colegas que o apresentaram a um grupo de guineenses e angolanos residentes na cidade. No Espírito Santo encontrou condições para retomar a faculdade, agora em outro curso, e conciliar os estudos com o trabalho. Fixou residência, tornou-se integrante ativo da comunidade de imigrantes instalada na cidade, conheceu uma brasileira e teve uma filha. Já formado e, mesmo ainda precariamente inserido no mercado de trabalho, Vagner não demonstra querer voltar.

Se sua condição no Brasil era a princípio temporária, subordinada ao desejo de ingresso no ensino superior e às facilidades em termos de idioma e custos, seu desejo nunca foi retornar à Guiné após os estudos. Agora formado, casado com uma brasileira e pai de uma garotinha nascida aqui, os planos de rumar em direção a Portugal estão suspensos por tempo indeterminado.

25 Cf. BRASIL. **Lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009.** Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. Brasília: Poder Legislativo, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm>. Acesso em: maio de 2017.

26 Cf. GUSMÃO, N. M. M. **África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados.** Campinas: UNICAMP, 2008.

Um caso clássico de migração estudantil. Seria, ainda assim, uma condição temporária?

Marcus, de 21 anos, é proveniente da cidade de Luanda, na Angola e era estudante de Engenharia de Petróleo, na Universidade Vila Velha, quando foi entrevistado. Primogênito, morava com sua mãe, avó e três irmãos maternos antes de vir para o Brasil. Ambas, mãe e avó, trabalham com vendas: a primeira faz viagens interestaduais para fazer compras e vender na capital, a segunda limpava e intermediava peixes para serem vendidos para supermercados. Sua fala revela o desejo de se graduar fora da Angola:

eu não sei por que, não me pergunta por que também eu não sei. (Riso) Talvez era isso mesmo, tipo que eu tinha que ta pra pensar pra poder tar estudando aqui fora, em um outro país, não sei. Mas assim, eu nunca me vi estudando lá.²⁷

Faria, em sua pesquisa entre estudantes angolanos em IESs portuguesas, destaca os sentidos atribuídos a esta experiência, destacando aspectos simbólicos, afetivos, culturais e econômicos que envolvem a decisão de estudar fora do país, bem como a escolha de Portugal como destino. A autora demonstra ainda como, desde a década de 70, esses fluxos migratórios vêm contando com acordos de cooperação realizados entre a Angola e diferentes países.²⁸

Quanto ao Brasil, Gusmão destaca que inúmeros acordos foram implementados pelo Brasil com a África, como o PEC-G e o PEC-PG, ainda no governo Lula, o último com dotação total de bolsas do CNPq e CAPES em seleções feitas nos anos de 2006 e 2007. Esta política teria levado em consideração a proximidade social, política, econômica e também simbólica com a África, fomentando a vinda de um grande fluxo de estudantes.²⁹

Marcus, especificamente, durante seu último ano escolar, deparou-se com um programa de bolsas de uma empresa de ramo

27 Entrevistado Marcos, 21 anos.

28 Cf. FÁRIA, Margarida Lima de. *Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, 2009.

29 Cf. GUSMÃO, N. M. M. *África e Brasil no mundo acadêmico... Op. cit.*

petrolífero, a Sonangol. Além de uma bateria de testes e entrevistas, os candidatos ainda foram submetidos a uma prova e então selecionados para uma das IES conveniadas.

O rapaz veio para o Brasil em 2013, junto com outros 23 estudantes e sem jamais ter saído do seu Estado natal. A escolha do país, estado ou IES de destino não foi dos alunos, e sim da empresa petrolífera. Quando questionado sobre sua reação ao descobrir que viria para o Brasil (dentre tantas possibilidades), ele respondeu:

bom, eu não tava muito preocupado com o lugar que eu ia ir. Porque eu já sabia inglês, se eu fosse pra um estado que falasse inglês eu tava bem, e com o português eu tava bem também, então eu, exclusivamente, não tava muito preocupado com o lugar, mas o fato também em ter vindo aqui pro brasil me deu assim, não um descontentamento, mas assim eu fiquei um pouco feliz de falar português, então ai já é meio caminho andado, se fosse num país que falasse inglês ainda teria um cursinho, acho que é 11 meses se não me engano, e depois é que entrava.

Sua jornada para o Brasil se deu “de uma hora para a outra”, segundo seus termos. Foi avisado no dia anterior à partida que os vistos haviam saído e que eles embarcariam. Marcus fala que não conhecia previamente nenhum dos outros alunos que foram selecionados para a mesma IES que ele. No dia 22 de agosto de 2013, eles chegaram na Grande Vitória. Quase um mês após o início das aulas, atrasados pela morosidade da burocracia, que afetou ainda o seu ritmo de aulas.

Diante de todas as idas e vindas experimentadas por Vagner, entre duas cidades, duas instituições de ensino superior e dois cursos, mais a entrada no mercado de trabalho para custear a sua permanência no Brasil, a trajetória de Marcus é consideravelmente mais suave, vantagem de um processo migratório mediado por um convênio estudantil e que prevê ainda um emprego futuro, no país de origem. As nada sutis diferenças entre um processo migratório mediado por um convênio e apoiado por uma bolsa estudantil e o outro, pautado na iniciativa individual e que contou com um suporte familiar instável, refletem diretamente sobre as percepções dos rapazes quanto ao novo local de moradia, suas expectativas e processo de adaptação.

Marcus reside sozinho no bairro de Itapõa, em Vila Velha. A maioria dos bolsistas pela Sonangol moravam sozinhos ou em grupos em apartamentos alugados e mantidos pela empresa. Vagner se estabeleceu no bairro de Cocal, em Vila Velha, junto de outras 25 pessoas, homens e mulheres, todos guineenses, e lá viveu até que se casou.

Quando questionado sobre alguma possível surpresa que a Grande Vitória o causou, Marcus relatou que, em termos de infraestrutura, aqui perderia para a capital de seu país. Segundo ele, isso acontece porque aqui tem muitos prédios, “uma selva de prédios” como o próprio diz; e que lá existe uma mistura maior, entre prédios e casas. Ele destaca que algumas casas lá tem *formato de palácio*, diz, destacando a simplicidade das moradias da capital do Estado do Espírito Santo.

Bastante crítico com relação ao novo espaço de moradia, Marcus destaca como uma diferença relevante entre Luanda e Vitória o clima: “Clima. Esse clima (*nublado*) não é de costume no meu país. Não é de costume ficar uma semana assim cinza. Quando eu cheguei tinha muita chuva, ai eu pensei que era só chuva. E eu não entendi esse clima, ora era sol, ora era chuva. Não é comum, foi o que mais me tocou”.

Muito pouco impressionado com a cidade brasileira, o rapaz critica a falta de opções de lazer e a dificuldade de achar nas lojas dos shoppings capixabas roupas do estilo comum deles como elementos que dificultaram a sua adaptação na cidade: “Porque temos um estilo, uma forma como a gente se veste, meio americano, europeu, é o que a gente usa mais em angola, mistura mesmo com algumas roupas nossas mesmo. E aqui... aqui sinceramente foi muito triste.”

Vagner, contrariamente e de forma bem humorada, relata que não teve dificuldades de adaptação à “Não, não foi complicado. A única coisa que eu fiquei cansado foram as 15 horas de ônibus [entre São Paulo e Vila Velha], de resto, não foi nada complicado para mim”. Se para Marcus os capixabas são muito fechados, Marcus se casou com uma delas.

A expectativa do guineense era ir para São Paulo, se formar e depois voltar. Mas não para a Guiné, e sim para outra “parte”, imigrar de forma definitiva: “Não dava para pensar em voltar.” [...] “Sempre tem aqueles rastros, aquele ódio e vingança [em referência a Guerra Civil de Guiné Bissau 1998] até hoje, e que também teve uma guerra de onze meses, então qualquer hora podia estourar alguma coisa”. Segundo ele, 80% a 90% das pessoas com vínculo empregatício em seu país são funcionários públicos, mas que este vínculo não representa estabilidade profissional e qualidade de vida, dado que é comum que o Estado atrase ou não pague os salários.

Fonseca destaca, em seus estudos com imigrantes angolanos, como alguns de seus interlocutores acabam por hesitar em retornar ao país de origem e buscam instalar-se definitivamente no Brasil ou ao menos adiar o retorno e ingressar em uma pós-graduação.³⁰ O mesmo fora observado por Blanc entre estudantes brasileiros que migram regionalmente para a realização da graduação.³¹ Mas os casos aqui analisados são muito peculiares, dada as condições de migração e as expectativas de ambos os rapazes. A bolsa recebida por Marcus prevê que, em contrapartida aos benefícios recebidos, ele retorne ao seu país de origem e trabalhe na empresa que custeia seus estudos. Ou que se disponha a atuar profissionalmente no local designado pela empresa, por tempo determinado. Já Vagner saiu de um país marcado pela instabilidade política e econômica e viu na imigração uma oportunidade não apenas para a inserção no ensino superior, como também para uma melhor qualidade de vida, envolvendo a mudança definitiva para outro país. Ele percebia a sua condição no Brasil como temporária, inicialmente, mas porque pretendia rumar para Portugal assim que concluísse seus estudos. Se crise econômica o fez adiar esses planos, o casamento o faz pensar em Vila Velha como seu destino final.

Como passou dois anos em São Paulo, foi inevitável perguntar qual lugar ele preferia, e sua resposta fora “aqui”: “Aqui eu tenho mais contato com as pessoas, aqui eu consigo tudo que eu quero

30 Cf. FONSECA, D. J. A tripla perspectiva... *Op. cit.*

31 Cf. BLANC, Manuela. Individualização Juvenil: um estudo em trajetória entre (ex) moradores de repúblicas estudantis. *Sinais*, Vitória, n. 18, 2015.

correndo atrás, aqui as pessoas param mais para dar atenção, o custo de vida aqui é melhor que lá”. Para justificar a sua escolha, o rapaz não se reporta aos shoppings ou ao clima, mas ao acolhimento: as amizades que estabeleceu, as oportunidades de emprego que lhe surgiram e a confiança que depositavam nele.

Marcus remonta à culinária, em geral parecida com a de Angola, em sua opinião, mas destaca o convívio com os nativos como um problema do *outro* e não um desafio a ser superado por ele mesmo:

a gente quando vem de fora, não sei os outros como é que pensa, mas eu penso assim: sei lá, sou estrangeiro e um monte de gente vai querer vir saber, querer fazer amizade, mas aqui não foi assim. É tipo, eu que tenho que ir atrás do pessoal, eu que tenho que ir fazer amizade. Não tem como, não conheço o pessoal, não sei como se comportam, sei lá, difícil.

Novos vínculos em um novo espaço

As redes de relações de Vagner, ainda em Guiné, se estendiam ao Brasil, mesmo antes de sua vinda. Ainda assim, as dimensões continentais do novo país de moradia o surpreenderam, pois, apesar de “próximos”, esses conhecidos estavam distantes demais para um convívio profícuo:

cheguei em São Paulo e não achei ninguém, só o cara que me recebeu. Eu ficava a semana toda sem ninguém, não sabia nada. Até que eu *comprava* a passagem para voltar, e falavam que eu ia me acostumar que isso ia passar, mas não foi fácil.³²

Ainda assim, fazer amizades não foi um problema: “Mas assim... quando chego, fico tímido, fico quieto. Mas, quando começo a fazer amizade, eu não paro.” Quando perguntamos quem são seus amigos aqui, ele lista nome e sobrenome das pessoas que segundo ele “começaram desde o início até a faculdade.” São seus colegas de graduação. Já quanto aos contatos extramuros, ele diz que são muitos: “É muita gente”.

32 Vagner, 29 anos.

Sua esposa também faz parte dessa rede formada no Brasil, é capixaba e se conheceram no trabalho:

eu tinha trabalho pra fazer, precisava mandar minha parte pras pessoas do grupo, ai eu não consegui, e peguei meu pen drive e pensei em pedir pra ela fazer para mim. Ai eu fui na secretaria, perguntando se ela podia mandar praquela e-mail, porém eu copieei o atalho, era minha maior dificuldade. Ela me falou isso, disse que não tinha como fazer nada. No horário de almoço eu fui pra casa, peguei o computador e ela fez pra mim. Isso foi primeira vez que falei com ela.³³

O trabalho e a igreja foram os espaços de encontro e aproximação com a futura esposa:

a gente começou a ficar, eu convidei ela pra vir p minha igreja. Mas na obra ninguém sabia que a gente tava ficando, e ela não queria q ninguém soubesse por que eu podia ser mandado embora. Mais fácil eu ser mandado embora que ela, então ela não aceitava ninguém saber por isso. E nisso tinha muita gente querendo ela, pessoal elogiava, já pensou isso?³⁴

O rapaz também mantém um vínculo estreito com a família em Guiné: “Gasto muito dinheiro falando lá. Somos muito apegados. Ligo pro meu pai, meus irmãos, minha filha. Mas colegas, só pelo facebook.” A qualidade da internet no seu país de origem seria outro limitador. Ao invés de querer ir embora, Vagner hoje anseia trazer sua filha mais velha.

Marcus não vivencia as mesmas dificuldades, mantém um grupo no whatsapp com a família e com colegas do ensino médio. Também me contou que, além do whatsapp, utiliza aplicativos como o viber (um mensageiro gratuito que mantém você conectado com qualquer pessoa no mundo através de sua conexão com a Internet) e um terceiro:

tem também um serviço que eu uso muito, não sei se você já ouviu, você paga uma certa quantidade, e você tem 80 minutos, mas você tem que ter wifi pra poder chamar. É tipo o viber mesmo, o viber também tem essa opção. De chamar assim, pra pessoas de fora.³⁵

33 Vagner, 29 anos.

34 *Ibidem*.

35 Marcus, 21 anos.

Os diferentes acessos a tecnologia experimentados por ambos os jovens, no Brasil, e, sobretudo, por suas famílias, em seus países de origem, afetam diretamente a qualidade do contato mantido entre eles. Mas a maior facilidade ou dificuldade não se traduziu nesses casos em diferenças significativas em termos de manutenção do contato. O que esses relatos sugerem é que, diante da qualidade de acesso à internet e à dispositivos de comunicação mais modernos, o contato com a família em Guiné-Bissau representa custos muitos mais altos para Vagner do que aqueles gastos por Marcus para se comunicar com os parentes e amigos na Angola. Essa diferença de custos se traduz em termos da frequência: enquanto, por whatsapp, Marcus se mantém em contato em tempo real, por telefone, Vagner faz contato semanalmente. Enquanto a internet permite uma comunicação gratuita entre o primeiro e a sua família, o telefone pesa no orçamento do segundo. De diferentes modos, as condições socioeconômicas de ambos, pensadas não em termos das suas rendas individuais, mas da condição de vida estabelecida no país de destino, bem como na condição das suas famílias em seu país de origem, e até a infraestrutura disponível em cada um desses lugares, impactam as suas experiências migratórias, sua relação com o novo espaço de moradia (temporária ou não) e suas perspectivas futuras.

Em Vila Velha, as atividades de lazer de Vagner se distribuem entre as atividades da igreja, o convívio com a nova família e as atividades coletivamente organizadas com um grupo de imigrantes africanos instalados na cidade e alguns brasileiros próximos: “Aqui a gente gosta de fazer churrasco toda semana e jogar bola: Nós, e as nossas meninas vão nos aplaudir.” Guiné, Cabo Verde, Angola e Brasil formam seus times, em sua maioria compostos por colegas do bairro e da faculdade: “Colaboramos no valor e compramos a taça”.

Marcus apresenta uma rede de relações mais limitada, quando comparado a de Vagner. Vindo para o Brasil como imigrante temporário, o rapaz carrega consigo esse sentimento de estrangeiro. Como o define Simmel, compartilha dessa sensação de fixação dada pela não fixação.³⁶ A condição de “temporário” é relevante na construção

36 Cf. SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

desta experiência, pois ressalta o pressuposto de que o sujeito retorne ao seu ponto de origem após a realização de ações determinadas, como o curso superior.³⁷ Desta forma, nota-se uma necessidade menor em criar vínculos, observável em comparativo entre nossos dois casos. Os processos distintos de migração implicam diretamente na forma com que esses interlocutores se inserem na sociedade local, bem como em suas expectativas de futuro.

No período em que a entrevista fora realizada, fazia um ano e alguns meses desde a chegada de Marcus na cidade. Seu grupo de amizade era quase todo composto pelos intercambistas que vieram com ele, embora ele mencione alguns amigos brasileiros, conhecidos na universidade.

O rapaz estabelecera contato também com outras pessoas de países Palop residentes no Espírito Santo. A maioria é cabo-verdiana, embora, segundo ele, tenha muito guineense também, além de uma pessoa de São Tomé. Ele brinca que a maioria “se passa por angolanos”, porque “os angolanos são os mais famosos aqui no Brasil, eu acho”... relata com ares de superioridade. A UFES é apontada por ele como um espaço de integração entre estudantes de origem africana:

geralmente a gente organiza [festas]. Por exemplo: agora vai ter a independência de angola, em novembro. Aniversários nacionais dos países, assim, da Guiné, de Cabo Verde, São Tomé... mas é mais da angola que dá mais gente. Eu acho que tem mais angolano aqui, não sei a quantidade. É, a gente organiza em dias assim, em aniversários nacionais, organizamos um torneio de futebol, depois uma confraternização... É bem legal. 11 vai ser independência da angola, gente organizou em vitória, mas agora a gente tá querendo trazer pra vila velha, até porque o pessoal daqui, os angolanos de vila velha são meio metidos, e eles não vão ou vão pouco. Ai eu quero dar essa proposta pra ver se eles agora vão, porque ai não vai ter desculpa. Torneio de futebol, confraternização e essas coisas ai.³⁸

37 Cf. ROCHA-TRINDADE, Maria B.; HORTA, Ana P. B.; RIBEIRO, José. *Sociologia das migrações: permanência e diversidade*. Realização de Carlos Alberto Augusto; Tecnóloga Ana Paula Antunes. Coordenação de Maria Beatriz Rocha-Trindade. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. 1 prog. vídeo (14 min., 37 seg.).

38 Marcus, 21 anos.

É interessante pontuar que o torneio de futebol por ele mencionado é o mesmo que aparece na fala de Vagner, que também se reporta, em sua entrevista, às festas comemorativas organizadas por sua rede nas datas cívicas de Guiné-Bissau, bem como as festividades da comunidade angolana das quais participa, mesmo que com menor frequência. Mas Vagner remarca a presença dos angolanos nos eventos que frequenta em Vila Velha, enquanto Marcus critica a baixa frequência dos seus conterrâneos nos eventos angolanos organizados em Vitória.

Vale avaliar como se compõem esses diferentes grupos e como se constroem suas trajetórias no novo espaço. Os dados obtidos sugerem que os grupos de pessoas mencionados são os mesmos, mas que este é um grupo heterogêneo e que há subgrupos internos cujos modos de inserção no novo espaço são diferenciados. A rede de Vagner é caracterizada em suas falas tendo como referência à atividade laboral. Não foi possível identificar quantas dessas pessoas estão inseridas no ensino superior, mas o grupo que menciona e que é o núcleo das suas atividades de lazer é composto por ex-colegas de moradia: outros trabalhadores com os quais coabitou ao chegar ao estado e as famílias que eventualmente compuseram. Diferentemente, Marcus se remete aos conterrâneos tendo sempre o vínculo estudantil como referência. Não parece restringir suas redes de relações a outros beneficiários da Sonangol ou aos demais imigrantes que estudam na UVV, mas, ao ampliar seu foco, menciona os colegas que estudam na UFES: a vivência universitária é um referencial forte pra ele ao caracterizar seu núcleo de sociabilidade. Sabemos que ambos jogam o mesmo campeonato de futebol e mencionam as mesmas festas patrióticas, mas é destacável como cada um caracteriza suas comunidades de imigrantes com perspectivas muito diferentes. Possivelmente por comporem esses subgrupos específicos dentro de uma mesma comunidade maior, ainda diferenciada por país de origem.

Considerações finais: alguns apontamentos e outros tantos novos problemas de pesquisa

Poucos são os trabalhos que refletem sobre a imigração luso-africana no estado do Espírito Santo, embora seja observável um número cada vez mais expressivo de imigrantes, sobretudo guineenses, angolanos e cabo-verdianos na Grande Vitória. Este artigo objetiva apresentar os dados de uma pesquisa exploratória realizada através da análise de duas trajetórias migratórias, diferenciadas, mas conectadas entre si. Mais do que apresentar uma análise conclusiva, acreditamos que esses resultados nos permitem propor novas questões a serem aprofundadas.

“Quando eu falo, principalmente, me notam como estrangeiro, eu já tentei fingir”.³⁹ É interessante observar como os rapazes apresentam um domínio muito diferenciado do idioma. Ambos falam português, mas Vagner apresenta muita dificuldade para se expressar e mesmo fazer entender, já Marcus, se expressa com a precisão e o sotaque que remete ao colonizador. A percentagem dos guineenses que fala, ou seja, que conhece e tem domínio da língua portuguesa é muito baixa, remetendo à faixa dos 13%.⁴⁰ Contrariamente, Agualusa destaca que “rapidez com que a língua portuguesa se afirmou em todo o território angolano após a independência, radicando-se inclusive em regiões remotas”.⁴¹ Esses dados corroboram as distintas competências linguísticas apresentadas por nossos interlocutores. Ainda assim, a maior ou menor facilidade de comunicação não parece ter surtido efeitos significativos para os rapazes em termos do estabelecimento ou manutenção de novas redes de relações. Caberia avaliar seus efeitos sobre o seu desempenho estudantil e mesmo potencial de inserção no mercado de trabalho, no caso de Vagner.

39 Marcus, 21 anos.

40 Cf. EMBALÓ, Filomena. O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Revista Papia**, n. 18, 2008.

41 Cf. AGUALUSA, José Eduardo. A Língua Portuguesa e o seu Futuro em África. **Revista Janus**, 1997. Disponível em: <http://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_3_26.html>. Acesso em: maio de 2017.

Um dos aspectos de extrema relevância e que apareceu apenas de modo secundário neste estudo é a questão étnica e os modos como incide sobre a experiência migratória ou adaptativa de nossos interlocutores. Vagner naturaliza a questão, equacionando o preconceito vivido em Vila Velha à discriminações experimentadas em outros locais: “Você pode passar isso por aqui, ou não, mas em toda parte do mundo tem. Eu não passei tantas, tantas coisas ruins, então tem coisas melhores”. Quando mesmo assunto é abordado com Marcus, ele é mais incisivo:

acho que aqui, principalmente, meus colegas falam e reclamam muito disso, é branco com branco, preto com preto, não tem essa mistura, esse é o problema daqui. Esse é o grande problema daqui. Quando tem um branco conversando com um preto todo mundo olha. Acho que é esse o problema daqui, são muito racistas.

O rapaz vai além e atribui a sua dificuldade em estabelecer contato no novo contexto de moradia e estudos ao preconceito racial:

eu não, mas meus colegas tem a dificuldade de ir pedir ajuda pra um colega por medo dele responder mal. [...] Isso atrapalha. Se você já não é aberto pra esse tipo de coisa, aberto a amizade pra pessoa de cor, acho que é uma barreira, porque eu já sou estrangeiro, se tenho uma dificuldade numa certa área, e você o branco racista, eu não tenho como chegar pra ti e perguntar qual seu problema. A gente como estrangeiro, tinha que ser vocês como anfitriões, tinham que chamar, acolher.⁴²

Quando questionados sobre o seu sentimento de integração, se sentem estrangeiros no novo contexto de moradia ou não, a fala de Vagner é novamente pouco elucidativa, mas é necessário ressaltar que o rapaz, residente no Brasil e em Vila Velha há mais tempo, já se casou e teve filho com uma brasileira (branca, inclusive). Mas Marcus traz um relato muito sensível da sua experiência, ressaltando seu distanciamento subjetivo com relação ao novo espaço de moradia, bem como os modos como é afetado pela discriminação racial que vivencia na cidade de Vila Velha:

eu acho que eu não me sinto estrangeiro quando eu tô numa rua de noite, e aí acho que o pessoal me confunde com... sei lá,

42 Marcus, 21 anos.

esses caras que ficam assaltando, aí, com preconceito já.”[...] “Mas eu me sinto estrangeiro quando eu vou num shopping ou restaurante, e tal. Acho que não é normal, por exemplo. Um negro entrar na loja da Zara e ficar comprando, ir num restaurante. Eu me sinto bem estrangeiro.”⁴³

A fala do rapaz nos confere pistas ainda sobre a segregação social e racial e os modos como ela opera na cidade de Vila Velha, incidindo sobre mobilidades urbanas e acessibilidades, dados esses igualmente carentes de maior aprofundamento.

Na trajetória de Vagner, sua saída do país de origem, sem intenção de retorno, incidiu sobre um modo de relacionar-se com os outros que contribuiu para a expansão da sua rede de relações e uma inserção diferenciada nesse novo contexto. Uma vez que conquistou laços de amizade fortes, tanto com brasileiros como imigrantes, constituiu família e integrou-se religiosamente, passa a demonstrar um sentimento de “nós”.

Já Marcus, cujo processo migratório é marcado pela obtenção de uma bolsa destinada a estudantes Angolanos, com indicação de retorno, como contrapartida, para seu país de origem, apresenta um discurso marcado pela sensação de instabilidade, de não lugar. A condição de migrante temporário, nesse caso, incide sobre os laços construídos, mais enfraquecidos e restritos a grupos de conterrâneos. O núcleo da sua rede de relações se limita ao próprio grupo de intercambistas que vieram com ele e o rapaz demonstra dificuldade em expandir essas relações, ao menos no que se refere ao estabelecimento de laços de maior profundidade.⁴⁴ Mais frouxamente estabelecido sente-se estrangeiro e apenas deixa esse sentimento quando se sente marginalizado, quando confundido com um meliante.

Buscamos com este trabalho traçar pistas quanto aos modos como se constroem as trajetórias imigratórias de luso-africanos para a Grande Vitória. Através do estudo de dois casos muito particulares de rapazes instalados na cidade de Vila Velha,

43 Marcus, 21 anos.

44 Cf. BOTT, Elizabeth. **Family and social network. Roles, norms, and external relationships in ordinary urban families.** 2 ed. London: Tavistock Publications, 1971.

pudemos traçar aproximações e distanciamentos, bem como traçar um caminho futuro ao entendimento dos fluxos mais recentes de imigração em direção ao Estado do Espírito Santo e do Brasil. Esses rapazes representam exemplares entre os possíveis de dois perfis de imigrantes representativos numericamente, segundo informações que nos foram concedidas sobre suas próprias redes de apoio, na cidade analisada.

Constituído em seus relatos por imigrantes de diferentes nacionalidades (foram mencionados especificamente guineenses, angolanos, cabo-verdianos e um rapaz de São Tomé e Príncipe), se dividem em um conjunto de imigrantes inserido no mercado de trabalho, passível de ser superficialmente classificado como migrante econômico e outro, inserido em instituições de ensino superior capixabas, passível de ser superficialmente classificado como migrante temporário. Porém, foi possível observar que essas diferenciações são muito pouco adequadas para analisar as suas trajetórias, em termos das motivações ou expectativas individualmente construídas. Os dados sugerem que suas experiências se diferenciam em termos das oportunidades e, portanto, do suporte que esses subgrupos de pessoas, que compõem direta ou indiretamente uma mesma comunidade de imigrantes luso-africanos (relativamente conectados entre si), tiveram durante seus processos migratórios, bem como as expectativas de vida que antecedem a saída de seus países de origem.

Neste sentido, a migração sustentada por iniciativa individual, mesmo quando parte de um projeto familiar e que conta com o suporte de redes migratórias estabelecidas entre conterrâneos, incide sobre experiências significativamente mais vulneráveis do que a migração fomentada por um projeto institucionalizado, capitaneada, neste caso, por convênio estudantil. Os rapazes aqui entrevistados possuem condições sócio econômicas muito diferentes e são originários de países que apresentam um histórico consideravelmente diverso. Mais do que anular nossos esforços analíticos, essa diversidade aqui se mostra em toda a sua complexidade através dos efeitos desse background sobre as trajetórias migratórias vividas. Apesar da seleção pouco ortodoxa de nossos interlocutores de pesquisa, sempre reconhecemos a diversidade

das condições de imigração luso-africana em direção à cidade analisada. Este primeiro ensaio analítico já nos permite traçar uma nova agenda que nos permita analisa-la em profundidade.

Referências:

AGUALUSA, José Eduardo. A Língua Portuguesa e o seu Futuro em África. **Revista Janus**, 1997. Disponível em: <http://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_3_26.html>. Acesso em: maio de 2017.

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convênio. **Revista brasileira de orientação profissional**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 33-44, 2009.

BLANC, Manuela. Individualização Juvenil: um estudo em trajetória entre (ex) moradores de repúblicas estudantis. **Sinais**, Vitória, n. 18, 2015.

BONI V.; QUARESMA S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BOTT, Elizabeth. **Family and social network. Roles, norms, and external relationships in ordinary urban families**. 2 ed. London: Tavistock Publications, 1971.

BRASIL. **Lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009**. Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. Brasília: Poder Legislativo, 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm>>. Acesso em: maio de 2017.

DADALTO, M. C. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação 'nós' e os 'outros'. **Dimensões**, Vitória, v. 26, p. 24-43, 2011.

EMBALÓ, Filomena. O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Revista Papia**, n. 18, p. 101-107, 2008.

FARIA, Margarida Lima de. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 45-63, 2009.

FONSECA, D. J. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. **Pró-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 23-44, 2009.

GUSMÃO, N. M. M. **África e Brasil no mundo acadêmico**: diálogos cruzados. Campinas: UNICAMP, 2008.

GUSMÃO, N. M. M. Africanos no Brasil, hoje: Imigrantes, refugiados e estudantes. **Tomo**, Sergipe, n. 21, p. 13-36, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21669/tomo.v0i21.895>>.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Colonização. **Governo ES**. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/historia/colonizacao>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

MONTENEGRO, Carlota. Bolama: um museu ao vivo. **Jornal Público**, 2013. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2013/12/23/p3/cronica/bolama-um-museu-ao-vivo-1818822>>.

ROCHA-TRINDADE, Maria B.; HORTA, Ana P. B.; RIBEIRO, José. Sociologia das migrações: permanência e diversidade. Realização de Carlos Alberto Augusto; Tecnóloga Ana Paula Antunes. Coordenação de Maria Beatriz Rocha-Trindade. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. 1 prog. vídeo (14 min., 37 seg.).

SARRIERA, J. C. [et. al.]. Experiência multicultural em um grupo de conveniados africanos do programa PEC-G. **Psico**, n. 33, p. 447-460, 2002.

SCHAYDER, José P. **História do Espírito Santo**: uma abordagem didática e atualizada: 1535-2002. Campinas: Companhia da Escola, 2002, p. 171.

SILVA, Maria A. de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In.: DEMARTINI, Zeila de B. F.; TRUZZI, Oswaldo (org.). **Estudos migratórios, perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005, p. 53-86.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SONANGOL. Disponível em: <http://academia.sonangol.co.ao/pt/bolsas-externas_63/>. Acesso em: 10 de outubro 2016.

SUBUHANA, C. Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: Sociabilidade e redes sociais. **Imaginário**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, 2007.

SUBUHANA, C. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 103-126, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000100007>>.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

Entre drogas e armas: as representações acerca de um lugar violento

Bruno Dias Franqueira¹

Introdução

Como os capixabas representam um lugar violento? Que características este lugar apresenta? Foram estas as perguntas que motivaram a realização da pesquisa geradora deste texto. Com base em uma teoria desenvolvida na fronteira entre a Sociologia e a Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS), os dados encontrados foram analisados com o objetivo de identificar representações sociais de “lugar violento” entre moradores de áreas urbanas dos municípios de Vitória e Vila Velha, Estado do Espírito Santo, a partir da abordagem estrutural da TRS, identificando os elementos centrais e periféricos das representações.

Os participantes foram escolhidos pelo nível econômico dos bairros em que moravam. Um grupo com metade dos participantes foi formado por moradores de classe média-alta e alta. O outro grupo foi formado por moradores de bairros tidos como classe média-baixa e baixa.

Essa separação tinha como propósito verificar se as representações seriam diferentes a partir de seus repertórios culturais e acessos a informação e bens de modo distinto.

De forma preliminar, este trabalho apresenta uma reflexão acerca da violência, ou melhor, violências, suas naturezas, formas e relações.

¹ Graduação em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda (UVV/ES); Especialista em Imagem e Mídia (Faculdade Cândido Mendes/Vitória); Mestre em Psicologia (UFES). Professor na Universidade Vila Velha UVV/ES (bruno.franqueira@uvv.br).

Violências

Amparada em diferentes justificativas, em contextos intragrupais ou intergrupais, com emprego corporal ou por via de diferentes aparatos, a violência sempre fez parte da história das relações humanas. “Os homens, desde tempos imemoriais, têm a capacidade de destruir-se mutuamente por meio da violência”.² As práticas violentas sempre estiveram presentes na história da humanidade, em todos os lugares e culturas, sendo apreendidas em graus diferentes e assimiladas de maneiras simbólicas desiguais.

Por essa presença histórica e abrangente, torna-se tarefa difícil apresentar um conceito absoluto que abarque todos os tipos de violência, seus processos e suas práticas. Desta forma, o sociólogo Michel Misse nos propõe pensar em “violências” em lugar de “violência”. Violências num contexto múltiplo e plural, com “diferentes graus de visibilidade, de abstração e de suas alteridades”. Para Misse a violência compreende

em primeiro lugar, uma ideia, a tessitura de representações de uma idealidade negativa, que se define por contraposição a outra idealidade, positiva, de paz civil, de paz social ou de consenso, de justiça, de direito, segurança, de integração e harmonia social. É uma ideia constituída preventivamente, e aplicada retrospectiva e polissemicamente a eventos, coisas, ideias ou pessoas que sejam representados como ameaças à sociabilidade integradora, ao social genérico.³

O conflito entre idealidades positiva e negativa possibilita tanto uma violência *a priori*, preventiva, quanto uma violência *a posteriori*, coercitiva, resposta a uma agressão primeira, legitimada em determinados casos como uma “contra violência” em favor da manutenção do estado harmônico.

Xavier por sua vez, propõe uma definição de violência que principia na etimologia da palavra proveniente do latim *violentia*, relacionando-a a *vis* e *violare*, portando os “significados de força em ação, força física, potência, essência, mas também de algo que *viola*, profana, transgride ou destrói”. Xavier, então, compreende o fenômeno

2 ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S/A**. São Paulo: Moderna, 1996, p. 9.

3 MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 43, 2008.

como uma transgressão ou destruição que pressupõe força ou vigor que se sobressaem à ordem dita “natural”.⁴

Rochatambémsalientaqueosdiferentesconceitosempregados por autores da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia e, a diversidade de acepções semânticas atribuídas ao termo, verdadeiramente dificultam uma formulação de conceito comum. Porém, também se manifesta, propondo um pensamento transdisciplinar em que a violência seria concebida como uma “transgressão das medidas e do ‘justo meio’ (*métron*), estabelecidas pela razão como parâmetros da virtude em geral, e da justiça em particular”.⁵

Recorrendo a Hernández verificamos que é necessário compreender que a violência é mais que um conceito,

é um termo utilizado na vida cotidiana para designar comportamentos, situações, efeitos de comportamentos e sensações que se vivem, e nesse sentido é uma noção plena de significações variáveis.⁶

As distintas significações para a violência parecem convergir para o uso de força ou energia contra um outro que emerge da interação humana, do homem consigo mesmo, do homem com outros homens ou, ainda, do homem com a natureza. Essa dinâmica da violência é, então, mecanismo de interação social, fenômeno relacional que manifesta modos de vida em sociedade. Hernández salienta:

se assumirmos que a violência é criada na interação humana, dizemos também que se torna realidade e se reproduz na intersubjetividade social. Ou seja, que a mesma se assenta na existência e produção de consensos sociais intersubjetivos, tanto comunicacionais como interpretativos, que se materializam nas representações e ações coletivas, constitutivas deste espaço relacional.⁷

4 XAVIER, Marlon. Arendt, Jung e Humanismo: um olhar interdisciplinar sobre a violência. *Saúde Sociedade*, São Paulo, v. 17, p. 21, 2008.

5 ROCHA, Zeferino. O problema da violência e a crise ética de nossos dias. *Síntese Revista de Filosofia*, v. 28, p. 307, 2001.

6 HERNÁNDEZ, Tosca. *Descubriendo la violencia*. In.: BRICEÑO-LÉON, Roberto (org.). *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2002, p. 59, tradução nossa.

7 HERNÁNDEZ, Tosca. *Descubriendo la violencia*. In.: BRICEÑO-LÉON, Roberto

A violência mostra-se como mecanismo de expressão das características da sociedade onde ela emerge, do sistema sociocultural gerador, pois sua dinâmica se manifesta no processo das significações e representações, e nos comportamentos e ações dos sujeitos, onde o nível de valorização emocional dos atos violentos e seus efeitos, que podem ser visíveis ou não, são conduzidos pelo viés cultural da sociedade.

Emergem violências de modo mais evidente em espaços relacionais onde predominam relações de poder caracterizadas por discriminação, desigualdade ou exclusão social que, em alguns casos, podem ou não ser representadas e significadas como tais. Sob este aspecto, Hernández recorre a Maturana em sua afirmação de que é necessário que haja um conflito suficientemente intenso em carga emocional para que os membros de uma sociedade possam refletir sobre suas condutas violentas.⁸

Deste modo, é possível dizer que a violência pode ser considerada um ato comunicativo, pois, por um lado, os conflitos encontram ressonância nos pensamentos, nas conversas cotidianas, nos debates, nos meios de comunicação e nas representações sociais, e por outro, como nos relata Hernández, ela também nos diz algo sobre as características dos grupos sociais, e são expressão dos limites de aceitação do outro.⁹

E é com crescente frequência que a temática da violência, no Brasil e no mundo, tem sido levada à apreciação pública nos meios de comunicação de massa e discutida entre estudiosos especializados, principalmente nas áreas das ciências sociais, humanas e da saúde. Desenvolvem-se instrumentos para diagnosticar as causas, avaliar os efeitos imediatos, contabilizar os gastos públicos, analisar as

(org.). **Violencia, sociedad y justicia en América Latina...** *Op. cit.*, p. 62, tradução nossa.

8 Cf. HERNÁNDEZ, Tosca. *Descubriendo la violencia*. In.: BRICEÑO-LÉON, Roberto (org.). **Violencia, sociedad y justicia en América Latina...** *Op. cit.*; Cf. MATURANA, Humberto. *Biología y violencia*. In.: MATURANA, H. [et. al.]. **Violência; em sus distintos ámbitos de expresión**. Santiago: Dólmen, 1995.

9 Cf. HERNÁNDEZ, Tosca. *Descubriendo la violencia*. In.: BRICEÑO-LÉON, Roberto (org.). **Violencia, sociedad y justicia en América Latina...** *Op. cit.*

consequências individuais e coletivas, ou simplesmente, se descarregam imagens/sons para os espectadores/ouvintes.

Marcondes Filho nos propõe pensar que há uma “cultura da violência à medida que a cultura, como *habitus*, incorpora as práticas da violência”.¹⁰ Ademais, atribuir à violência caráter de mecanismo cultural implica fazer dela uma linguagem social, organizadora e passível de legitimação, sendo assim convalidada no sentido psicológico e abandonando o aspecto apenas ritual do ato. Segundo Marcondes Filho

uma violência só se realiza quando repercute psicologicamente no campo do arbítrio, provocando mal-estar, que pode ser transformado em atitude reativa, em contenção angustiada e neurótica ou em resignação. Sua existência psicológica, ou seja, o choque do violento não se dá a partir do sofrimento, da imposição arbitrária do outro sobre meu ego, etc., mas sim somente a partir do momento em que se torna “consciência da violência”.¹¹

Marcondes Filho afirma que nossa sociedade produz cenas amplamente divulgadas, com grande visibilidade e publicidade, bem como violências secundárias que estão presentes nas interações cotidianas entre os indivíduos. Acredita Marcondes Filho que a violência fundadora da sociedade brasileira é herança de nossa experiência como colonizados e de traços perversos da Metrópole como a institucionalização de uma sociedade escravocrata.¹²

A cultura da violência, no Brasil, é formada pela soma de um estado genérico de decomposição do Estado burguês e dos direitos civis, decomposição inclusive de um certo pacto de civildade, conquistado nas sociedades ocidentais através de campanhas e processos educacionais humanitários, com traços eminentemente locais de violência arraigada à cultura.¹³

A cultura da violência encontra no cinema, na televisão, nos romances e na internet, os canais para a exposição massiva de situações violentas das quais participam indivíduos e coletividades em

10 MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20, 2001.

11 *Ibidem*, p. 22.

12 *Ibidem*.

13 *Ibidem*, p. 25.

diversas partes do mundo. São situações que relatam incidentes dos mais triviais aos mais espetaculares, em alguns momentos esperados e noutros surpreendentes. Sob muitos aspectos, essa produção dos meios de comunicação de massa contribui para a formação de realidades e de imaginários individuais e coletivos nas sociedades.

Filmes, romances, noticiários televisivos e internet são consumidos por um número crescente de pessoas interessadas nas construções imagético-imaginárias do medo, desespero, terrorismo, pânico e destruição, e não somente as causadas pelo homem, mas também pela natureza, como terremotos, vulcões ou furações.

A indústria cultural como setor econômico, com grandes investimentos nacionais e transnacionais, expõe as gradações de violência existentes nas sociedades, impressionando leitores, espectadores e audiências.

As violências nos espaços urbanos são o destaque das agendas midiáticas no Brasil. São inúmeros os casos de programas de entretenimento ou jornalísticos para a televisão que atingiram índices de audiência exponenciais ao explorarem atos violentos. Chocam e emocionam, tornam-se assuntos centrais nas conversas cotidianas e se sucedem ou se complementam na busca pela permanente materialização da violência simbólica no país.

Nas cidades, as periferias se tornaram objetos centrais nos discursos midiáticos, apresentando significativa associação das precariedades estruturais dos lugares de pobreza às práticas de violência urbana. Conexões entre fenômenos que são questionadas por Zaluar quando, ao expor eixos temáticos para reflexões sobre violência e segurança pública no Brasil expõe que, repetidamente, são empregadas de forma reducionista as afirmações: “a pobreza é a causa da criminalidade” e “a desigualdade social é a explicação da violência”.¹⁴ Segundo ela, são afirmações baseadas na sistematização de um *homo economicus* que vive exclusivamente segundo a lógica mercantilista do ganho e da acumulação material. Tais pensamentos intencionam

¹⁴ ZALUAR, Alba. Oito temas para debate, violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 38, p. 19-21, 2002.

justificar a criminalidade como uma busca de compensação das desigualdades sociais e desconsideram estudos cujos resultados apontam os pobres como as maiores vítimas de furtos e assassinatos, bem como aos impedimentos sobre o “acesso aos serviços e instituições do Estado, tais como escolas, postos de saúde, quadras de esporte, vilas olímpicas etc”.¹⁵

A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi formulada por Serge Moscovici entre as décadas de 1950 e 1960 com base na Sociologia e na Antropologia de Durkheim e Lévi-Bruhl, na linguística de Saussure, nas representações infantis de Jean Piaget e na teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky.¹⁶

A partir do estudo de artigos publicados na imprensa parisiense na década de 1950 acerca da psicanálise, Moscovici indica que as representações sociais são constituídas pelas teorias científicas, pelos grandes eixos culturais, pelas ideologias, pelas experiências e pelas comunicações cotidianas.¹⁷

Abrie propõe que as representações sociais são

uma visão funcional do mundo, que, por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às condutas e compreender a realidade através do seu próprio sistema de referências.¹⁸

E para Doise “são princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais

15 ZALUAR, Alba. Oito temas para debate, violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas...** *Op. cit.*, p. 20.

16 Cf. ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, 2004.

17 Cf. VALA, Jorge. Representações Sociais, para uma psicologia social do pensamento social. *In.*: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (org.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

18 ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In.*: MOREIRA, A. S.; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representações sociais**. Goiânia: AB Editora, 1998, p. 28.

e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”.¹⁹

Esta teoria predomina um sistema de pensamento denominado por Moscovici como universo consensual. No universo consensual, a sociedade é entendida como um grupo de pessoas iguais e livres, na qual cada membro do grupo tem a possibilidade de falar em nome dele e sob seu auspício.²⁰ Parte-se da compreensão de que todos podem adquirir competências para o diálogo em uma dada circunstância. Os indivíduos expressam suas opiniões e revelam seus pontos de vista assumindo o papel de especialistas em diversas temáticas cotidianas.

É no universo consensual que habita a produção das representações sociais, lugar caracterizado por estar em movimento contínuo, formando cúmplices sociais que se protegem e permitem a fala em nome do grupo, tornando o convívio social possível.

Diferentes abordagens e técnicas foram desenvolvidas para a o estudo das representações sociais desde a publicação da obra inaugural de Moscovici, em 1961. A abordagem que fundamenta este capítulo é designada Teoria do Núcleo Central das representações sociais e foi proposta em 1976 por Jean-Claude Abric. Esta abordagem estuda a organização interna das representações estabelecendo um núcleo central e elementos periféricos.

O núcleo central de uma representação é determinado pela natureza do objeto representado, pelo tipo de relações que o grupo tem com o objeto e pelos valores e normas sociais atuantes no ambiente ideológico do momento e do grupo.²¹ Sua propriedade de configurar-se como elemento mais estável é que assegura a continuidade da representação em contextos móveis e evolutivos. São os elementos do núcleo central que mais resistem às mudanças sociais.

19 Cf. DOISE *apud* SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 33.

20 Cf. MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

21 ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais... *Op. cit.*

Associados ao núcleo de uma representação há elementos periféricos que são menos estáveis e permitem variações ou modulações individuais. São mais susceptíveis às adaptações necessárias às evoluções do contexto social, pois as informações novas ou as transformações ambientais podem ser por eles assimiladas.

Dado que a mudança do núcleo central modificaria por completo a representação, são os elementos periféricos que têm a função de defesa da representação. Estes elementos admitem novas interpretações, ponderações e mesmo contradições possibilitando a evolução da representação, defendendo-a de sua completa desestruturação.

Método

Esta pesquisa foi realizada com cem participantes, divididos em dois grupos, cada qual com cinquenta participantes, com faixa-etária entre 16 e 35 anos, de ambos os sexos.

O critério para a composição dos grupos principia pela localização geográfica das residências dos participantes, moradores das cidades de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo e Vila Velha, município pertencente à Região Metropolitana da capital de Estado. O Grupo 01 foi formado por moradores de bairros considerados de classe social alta ou média/alta (A e B) e o Grupo 02 por moradores de bairros considerados periféricos e/ou com renda média/baixa ou baixa (classes C, D e E). O índice qualificador destas localidades no município de Vitória foi o IQU (Índice de Qualidade Urbana), em conformidade com os dados fornecidos no site da prefeitura da cidade. O IQU atribui valor de 0 a 1 para o nível de desenvolvimento social e econômico da localidade; quanto mais próximo de 1, mais elevado será o desenvolvimento do bairro. Foi empregada a linha de corte do IQU da seguinte maneira: o bairro foi considerado de classes alta e média/alta se seu indicador fosse igual ou superior a 0,65; abaixo deste indicador, a localidade classifica-se como média/baixa ou de baixa renda.

O município de Vila Velha por sua vez, a partir de contato realizado junto à Secretaria Municipal de Ação Social, informou não possuir indicadores equivalentes aos de Vitória para uma precisa distribuição sociodemográfica de seus bairros. Foi indicado pela Secretaria convencionar os bairros da orla nordeste do município e o bairro Centro como localidades de maior nível econômico, enquanto os demais bairros deveriam ser enquadrados como periféricos.

A coleta de dados se deu por um questionário com perguntas fechadas e perguntas para evocações livres de termos e/ou expressões; a análise dos dados foi feita com auxílio do *software* EVOC e aporte teórico da Teoria do Núcleo Central.

Representações Sociais de Lugar Violento

As representações para lugar violento são apresentadas, para os dois grupos, na Figura 1. As palavras indicam categorias semânticas e foram agrupadas a partir da Teoria do Núcleo Central.

Figura 1: Evocações para o termo indutor “lugar violento”.

Grupo 01					
f >= 15 e OME < 2,8			f >= 15 e OME >= 2,8		
Atributos	f	OME	Atributos	f	OME
Armas	15	2,733	Medo	15	2,867
Drogas	18	2,500			
Tráfico-drogas-armas	24	2,167			
Violência	25	2,440			
F < 15 e OME < 2,8			F < 15 e OME >= 2,8		
Atributos	f	OME	Atributos	f	OME

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste quadro, “f” significa “frequência de evocações” e “OME” diz respeito à “Ordem média das evocações”. Em seu primeiro quadrante – superior esquerdo – localizam-se as palavras/expressões que são mais evocadas e em primeiras posições, possivelmente aquelas

que compõem o núcleo central das representações sociais sobre o fenômeno. O quadrante superior direito corresponde à denominada primeira periferia, composta por palavras/expressões que possuem alta frequência e ordenação maior que a média. O quadrante inferior esquerdo denomina-se zona de contraste, e nele figuram as palavras/expressões que têm baixa frequência, mas uma ordem de evocação menor que a média. O quadrante inferior direito corresponde à periferia distante, e é composto por palavras/expressões que possuem baixa frequência e ordem média de evocações alta.

As representações de lugar violento apresentam um número expressivo de elementos semelhantes nas representações apreendidas junto aos moradores de mais alta renda (Grupo 01) e aos moradores de baixa renda (Grupo 02).

O quadrante destinado ao núcleo central apresenta as seguintes palavras/expressões para o Grupo 01: *Armas, Drogas, Tráfico-drogas-armas* e *Violência*. Para o Grupo 02 as palavras/expressões foram: *Drogas, Mortes, Tráfico-drogas-armas* e *Violência*.

Os núcleos centrais dos grupos têm nos elementos *drogas, tráfico-drogas-armas* e *violência* seus pontos comuns. São discordantes apenas na presença do elemento *armas* no núcleo do Grupo 01, sendo *armas* elemento que no Grupo 02 se aloja na periferia mais próxima. Também o elemento *mortes* os diferencia, pois, se no Grupo 02 as mortes pertencem ao núcleo, no Grupo 01 o elemento encontra-se no quadrante equivalente à zona de contraste.

Apesar de serem empregadas em contextos completamente diferentes, é na associação com o tráfico de drogas e com o contrabando, que o elemento *armas* é mais evocado. As armas estão no centro dos confrontos entre bandidos, e nos confrontos destes com a polícia. Tiroteios são evocações comuns entre os participantes dos dois grupos, com relatos de certa constância de ocorrência nos bairros de moradia por alguns integrantes do Grupo 02.

As armas são imprescindíveis ao processo de territorialização das cidades pelo tráfico de drogas. As bocas de fumo são defendidas pelos “soldados” do tráfico, fortemente armados com fuzis, metralhadoras

e granadas. Muitos destes artefatos são restritos às forças armadas e, todos, apresentam poder bélico incompatível com o ambiente urbano em que estão inseridas. O tráfico responde, nas últimas décadas, por uma concentração de armamentos de guerra nos morros e favelas, destinada ao confronto com a polícia e as forças armadas e à conquista de novos territórios do tráfico. “Mas não há qualquer objetivo político ou coletivo em defender esses ‘territórios’, o interesse é apenas econômico e militar”.²²

Fora do contexto do tráfico, as armas têm serventia a outros tipos de condutas criminosas como os assaltos, furtos e assassinatos, pois, para os participantes, as armas estão nas mãos dos criminosos, dos bandidos. A polícia é representada, mas não pelo uso das armas, e sim pela sua presença nas comunidades, de maneira indiferente em muitas ocasiões, em outras, como aliada dos bandidos.

As armas são representadas apenas pelas armas de fogo, outros tipos de armamentos não participam das evocações. Por efeito do emprego das armas de fogo, as *mortes* colaboram para uma naturalização da violência. As mortes do lugar violento não se dão por ação do envelhecimento, são homicídios e assassinados que culminam no constante encontro de cadáveres nas ruas e locais de “desova”.

Misse indica que às drogas é atribuída a principal responsabilidade pelo aumento da violência, seja pelo efeito que causam nos consumidores, seja pelos crimes que são cometidos na busca por capital para a compra do produto, ou pelos conflitos internos que este mercado provoca.²³ Acrescentamos a este quadro as constantes incursões policiais às comunidades carentes que resultam em confrontos armados e nas vitimizações de civis por “balas perdidas”. As *drogas* têm grande relevância nas representações de lugar violento entre os participantes, constatável nas altas frequências de evocações dentro dos grupos, principalmente do Grupo 02 e na ordenação de evocação baixa.

22 MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 383.

23 *Idem*. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro... *Op. cit.*

Os participantes do Grupo 01 apresentam as drogas como elemento isolado ou em associação com o tráfico. No Grupo 02 o tráfico de drogas e armas é prontamente evocado, porém, com menor frequência que o elemento *drogas*. Integrantes do Grupo 02 associam as drogas ao consumo de usuários e destacam que os lugares violentos são cenários de pessoas drogadas que circulam por “todos os lados”. Neste grupo, há espaço inclusive para a menção a determinado tipo de droga, o crack. Mas o lugar violento também pode ser aquele que recebe a droga vinda de outros bairros vizinhos a ele, assim como foi possível identificar na conversa com alguns participantes: “a parte do morro que eu moro não tem muita droga não, tem mais na parte de trás do morro”. Da mesma forma que o ocorrido no estudo de Guareschi et al, tal discurso pode ser adotado numa tentativa de preservação da imagem do lugar onde vive o indivíduo.²⁴

Mas os atributos negativos acomodados nas representações de lugar violento não colaboram com a preservação de imagens positivas. E a violência é um destes atributos. Novamente expressamos certa redundância ao permitirmos a inserção do elemento *violência* para a verificação das representações sociais de lugar violento, porém, este é elemento destacado pelos sujeitos. Grupo 01 e Grupo 02 ampliam as possibilidades de violências para evocações muito semelhantes. As brigas, que para alguns são constantes e a qualquer instante, fazem parte do cotidiano do lugar violento; nelas as ameaças estão presentes, porém, resultam na maioria dos casos em agressões físicas.

A violência contra o patrimônio está presente entre os dados obtidos nos dois grupos. Os assaltos são processos violentos inerentes às representações do Grupo 01 e do Grupo 02. O vandalismo é evocado no Grupo 02.

Mesmo com a incidência da violência patrimonial, a violência contra o outro é muito mais proeminente. Seguem-se os estupros e os sequestros, além de algumas citações da palavra *guerra* como forma de ancoragem ao processo social de extrema violência.

24 GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima [et. al.]. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 45-53, 2003.

A necessidade da existência do outro como componente do sistema de ocorrência da violência, nos possibilita pensá-la como processo identitário. Misse enfatiza em sua tese sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro que

violento é o outro, criminoso é o outro, corrupto é o outro, ainda que esse outro possa ser uma parte de mim mesmo e que a autoacusação, a culpa ou sua neutralização façam de mim, ao mesmo tempo, acusador e acusado, criminoso e vítima.²⁵

Souza nos diz que “Na perspectiva psicossocial [...] só construímos o NÓS em contraste ou oposição a um ELES que é diferente”.²⁶ Para Souza “a constituição da identidade social só é possível através do processo de comparação e categorização social, que exigem a diferenciação nas relações de alteridade”.²⁷ Apesar de destacar que a dialética identidade/alteridade nos possibilita essencialmente encontros intersubjetivos que resultam na solidariedade e no reconhecimento do outro em sua diferença, explica que há também possibilidades do surgimento de identidades fundamentalistas que separam e segregam. E esta segregação oriunda da negação da alteridade aos diferentes grupos sociais implica estigmas negativos aos grupos e, por vezes, fazem justificar violências contra eles.

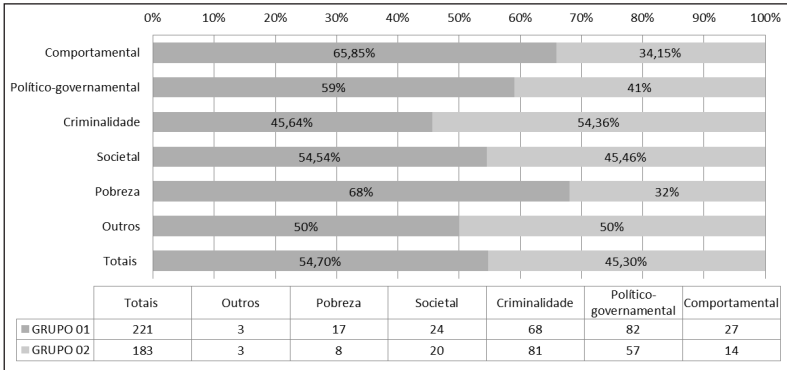
Mas quais seriam as principais motivações para a violência em nossa sociedade? Esta pergunta foi feita aos participantes da pesquisa e suas respostas foram categorizadas como *Comportamental*, *Político-governamental*, *Criminalidade*, *Societal* e *Outros*. A Figura 2 (“Motivos para a violência”) apresenta resultados comparativos entre os grupos que nos servem de apoio para a análise.

25 MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro...** *Op. cit.*, p. 41.

26 SOUZA, Lídio. Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. *In.*: ROSA, Edinete Maria; SOUZA, Lídio; AVELLAR, Luziane Zacche. (org.). **Psicologia social: temas em debate**. Vitória: UFES; Abrapso; GM Editora, 2008, p. 174.

27 *Ibidem*.

Figura 2: Motivos para a violência – Grupos comparados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com vistas aos aspectos associados à categoria Comportamental, o Grupo 01 apresenta um número amplo de motivações para a violência se comparado ao Grupo 02. Nesta categoria 65,85% das evocações foram feitas pelos moradores de bairros de classe média e alta (Grupo 01) e 34,15% pelos moradores de bairros de classe média baixa e baixa (Grupo 02). Os integrantes do Grupo 01 indicaram atributos como preconceito, ganância, falta de caráter, crueldade, alcoolismo e falta de valores sociais como possíveis características geradoras de violência. Para os respondentes do Grupo 02 esta categoria abarca preconceito, impaciência, revolta, rebeldia, falta de amor, ostentação e covardia.

A categoria Político-governamental foi a mais expressiva em termos de evocações de palavras/expressões. O Grupo 01 foi responsável pelo maior número de evocações para esta categoria de motivações. Ao Grupo 01 associam-se 59% das palavras na contrapartida de 41% do Grupo 02. A Tabela 5 (abaixo) mostra que a questão Político-governamental é, internamente, a maior motivação para a violência: 37,1% das evocações.

A criminalidade é também categoria que merece destaque entre as evocações do Grupo 01, representando 30,77% do total de suas evocações. Mas é para o Grupo 02 que a categoria tem mais significativa

relevância; 44,26% das evocações acerca dos motivos da violência entre os participantes do Grupo 02 estão associados à Criminalidade. Para o Grupo 02 a criminalidade causadora da violência se evidencia no tráfico de drogas e armas, o consumo das drogas, as agressões físicas, a corrupção, a prostituição e a polícia. O Grupo 01 também atribui ao tráfico de drogas e armas, aos bandidos, às armas, à corrupção e às milícias responsabilidade pela produção de atos violentos.

Precariedades nas prestações de serviços públicos também estão presentes no pensamento dos sujeitos dos dois grupos, destacando um processo de falência educacional como motivo para o desenvolvimento de uma cultura da violência. Seguem-se a má qualidade na educação, a falta de políticas públicas, a baixa infraestrutura nos bairros, a falta de oportunidades no mercado de trabalho; o desemprego e o descaso do governo.

A concentração de renda e o sistema capitalista, também são evocações relevantes. Os dois grupos ainda salientam a *desestruturação familiar* como motivo para a violência. No Grupo 01 a mídia surge como motivação; no Grupo 02 a ausência ou inversão de valores sociais também são causadores de violência. A pobreza é também responsável para os grupos, mas em menor escala.

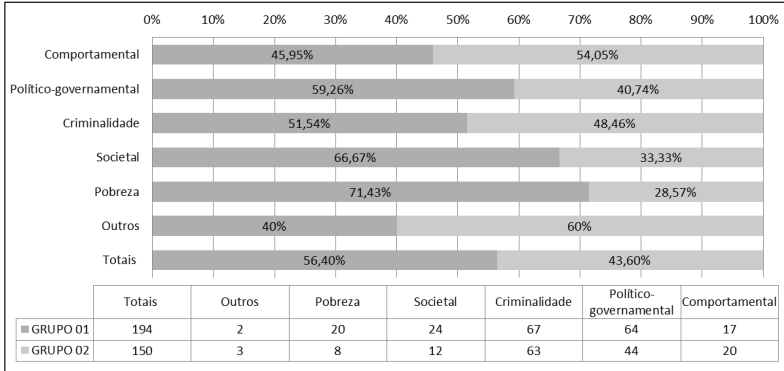
Figura 3: Motivos para a violência – Percentuais dos grupos.

CATEGORIA	GRUPO 01 (%)	GRUPO 02 (%)
Comportamental	12,21	7,65
Político-governamental	37,1	31,14
Criminalidade	30,77	44,26
Societal	10,86	10,92
Pobreza	7,69	4,37
Outros	1,35	1,64
Totais de evocações	221	183

Fonte: Elaborado pelo autor.

Aos participantes também foi solicitado que indicassem motivos para a violência em seus bairros/comunidades. Os resultados comparativos entre os grupos estão indicados na Figura 4.

Figura 4: Motivos para violência no bairro/comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Grupo 02 (54,05%) é ligeiramente mais propenso a dispensar qualificações individuais como motivos para violência em seus bairros. Nas comunidades periféricas as ações individuais são: preconceito, revolta, estupidez, farra, alcoolismo, ostentação, traição, ciúmes, impaciência, desrespeito, acomodação e desinformação.

As ações dos sujeitos que podem ser consideradas motivos para a violência nos bairros de classe média alta (45,95%) são, segundo os participantes, o alcoolismo, a covardia, a crueldade, a ganância, a falta de amor, o preconceito e a desinformação.

Novamente os participantes do Grupo 01 demandam mais evocações Político-governamentais para análise que o Grupo 02: 59,26% e 40,74% respectivamente.

Entre os elementos que compõem esta categoria, a educação precária da população é atribuída como a maior responsável pela violência local. As ausências de infraestrutura, cultura e segurança, aliadas ao desemprego, à falta de oportunidades e ao descaso do

governo são os outros fatores motivadores da violência nos bairros/comunidades de acordo com os participantes.

Em nível local, a criminalidade é a categoria que mais se destaca entre as motivações para a violência. E o papel do tráfico de drogas e armas é o mais significativo na produção de eventos violentos. As drogas, as agressões, a corrupção e a prostituição recebem atenção dos dois grupos. O Grupo 02 em especial evoca a figura da polícia como promotora de violência em comunidades carentes. Há certo equilíbrio entre os grupos quando a questão é designar à criminalidade papel de promotora de violência, 51,54% para o Grupo 01 e 48,46% para o Grupo 02.

A análise interna das evocações dos grupos indica que a Criminalidade constitui os maiores percentuais em ambos os grupos, superando inclusive a categoria Político-governamental. No Grupo 01 corresponde a 34,53% das evocações do total do grupo; no Grupo 02 corresponde a 42% das lembranças do grupo.

Quando retornamos a comparação entre os grupos, identificamos que a pobreza destaca-se nas evocações muito mais para o Grupo 01 do que para o Grupo 02. Mais que o dobro de participantes do Grupo 01 em relação ao Grupo 02 entende que a pobreza é um fator motivador de violência em seus bairros. Os participantes de classes de maior poder aquisitivo destinam à pobreza o papel de promotora de violência e veem na fome, nos meninos de rua, nas favelas/morros e na alta taxa de natalidade elementos perigosos.

Na categoria Societal, o Grupo 01 apresenta 66,67% das evocações, destacando a concentração de renda como principal motivador de violências. Em seguida destacam o capitalismo e a desestrutura das famílias. Com metade das evocações do Grupo 01, o Grupo 02 destaca a desestrutura familiar, a concentração de renda e o capitalismo como motivos. Internamente esta categoria também é mais significativa para o Grupo 01 (12,37%) do que para o Grupo 02 (8%).

Figura 5: Motivos para violência no bairro/comunidade.

CATEGORIA	GRUPO 01 (%)	GRUPO 02 (%)
Comportamental	8,76	13,33
Político-governamental	32,99	29,33
Criminalidade	34,53	42
Societal	12,37	8
Pobreza	10,31	5,33
Outros	1,03	2
Totais de evocações	194	150

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os elementos periféricos das representações sociais de Lugar Violento são representados pelas palavras/expressões que, processadas pelo software EVOC, são ocupantes dos demais quadros da Figura 1.

Tanto o Grupo 01 quanto o Grupo 02 apresentam apenas um elemento na composição da periferia próxima. No Grupo 01 figura o elemento *medo* enquanto no Grupo 02 evidencia-se o termo *armas*.

As armas do tráfico, dos bandidos, do crime organizado são enfatizadas pelos participantes do Grupo 02. Estão nas mãos daqueles que cometem delitos, quase nunca nas mãos reguladoras do Estado. Quando as armas estão relacionadas à polícia, sugere-se a corrupção na instituição, circunstância que aproxima policiais de criminosos.

O medo, por seu turno, é muito mais expressivo entre os participantes de classe média e alta. O lugar violento promove 2,5 vezes mais medo entre os integrantes do Grupo 01 do que entre os integrantes do Grupo 02.

Segundo Roazzi, Federicci e Carvalho o medo altera-se “com a idade, gênero, classe socioeconômica, nível de desenvolvimento cognitivo e outras variáveis de natureza individual ou social”.²⁸

28 Cf. ROAZZI, Antônio; FEDERICCI, Fabiana C. B.; CARVALHO, Maria do Rosário. A questão do consenso nas representações sociais: Um estudo do medo entre adultos.

O componente socioeconômico parece ser o determinante deste medo aumentado. Os moradores de bairros nobres não vivem as realidades das periferias, recebem informações pela imprensa, por relatos de conhecidos, por conversas informais. A não-familiaridade provoca o medo por envolver o desconhecido, por oferecer riscos, possibilitar conflitos.

Roazzi, Federicci e Carvalho apresentam definições para o medo, a partir de Ainsworth ao dizerem ser “a consciência de uma ameaça, que pode assumir inúmeras formas”,²⁹ e a partir de Morris e Kratochwell como “uma reação emocional mais ou menos intensa perante um perigo específico, real ou imaginário”.³⁰

Os bairros violentos são representados como ameaçadores àqueles que lá habitam e mais ainda àqueles que residem em áreas mais favorecidas economicamente, alvos das investidas do crime.

Neste aspecto, seja por intermédio de experiências reais ou imaginárias, o medo constitui-se em um forte sentimento que influencia pensamentos e práticas das pessoas. Medo este que, como os outros componentes da representação, é também um elemento negativo, uma emoção negativa acerca do objeto.

Um dos maiores geradores de medo nas favelas é o *bandido*, persona presente nas representações de lugar violento entre os participantes do Grupo 01 e do Grupo 02. Para o Grupo 02, *bandido* integra a zona de contraste, ou seja, ainda pertence à periferia próxima da representação. Mostra-se ligeiramente menos evocado que entre os respondentes do Grupo 01, porém, tem ordem média de evocação menor, ou seja, é elemento representado mais prontamente. No Grupo 01, por critério de ordem de evocação, encontra-se na periferia mais distante.

Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 18, p. 180, 2002.

29 Cf. Ainsworth *apud* ROAZZI, Antônio; FEDERICCI, Fabiana C. B.; CARVALHO, Maria do Rosário. A questão do consenso nas representações sociais... *Op. cit.*, p. 180.

30 Cf. MORRIS, R. J.; KRATOCHWILL, T. R. **Treating children's fears and phobias**. New York: Pergamon Press, 1983.

Os bandidos tornam-se mais significativos ao ideário das cidades por intermédio da exibição midiaticizada da sujeição criminal³¹ dos infratores nos noticiários policiais e nos produtos televisivos e cinematográficos que, em muitos casos, estão pautados em um discurso da relação criminalidade-pobreza.

Guareschi *et al* enfatiza que este discurso da criminalidade associada à pobreza se manifesta tão intenso que extrapola a sujeição criminal do infrator.

A mídia e a polícia enunciam discursos que objetivam todos os habitantes da favela como bandidos em potencial, como dito anteriormente; existe uma luta por imposição de outros sentidos que não esse sobre as pessoas da favela. Não obstante, a pobreza é tomada como razão que, muitas vezes, leva as pessoas a roubar, traficar ou mendigar, pois esta é uma forma mais fácil de ganhar dinheiro quando não se tem trabalho. Dessa forma, são interpelados por outros discursos acerca da pobreza aos quais resistem em diversos momentos, tendo como correlato o discurso da bandidagem, ou seja, de que a pobreza enuncia bandidagem.³²

Nas respostas à pesquisa, os bandidos são objetivados como pessoas de fisionomias agressivas, vagabundos, que envolvem as crianças em ilicitudes. São atribuídas a eles as alcunhas de marginal, criminoso e assassino. A bandidagem anda sempre armada, em grupos frequentemente numerosos; formam gangues, organizam-se em quadrilhas, participam de “bondes”; impõem toque de recolher nos bairros e enfrentam constantemente seus rivais. São quase sempre jovens, prioritariamente do sexo masculino, que por diversos motivos adentram a marginalidade e fadam-se a terem vidas curtas.

Por não verem formas alternativas de sustento, acrescidas das promessas de ganhos financeiros altos, muitos jovens buscam no

31 O conceito de *sujeição criminal* relatado por Michel Misse indica que quando a transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, projeta-se a transgressão para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando socialmente a ação como caráter, enquadrando-o num tipo social negativo. Cf. MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro...** *Op. cit.*

32 GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima [et. al.]. Pobreza, violência e trabalho... *Op. cit.*, p. 50.

tráfico, nos assaltos e na violência, formas de suplantar as carências e privações do cotidiano nas comunidades pobres.

As carências figuram entre os elementos periféricos das representações sociais de lugar violento. No Grupo 01, a *infraestrutura-ineficiente* figura entre as palavras/expressões situadas no quadrante inferior direito da Tabela 01 – determinante da periferia mais distante da representação – e novamente apresenta referências às ruas esburacadas feitas de terra, que à noite ficam escuras em decorrência da iluminação precária.

Educação precária (*educação-precária*) e falta de segurança (*falta-segurança*) são elementos da periferia distante dos dois grupos e com ordem de evocação e frequência muito similares. A educação varia entre a deficiência e a completa ausência, de mecanismos e acesso. Ineficiente, forma pessoas ignorantes, sem educação básica ou analfabetas.

Não somente em relação à educação, mas em diversos outros campos, o descaso do governo (*descaso-governo*) é elemento da representação de lugares violentos. Outro campo de ação governamental em que os participantes salientam o descaso dos governos é o da segurança. O que se revela na pesquisa é o sentimento de insegurança, expresso principalmente na ausência de policiamento nos bairros. Os governantes não são vistos como atuantes na resolução deste problema por não promoverem políticas públicas adequadas e efetivas.

A *polícia*, assim como a falta dela, também faz parte das representações de lugar pobre para os dois grupos. Em nenhum momento a polícia acompanha predicado positivo. Faz parte apenas do processo de combate à violência em suas rondas; revela-se em sua ausência permissiva com a criminalidade; ou acompanha qualificativos negativos, como ser “amiga” do tráfico ou “sem moral” para atuar.

Em contexto de fragilidade do Estado e de suas políticas públicas de segurança, de ineficiência ou ausência da polícia, a prostituição surge incorporada à realidade das cidades, mas, nesta pesquisa, apenas entre os moradores de bairros periféricos que formam

o Grupo 02. Grupo este que, mesmo de forma reduzida, associou em sua representação a pobreza aos lugares violentos.

Considerações finais

Armas, drogas, tráfico de drogas e armas, violência e mortes são os constituintes dos núcleos das representações de lugar violento para os sujeitos que moram em bairros nobre da Vitória e Vila Velha, da mesma forma como dos moradores de bairros de periferia destes municípios.

As representações sociais de lugar violento entre os participantes da pesquisa indicam sempre aspectos negativos dos objetos. Não são evidenciados elementos positivos em lugares marcados pela violência. Não são expressas lembranças de pessoas que se divertem, namoram, conversam, brincam e trabalham. Não são citados movimentos comunitários, ações sociais filantrópicas, organizações não-governamentais ou mesmo projetos públicos que atuem na redução dos impactos da violência. Da mesma forma, não são mencionadas oficinas culturais, movimentos artísticos, trabalhos de religiosos ou outra espécie de ação que objetive a promoção de uma cultura de paz entre os moradores das localidades afetadas pelas violências.

Os lugares violentos são representados, nesta pesquisa, pelo descaso e pelo abandono. São marcados pelas precariedades e ausências, pelas privações de oportunidades, pelas armas, drogas, traficantes, bandidos, mortes e roubos. Os lugares violentos, em muitas circunstâncias, estão relacionados aos lugares pobres.

Aqueles que trabalham para minimizar os índices de criminalidade tornam-se invisíveis. As pessoas de boa índole, da mesma forma, não são representadas. O lugar violento não permite representação positivas.

Tal imagem negativa circula nas conversas cotidianas, nas ruas, nos lugares de convívio, nos meios de comunicação de massa e nas comunidades virtuais. Ao compartilharem seus conhecimentos

acerca do tema, expandem sua relevância. Esse conhecimento orienta comportamentos e práticas, promove uma identidade social e justifica comportamentos e tomadas de decisão frente ao outro.

O compartilhamento de tantos elementos de representação para lugar violento por grupos com distintas condições sociais nos municípios pesquisados, suscitam uma aquisição de conhecimentos advinda de sistemas de comunicação iguais ou semelhantes.

Referências:

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In.*: MOREIRA, A. S.; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representações sociais**. Goiânia: AB Editora, 1998.

ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, 2004.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima [*et. al.*]. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 45-53, 2003.

HERNÁNDEZ, Tosca. *Descubriendo la violencia*. *In.*: BRICEÑO-LÉON, Roberto (org.). **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001.

MATURANA, Humberto. *Biología y violencia*. *In.*: MATURANA, H. [*et. al.*]. **Violência; em sus distintos âmbitos de expresión**. Santiago: Dólmen, 1995.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

MORRIS, R. J.; KRATOCHWILL, T. R. **Treating children's fears and phobias**. New York: Pergamon Press, 1983.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROAZZI, Antônio; FEDERICCI, Fabiana C. B.; CARVALHO, Maria do Rosário. A questão do consenso nas representações sociais: Um estudo do medo entre adultos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 18, 2002, p. 179-192.

ROCHA, Zeferino. O problema da violência e a crise ética de nossos dias. **Síntese Revista de Filosofia**, v. 28, p. 301-326, 2001.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Lídio. Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. *In.*: ROSA, Edinete Maria; SOUZA, Lídio; AVELLAR, Luziane Zacche. (org.). **Psicologia social: temas em debate**. Vitória: UFES; Abrapso; GM Editora, 2008, p. 168-198.

VALA, Jorge. Representações Sociais, para uma psicologia social do pensamento social. *In.*: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (org.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 353-384.

XAVIER, Marlon. Arendt, Jung e Humanismo: um olhar interdisciplinar sobre a violência. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 17, p. 19-32, 2008.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S/A**. São Paulo: Moderna, 1996.

ZALUAR, Alba. Oito temas para debate, violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 38, p. 19-24, 2002.

A narrativa da violência ou a violência da narrativa?: jornalismo e criminalidade no contexto do Espírito Santo

Raquel Dornelas¹

Localizado no Sudeste do Brasil, O Espírito Santo é um estado pequeno, está entre os cinco menores do país. Com 78 municípios, possui quase quatro milhões de habitantes, segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tem como marca uma intensa movimentação turística, um amplo polo industrial e de comércio exterior e, ao contrário dos seus vizinhos do Sudeste, conta com uma capital que foge do estereótipo cosmopolita: as distâncias em Vitória são razoavelmente mais curtas – exigindo menos tempo no trânsito –, os engarrafamentos são consideravelmente menores e, recentemente, o município foi eleito pela ONU a melhor cidade litorânea para se viver.²

No entanto, apesar dos aspectos positivos, uma marca indesejada acompanha a imagem do estado: o Espírito Santo é conhecido por ser um local violento. Durante 33 anos, permaneceu na lista das cinco unidades federativas com o maior número de homicídios no Brasil. Em outras palavras, passou pelas décadas de 1980, 1990, 2000 e uma parte dos anos 2010 carregando um selo amargo do qual só conseguiu se livrar muito recentemente: em 2013.³

Para se ter uma ideia, em 2015, o Espírito Santo ocupava

1 Doutoranda em Comunicação Social pela UERJ. Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Email: raqueldornelas@gmail.com.

2 Cf. G1 ES. Vitória é classificada pela ONU como 2ª melhor cidade para se viver. **G1**, 18 de junho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/vitoria-e-classificada-pela-onu-como-2-melhor-cidade-para-se-viver.html>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

3 Cf. CERQUEIRA, Daniel [et. al.]. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, 2016, n. 17. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

o primeiro lugar nacional em homicídios juvenis e o segundo em crimes de mortes na população não jovem em geral (a cada 100 mil habitantes).⁴ O estado também não pode ser considerado seguro para a população feminina. No ano de 2013, Vitória apresentava a maior taxa de femicídios entre as capitais, seguidas por municípios do Nordeste, como Maceió, João Pessoa e Fortaleza. Especificamente dentro do cenário do Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro se revelaram como as capitais com as menores taxas.⁵

Os crimes letais intencionais se concentram na região metropolitana da capital. Segundo dados de 2014, divulgados em 2016, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo, essa modalidade de ação ocorre, especialmente, em Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, e também em alguns pontos específicos do interior capixaba, como São Mateus e Linhares.⁶

Tal panorama se reflete, obviamente, na população carcerária. Em 2012, o Espírito Santo ocupava o 2º lugar em encarceramento de jovens. De 2005 a 2012, o número de habitantes que perdeu a liberdade no estado subiu 182%.⁷

Felizmente, os capixabas têm presenciado uma queda nos índices que tanto assustaram a população nas últimas décadas. A taxa de homicídios acompanha uma tendência de declínio, assim como em outros estados do Sul e do Sudeste: em São Paulo, o percentual caiu

4 Cf. WAISELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídio por armas de fogo no Brasil. Frasco Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

5 Cf. *Idem*. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Frasco Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

6 GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Orientações estratégicas 2015-2018**. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/Media/sesp/Gest%C3%A3o%20estrat%C3%A9gica/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Estrat%C3%A9gicas%202015-2018%20-%20Governo%20do%20Estado.pdf>>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2019.

7 Cf. BRASIL. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3230/mapa-encarceramento-jovens.pdf>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

mais do que a metade; no Rio de Janeiro, houve redução de 33,3%; no Espírito Santo, a queda foi de 13,8%; e, no Paraná, de 4,3%.⁸

Apesar da melhora, a situação ainda é de alerta. Afinal, um estado que passou por tantas décadas permeadas pela criminalidade – especificamente no que se refere a homicídios – não pode comemorar antes que este cenário positivo se consolide. O Espírito Santo parece começar a reagir, mas a marca histórica negativa ainda povoa o imaginário de algumas parcelas da sociedade capixaba, e de habitantes de outras unidades da federação.

Mediante tantos dados e estatísticas, não são poucos os esforços para tentar responder por que o Espírito Santo ocupou por tanto tempo o *ranking* da criminalidade no país. Na década de 1990, Zanotelli, Raizer e Castro já apontavam algumas particularidades que poderiam contribuir para a histórica imagem de estado violento, com destaque para os assassinatos sob encomenda, desmando nas instituições e registros associados à impunidade.⁹

Ao tentarmos justificar os números, um movimento automático poderia ser o de associar os índices negativos a um possível déficit na qualidade de vida da população e do acesso aos serviços públicos básicos. Afinal, uma educação de qualidade, por exemplo, aumenta as chances de afastar cidadãos do mundo da criminalidade. No entanto, parece não ser este o ponto central que explicaria a realidade criminal no contexto capixaba ao longo das décadas.

O próprio Espírito Santo, com dados do ano 2000, já apresentava uma alta taxa de homicídios, mesmo tendo um indicador de desenvolvimento humano maior do que estados com taxas de homicídios pela metade das constatadas no estado capixaba [...] as cidades com a maior taxa de mortes por arma de fogo por 100 mil habitantes são as que apresentam os melhores índices de desenvolvimento humano e taxa de alfabetização.¹⁰

8 Cf. CERQUEIRA, Daniel [et. al.]. **Atlas da Violência 2016...** Op. cit.

9 ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; CASTRO, Mário de. Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais (1994-2002). **Revista Cidadã**, ano 1, n. 1, Vitória: EdUFES, 2004, p. 10.

10 COSTA, Marco Aurelio B. [et. al.]. Mitos sobre homicídios no Espírito Santo. In.: III Seminário do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012, São

Os autores ainda relembram a grave crise econômica e institucional pela qual o estado passou nos anos 1990, destacando os inúmeros escândalos de corrupção daquele período. Assim, outra particularidade do estado é mencionada na tentativa de explicar o fenômeno da criminalidade – mostrando que a marca de “estado violento” pode ter raízes um pouco mais além da curva do senso comum:

diferentemente do caso do Rio de Janeiro, onde crime organizado pressupõe quadrilhas de traficantes e, atualmente, milicianos, o Espírito Santo além de importar modelos cariocas de atuação criminosa, vê a expressão crime organizado associada a juízes, advogados, deputados, prefeitos, coronéis e delegados e em atividades que vão muito além da simples cobrança de propinas ou tráfico de entorpecentes, incluindo fortes indícios de participação em grupos de extermínio e outros crimes de natureza gravíssima, num comércio quase imensurável de mercadorias políticas.¹¹

Não é intenção deste trabalho investigar a fundo os motivos das marcas históricas. Também não pretendemos abordar outras manifestações de criminalidade – nota-se que a ênfase foi dada aos homicídios. Não está no nosso escopo uma análise sociológica ou jurídica sobre a violência no Espírito Santo. O que pretendemos, até aqui, foi apenas recuperar um panorama social e histórico a fim de deixarmos claro o cenário no qual se costuram as práticas de sociabilidade – e comunicabilidade – do capixaba.

Ora, sabemos que o fenômeno da violência acaba por impactar todo um modo de ser de uma região. Orienta condutas. Influencia na organização habitacional, nas atividades econômicas e em toda a dinâmica de uma localidade. Torna-se também pauta para as interações comunicativas – inclusive aquelas que perpassam pelo âmbito midiático.

Carlos. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2012, p. 11-12.

11 COSTA, Marco Aurelio B. [et. al.]. *Mitos sobre homicídios no Espírito Santo...* Op. cit., p. 16.

Noticiário policial (ou policialesco)

Uma das esferas sociais que se atêm a narrar os acontecimentos do mundo, inclusive os crimes, é o jornalismo. E não poderia ser diferente. Historicamente, a imprensa ocupa o papel de informar aos cidadãos sobre casos de roubo, assaltos, homicídios. São temáticas que interessam à lógica noticiosa. “A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia”.¹²

Salvo as ocasiões em que presenciam ou ficam sabendo de ocorrências por pessoas próximas, é pela imprensa que os cidadãos se informam sobre o cenário da criminalidade no contexto urbano. É justamente para atender a essa demanda que existem as editorias de Polícia nos jornais impressos, nos telejornais diários e, mais especificamente, os programas televisivos exclusivamente dedicados a tal temática: o chamado jornal ou telejornal policial.

Jornalismo policial é aquele segmento jornalístico que focaliza o desempenho das instituições responsáveis pela administração das infrações legais dos cidadãos. Trata-se, em verdade, de uma editoria ou seção de jornais, radiojornais ou telejornais. [...] Desde o século XIX os crimes sempre despertaram o apetite editorial dos jornais diário. [...] Os programas de jornalismo policial exibidos pela nossa televisão não são muito diversos daqueles que cultivamos no passado. O novo ingrediente que eles nutrem é a ultrapassagem da linha divisória entre a “cobertura” dos fatos e a “fabricação” de ocorrências.¹³

Ao mencionar os programas televisivos policiais, Marques de Melo se refere às atrações que gozam de grande audiência na atualidade, marcadas pela expressividade na narrativa, pela dramatização dos acontecimentos, pela ênfase na geração de sensações e na tentativa de sustentação de uma relação de proximidade entre apresentador/repórter e espectador. Para se referir a esses produtos midiáticos, Varjão prefere utilizar outra denominação: “policialescos”.

Por “policialescos” compreendem-se os programas de rádio e TV dedicados a narrar violências e criminalidades, sendo

12 MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989, p. 49.

13 Cf. MELO, José Marques de. **Jornalismo Policial**. In.: **Portal do Jornalismo Brasileiro**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas1_c.htm>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

caracterizados pelo forte apelo popular. Diferentemente dos noticiosos em geral, que tratam de variados aspectos da vida social de modo relativamente equitativo, essas produções são focadas majoritariamente em temas vinculados a ocorrências de ordem policial, ainda que, eventualmente, insiram entre as narrativas um ou outro assunto estranho ao rol de fatos violentos, delituosos ou criminosos.¹⁴

Como vimos, esta modalidade de jornalismo não é recente na história brasileira. Podemos citar, como um dos inúmeros exemplos, o *Aqui Agora*, telejornal veiculado pelo SBT nos anos 90, que conferiu fama a figuras icônicas, como o repórter Gil Gomes. Outro destaque foi o *Notícias Populares*, veículo impresso que circulava em São Paulo e que encerrou as atividades no início dos anos 2000.

Apesar da existência de produtos precursores, não se pode negar que a virada do milênio presenciou um crescimento notável de atrações dessa natureza, principalmente, no rádio e na televisão. Na produção audiovisual, podemos citar como destaque o programa *Brasil Urgente*, da Band; o *Cidade Alerta* e o *Balanço Geral* – ambos da Rede Record – todos gozando de ampla popularidade entre a audiência.

Claro que existem mais razões para o crescente aumento da cobertura policial e todas elas somadas geram, talvez, o principal motivo para os meios de comunicação dedicarem cada vez mais espaço ao noticiário criminal: o interesse pelo assunto por grande parte da audiência.¹⁵

Obviamente, não é exclusividade do Espírito Santo a popularidade que o noticiário policial tem junto à população. Mas especificamente no caso espírito-santense, Zanotelli, Raizer e Castro registraram, a partir dos anos 1990, uma tendência da imprensa capixaba a adotar um viés sensacionalista ao fenômeno da violência. “Em 2002, enquanto *A Gazeta* reduz os espaços destinados às ocorrências nas primeiras páginas, *A Tribuna* dobra o número de destaques na primeira página em relação ao ano anterior”.¹⁶

14 VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: guia de monitoramento. v. 3, Brasília: ANDI, 2016, p. 12.

15 FUCCIA, Eduardo Velozo. **Reportagem policial**: um jornalismo peculiar. Santos: Realejo, 2008, p. 15.

16 ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; CASTRO, Mário de. *Violência*

No âmbito televisivo, a boa aceitação de tais discursos – e de quem os profere – pode ser comprovada no amplo apoio aos apresentadores. No contexto capixaba, o nome de Amaro Neto, apresentador do Balanço Geral, aparecia à frente nas pesquisas de intenção de voto à prefeitura de Vitória.¹⁷ Além disso, Neto foi o deputado estadual mais bem votado nas eleições de 2014. Já no cenário nacional, ainda em 2015, bem antes do período eleitoral, José Luiz Datena, que está à frente do Brasil Urgente, ocupava as primeiras posições na intenção de votos para a prefeitura de São Paulo.¹⁸

Assim, é inegável que o jornalismo policial teve e ainda tem uma audiência fiel. Trata-se de um produto midiático com ampla aceitação. Sua entrada, especificamente junto às camadas mais populares merece ser destacada. No entanto, sem entrar na discussão relativa às demandas da audiência, o que gostaríamos de problematizar aqui são algumas questões que tangenciam, especificamente, tais produções, principalmente no que se refere ao modelo de narrativa e da sua pertinência para ser inserida em um discurso que pretende ser reconhecido como jornalístico.

Primeiramente, é preciso ressaltar que uma falha de narrativas desta natureza é adotar majoritariamente a versão das forças estatais ao falar sobre ocorrências de crimes. Quem protagoniza os discursos é, na maioria das vezes, a figura do policial. Além disso, é frequente a adoção de enunciados que julguem e sentenciem os atores envolvidos nos atos narrados – o que não faz parte do escopo de funções do jornalista. Ademais, encontra-se uma percepção extremamente reducionista quando tais relatos tratam o fenômeno da violência como mero sinônimo de criminalidade urbana.

criminalizada... *Op. cit.*, p. 31.

17 G1 ES. Amaro tem 29,3% e Luciano 23% na disputa em Vitória, aponta Futura. **G1**, 10 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/09/amaro-tem-293-e-luciano-23-na-disputa-em-vitoria-aponta-futura.html>>. Acesso em: 1 de setembro de 2016.

18 G1 SP. Russomanno lidera com 34% disputa por Prefeitura de SP, diz Datafolha. **G1**, 3 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/russomanno-lidera-com-34-disputa-por-prefeitura-de-sp-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

Para falar sobre violência – citadina ou não – é preciso olhar para além das lentes que focam em homicídios, assaltos e furtos. É necessário entender as nuances que compõem o fenômeno, para que os espectadores de tais programas possam, ao menos, ser inseridos na complexa discussão que esse assunto demanda. Por isso mesmo, neste ponto do trabalho, achamos por bem resgatar algumas reflexões sobre a temática para, posteriormente, debatermos como elas podem nos ajudar a analisar o cenário da violência no Espírito Santo – e das tentativas do jornalismo policial em narrar as ocorrências pertencentes a ele.

Violência: as várias facetas de um conceito

Como podemos definir o termo violência? Sua origem etimológica latina (*violentia*) remete ao caráter violento ou bravo, à força. Em nosso dia a dia, quase sempre acabamos associando a palavra violência a atos de agressão – física, verbal ou psicológica. Também costumamos recorrer ao termo para fazer referência a ações que infringem a lei e que normalmente causam danos às pessoas e às suas posses: um assassinato, um espancamento, um assalto, um assédio moral, um incêndio proposital a uma residência etc. E é justamente este sentido automático que vemos mais recorrentemente nos noticiários policiais.

Portanto, parece-nos óbvio o que podemos entender como violência – mas apenas parece. O filósofo francês Yves Michaud explica que associar violência somente aos atos visíveis, que deixam marcas perceptíveis, procede de um tratamento normativo do termo. Assim, se entendermos a palavra dessa forma, seu sentido pode variar conforme variam as normas.

Tornando mais complexa tal noção, Michaud diz que, entre as diversas significações de violência, é possível identificar um traço material (um elemento de força identificável) e também um imaterial (a transgressão à norma e, sendo assim, ampliando-se demasiadamente o sentido da palavra). Seguindo essa premissa, o autor arrisca uma definição própria que abarque tanto os *atos* quanto os *estados* associados à violência:

há violência quando, numa situação de interação, um ou mais atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.¹⁹

Note que, para entender a violência, Michaud explica que é preciso olhar para o caráter situacional das interações, dos instrumentos em causa, da distribuição temporal e dos diferentes tipos de danos que a violência pode proporcionar. O autor não quer dizer com isso que a violência seja algo inclassificável; apenas quer chamar a atenção para o componente perspectivístico do termo.

É preciso estar pronto para admitir que não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menos êxito.²⁰

Recorrendo a Georges Bataille, Michaud também argumenta que o próprio fato de sermos animais com capacidades inventivas configura um ato de violência. Nossa própria intervenção no estado da natureza pode ser considerada violenta. Essa violência se dá exatamente no momento em que nós transformamos o meio em que vivemos, conquistando, explorando, modificando o mundo ao nosso redor.

Há aí uma primeira violência, fundadora, que o arranca da continuidade e da imediaticidade, que o arranca da natureza e o faz entrar no excesso e na transgressão. O mesmo G. Bataille viu muito bem que essa primeira renúncia à animalidade não para de suscitar a nostalgia de um impossível retorno a ela, que então desemboca numa outra violência, aquela que, na festa, no sacrifício, na crueldade, na orgia guerreira da destruição, procura incessantemente transgredir a humanidade através de outros excessos ainda mais radicais.²¹

Portanto, o autor explica que, após essa primeira violência fundadora – aquela da inventividade humana – nós somos capazes de realizar atos ainda mais violentos. Essa segunda violência se

19 MICHAUD, Yves. **A violência...** *Op. cit.*, p. 19. A discussão presente neste tópico é um desdobramento da dissertação apresentada pela autora em 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG.

20 *Ibidem*, p. 14.

21 *Ibidem*, p. 76.

aproxima do que, no senso comum, estamos acostumados a adotar como sentido geral do termo, ou seja, atos que requeiram o uso de força, ações de transgressão das normas, enfim, atitudes que causam danos à própria humanidade.

Walter Benjamin classifica a violência como mítica ou divina e também toca na questão da violência fundadora e/ou impositiva. A violência mítica, segundo o autor, diz respeito à natureza impositiva do Direito, da lei que violentamente se instituiu, impôs suas normas e que conta com estratégias (também violentas) para assegurar obediência e submissão. Por outro lado, a violência divina em Benjamin não tem em si esse caráter instrumental, não se configura como meio para nenhuma finalidade, ou seja, não pretende instaurar nada nem nenhum domínio. Ao invés disso, deseja aniquilar os limites e culpas instauradas pelo Direito; pretende retirar o arbitrário sobre os sujeitos em favor desses mesmos indivíduos. A violência divina, para o autor, possui um caráter de pureza e de libertação.

A violência mítica é a violência sangrenta exercida, em favor próprio, contra a mera vida; a violência divina e pura se exerce contra toda a vida, em favor do vivente. A primeira exige sacrifícios, a segunda os aceita. Esta violência divina não é atestada apenas pela tradição religiosa, mas encontra-se também na vida presente em pelo menos uma manifestação consagrada. O poder que se exerce na educação, que em sua forma plena está fora da alçada do Direito, é uma de suas formas manifestas.²²

É preciso ressaltar que Walter Benjamin não se refere à violência divina como sendo aquela realizada por qualquer divindade, mas pela ausência de instauração do Direito e pelos momentos de livramentos da culpa humana. No pensamento do autor, é perceptível a ligação entre essa noção de violência divina e a ideia de ruptura e de espaço para criação de algo novo no seio da vida social.

O filósofo Slavoj Žižek realiza uma leitura interessante desses conceitos de Benjamin. De cunho fortemente comunista, o

22 BENJAMIM, Walter. Para uma crítica da violência. *In.*: BENJAMIN, Walter; GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Livraria duas cidades, 2011, p. 151-152.

esloveno reforça o traço revolucionário da noção benjaminiana de violência divina:

Walter Benjamin e muitos outros chamaram a atenção para o necessário excesso da violência do Estado. [...] Não existe poder sem esse excesso. E, para mim, o que Benjamin chama de violência divina é um tipo de contraviolência a esse excesso.²³

Assim, para Žižek, a violência divina faz justiça, mesmo que essa justiça esteja para além da lei – lembrando-nos aqui da violência mítica, justamente aquela do âmbito do Direito.

Ao versar sobre o conceito de violência divina, Žižek não entende que qualquer ação de ruptura possa ser justificada. O autor toma cuidado com essa questão ao alertar que não podemos considerar como violência divina os atos terroristas levados a cabo pelos fundamentalistas religiosos, aqueles que dizem agir em nome de Deus. Žižek menciona, por exemplo, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos para fundamentar seu argumento.

Slavoj Žižek reconhece a dificuldade em definir as ideias reguladoras da violência divina, na concepção de Benjamin. Recorrendo a Badiou, ele dá uma pista interessante para tentarmos sanar a questão conceitual, alinhando a violência mítica à ordem do Ser e a violência divina à ordem do Acontecimento:

não existem critérios ‘objetivos’ que nos permitam identificar atos de violência como divino; o mesmo ato que, para um observador de fora, não passa de uma explosão de violência, pode ser divino para os que nele participam – não há Grande Outro que garanta sua natureza divina. O risco de interpretar e assumi-la como divina cabe plenamente ao próprio sujeito: a violência divina é o trabalho do amor do sujeito.²⁴

Vemos que não é coincidência, portanto, que o autor utilize a noção de violência divina de Benjamin para cunhar sua própria definição de violência. E não é também aleatório o fato de que ele aproxima tão fortemente a violência de um âmbito acontecimental.

23 Cf. ŽIŽEK, Slavoj. **Entrevista concedida ao programa Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=YRLkt5uadWA>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

24 *Idem*. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p. 158.

Para Žižek, a violência vai além dos danos físicos: é algo que abala o ritmo natural da vida, altera radicalmente o funcionamento básico da ordem existente, se materializa em “um ato que perturbe violentamente os parâmetros fundamentais da vida social”.²⁵

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor choca muito de seus leitores ao afirmar que o líder pacifista do processo de independência da Índia, Mahatma Gandhi, foi mais violento do que o nazista Adolf Hitler. Mediante a surpresa, Žižek responde seus críticos, explicando que essa afirmação não deve ser entendida como um convite a atos genocidas, mas a uma mudança de ótica para se tratar a questão da violência. Vejamos o que ele diz a respeito:

a violência de Hitler, matando milhões, foi – usando o termo de Nietzsche – uma violência reativa. Ele tinha medo de que alguma coisa, de fato, mudasse. O fascismo foi uma tentativa desesperada de salvar o capitalismo. O que Gandhi fez – embora ele fosse contra a violência – foi greve, boicote, interrupção de todo o funcionamento da economia da colônia e do aparato do Estado na Índia. Sou a favor dessa violência.²⁶

Por isso mesmo, Žižek argumenta que é realmente muito difícil ser violento. Para ele, é raro presenciarmos um ato que venha de fato a alterar as bases da vida social.

Nesse ponto, fica mais clara a diferenciação que Slavoj Žižek busca estabelecer entre violência subjetiva e objetiva. A primeira seria aquela visível, que fartamente nutre os noticiários, com autores claramente identificáveis. A segunda estaria no âmbito do anônimo, subjacente, e se divide em violência simbólica (ligada à linguagem e à imposição dos sentidos do mundo) e sistêmica (originada pelos sistemas político e econômico). Para Žižek, a violência subjetiva não seria nada mais do que uma reação à violência objetiva.

[A violência subjetiva] é percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas.

25 ŽIŽEK, Slavoj. **Violência...** *Op. cit.*, p. 161.

26 Cf. *Idem. De la democracia a la violencia divina. In.: BROWN, W. [et. al.]. Democracia, em qué estado?* Trad. Mathew Gajdowsky. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero [de violência] contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. [...] Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões ‘irracionais’ de violência subjetiva.²⁷

Para o autor, é preciso desfetichizar a violência, minimizando todo o horror que se tem dela atualmente. Esse horror, segundo Žižek, faz parte de uma ideologia liberal tolerante: começa criticando todo o tipo de violência física e direta (como extermínios) ou ideológica (como o racismo), mas acaba sendo tolerante à tortura, como uma consequência necessária desse aparente liberalismo antiviolência (o autor cita a prisão americana de Guantánamo para ilustrar seu argumento). Tal postura, para Žižek, mostra que esses mesmos liberais tolerantes são os responsáveis pela criação das condições estruturais – a saber, o capitalismo – que fazem emergir as irrupções de violência subjetiva. É nesse sentido que o autor cunha a expressão “comunistas liberais”, para se referir a atores sociais, como Bill Gates, George Sores e outros célebres bilionários filantropos que, apesar de estarem sempre preocupados com o terror fundamentalista e envoltos na caridade, apenas doariam o que primeiramente já teriam tomado; realizariam fartas contribuições somente para tornar completo o ciclo capitalista: “A caridade é a máscara humanitária que dissimula o rosto da exploração econômica”.²⁸ De fato, Žižek é um crítico ferrenho ao capitalismo e vê, nesse modo de produção, um claro exemplo de violência sistêmica.

Ao final de seu percurso explicativo, Žižek nos mostra então que não é suficiente tacharmos a violência como má nem colocá-la como intrínseca a certos atos e discursos. A definição de violência não pode prescindir da relação entre as esferas objetivas e subjetivas dessa mesma violência. Assim como Michaud, Žižek também trata a violência sob uma visada relacional.

Em Hannah Arendt, também encontramos uma discussão sobre a temática da violência – mas com uma abordagem bem distinta da de Žižek. A autora adota uma postura bastante crítica do assunto e,

27 ŽIŽEK, Slavoj. **Violência...** *Op. cit.*, p. 18.

28 *Ibidem*, p. 32.

dentro do seu pensamento, o termo aparece automaticamente ligado aos campos de batalha e aos governos totalitários – perspectiva alimentada pelo contexto do século 20 em que Arendt viveu: um período marcado pelas revoluções e pelas duas grandes guerras mundiais.

Para detalharmos o tratamento que Arendt dá à violência, é preciso, primeiramente, atenção à distinção que ela faz entre alguns termos semelhantes. A primeira diferenciação é com relação à noção de vigor. De acordo com a autora, o vigor é um atributo relacionado a uma entidade individual, inerente a um ser, não dependendo, portanto, da conjuntura de um grupo para existir. Os grupos, inclusive, podem se voltar contra essa propriedade de um determinado indivíduo. Em outras palavras, uma coletividade pode tentar derrubar um sujeito detentor da qualidade do vigor.

Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado por muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, por causa de sua independência peculiar.²⁹

Hannah Arendt também deixa claro que os termos força e violência não são sinônimos. Para a autora, o emprego da palavra “força” deveria ser reservado apenas para nos referirmos a movimentos físicos ou sociais, “às forças da natureza ou à força das circunstâncias”.³⁰ Já a noção de autoridade, segundo Arendt, pode ser utilizada para falarmos de características de pessoas ou suas relações (autoridade do professor sobre o aluno) ou de cargos e postos (autoridades do Senado). Segundo a autora, a marca da autoridade “é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias”.³¹

Com relação ao poder, Hannah Arendt adota uma visão democrática do termo. Ela o define como a habilidade humana não apenas de agir, mas de agir em conjunto (1994, p. 60). Portanto, o poder seria o resultado do consenso de uma maioria.

29 ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 61.

30 *Ibidem*, p. 61.

31 *Ibidem*, p. 62.

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência.³²

O poder governamental estaria, portanto, sempre ligado a uma comunidade política e sustentado pelo poder vivo do povo. Arendt argumenta que mesmo os regimes não democráticos, como a monarquia e a tirania, necessitam de apoiadores e de pessoas que os auxiliem e que garantam sua sustentação.

Jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência. Mesmo o domínio totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua rede de informantes. [...] Mesmo a dominação mais despótica que conhecemos – o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número – não se amparava em meios superiores de coerção como tais, mas em uma organização superior de poder – isto é, na solidariedade organizada dos senhores.³³

Para Arendt, a violência pode ser justificada (como em casos de defesa pessoal urgente), mas nunca legitimada. Com base nessa argumentação, a autora explica que violência e poder não são a mesma coisa; a primeira não é pré-requisito para o segundo. Pelo contrário, no pensamento da autora, as duas noções se encontram em lados totalmente opostos: onde um se firma, o outro está ausente.

A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo. [...] com isso, não pretendo equiparar a violência ao mal; quero apenas enfatizar que a violência não pode ser derivada do seu oposto, o poder.³⁴

De acordo com a autora, de todos os vocábulos que mostramos acima, o que mais se aproxima do sentido de violência é o vigor,

posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.³⁵

32 ARENDT, Hannah. **Sobre a violência...** *Op. cit.*, p. 57.

33 *Ibidem*, p. 67-68.

34 *Ibidem*, p. 74.

35 *Ibidem*, p. 63.

A violência, portanto, usaria de ferramentas para amplificar e multiplicar o vigor humano.

Com isso, vimos que, em Hannah Arendt, a violência possui sempre um caráter instrumental: é regida pela relação meio-fim e necessita de instrumentos para se materializar. A violência não depende de números para operar, visto que apenas um indivíduo pode ser responsável por um ato violento. “A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos”.³⁶

A autora não considera a violência como sendo algo da ordem do irracional e nem acredita que ela possa ser definida como a mera manifestação de um instinto humano. Pelo contrário. Segundo Arendt, a violência tem um componente de racionalidade, já que é utilizada para finalidades específicas e claras. Para ilustrar esse argumento, vamos nos ater a um exemplo fornecido pela própria autora:

a violência na luta inter-racial é sempre assassina, mas não é ‘irracional’. É a consequência *lógica e racional* do racismo, que eu não compreendo como certos preconceitos vagos de cada um dos lados, mas como um sistema ideológico explícito.³⁷

Como já dissemos acima, essa definição de violência no pensamento da autora se refere ao contexto em que Arendt se situava: um século de guerras e horrores vividos por sua geração. Por isso mesmo, para ela, a violência sempre abriga um elemento de arbitrariedade.

Já para Michel Maffesoli, a violência é uma estrutura constante do fenômeno humano e exerce um importante papel na vida em sociedade. Bastante influenciado por autores clássicos da Sociologia, como Max Weber e Émile Durkheim, o sociólogo francês se interessa especialmente pela violência social – que ele também chama de dissidência, anomia ou ilegalidade. Maffesoli admite que a violência configura-se como um assunto delicado, difícil de ser teorizado e que deve ser tratado com o máximo de serenidade. “O fato de que ela não possa pertencer estritamente a um discurso definido, aumenta

36 ARENDT, Hannah. **Sobre a violência...** *Op. cit.*, p. 58.

37 *Ibidem*, p. 95-96.

ainda mais sua monstruosidade”.³⁸ Nesse sentido, o autor cunha uma definição própria para o termo:

sendo assim, não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social.³⁹

Podemos perceber, portanto, que essa definição proposta por Maffesoli sugere que a violência está associada a atos que se utilizam da força e que se desviam de um padrão normativo de ordem. Maffesoli explica que, na sociedade contemporânea, tais desvios foram categorizados para serem tratados de forma mais eficiente (pelo que ele denomina tecnoestrutura) e, conseqüentemente, para garantir a manutenção de uma sociedade que ele classifica como nivelada, asséptica, monótona.

Com a emergência de tal controle, ocorreu o que Maffesoli denomina “monopolização da violência” ou sua racionalização. Esse monopólio fica a cargo de uma organização política, ou seja, o “órgão de repressão de uma espécie determinada de socialização e de comunidade concordante” que estimula a obediência dos indivíduos.⁴⁰

Maffesoli também é um dos inúmeros autores que abordam a violência fundadora, aquela que institui os modos de vida social. Para o sociólogo,

é preciso reconhecer que todos os sistemas autoritários, que se supõem sociedades perfeitas, além dos sistemas de justificação dados para especificar uns em relação aos outros, são todos fundados por um ato ou uma situação de violência.⁴¹

Podemos perceber que essa estrutura citada por Maffesoli é uma tipo de violência abstrata e aqui encontramos um eco com o

38 MAFESSOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Revista dos Tribunais; Edições Vértice, 1987, p. 14.

39 *Ibidem*, p. 15.

40 *Ibidem*, p. 18.

41 *Ibidem*, p. 26.

pensamento de Michaud e de Žižek, especificamente no conceito de violência objetiva do esloveno, ou seja, aquela anônima e velada. Também como em Slavoj Žižek, Michel Maffesoli destaca a existência de outras formas de violência que ocorreriam em resposta ao que podemos entender como violência estrutural.

Dentro desse contexto, Maffesoli enumera algumas funções e características da violência. A primeira função seria a utilitarista, que forneceria o traço construtivista para a violência. Em outras palavras, os desvios são úteis para os sujeitos sociais porque têm a função de questionar a ordem estabelecida e convocar outro cenário imaginário. Nas próprias palavras do autor, haveria, entre os indivíduos violentos, um instinto de recusa:

seu prazer de destruir é sempre a garantia de um desejo de construção, pois o que está em questão para uma parte, na dissidência, é a paixão da verdade, é a passagem de uma desordem existente; ou de uma ordem degenerada, a uma ordem nova ou regenerada.⁴²

Portanto, do objetivo utilitarista, deriva a segunda função que a violência possui no pensamento do autor: a afirmativa. Os sujeitos desviantes se utilizam da violência para destruir e, assim, reafirmar a postura de recusa do *status quo*. Na concepção de Maffesoli, é a partir daí que essa violência pode também se tornar construtiva.

O poder construtivo da violência fornece o que o autor chama de sua atualização. De fato, o modelo imperfeito de vida em sociedade continua presente, funcionando como contrarreferência para o ato desviante. Na ação de violência, pretende-se reformar a ordem social. Assim, a transgressão determina-se pela norma. Segundo o autor, em todo ato de revolta, existe a esperança de uma estrutura social alternativa àquela que está em voga.

Outra característica da violência social apontada por Maffesoli é sua ligação com o tempo presente. Segundo o autor, a parcela social que realiza atos violentos inscreve-se especificamente no presente. É lutando no tempo atual que se garante um novo futuro. Essa forte ligação com o tempo presente explicaria o “gosto pelo excessivo”

42 MAFESSOLI, Michel. **Dinâmica da violência...** *Op. cit.*, p. 26.

dos desviantes. Estar focado no hoje é dizer sim à vida. A violência e a destruição seriam formas de levar a vida cotidiana ao extremo e protestar contra o destino, o aleatório, a tudo o que não é um eterno presente. “Reconhecer como único ‘real’ o presente, não é canonizar todas suas formas provenientes das cargas do instituído, é driblar essas formas, todas essas formas, é praticar o ‘desvio’, a ilegalidade”.⁴³

Por isso mesmo, Maffesoli argumenta que a violência é um fenômeno que auxilia a ordem. Sim, pois enquanto a qualidade da violência for admitida, reconhecida e separada dos outros padrões sociais, a existência de todo um conjunto de atores, instituições e forças a serviço da ordem será justificada. Daí vem a importância que Maffesoli empresta ao fenômeno da violência e da destruição: de certa forma, ela tem um caráter de estruturar a nossa vida em sociedade.

Uma estruturação social vai se organizar a partir da institucionalização da violência (Estado), de sua repressão (prisão-justiça), de sua utilização (trabalho social), de sua parcelarização (meio) etc, em resumo, vai fazer da violência sua referência, tendo por corolário a atitude de rejeição e atração que se vincula a qualquer estrutura sagrada.⁴⁴

Sendo fiel à sua recomendação de tratar a violência com cautela, Maffesoli deixa claro que, apesar de tentar explicar esse fenômeno, ele não faz uma defesa cega aos atos de irrupção violenta. Recorrendo ao teórico francês Georges Sorel, ele esclarece:

quando, de acordo com Sorel, destacamos o papel criador da violência, não é para fazer dela uma apologia sem nuances, não é também para abstrai-la de um contexto histórico e social, é simplesmente para revelar que ela é também ‘significante’ do dado social e isso, no mais alto grau. Para tomar uma metáfora pouco usada, podemos dizer que ela pertence a essa parte sombria como o costado pertence ao navio; ela está escondida, importante, é o lugar onde o maquinário é ativado, numa palavra, é graças a ela que a embarcação (social) resiste e navega.⁴⁵

Percebe-se que, até aqui, falamos basicamente da violência enquanto postura de recusa. Como já dissemos, a esse tipo de violência

43 MAFESSOLI, Michel. **Dinâmica da violência...** *Op. cit.*, p. 51.

44 *Ibidem*, p. 36.

45 *Ibidem*, p. 41.

Michel Maffesoli dá o nome de anomia, ilegalidade ou dissidência – que se materializa em crimes e atos de resistência em geral. Mas, no pensamento do sociólogo francês, há também as categorias de violência totalitária e violência banal.

A totalitária seria a violência presente em uma estrutura de poder dominante. Notemos que, diferentemente de Hannah Arendt, o sociólogo francês não opõe poder a violência, mas os une quando toca nessa categoria. De acordo com Maffesoli, o poder emergido via violência totalitária promove uma divisão dos setores da sociedade (econômico, político etc), mas oculta esse mesmo poder em uma estrutura social. O poder é homogêneo, é uno, opressor e insensível às diferenças. A violência não está só no poder. A supressão da simbolização também marca essa violência: a ausência do discurso, a ausência do sentido.

Mas esse poder pode ser ameaçado ou questionado pelo que o autor denomina de potência – oriunda do povo e irrompida sempre que os dominados veem alguma possibilidade de conflito. Ela está sempre em embate com o poder. A potência se encontra no seio da vida social e o poder está no âmbito institucional. Essa potência (ou força) é fragmentada: pode vir de diferentes locais. É na potência que encontramos a criatividade, a possibilidade do novo. Nesse sentido, o político é o que moveria a vida social (são os choques). A política seria o que move o poder no âmbito governamental.

Já a violência banal também se opõe ao instituído, mas caracteriza-se como uma resistência cotidiana: “ao invés de usar o ataque frontal, a sua estratégia é a prudência e a astúcia para enfrentar as imposições do controle social”.⁴⁶ A violência banal pode, em uma primeira leitura, ser entendida como conformismo. Mas, ela dá origem à solidariedade, ao espírito de estar-junto. Está fora do controle do poder, porém alcança o prazer do estar-com. Nesse sentido, até o próprio silêncio pode ser considerado como uma expressão da violência banal, por constituir a maioria silenciosa de um povo. Assim, também se configuram como violência banal o manter-se à distância, as calúnias, os risos e outras formas ordinárias de resistências.

46 MAFESSOLI, Michel. **A violência totalitária**: ensaios de antropologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 16.

Vimos até aqui como a questão é tratada, por diversos autores, com considerável ênfase para os âmbitos relacional, contextual, situacional, enfim, sob uma visada perspectivística da temática. Neste ponto, já é possível fazer uma afirmação: parece não existir um consenso nem um discurso pronto que abarque a totalidade do sentido da violência. Como então, os atores sociais, podem narrá-la?

A violência em relato

Sendo dissensual, não podemos prescindir de tentar entender as possíveis ligações entre a noção de violência e o contexto estrutural que a perpassa – tarefa que, infelizmente, não vemos com frequência nos programas jornalísticos policiais da contemporaneidade.

De fato, os discursos sobre a violência em tais narrativas acabam por privilegiar, como já falamos, apenas um dos seus aspectos. Isso se torna um risco para o entendimento do fenômeno, pois, como ressalta Michaud, muito da experiência que temos atualmente com a violência é mediada pelo ambiente midiático. O autor complementa afirmando que o registro e a avaliação de atos considerados violentos nunca são neutros e contribuem para a formação de sentidos em torno do assunto.⁴⁷ Assim, podemos perceber como os veículos de comunicação, ao mediar os acontecimentos do mundo pela linguagem, podem também fornecer interpretações a respeito do que é a própria violência, do que ela significa, como atua e como deve ser enfrentada – especificamente entre aqueles que não tiveram a oportunidade de presenciar os atos considerados violentos.

E é justamente nesse sentido que reside a responsabilidade de narrar, pela via do jornalismo, o fenômeno da violência. Já mencionamos a popularidade gozada pelo chamado jornalismo policial. E é justamente essa popularidade que poderia ser utilizada como ponte para um debate mais complexo e inclusivo sobre a temática, contribuindo assim para o amplo entendimento do fenômeno na tessitura social. No entanto, infelizmente, não é este

47 Cf. MICHAUD, Yves. **A violência...** *Op. cit.*

o cenário que encontramos com mais recorrência. Para Romão, o modelo de jornalismo policial que temos hoje se dá por meio de formas estereotipadas das narrativas: produzidas em série e dosadas por tom raso. Sendo assim, o autor associa o noticiário policial a um típico produto da indústria cultural.

Como vimos, consolidou-se assim um modelo jornalístico completamente petrificado, em que diariamente é repetida a mesma concepção de realidade e que, no fim das contas, se revela completamente inútil do ponto de vista formativo. Ao assistir aos programas, o público não ganha nenhuma nova ferramenta para pensar o problema da violência. Nem sequer novas perspectivas sobre o fenômeno são apresentadas. Dispositivos como os que indicamos em nossa análise garantem o seu sucesso e, dada a já conquistada alta audiência, preocupações jornalísticas parecem deixar de fazer sentido.⁴⁸

Apesar de não acreditarmos na total capacidade de alienação provocada por qualquer produto midiático, é preciso concordamos com o autor em um ponto: se esse tipo de narrativa não é absorvida passivamente por todos, de fato não é um instrumento que qualifica o debate público. E as consequências podem ser ainda mais graves. Uma pesquisa que monitorou as violações de direitos humanos na mídia brasileira detectou que as narrativas de 28 programas dessa natureza cometeram, em apenas 30 dias, espantosas

4.500 violações de direitos; 8.232 infrações às leis brasileiras; 7.529 infrações à legislação multilateral; e 1.962 desrespeitos a normas autorregulatórias, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.⁴⁹

Em outras palavras, o noticiário que deveria informar (e debater) sobre segurança pública acaba, paradoxalmente, cometendo desvios à lei.

Varjão ainda reúne inúmeros teóricos a fim de ressaltar o impacto social negativo causado pela exposição a esse tipo de discurso. Sem entrar no mérito da questão, para nós importa mais questionar

48 ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial**: indústria cultural e violência. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 186. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

49 VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira...** *Op. cit.*, p. 18.

como o jornalismo – que se propõe a adotar uma postura cidadã – pode se permitir ferir direitos humanos com tanta recorrência. Para alguns defensores dos programas policiais, os bons números de audiência legitimariam a importância e a coerência na manutenção de tais narrativas midiáticas – argumento que, após uma rápida análise, é facilmente derrubado.

Seria a mesma coisa que dizer: ‘Sou médico, a população gosta de se drogar, vamos distribuir morfina pra população’. É um absurdo que, a partir de uma demanda de público, se reduza o jornalismo a esses formatos sensoriais, que atendam a essas expectativas mórbidas. Aí, sim, uma criança morta ou uma pessoa degolada deixa de ser uma informação de interesse público e passa a ser, simplesmente, uma exposição de interesse do público.⁵⁰

Voltando ao cenário do Espírito Santo, é preciso nos questionar a respeito da utilidade e da pertinência de tais narrativas em um estado tão marcado pela criminalidade. Qual a contribuição que tanta exploração de crimes fornece para uma sociedade em que quase metade (40%) de todas as mortes registradas ocorre por motivos banais, relacionados à intolerância, a brigas eventuais e a outros motivos pouco contundentes?⁵¹ Um possível traço de intolerância do capixaba⁵² – fato colocado aqui despretensiosamente e que ainda precisa ser amplamente estudado – se resolveria com tanta ênfase na dramatização, na abordagem parcial e na condenação seletiva de alguns atores sociais?

É preciso reafirmar: discursos jornalísticos policiais e os índices de violência de uma determinada sociedade não, necessariamente,

50 SCHRÖDER *apud* VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira...** *Op. cit.*, p. 44.

51 Redação Folha Vitória. Brigas e intolerância: 40% dos homicídios no Espírito Santo acontecem por motivos banais. **Folha Vitória**, 13 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/2016/06/brigas-e-intolerancia-40-dos-homicidios-no-espírito-santo-acontecem-por-motivos-banais.html>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

52 Um possível desdobramento dessa questão foi sugerido pelo professor e doutor em História Social das Relações Políticas, Rodrigo Cerqueira – a quem deixamos registrado nosso agradecimento. Em um segundo momento, seria pertinente investigar se há uma sociabilidade capixaba permeada pelas práticas de violência ou, em outras palavras, se é possível afirmar que existe até então uma cultura da violência no Espírito Santo.

possuem entre si uma relação de causa e efeito. Não é essa a questão que merece ser enfatizada ou levantada. O ponto central passar por perguntar se a discussão de um fenômeno deve ser feita da maneira tão superficial como a que é apresentada neste tipo de noticiário. É pela via do discurso raso, da disseminação de uma sensação de insegurança, da reificação de pessoas e atos que chegaremos ao cerne do problema? É sentenciando os envolvidos (ou suspeitos de estarem envolvidos) e ferindo lógicas do Estado Democrático de Direito que a compreensão se ampliará? A narrativa binária e reducionista, certamente, não acrescenta elementos úteis ao entendimento – e enfrentamento – da violência.

É claro que tal postura pode (mas não deveria) até ser adotada por alguns atores e discursos sociais. O ponto chave é que ela não deve ser aquela esperada por um jornalista. Não caberia à imprensa problematizar, complexificar, fugir do senso comum e buscar novas leituras de acontecimentos e realidades?

Em um estado marcado historicamente pela criminalidade, como é o caso de Espírito Santo, a presença de tais narrativas na vida social se não é perigosa é, ao menos, infrutífera a um debate e a uma ação coletiva sadios. Isso porque ainda acreditamos que é pela via da argumentação, da compreensão pública dos fenômenos e da discussão coletiva que poderemos caminhar rumo a uma convivência mais harmônica entre nós, atores sociais de diversas esferas, que compartilham e formam um só mundo em comum.

Referências:

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BENJAMIM, Walter. Para uma crítica da violência. *In.*: BENJAMIN, Walter; GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Livraria duas cidades, 2011.

COSTA, Marco Aurelio B. [*et. al.*]. Mitos sobre homicídios no Espírito Santo. *In.*: III Seminário do Programa de Pós Graduação em

Sociologia da UFSCar, 2012, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2012.

CERQUEIRA, Daniel [et. al.]. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, 2016, n. 17. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

BRASIL. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3230/mapa-encarceramento-jovens.pdf>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

FUCCIA, Eduardo Velozo. **Reportagem policial**: um jornalismo peculiar. Santos: Realejo, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Orientações estratégicas 2015-2018**. Disponível em: <<https://sesp.es.gov.br/Media/sesp/Gest%C3%A3o%20estrat%C3%A9gica/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Estrat%C3%A9gicas%202015-2018%20-%20Governo%20do%20Estado.pdf>>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2019.

G1 SP. Russomanno lidera com 34% disputa por Prefeitura de SP, diz Datafolha. **G1**, 3 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/russomanno-lidera-com-34-disputa-por-prefeitura-de-sp-diz-datafolha.html>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

G1 ES. Vitória é classificada pela ONU como 2ª melhor cidade para se viver. **G1**, 18 de junho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/vitoria-e-classificada-pela-onu-como-2-melhor-cidade-para-se-viver.html>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

G1 ES. Amaro tem 29,3% e Luciano 23% na disputa em Vitória, aponta Futura. **G1**, 10 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2016/noticia/2016/09/amaro-tem-293-e-luciano-23-na-disputa-em-vitoria-aponta-futura.html>>. Acesso em: 1 de setembro de 2016.

MAFESSOLI, Michel. **A violência totalitária**: ensaios de antropologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MAFESSOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Revista dos Tribunais; Edições Vértice, 1987.

MELO, José Marques de. Jornalismo Policial. *In.*: **Portal do Jornalismo Brasileiro**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas1_c.htm>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

Redação Folha Vitória. Brigas e intolerância: 40% dos homicídios no Espírito Santo acontecem por motivos banais. **Folha Vitória**, 13 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/2016/06/brigas-e-intolerancia-40-dos-homicidios-no-espírito-santo-acontecem-por-motivos-banais.html>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial**: indústria cultural e violência. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: guia de monitoramento. v. 3, Brasília: ANDI, 2016.

ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; CASTRO, Mário de. Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais (1994-2002). **Revista Cidadã**, ano 1, n. 1, Vitória: EdUFES, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. *De la democracia a la violencia divina*. *In.*: BROWN, W. [et. al.]. **Democracia, em qué estado?** Trad. Mathew Gajdowsky. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 105-124.

ŽIŽEK, Slavoj. **Entrevista concedida ao programa Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=YRLkt5uadWA>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Frasco Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídio por armas de fogo no Brasil**. Frasco Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 1 de agosto de 2016.

OS AUTORES

Bárbara Vitor de Aquino: Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Vila Velha.

Bruno Dias Franqueira: Graduação em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda (UVV/ES); Especialista em Imagem e Mídia (Faculdade Cândido Mendes/Vitória); Mestre em Psicologia (UFES). Professor na Universidade Vila Velha UVV/ES (bruno.franqueira@uvv.br).

Felipe Ramaldes Corrêa: Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha (UVV-ES) – feliperamaldes@gmail.com.

Flavia Nico Vasconcelos: Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP), Professora do Mestrado em Sociologia Política e do Mestrado em Arquitetura e Cidades, Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Vila Velha (UVV – ES) – flavia.nico@uvv.br.

Isabela de Deus Cordeiro: Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais, pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV; Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Espírito Santo; Especialista em Direito Urbanístico pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Manuela Vieira Blanc: Doutora em Sociologia Política (UENF), com estágio sanduíche na Université de Paris X – Nanterre La Defense. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha UVV-ES (manu_uenf@yahoo.com.br).

Rafael Cláudio Simões: Aluno do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Doutorado), Mestre em História. Colaborador do NUARES e Professor da UVV.

Raquel Dornelas. Doutoranda em Comunicação Social pela UERJ. Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Email: raqueldornelas@gmail.com.

Sabrina Menezes: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em Sociologia Política pela Universidade de Vila Velha.

Túlio Gava Monteiro: Mestre em Sociologia Política e Pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais da Universidade Vila Velha.

Viviane Mozine Rodrigues: Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP). Coordenadora do NUARES – Núcleo de apoio aos refugiados no Espírito Santo. Professora dos programas de mestrado em Sociologia Política e do mestrado em Segurança Pública da UVV.

Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Miniom Pro e Aramis.

Sua capa foi impressa em papel Supremo 250g/m² e seu miolo em papel offset 75g/m² medindo 14 x 20 cm, com uma tiragem de 100 exemplares.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



EDITORA MILFONTES

Esta coletânea é composta por artigos produzidos por membros dos Grupos de Pesquisa Cidades, Espaços Públicos e Periferias e Observatório Cidade e Porto, coordenados, respectivamente, por suas organizadoras, bem como por seus parceiros de pesquisa e demais alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Vila Velha, localizada no Estado do Espírito Santo/Brasil. Trata-se da segunda obra organizada pelas professoras Manuela Blanc e Flavia Nico no âmbito da Coleção Debate Social, coordenada pelo PPGSP/UVV (a primeira delas intitulada Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo: desenvolvimento, expansão e experiências urbanas e publicada pela Editora Insular em 2016). Esta obra reúne resultados de pesquisas coletivas ou individuais em diferentes áreas do conhecimento, como sociologia política, comunicação social, geografia e relações internacionais, a partir de uma temática em comum: o urbano, enquanto contexto de atuação política e de políticas, apreendido em diferentes níveis e abordagens, como espaço de ciliação, observação ou lócus de intervenção estatal. Esses trabalhos assumem assim a capital do Estado do Espírito Santo como foco, objeto de análise ou espaço privilegiado de observação, atravessando diferentes debates em torno de questões ambientais, políticas públicas e representações sociais.

Apoio



ISBN: 978-85-94353-20-7



9

788694

35207